

SANDRA DO ROCIO FERREIRA LEAL
MARIA ISABEL MOURA NASCIMENTO

PROJETO PARANAENSE DE CIVILIZAÇÃO

NAS PÁGINAS DA REVISTA CLUBE CURITIBANO
(1890 - 1898)



Texto e Contexto

EDITORA



PROJETO PARANAENSE DE CIVILIZAÇÃO
NAS PÁGINAS DA REVISTA CLUBE CURITIBANO
(1890 - 1898)

ORGANIZADORAS

SANDRA DO ROCIO FERREIRA LEAL
MARIA ISABEL MOURA NASCIMENTO

Ponta Grossa, Paraná
2023

Texto e Contexto

EDITORA

2023©Sandra do Rocio Ferreira Leal; Maria Isabel Moura Nascimento

Todos os direitos reservados

DIRETORA E EDITORA-CHEFE: Rosenéia Hauer

CAPA: Luciana Ramos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Equipe Texto e Contexto

P964 Projeto paranaense de civilização nas páginas da Revista Clube Curitibano (1890-1898)/ [livro eletrônico]/ Organizado por Sandra do Rocio Ferreira Leal; Maria Isabel Moura Nascimento. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2023.

214 p.; e-book PDF Interativo

ISBN e-book: 978-65-6080-000-7

1. Liberalismo – Imprensa. 2. Imprensa paranaense. 3. Educação não formal. 3. Clube Curitibano. 4. Revista Clube Curitibano. I. Leal, Sandra do Rocio Ferreira (Org.). II. Nascimento, Maria Isabel Moura (Org.). III.T.

CDD: 370.981.62

Ficha Catalográfica Elaborada por Maria Luzia F. B. dos Santos CRB 9/986

Texto e Contexto

EDITORA

www.textoecontextoeditora@gmail.com

contato@textoecontextoeditora.com.br

(42) 988834226

CONSELHO EDITORIAL:

Dr^a. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (Unicentro)

Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Dr^a. Silvana Oliveira (UEPG)

Doutorando Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)

Dr^a. Marly Catarina Soares (UEPG)

Dr^a. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)

Dr^a Letícia Fraga (UEPG)

Dr^a. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)

Dr. Evanir Pavloski (UEPG)

Dr^a. Eunice de Moraes (UEPG)

Dr^a. Joice Beatriz da Costa (UFFS)

Dr^a. Luana Teixeira Porto (URI)

Dr. César Augusto Queirós (UFAM)

Dr. Valdir Prigol (UFFS)

Dr^a. Clarisse Ismério (URCAMP)

Dr. Nei Alberto Salles Filho (UEPG)

Dr^a Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)

Dr. Marcos Pereira dos Santos (UTFPR)

*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas
usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os
nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares.
É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos
ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.*

Fernando Pessoa

Agradecimentos

À professora Dra. Maria Isabel Moura Nascimento, que deu um novo direcionamento a minha história pessoal e acadêmica.

Muito mais que uma orientadora, foi uma grande amiga que soube conciliar as exigências teórico- metodológicas, desta longa jornada de quatro anos, com o constante incentivo e acolhimento, minimizando inseguranças, frustrações e receios.

Aos membros da Banca Examinadora de qualificação e defesa desta tese: Prof^a. Dra. Claudia Maria Petchak Zanlorenzi, (UNESPAR), Prof^a. Dra. Maria Cristina Gomes Machado (UEM), Prof^a. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira (UEPG) e Prof^a Dra. Simone de Fátima Flach (UEPG), pelas reflexões e contribuições.

Aos amigos e amigas do Grupo de Pesquisa HISTEDBR - Campos Gerais da UEPG, companheiros e companheiras de jornada.

Aos professores e professoras do programa de pós-graduação, em Educação da UEPG e aos colegas do doutorado, turma de 2016, pelas importantes sugestões na lapidação do projeto de pesquisa e no desenho inicial da tese.

À amiga Carla Michele Ramos Torres pelos esclarecedores momentos de interlocução durante a elaboração desta tese.

À senhora Margarida Cavassin, responsável pela biblioteca do Clube Curitibano, pelas informações iniciais sobre a agremiação e sua revista.

À senhora Carolina Damrat, historiadora responsável pelo Projeto Memória da Sede Concórdia do Clube Curitibano, de 2015 a 2019, que, gentilmente, forneceu cópia dos exemplares da revista e outros materiais de pesquisa.

Ao prof^o. Dr. Ademir José Rosso pelo auxílio na organização dos dados para análise do conteúdo dos exemplares da Revista Clube Curitibano (1890 -1898), utilizando o software NVIVO.

Às amigas de longa data, Thaísa de Andrade Jamoussi e Siumara Aparecida de Lima, pela elaboração do abstract e revisão

gramatical da tese, mas principalmente por fazerem parte da minha história de vida pessoal e profissional.

À amiga Maria Luzia Bertholino pela revisão das normas ABNT empregadas nesta tese e por me ensinar que são nos pequenos gestos que mostramos nossa humanidade.

A todos que contribuíram direta e indiretamente com a produção desta tese.

Aos meus pais, João e Conceição (in memoriam), que plantaram a semente sem imaginar a extensão da colheita.

Ao meu esposo, José, e aos meus filhos, Juliana e João Eduardo, fontes de inspiração e força nesta existência.

SUMÁRIO

Introdução - 10

CAPÍTULO 1 - 35

Consolidação do Liberalismo em um período de transição

CAPÍTULO 2 - 82

**A imprensa paranaense no final do século XIX:
instrumento de consolidação
do Liberalismo Republicano**

CAPÍTULO 3 - 126

**Projeto paranaense de civilização nas
páginas da revista Clube Curitibano**

CONSIDERAÇÕES FINAIS - 169

Referências - 180

Apêndices - 197

Anexos - 209

Sobre as autoras - 213

Introdução

[...] é o dever da imprensa tomar a palavra em favor dos oprimidos à sua volta [...]. O primeiro dever da imprensa, portanto, é minar todas as bases do sistema político existente (MARX, 1980, p.70).

O Brasil, na segunda metade do século XIX, já apresentava algumas mudanças que impulsionavam o país para a Proclamação da República, que se efetivou em 15 de novembro de 1889. “A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, a Abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras, a campanha pela federação [...]” (COSTA, 1999, p. 451), dentre outras, traziam novos ares à nação brasileira, isto é, ares de progresso, de modernidade.

Essa mudança de regime ocorreu em dois momentos. O primeiro, de 1889 a 1894, denominado de República da Espada, em que os militares afirmavam ter assumido o poder com sustentação de parte da oligarquia e de outros setores liberais, com o intuito de garantir a manutenção da República. No entanto, “[...] o caráter nitidamente militar do golpe republicano¹ [...] introduziu na política do país um novo elemento [...]: a espada. [...]’ O militar político tornar-se-á um dos personagens centrais do novo regime, e o apelo às armas se faz, em conseqüência, frequente”² (PRADO JÚNIOR, 1981, p.162). Os reflexos dessa postura militar são percebidos nos primeiros anos do novo regime, pois “[...] à agitação política do país se

1. Além de Prado Júnior (1981), autores como Costa (1999), Castro (2000), Silva (2011) e Carvalho (2017) defendem a versão de que a Proclamação da República resultou de um golpe militar.

2. Na história da República brasileira, as Forças Armadas tiveram, em alguns momentos, um papel importante na manutenção “da ordem e do progresso”, ou seja, a serviço dos setores econômicos predominantes. Entre eles, citamos, por exemplo, a Proclamação da República; o Estado Novo; o Golpe de 1964; e, atualmente, o apelo de grupos políticos de extrema direita à intervenção militar. Em todos esses períodos, com suas particularidades, as Forças Armadas atuaram para preservar os interesses do capital e impedir reformas políticas que poderiam acirrar as contradições do modo de produção capitalista.

acrescentam golpes de força e a guerra civil que desencadeada em 1893, lavrará até 1895” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 162).

Já o segundo momento teve início em 1895 e se estendeu por mais de três décadas, ficando conhecido como a República Oligárquica, pois o cenário político brasileiro foi dominado pelas elites agrárias, sobretudo as dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A predominância das oligarquias rurais, até o ano de 1930, ocorreu em decorrência da fragilidade das classes médias e do proletariado urbano (COSTA, 1999).

Embora o novo regime tenha se consolidado já na primeira década, as finanças brasileiras enfrentaram sérios problemas (COSTA, 1999), pois “Do império unitário, o Brasil passou [...] para uma federação largamente descentralizada que entregou às antigas províncias, [...] autonomia administrativa, financeira e até política. [...]” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 162).

Um outro aspecto importante é que, no período compreendido como Primeira República (1889-1930), houve a quebra dos frágeis pilares³ do liberalismo político- econômico brasileiro. Isso resultou na tomada de medidas antiliberais que repercutiram na economia da época.

No governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, ocorreu o “Encilhamento”⁴. O então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa⁵, no intuito de transformar o Brasil num polo industrial, procurou estimular o crescimento econômico do país por meio da expansão do

3. No Brasil, tivemos nesse período: política dos governadores e do café com leite (fragilidade republicana); as mulheres sem direito ao voto; prática do voto de cabresto (justiça eleitoral fragilizada, pois não havia igualdade entre os eleitores no que diz respeito à escolha de representantes políticos); valorização do setor cafeeiro em detrimento de outros setores econômicos. Essas eram algumas das condições concretas que estavam em dissonância com o liberalismo (DIAS, 2019).

4. Encilhamento: ato de encilhar os cavalos antes da corrida, quando se intensifica o movimento das apostas. (ENCILHAMENTO, 2019).

5. Rui Barbosa: político, diplomata e jurista brasileiro. Reconhecido como “O Águia de Haia”. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras, presidindo-a entre 1908 e 1919. Participou da Associação Acadêmica Abolicionista. Foi diretor do Diário da Bahia. Membro do Partido Liberal. Defensor da liberdade religiosa, do regime federativo e das reformas eleitoral e do ensino. Defendeu a libertação dos escravos sexagenários. Foi redator chefe do Diário de Notícias. Ministro da Fazenda no governo de Deodoro. Dois fatos marcaram sua passagem: Constituição de 1891, quase toda de sua autoria, e o encilhamento. Depois de graves crises e violenta inflação, deixou o governo. (RUI BARBOSA, 2019).

comércio e da agricultura. No entanto, a política do “Encilhamento” transformou-se, nos anos de 1890 e 1891, em crise econômica do “Encilhamento”, que se abateu sobre o Brasil “[...], particularmente nas praças comerciais do Rio de Janeiro e São Paulo. [...]” (2011, p. 66). Essa expressão, por analogia, indica a confusão, a desordem e a balburdia que se instalara no país como ocorre nos hipódromos no momento das apostas, enquanto os jóqueis encilham seus cavalos de corrida.

Essa crise gerou ações ilícitas, tais como: a criação de empresas que nunca desenvolveram atividades, um aumento significativo da especulação financeira na Bolsa de Valores, bem como o aumento vertiginoso da inflação e da dívida externa. Como uma medida antiliberal, em 1906, foi acordado pelos presidentes de três estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), na cidade de Taubaté, no interior de São Paulo, o “Convênio de Taubaté”⁶ (SCANTIMBURGO, 1996).

A primeira Constituição Republicana do Brasil, influenciada pelas Constituições dos Estados Unidos da América, da República Argentina e da Suíça, resultante de uma Assembleia Constituinte, foi promulgada em 1891. Seus principais realizadores foram Ruy Barbosa e Prudente de Moraes. Entretanto, somente dois anos mais tarde é que os brasileiros com direito ao voto⁷ puderam escolher se preferiam o governo presidencialista ou parlamentarista. A opção pelo presidencialismo, naquele momento histórico, só veio a legitimar o golpe planejado e executado pelos republicanos em 1890 (COSTA, 1999).

Nesse período de transição entre o regime monárquico e o regime republicano, a imprensa brasileira viveu momentos de tensão, fruto do Decreto nº 85A, assinado pelo Marechal Deodoro da

6. O “Convênio de Taubaté” tinha como objetivo colocar em prática um plano de valorização do café, garantindo o preço do produto por meio da compra, pelo governo federal, do excedente da produção. Aprovado pelo Congresso, transformou-se no Decreto nº 1.489, de 6 de agosto do mesmo ano (ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL, 2018).

7. O voto não era permitido aos analfabetos, mendigos, religiosos das ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, militares que não eram oficiais de patente, com exceção dos alunos das escolas militares de ensino superior. Essa exceção era em agradecimento pelo apoio da maioria dos cadetes ao ideário republicano (ALEIXO; KRAMER, 2010).

Fonseca, chefe do governo provisório do Brasil, que instituiu a censura à imprensa, determinando que aquele que transgredisse essa normatização, uma vez que a imprensa era vista por ele como incentivadora de conflitos, seria julgado por uma junta militar⁸.

Esse fato foi bastante revelador, colocando em cheque o discurso liberal republicano de que todos teriam enfim a liberdade de expressão tão almejada. No entanto, na prática, essa liberdade limitava-se ao apoio irrestrito à causa republicana. Qualquer outro posicionamento que gerasse conflitos ideológicos deveria ser reprimido com os rigores da lei, empregados em defesa dos direitos da minoria burguesa⁹ que havia assumido o poder.

Em se tratando do Paraná, não temos notícias de que a República tenha sido recebida com entusiasmo pela população e pela esfera política. Parte da classe dominante, ou seja, cafeicultores e ervateiros, sentia-se confortável com a Monarquia e o povo não compreendia em que a mudança de regime poderia alterar sua situação de dominado e explorado. Os discursos republicanos, assim como os discursos políticos atuais, estrategicamente, não passavam de demagogias que arrastavam ou que paralisavam, pois não visavam esclarecer e educar politicamente o povo, apenas defendiam o ideário de uma outra minoria burguesa¹⁰ insatisfeita com a Monarquia.

Apesar de o povo manter-se apático em relação à mudança de regime, é inegável que houve um significativo progresso no que tange às atividades econômicas, em especial, à extração da erva-mate e ao desenvolvimento da política imigratória. O desejo de

8. Decreto 85A (BRASIL. DECRETO 85A, 1889).

9. “Em seus Princípios do comunismo (1847), Engels definiu burguesia como “a classe dos grandes capitalistas que, em todos os países desenvolvidos, detém, hoje em dia, quase que exclusivamente, a propriedade de todos os meios de consumo e das matérias-primas e instrumentos (máquinas, fábricas) necessários à sua produção”. E, em uma nota à edição inglesa de 1888 do Manifesto comunista, como “a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios da produção social e empregadores do trabalho assalariado” (BOTTO-MORE, 1983, p. 55). No caso do Brasil, em nosso recorte temporal, a elite, a classe dominante eram os latifundiários, que denominamos, neste estudo, de burgueses.

10. “[...] O burguês já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante [...]. A Independência, rompendo o estatuto colonial, criou condições de expansão da “burguesia” e, em particular, de valorização social crescente do “alto comércio. [...]” (FERNANDES, 2005, p. 34).

modernização do estado tomou conta da elite paranaense (MELO; MACHADO, 2010).

Os curitibanos, nascidos na capital ou oriundos de cidades interioranas paranaenses ou de outros estados brasileiros, a exemplo das transformações ocorridas nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, foram envolvidos pelo desejo de mudanças, ignorando que a “[...] modernização, aliada à urbanização, se fez apenas de fachada, dentro dos limites das cidades mais importantes. Frequentemente [sic], não a muitos quilômetros de distância, o caboclo vegetava, à margem do progresso” (COSTA, 1999, p. 265), o que evidenciava as contradições da tão desejada modernidade que ampliava o rol de possibilidades, de conforto e bem-estar da elite e de privações, exploração e abandono da população interiorana e da capital com baixo poder aquisitivo.

Após a Proclamação da República, surgem inúmeros periódicos no cenário nacional e estadual, dentre eles, a Revista Clube Curitibano¹¹. Esse periódico literário educacional circulou na capital paranaense a partir de 1890, fruto da materialização das discussões de um grupo de intelectuais abolicionistas e republicanos, que se reunia regularmente nos salões do Clube Curitibano¹² para falar de literatura. Os colaboradores dessa revista e de outros periódicos literários e educacionais da época eram educadores, juristas, jornalistas, escritores e poetas simbolistas¹³.

11. Dario Vellozo, diretor literário da Revista Clube Curitibano, publicou, na 15ª edição de 1894, uma carta reposta direcionada ao redator do periódico, João Ferreira Leite. No final dessa carta, ele informa que “[...]para mais uniformidade orthographica, e por me parecer mais correcto e harmonioso, substitui o *curitybano* (do Club) por *coritibano*.[...]” (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1894, n. 15, p. 3, grifos do autor). Neste estudo, usaremos a nomenclatura “Clube Curitibano” sempre que nos referirmos ao periódico, no entanto, nos excertos do impresso, usaremos a grafia da época para o nome da Revista (Club Curytibano ou Club Coritibano).

12. Fundado em 25 de setembro de 1881, refúgio cultural e social da sociedade curitibana. Atualmente, os associados desfrutam de um dos melhores clubes da América Latina (CLUBE CURITIBANO, 2018).

13. Adeptos do movimento literário brasileiro denominado de Simbolismo, que teve início em 1893 com as obras *Missal* e *Broquéis*, do poeta Cruz e Souza. Os poetas simbolistas eram conhecidos pela subjetividade, misticismo e culto à cultura oriental em suas obras. No Paraná, esse movimento foi bastante significativo, tendo como principais representantes: Dario Vellozo e Emiliano Perneta (GARZUZE, 2009).

Em meio a tantas contradições, expectativas e turbulências relacionadas ao desejo de progresso, promessas de melhoria das condições de vida dos brasileiros e controle por parte do novo governo, constituiu-se o nosso objeto de pesquisa: o projeto paranaense de civilização do início da Primeira República (1890-1898). Esse projeto, neste estudo, é compreendido como um projeto liberal capitalista, que consolida o ideário republicano defendido pela classe burguesa curitibana. Trata-se, portanto, de um projeto educacional, não formal, gestado e disseminado em dois espaços: na agremiação Clube Curitibano e na revista *Cube Curitibano*, nossa fonte primária.

É inegável que a disseminação do liberalismo, no Paraná, no final do século XIX, contou com uma grande aliada, a imprensa. Seus colaboradores, os intelectuais¹⁴ da época, por meio de periódicos (jornais, revistas e boletins) eram os porta vozes dessa ideologia, organizadores e mantenedores da hegemonia da classe a que pertenciam, a burguesia.

A análise da atuação da imprensa literária educacional¹⁵ curitibana, por meio da *Revista Clube Curitibano*, nossa fonte primária, e a compreensão dos seus objetivos nos deram indicativos do projeto de civilização da sociedade paranaense, nosso objeto de pesquisa, pois

[...] a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista [...] – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (SODRÉ, 1999, p. 1).

14. Marx utiliza alguns termos e expressões ao se referir aos intelectuais, tais como: ““ideólogos”, “representações intelectuais e literárias” de uma determinada classe, “cientistas”, “filósofos”, “artistas”, [...]. Em muitas passagens [...] não usa produção intelectual e sim “espiritual”. Em algumas passagens usa o termo “intelectual” [...]” (VIANA, 2013, p. 15). Na obra *A ideologia alemã* (2007), por exemplo, encontramos referências aos intelectuais, também chamados por Marx e Engels de ideólogos.

15. A presença da literatura em verso e prosa em periódicos educacionais do início da Primeira República era comum. Além de muitos colaboradores dos jornais e revistas serem literatos, também defendiam a arte literária como importante espaço educativo da sensibilidade.

Essa diversidade deveria oportunizar a formação de sujeitos leitores que transitassem com tranquilidade entre o universo da vida cotidiana, o universo cultural/literário/educacional e o universo pedagógico, representado pela escola formal, sem se submeter a dogmas religiosos (ZOMER, 2013) ou de qualquer outra ordem. No entanto, o caráter ideológico da imprensa privilegiava a doutrinação dos leitores, curvando-se, muitas vezes, à ideologia dominante em detrimento da formação política do seu público alvo.

Diante desse desafio, identificamos o papel da imprensa no início da Primeira República, em especial do periódico Clube Curitibano, fonte primária de análise desta pesquisa, o que nos impôs “[...] a tarefa de articulá-la à problemática no interior do campo de luta social no qual emerge ou emergiu” (MACHADO; RODRIGUES, 2017, p. 256- 257) a sociedade curitibana do final do século XIX.

Muito embora essa revista tenha sido essencialmente literária, já no seu primeiro número, ao apresentar as intenções do novo periódico, os editores reforçaram o seu caráter literário educativo, afirmando que “[...] O <<Club Curitibano>>, órgão da associação deste nome, tem o objectivo de pôr os sócios a par de seu movimento litterario e diversivo e concorrer para educar-lhes e elevar-lhes o espirito e o coração, a intelligencia e o sentimento [...]”¹⁶ (Revista Club Curitybano, 1890, n.1, p.1, grifo do autor). Não podemos perder de vista que literatura é arte, é cultura, é educação, então é necessário considerarmos que, se “[...] a educação é prática social que se estrutura a partir do que é veiculado pela cultura, a imprensa tem seu lugar na educação dos homens na sociedade [...]” (SCHELBAUER; ARAÚJO, 2007, p. 5), pois ao contrário dos livros que trazem um conhecimento estático, a imprensa traz um conhecimento em constante movimento.

Cultura e educação, no início da Primeira República, caminhavam lado a lado, ou seja, os intelectuais da época transitavam entre essas esferas. Dentre esses intelectuais, Dario Persiano de Castro Vellozo foi um dos que se destacou pela sua participação nesse momento de transição. Além de fundar e colaborar com jornais e revistas, de 1889 a 1920, escreveu 27 livros (DENIPOTI, 2001).

16. Todas as vezes que usarmos citações extraídas da Revista Clube Curitibano, nossa fonte primária, usaremos itálico e respeitaremos a grafia do texto original e do nome do periódico.

Se considerarmos o importante papel educativo da imprensa brasileira, sobretudo no final do século XIX, perceberemos o quanto “[...] caminhava ao lado da escola”, pois garantia a circulação de “[...] leis, nomeações, romances, anúncios, textos científicos, poesias, crônicas, debates, convites, enfim, a sociedade também circulava ali” (BISERRA; COSTA, 2016, p. 137).

Nessa perspectiva, tornou-se relevante a identificação e a análise do projeto de civilização proposto pelos intelectuais colaboradores da Revista Clube Curitibano, disseminado em suas páginas, nos exemplares dos anos de 1890 a 1898. A análise desse projeto nos levou à compreensão de alguns aspectos que foram o pano de fundo para resolução do nosso problema de pesquisa, tais como: a relevância do Clube Curitibano e da Revista Clube Curitibano para a classe burguesa da capital paranaense da época em análise; o ideário liberal que permeava o discurso dos intelectuais fundadores e colaboradores dessa revista; a inseparável relação entre literatura e educação; a finalidade da imprensa, na primeira década da Primeira República, na disseminação de ideias, de ideologias, e suas contradições no âmbito da sociedade paranaense, mais especificamente, a curitibana, e o poder da palavra escrita na formação doutrinária ou revolucionária dos leitores alfabetizados, no final do século XIX, pois a maioria da população de Curitiba era analfabeta. Para essas pessoas, “[...] o mundo de palavras era inteiramente oral e, conseqüentemente, a língua de qualquer escrito, oficial ou não, não tinha outro significado a não ser o de lembrá-los crescentemente de sua falta de conhecimento e poder” (HOBSBAWM, 1990, p. 138).

Diante do exposto, justificamos a proposição deste estudo no que tange ao seu objeto de análise e à fonte primária selecionada. Não podemos deixar de ressaltar a importância da imprensa para os estudos no campo da História da Educação, pois ela vem “[...] contribuindo para novas interpretações sobre o pensamento educacional, em virtude de que a palavra escrita pode em qualquer tempo e lugar ser utilizada na construção de interpretações históricas [...]” (ZANLORENZI, 2010, p. 65). Os periódicos educacionais expressam as ideologias vigentes e suas ressonâncias, isto é, o movimento da história respaldado pelas condições materiais de produção.

Com base nessa materialidade, podemos afirmar que o projeto de civilização¹⁷, do final do século XIX, no Estado do Paraná, encampado por educadores e escritores simbolistas, disseminado nas páginas da Revista Clube Curitibano (1890 – 1898), era liberal¹⁸. Havia um discurso bastante convincente de que o progresso, a modernidade e a civilização eram para todos, no entanto, esse “todos” restringia-se à classe dominante, alfabetizada, detentora do capital financeiro, intelectual e cultural na época. A partir dessa tese e de sua contratese, coube aqui o questionamento que impulsionou este estudo: Que princípios do liberalismo se faziam presentes nas publicações da Revista Clube Curitibano e como esses princípios influenciaram o projeto de civilização construído e disseminado pelos colaboradores desse periódico?

Para responder essa pergunta, estabelecemos os seguintes objetivos geral e específicos, respectivamente: analisar as ideias disseminadas e o papel desempenhado pela Revista Clube Curitibano no processo de civilização, modernidade e progresso da sociedade paranaense; analisar a materialidade econômica, social, política e cultural educacional do Brasil e do Paraná, mostrando as contradições do liberalismo e do capitalismo no final do século XIX; identificar os espaços de circulação dos educadores e literatos simbolistas paranaenses, nos anos de 1890 a 1898, em especial, o Clube Curitibano; desvelar o papel da imprensa, sobretudo da Revista Clube Curitibano, de seus colaboradores e do Movimento Simbolista na primeira década da República; analisar textos extraídos da Revista Clube Curitibano a partir das principais acepções de análise: liberalismo, educação, civilização, progresso e modernidade.

17. Entendemos que o projeto de civilização encampado pelo Clube Curitibano e pela Revista Clube Curitibano era um projeto liberal educacional, que foi sendo construído e consolidado, em espaços não formais (agremiação e imprensa, materializada em sua revista), pela burguesia curitibana.

18. A respeito do projeto liberal disseminado pela Revista Clube Curitibano, no início da Primeira República, apresentamos uma comunicação oral com publicação de resumo expandido nos anais do III SIPERS – 25 anos de PPGE UEPG, intitulado “Revista Clube Curitibano e o projeto liberal em curso”. (Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/sipers-/trabalho/91952>. Acesso em: 25 set. 2019). Para isso, utilizamos informações da introdução, apresentando de forma sucinta a pesquisa que ainda estava em curso.

Trata-se de um estudo que procura não se ater à mera descrição das ideias culturais/educacionais e aos fatos históricos publicados nos artigos da Revista Clube Curitibano, no recorte temporal que vai de 1890 a 1898. Se assim o fosse, a história seria tratada como algo estático, linear, harmonioso, e isso só pode ser admitido no plano metafísico.

Por ser uma pesquisa documental, envolvendo revistas e documentos muito antigos, tivemos que realizar nossa coleta de dados em instituições localizadas na cidade de Curitiba-PR, sendo elas: Biblioteca do Clube Curitibano; Projeto Memória da Sede Concórdia do Clube Curitibano; Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba; Instituto Neo Pitagórico (INP); Museu Paranaense; Biblioteca Pública Estadual; Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) e o Centro Cultural Solar do Barão do Serro Azul, que foi residência de Ildefonso Pereira Correia (1849 - 1894), um dos fundadores do Clube e primeiro presidente da agremiação. Atualmente, o imóvel foi restaurado, tombado e está aberto à visitação.

Nosso recorte temporal, 1890 a 1898, corresponde às publicações da Revista Clube Curitibano a que tivemos acesso, pois fazem parte do acervo da biblioteca do Clube¹⁹.

Obtivemos com a bibliotecária da agremiação e com a historiadora responsável pelo Projeto Memória da Sede Concórdia do Clube Curitibano: histórico de fundação do Clube, algumas notícias sobre ele, dentro do nosso recorte temporal, no Jornal O Dezenove de Dezembro, e alguns exemplares de edições comemorativas da Revista (1932, 1950, 1962, 1985 e 1996), que trazem o histórico da agremiação e do seu impresso²⁰.

19. Segundo informações orais de Carolina Damrat, historiadora responsável pelo Projeto Memória da sede Concórdia do Clube Curitibano no período em que fizemos a coleta de dados, no acervo da agremiação, há as revistas de 1890 a 1898. Depois desse ano, há cinco exemplares comemorativos datados de 1932, 1950, 1962, 1985 e 1996. Ela não soube informar se havia uma revista periódica na mesma época. A revista volta a ter uma periodicidade mensal depois de 1950 e vai nesse formato até 1953, daí ela volta a sofrer alterações em sua frequência. Entre idas e vindas, o formato de 'revista' com edições mensais é definido mesmo na década de 1990 e se mantém até hoje com a proposta de ser um veículo informativo para os sócios do clube.

20. Ao consultarmos a página do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, encontramos na sua estante paranista o livro "Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)", de Osvaldo Pilotto, que

A postura epistemológica que adotamos nesta pesquisa advém do estudo teórico-metodológico do materialismo histórico, respaldado pelos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels. Nessa perspectiva, não há espaço para a neutralidade, pois “[...] funda-se na dialética da realidade. A base filosófica da dialética [...] vai de Heráclito à Hegel e de Hegel para o pensamento marxista que instituiu uma nova dialética fundada no materialismo histórico” (GOMIDE, 2016, p. 1). Esse aporte teórico caracterizou-se no contexto de uma ontologia do ser social²¹.

Partimos, portanto, da realidade caótica, da materialidade do período histórico selecionado, para identificarmos e analisarmos o projeto de civilização difundido pela Revista Clube Curitibano e as suas consequências para a sociedade, ou seja, como esse projeto contribuiu para que a sociedade curitibana se constituísse e se tornasse o que é hoje. Para isso, trabalhamos com as categorias²² totalidade, mediação, contradição, ideologia, classe social e alienação, que expressam aspectos fundamentais das relações dos homens que se interrelacionam e que também estabelecem relações com a natureza (MARX, 1983). Essas categorias foram surgindo ao analisarmos os fenômenos que existem na realidade social, por isso não foram definidas a priori.

Ao empregarmos o método do materialismo histórico, partimos do concreto, da realidade histórica da época, para compreendermos

está esgotado. No entanto, tivemos acesso à obra na Biblioteca virtual do Museu Paranaense, utilizando-o como fonte de pesquisa. Em uma das nossas idas a Curitiba, visitamos também o Instituto Neo Pitagórico, fundado por Dario Vellozo, um dos mais importantes colaboradores da revista Clube Curitibano. O Instituto dispõe de alguns exemplares da revista e uma biblioteca com muitas obras já esgotadas no mercado editorial. No entanto, não pudemos ter acesso ao acervo porque estavam, na época, com uma infestação de cupins e, em decorrência disso, a biblioteca estava interdita.

21. Para Marx, a ontologia do ser social se refere às primeiras reflexões antiespeculativas, iniciadas na década de 40 do século XIX, iniciando um processo de novos referenciais que se contrapuseram à reflexão abstrata, lógica, ideal. Houve a necessidade de pensar a objetividade, traduzida na questão do trabalho. Essa radicalidade hierárquica do mundo sobre a subjetividade é que institui o perfil ontológico e revolucionário da teoria marxiana. Tal perspectiva assinala o rompimento com o idealismo hegeliano [...] (COSTA, 2010, p. 1).

22. Quando utilizamos o materialismo histórico, sabemos que há categorias marxianas que são próprias desse método, portanto universais, tais como: práxis; totalidade; contradição; ideologia, etc. Essas categorias foram fluindo ao longo da pesquisa, principalmente quando realizamos as análises. Se bem empregadas/desenvolvidas, serão percebidas pelos interlocutores desta pesquisa.

o concreto pensado, desvelado²³. Isso significa que a totalidade, “[...] tal como aparece na mente, como um todo pensado, é um produto do cérebro pensante [...]” (MARX, 1978, p. 117), ou seja, não está acabada e nem se encontra estática.

Essa perspectiva epistemológica que norteou nossa pesquisa possibilitou um olhar mais criterioso e crítico sobre a realidade e seu entorno. Então é necessário compreendermos que, na perspectiva do materialismo histórico,

[...] não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (MARX; ENGELS, 1998, p. 19).

Assim sendo, só nos foi possível captar as contradições que permearam o nosso objeto de análise, ampliando nosso foco, isto é, nos debruçando sobre a totalidade, sobre as relações que se estabeleceram ao derredor. Contudo, o olhar sobre a totalidade se esvaziaria se não nos utilizássemos da categoria mediação, isto é, se não entendêssemos a totalidade como a síntese de inúmeros elementos interligados para assim estabelecermos as relações, os nexos entre esses elementos, desvelando as contradições²⁴ que se instalam nessas relações. Foi por meio da mediação que efetivamos as articulações entre o particular e o geral, entre o todo e suas partes.

23. O emprego do verbo “desvelar”, neste estudo, parece-nos bastante coerente com a perspectiva epistemológica adotada. Na sua essência, desvelar significa tornar visível aquilo que está escondido, tirar o véu, tornando claro algo que não se mostra na sua totalidade. Portanto “desvelar” vai ao encontro dos preceitos marxianos que visam olhar para a realidade como ela é e não como os outros dizem que ela aparenta ser.

24. Contradição: Seu extremo oposto é a identidade. Algo é idêntico quando não se pode distinguir uma diferença. Se existem distinções, a identidade se transforma em diferença. Se a diferença se aprofunda, há contrariedade e contraposição. Se a oposição se agudiza, a contrariedade se transforma em contradição. Nesse caso, os polos opostos já não são apenas diferentes, mas contraditórios e antagonísticos (não podem se conciliar) (KOHAN, 2011).

Além disso, consideramos que a realidade que nos cerca está impregnada de ideologias, isto é, um “[...] agregado de ideias que procuram ocultar a sua origem nos interesses sociais de um grupo específico da sociedade” (MARX; ENGELS, 1998), e que podem ofuscar os olhos daqueles que buscam a essência das coisas. Isso acontece porque esse agregado de ideias é tão bem estruturado, tão convincente que acaba sendo defendido e incorporado justamente por aqueles que são oprimidos e explorados pela ideologia vigente. Uma contradição que só pôde ser compreendida pela análise das categorias: classe social²⁵ e alienação²⁶.

Ao considerarmos que “[...] o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 2013, p. 90), esse ideal só pôde ser analisado por um sistema de categorias que foram construídas à medida que fomos nos apropriando do nosso objeto de estudo. Essas categorias foram o fio condutor da investigação e da análise.

É mister ressaltarmos a importância de termos clareza do nosso ponto de partida, definido, na perspectiva marxiana, como totalidade, isto é, um “[...] produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é a elaboração da intuição e da representação em conceitos” (MARX, 2009, p. 259). Trata-se de uma síntese das múltiplas determinações, isto é, a compreensão da gênese do objeto de análise e das relações que estabelece na sociedade (MARX, 2013). Sem essa compreensão, corremos o risco de uma interpretação pontual, portanto superficial e duvidosa do nosso objeto de análise.

25. Classes sociais: Grandes conjuntos de seres humanos que compartilham um mesmo modo de vida e uma mesma condição de existência. Diferenciam-se, enfrentam-se entre si, constroem sua própria identidade social e se definem tanto pela propriedade ou não dos meios de produção, como pelos seus interesses, sua cultura política, sua experiência de luta, suas tradições e sua consciência de classe (de si mesmos e de seus inimigos) (KOHAN, 2011).

26. Alienação: Processo histórico-social no qual o produto do trabalho humano torna-se independente, se autonomiza, escapando ao controle racional e virando-se contra seu criador. Apesar de, etimologicamente, alienação possuir uma origem psicológica, Marx utilizou o termo também no seu aspecto econômico, ao se referir à alienação no trabalho e suas consequências no cotidiano das pessoas. Marx também observou a alienação da sociedade burguesa (KOHAN, 2011).

Após a coleta de dados documentais, partimos para a análise desse material na perspectiva teórica do materialismo histórico. Essa análise não ocorreu de forma isolada, como se por si só os documentos fossem suficientes para desvelar a realidade material da época. Cada documento foi analisado dentro de um contexto maior, educacional, social, político e econômico, pois nada existe isolado do mundo que o cerca.

Dessa forma, a análise de conteúdo da revista literária educacional *Clube Curitibano*, dos anos de 1890 a 1898, efetivou-se com o auxílio do *software NVivo*²⁷, um programa que organizou e categorizou as informações textuais de 152 exemplares do periódico. O NVivo ajudou “[...] a descobrir tendências e a sistematizar análises, facilitando uma rápida reexaminação dos dados” (ALVES; FIGUEIREDO FILHO; HENRIQUE, 2015, p. 122), o que agilizou a seleção dos artigos dos quais retiramos os excertos para exemplificar nossas reflexões. Além disso, essa ferramenta oportunizou a organização de campos semânticos²⁸ que enriqueceram a análise.

A utilização desse *software* propiciou, num primeiro momento, a organização e o agrupamento de textos. Por meio desse movimento inicial, conseguimos observar a frequência das palavras nos exemplares, facilitando o reconhecimento das categorias (totalidade, contradição, ideologia, mediação, classe social e alienação). A associação dessas palavras, numa perspectiva de campo semântico, deu visibilidade ao projeto de civilização paranaense do final do século XIX e às principais acepções de análise: liberalismo, educação, civilização, progresso e modernidade.

27. “O NVivo foi desenvolvido pela Universidade de La Trobe, na Austrália, o *software* tem como princípios a codificação e o armazenamento do texto em categorias. Permite a aplicação da análise de conteúdo de Bardin (2011, p. 44), que a descreve como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, a ferramenta auxilia na análise qualitativa de dados disponíveis em texto (Word, PDF ou bloco de notas), imagem, áudio e vídeo, tendo como princípios a codificação e o armazenamento do texto em categorias” (CAVALCANTI et al., 2017, p. 1).

28. A expressão campo semântico é usada em linguística quando se tem uma série de unidades lexicais que apresentam características comuns em seus significados. São palavras de grafias diferentes que apresentam significados que possuem uma certa relação, isto é, características semânticas em comum (CAMPO SEMÂNTICO, 2019).

Em se tratando desta pesquisa, em que utilizamos como fonte primária a Revista Clube Curitibano, à medida que íamos realizando as análises que nos levavam ao concreto pensado, percebíamos a importância da imprensa para o estudo da história da educação, tanto formal, em educandários, quanto informal, em agremiações e outros espaços educativos.

A imprensa, numa perspectiva marxiana, deveria “[...] ser o cão-de-guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade” (MARX, 1980, p. 68), preservando assim a livre expressão de cada indivíduo. No entanto, essa liberdade, desde os seus primórdios, tem sido substituída pela expressão controlada, tendenciosa e doutrinadora da classe burguesa. Isso fez e faz da imprensa uma grande contradição.

De uma forma sutil, mas não menos opressora, impregnada de uma carga ideológica, a imprensa tem sido disseminadora das ideias liberais²⁹ que interessam diretamente à classe dominante. Em especial, na primeira década da Primeira República, esse veículo de informação foi estratégico na disseminação desse ideário.

Assim, vale lembrar que o liberalismo brasileiro

[...] só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades. Considerando que as mesmas palavras podem ter significados diferentes em contextos distintos, devemos ir além de uma análise formal do discurso liberal e relacionar a retórica com a prática liberal, de modo que possamos definir a especificidade do liberalismo brasileiro. Em outras palavras, é preciso desconstruir o discurso liberal (COSTA, 1999, p. 123).

Se esse discurso não pôde ser desconstruído pela imprensa, como defende Marx e Engels (1998), pois já estava arraigado nesse

29. O pensamento liberal teve sua origem no séc. XVII, com os trabalhos sobre política publicados pelo filósofo inglês John Locke. Já no século XVIII, o liberalismo econômico ganhou força com as ideias defendidas pelo filósofo e economista escocês Adam Smith (LOMBARDI; SANFELICE, 2007).

veículo de informação e (de)formação, perpetuado pelos intelectuais da época, cuja credibilidade parecia incontestável, então foi necessário desconstruir as ideias por eles propagadas, buscando captar a sua intencionalidade social, política e econômica. Até mesmo as críticas veiculadas precisaram ser ponderadas, visto que podiam fazer parte das estratégias de convencimento tão bem estruturadas pela imprensa.

O liberalismo mantido ideologicamente possibilita dar “[...] aos pensamentos a forma de universalidade, representando-os como únicos verdadeiramente válidos” (MARX; ENGELS, 1979, p. 57). Dessa forma, há um escamoteamento da realidade, na sua essência, dando lugar a uma realidade aparente, imaginária. Logo, imprensa e liberalismo se complementam, pois, ambos trabalham ideologicamente com o discurso, com a arte do convencimento.

Na perspectiva epistemológica do materialismo histórico, a compreensão das ideias liberais disseminadas pelo periódico Clube Curitibano passou por uma ampla e profunda análise da materialidade da sociedade brasileira da época. Além disso, não pudemos desconsiderar que a imprensa, nesse caso representada pela revista, foi um veículo de comunicação e como tal, conduzido por pessoas que detinham um certo prestígio na sociedade da época, os chamados intelectuais.

Nos escritos de Marx, não há uma discussão específica sobre a concepção de intelectual. No entanto, consideramos relevante para a análise do nosso objeto, abordarmos como foi construída essa concepção no início da Primeira República, uma vez que está diretamente ligada ao ideário liberal e à imprensa como veículo ideológico de disseminação de ideias.

É importante ressaltarmos que a análise crítica da totalidade é que nos deu visibilidade do projeto paranaense de civilização do final do século XIX. Além disso, há um outro aspecto relevante que foi analisado: a vertente literária simbolista dos intelectuais que colaboravam com a Revista Clube Curitibano e a repercussão dessa produção em âmbito estadual (Paraná) e em âmbito nacional (Brasil).

[...] O simbolismo foi uma típica manifestação cultural da passagem do século. Teve como característica a sofisticação, o culto a valores aristocráticos, usados como uma reação ao pensamento racionalista, o misticismo e a influência de culturas orientais (VOITCH, 2008, p.1).

A estética simbolista se manteve em destaque no Paraná até a década de 1930, quando surgiu uma nova estética, o Modernismo, que já era conhecido em São Paulo e Rio de Janeiro. Assim sendo, consideramos que a concepção de intelectual e o movimento simbolista paranaense foram acepções complementares importantes para a compreensão do nosso objeto de análise.

Diante desse amplo quadro de determinações que respaldaram nosso objeto, podemos afirmar que o melhor caminho teórico-metodológico foi o materialismo histórico, pois contribuiu para a compreensão da realidade a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade.

Defendemos, também, que nossa tese, que agora torna-se livro, é inédita, a partir da realização da pesquisa de cunho bibliográfico denominada de estado do conhecimento³⁰ sobre a utilização da imprensa periódica em dissertações e teses dos programas de pós-graduação em Educação, linha de pesquisa História da Educação, que analisam projetos de civilização; projeto republicano; progresso; civilização; modernidade, utilizando esses e outros termos ou expressões afins.

A revista que utilizamos como fonte primária é citada com certa frequência nos estudos que tratam da história da educação paranaense permeada pela imprensa. Contudo, não encontramos nenhuma dissertação ou tese em Educação que analisasse essa revista enquanto fonte primária na perspectiva epistemológica do materialismo histórico.

Selecionamos, a princípio, sete dissertações e três teses, a partir da busca que realizamos na Plataforma Sucupira³¹, cursos recomen-

30. Pesquisas bibliográficas que visam mapear e discutir artigos, dissertações, teses e comunicações em anais de congressos e de seminários, em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados em diferentes épocas e lugares (FERREIRA, 2002)

31. A Plataforma Sucupira é uma “[...] nova e importante ferramenta para coletar informações, reali-

dados e reconhecidos, em todos os programas de pós-graduação em Educação³², linha de pesquisa História da Educação, até o ano de 2017. Uma quarta tese nos foi indicada pelos colegas do grupo de pesquisa HISTEDBR Campos Gerais, sendo do programa de pós-graduação em História. Todas essas produções acadêmicas estão relacionadas no APÊNDICE A.

Na busca por trabalhos relacionados à nossa pesquisa, apoiamo-nos no estudo de Zanlorenzi (2018)³³, que seleciona três dissertações e duas teses para análise (APÊNDICE B). Para complementar nossa busca, recorreremos ao artigo de Biserra e Costa (2016)³⁴, que apresenta um levantamento das produções que utilizam a imprensa em trabalhos sobre história da educação, no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, no período de 2007 a 2015. Dos trabalhos analisados, somente uma dissertação foi ao encontro do nosso estudo e já a havíamos selecionado na Plataforma Sucupira.

Todos os trabalhos selecionados tratam da história da educação brasileira por meio da imprensa e apresentam alguma relação mais estreita com nossa pesquisa, seja pelo recorte temporal³⁵, pelo uso de jornais ou revistas como objeto de análise e ou como fonte primária, por discutirem projetos liberais de: civilização, republicanos, de progresso e de modernidade voltados à educação³⁶ e por irem ao encontro da nossa ânsia em compreender qual era a concepção de intelectual, no período pesquisado, ainda que em perspectivas teóricas distintas.

zar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A escolha do nome é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje” (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2017).

32. Optamos por não selecionar dissertações dos mestrados profissionais em Educação porque discutem aspectos teórico-metodológicos relacionados à prática educacional e não à história da educação, nosso foco.

33. Para saber mais a respeito, consultar artigo de Zanlorenzi (2018).

34. Ver artigo de Biserra e Costa (2016).

35. Selecionamos estudos acadêmicos cujo recorte temporal vai de 1885 até 1937, pois há periódicos analisados em períodos mais curtos e outros em períodos mais extensos.

36. Para ter acesso à pesquisa, na íntegra, sobre o estado do conhecimento, ver artigo de Leal; Nascimento (2019). Quadro com dissertações e teses analisadas nesse artigo estão no APÊNDICE C.

As teses e dissertações analisadas utilizam aportes teórico-metodológicos diversos, tais como: História Cultural, Nova História Cultural, História Intelectual, Paradigma Indiciário, Representações Sociais, Materialismo Histórico e Estudos sobre Gênero.

Das pesquisas selecionadas, uma tese e uma dissertação empregam os fundamentos epistemológicos marxistas respaldados, em especial, por Marx e Engels. Além disso, usam a mesma fonte primária, a revista A Escola. Já uma outra dissertação utiliza em seu aporte epistemológico as ideias de Thompson e os conceitos de Classe e Hegemonia de Gramsci. Sua fonte primária é o jornal O Albor. O acesso aos trabalhos de Marach (2007), Pastre (2009), Souza (2010), Gonçalves Junior (2011), Marach (2013), Sousa (2013b), Fernandes (2014), Arruda (2015), Zanlorenzi (2014), Chagas (2016) e Costa (2017)³⁷ trouxeram contribuições ao nosso estudo no que tange à história da educação delineada pela história do Brasil, mais especificamente pela história do Paraná, de Curitiba, da imprensa da capital paranaense, da educação em espaços não formais, do Clube Curitibano e da Revista Clube Curitibano, respaldadas por aportes epistemológicos diferentes. Por conseguinte, fazemos menção, ao longo deste livro, a alguns desses trabalhos.

Há um outro aspecto relevante, a fonte primária de análise que utilizamos, a Revista Clube Curitibano, encontrada apenas em duas teses: uma no programa de pós-graduação em Educação, Pastre (2009), e outra no programa de pós-graduação em História, Marach (2013).

A primeira tese apresenta um estudo sobre o Clube Curitibano, especificamente sobre as representações de lazer na formação da sociedade da capital paranaense, não apenas sob a perspectiva da diversão, mas também como espaço educacional, utilizando como fonte primária a revista que leva o mesmo nome do Clube.

Pastre (2009) utiliza como aporte epistemológico as Representações Sociais, sob a perspectiva de Roger Chartier. O viés educacional que o pesquisador atribuí às representações de lazer do Clube Curitibano se aproxima da nossa pesquisa, pois entendemos

37. As referências de todas as teses e dissertações selecionadas e analisadas, bem como dos artigos sobre o estado do conhecimento, encontram-se no APÊNDICE D.

que a agremiação e sua revista tinham como objetivo a formação integral de seus sócios, isto é, do corpo, por meio do esporte e do lazer, e da sensibilidade oportunizada pela arte em suas diversas representações: literária, musical, visual, dentre outras.

A segunda tese faz uma análise dos discursos e da linguagem na revista literária educativa *Clube Curitibano*, fundamentada pela Teoria dos Atos da Fala, de John Austin, embasada pela História Cultural.

Nessa tese, Marach (2013) afirma que as agremiações fundadas no final do século XIX, em especial as literárias, estavam imbuídas “[...] em ‘civilizar’ a população: ampliavam o universo de leitores, criavam bases institucionais para a leitura e sociabilizavam aquelas pessoas que já haviam entrado no mundo letrado pela educação formal” (MARACH, 2013, p. 29). Isso vai ao encontro do que procuramos enfatizar ao longo desta pesquisa, que o *Clube Curitibano* era e ainda é uma agremiação literária educacional atuando como um espaço não formal de educação da burguesia curitibana. Portanto, a revista que leva o mesmo nome do Clube foi, no período em estudo, um espaço complementar dessa educação não formal e um instrumento de disseminação das ideias de seus colaboradores.

Os estudos ora mencionados, embora utilizem a mesma fonte primária, a *Revista Clube Curitibano*, lançam sobre esse periódico olhares diferentes, respaldados por perspectivas teóricas distintas, reforçando o ineditismo de nossa tese.

O quadro a seguir apresenta, de forma resumida, as teses e dissertações selecionadas, bem como os elementos que foram analisados em cada trabalho de pesquisa, tendo como fio condutor a história da educação por meio da imprensa, materializada em revistas e jornais.

QUADRO 1 – Síntese dos trabalhos analisados sobre a utilização da imprensa como fonte primária e ou objeto de análise, em pesquisas sobre a História da Educação, na realização do Estado do Conhecimento. (Continua)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO					
Autoria/Ano Tese ou Dissertação	Título	Fonte Primária	Recorte Temporal	Aporte Epistemológico	Instituição
1) Caroline Baron Marach (2007) Dissertação	Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906 – 1910)	Revista A Escola	1906 – 1910	Quentin Skinner e John Pocock História Cultural ³⁸	Universidade Federal do Paraná UFPR
2) Marcelo Pastre (2009) Tese	Clube Curitibano: representações de lazer na formação da sociedade curitibana	Revista Clube Curitibano	1890 – 1898	Roger Chartier Representações Sociais ³⁹	Universidade Metodista de Piracicaba UNIMEP
3) Eliezer Felix de Souza (2010a) Dissertação	Intelectuais, modernidade e discurso educativo no jornal “Diário dos Campos” (1907- 1928)	Jornal Diário dos Campos	1907 – 1928	Mikail Bakhtin História Intelectual	Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG

38. Peter Burke divide a História Cultural em fases: Clássica, que ocorreu de 1800 a 1850; História Social da Arte, que iniciou na década de 1930; História da Cultura Popular, que teve início na década de 1960, e Nova História Cultural, a partir da década de 1980 (BURKE, 2005).

39. **Representações Sociais** são as “[...] representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar real algo que é incomum (não- familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal [...] as imagens e idéias com as quais nós compreendemos o não-usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados [...]” (MOSCOVICI, 2007, p. 58).

QUADRO 1 – Síntese dos trabalhos analisados sobre a utilização da imprensa como fonte primária e ou objeto de análise, em pesquisas sobre a História da Educação, na realização do Estado do Conhecimento. (Continua)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO					
Autoria/Ano Tese ou Dissertação	Título	Fonte Primária	Recorte Temporal	Aporte Epistemológico	Instituição
4) Ernando Brito Gonçalves Junior (2011) Dissertação	O impresso como estratégia de intervenção social: educação e história na perspectiva de Dario Vellozo (1885 – 1937)	Revistas Azul; A Escola; O Cenáculo; Club Curitibano	1885 – 1937	Quentin Skinner História Intelectual ⁴⁰	Universidade Federal do Paraná UFPR
5) Nilvan Laurindo Sousa (2013) Dissertação	O projeto republicano para a educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley	Revista A Escola	1906 – 1910	Karl Marx e Friedrich Engels Materialismo Histórico	Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG
6) Fabrícia Machado Fernandes (2014) Dissertação	Jornal O Albor e a produção/ disseminação de feminilidades na imprensa lagunense – 1901-1930	Jornal O Albor	1901 – 1930	Edward Palmer Thompson Conceito de Classe; Antonio Gramsci Conceito de Hegemonia	Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL

40. A “[...] história intelectual diz respeito às diversas interpretações sobre os agentes, as práticas, os processos e os produtos classificáveis como intelectuais. Estudos esses de importância ímpar, uma vez que os agentes – sejam homens de cultura e saber – e suas práticas estiveram presentes e atuantes em todos os processos históricos de grande envergadura. Esses atores sociais usaram suas habilidades de discutir, argumentar, projetar o futuro a serviço de combates políticos, o que demonstra a relevância dos intelectuais nas sociedades, como detentores do poder ideológico” (WASSERMAN, 2015, p. 63).

QUADRO 1 – Síntese dos trabalhos analisados sobre a utilização da imprensa como fonte primária e ou objeto de análise, em pesquisas sobre a História da Educação, na realização do Estado do Conhecimento. (Continua)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO					
Autoria/Ano Tese ou Dissertação	Título	Fonte Primária	Recorte Temporal	Aporte Epistemológico	Instituição
7) Claudia Maria Petchak Zanlorenzi (2014) Tese	A expressão do liberalismo na revista A escola (1906 – 1910) no Paraná	Revista A Escola		Karl Marx e Friedrich Engels Materialismo Histórico	Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG
8) Kalyne Barbosa Arruda (2015) Dissertação	Os anúncios no jornal A União (1904-1937): a propagação da modernidade pedagógica na Paraíba	Jornal A União	1904 – 1937	Ginszburg Paradigma Indiciário ⁴¹ Nova História Cultural	Universidade Federal da Paraíba UFPB
9) Floriza Garcia Chagas (2016) Dissertação	Álbum das meninas, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras: estudo de um impresso de Anália Franco (1898-1901)	Revista Álbum das Meninas	1898 – 1901	Roger Chartier Representações Sociais. História Cultural	Universidade Federal de São Paulo USP
10) Ana Marcia Barbosa de Santana Costa (2017) Tese	Civilização, modernidade e educação nas páginas do jornal A Razão (1898 – 1923)	Jornal A Razão	1898 – 1923	Pierre Bordieu Campo; Capital; Habitus. Roger Chartier Representações Sociais. História Cultural	Universidade Federal de Sergipe UFS

41. Paradigma indiciário: “Conjunto de princípios e procedimentos que contém a proposta de um método heurístico centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintoma. [...] Os documentos oficiais, relatórios, decretos leis, fontes secundárias e voluntárias, ou seja, as fontes investigadas pelo pesquisador que, se submetidas à análise semiótica ou sintomal, podem revelar muito mais do que o testemunho tomado apenas como um dado. [...]” (RODRIGUES, 2019, p. 1).

QUADRO 1 – Síntese dos trabalhos analisados sobre a utilização da imprensa como fonte primária e ou objeto de análise, em pesquisas sobre a História da Educação, na realização do Estado do Conhecimento. (Conclusão)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO					
Autoria/Ano Tese ou Dissertação	Título	Fonte Primária	Recorte Temporal	Aporte Epistemológico	Instituição
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - LINHA DE PESQUISA: ESPAÇOS E SOCIABILIDADES					
1) Caroline Baron Marach (2013) Tese	Discursos e Linguagem na Revista Clube Curitiba (1890 – 1912)	Revista Clube Curitiba	1890– 1912	Atos de fala ⁴² Jhon Austin, Quentin Skinner e John Pocock História Cultural	Universidade Federal do Paraná UFPR

Fonte: Plataforma Sucupira (2014).

Nota: Dados organizados pela autora.

As teses e dissertações aqui mencionadas, bem como os demais estudos selecionados, evidenciaram, sob perspectivas teórico-metodológicas diferentes, a inegável importância da imprensa para as pesquisas sobre a história da educação brasileira, pois seus registros e memórias

[...] resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida (LOMBARDI, 2004, p. 155).

42. John Austin salienta que há três dimensões dos atos de fala: a locucionária, que se efetiva no ato de dizer algo; a ilocucionária, relacionada ao contexto de enunciação daquele que diz algo, e a perlocucionária, ligada aos efeitos produzidos pelos atos de fala nos interlocutores. Ele alerta para a necessidade de se dar maior atenção à dimensão ilocucionária dos atos de fala, pois é negligenciada pelas teorias convencionais do significado, que se atêm, especialmente, à dimensão locucionária e, algumas vezes, à dimensão perlocucionária das sentenças (MARACH, 2013).

Há que considerarmos que o período pesquisado em todos os trabalhos analisados é bastante fértil, pois é uma época de transição do regime monárquico para o regime republicano. Como em toda mudança, temos a realidade aparente e a realidade latente, aquela que precisa ser identificada, desvelada, analisada e compreendida.

Com o intuito de responder a nossa questão de pesquisa, concretizar os objetivos propostos e confirmar ou refutar nossa tese, organizamos o presente estudo em três capítulos. É importante salientarmos que em cada capítulo procuramos atingir um ou dois dos objetivos propostos, que foram explicitados na introdução de cada seção.

No primeiro capítulo, realizamos a análise material do Brasil e do Estado do Paraná no que tange aos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais educacionais no período de transição entre o regime monárquico e o regime republicano, sem perder de vista o ideário liberal que permeou esse período e acompanhou a fundação do Clube Curitibano, em 1881, e a sua manutenção.

No segundo capítulo, desvelamos o papel desempenhado pela imprensa curitibana, em especial, a Revista Clube Curitibano e seus colaboradores, na consolidação do ideário liberal republicano. Além disso, explicitamos as contribuições do Movimento Simbolista na construção do projeto liberal paranaense de civilização.

Já no terceiro capítulo, analisamos o conteúdo de textos extraídos da Revista Clube Curitibano, nossa fonte primária, a partir das principais acepções de análise: liberalismo, educação, civilização, progresso e modernidade, identificando os princípios do liberalismo e o projeto paranaense de civilização veiculado pelo periódico, bem como a relevância dessa revista e da agremiação Clube Curitibano como espaços não formais de educação burguesa.

Capítulo 1

Consolidação do liberalismo em um período de transição

[...] Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 2003, p. 5).

O presente capítulo, que trata da consolidação do ideário liberal no período de transição entre o regime monárquico e o regime republicano, visa atingir dois objetivos: analisar a materialidade econômica, social, política e cultural educacional do Brasil e do Paraná, mostrando as contradições do liberalismo e do capitalismo no final do século XIX, e identificar os espaços de circulação dos educadores e literatos simbolistas paranaenses, nos anos de 1890 a 1898, em especial, o Clube Curitibano. Para a concretização desses objetivos, o capítulo foi dividido em três seções assim denominadas: Liberalismo à brasileira; Burguesia x burguesia: um espetáculo para os bestializados e O ideário burguês na fundação do Clube Curitibano.

A palavra transição, utilizada no título do capítulo, enseja mudanças de toda ordem ocasionadas por situações pontuais ou por processos desenvolvidos a longo, médio ou curto prazo. Em se tratando de questões político-econômicas, sejam pontuais ou processuais, as molas propulsoras das transições geram reflexos na sociedade, em âmbito geral e ou particular. No entanto, não há como compreendermos o movimento da história desvinculado das relações entre indivíduo e sociedade, respaldadas pelo fator econômico, ou seja, pelas bases de produção. Numa concepção marxiana, esse indivíduo, quando em sociedade, torna-se um ser social, histórico, que transforma a realidade e é transformado por ela.

Não podemos ignorar que “[...] a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de

classes” (MARX, 2008, p. 22). A compreensão dessa máxima marxiana nos leva ao entendimento das transições históricas, tais como: do absolutismo para o republicanismo, do sistema feudal para o capitalismo e do conjunto de crenças religiosas para o conjunto de crenças liberais (MEDEIROS, 2013), que colocam em evidência a desigualdade, a exploração e o antagonismo entre opressores e oprimidos. Portanto, são as condições materiais de toda a sociedade, segundo Marx (2008), que condicionam as relações sociais que se efetivam no bojo da sociedade.

Ao olharmos para o movimento da história a fim de compreendermos os seus reflexos, retornamos a 1822, quando foi proclamada a independência política do Brasil, cuja motivação inicial era a de obter unidade e estabilidade política no país. No entanto,

[...] As elites brasileiras que tomaram o poder [...] compunham-se de fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação e interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção cujas bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade. Após a Independência, reafirmaram a tradição agrária da economia brasileira; opuseram-se às débeis tentativas de alguns grupos interessados em promover o desenvolvimento da indústria nacional e resistiram às pressões inglesas visando abolir o tráfico de escravos. Formados na ideologia da Ilustração, expurgaram o pensamento liberal das suas feições mais radicais, talhando para uso próprio uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática. [...] (COSTA, 1999, p. 9).

Isso significa que precisamos identificar qual era a especificidade do ideário liberal brasileiro após a Proclamação da Independência para então compreendermos como essas ideias permearam o período que estamos estudando (1890 - 1898).

A próxima seção, em alusão aos cardápios com pratos típicos, denominamos de Liberalismo à brasileira, ou seja, liberalismo com

feições próprias das relações econômicas, políticas e sociais do Brasil no início da Primeira República.

1.1 Liberalismo à brasileira

Entre os séculos XVII e XIX, no Brasil, os filhos das oligarquias eram enviados à Europa com o intuito de estudarem, uma vez que a educação aqui era muito precária. Durante o período de estudos e estadia em terras europeias, esses jovens mantinham contato com as mais variadas correntes ideológicas que por lá circulavam, dentre elas, o liberalismo. Ao concluírem seus estudos, retornavam ao Brasil desejosos de socializar e aplicar o que lá haviam apreendido, desconsiderando a diferença entre os contextos econômico, político, cultural e educacional. O que lá estava sendo discutido, desenvolvido e aplicado era coerente com o cenário do continente europeu, que nada tinha a ver com a América Latina, neste caso, com o Brasil. Essa importação de ideias gerou um artificialismo ideológico claramente observado no descompasso entre discursos e ações (COSTA, 1999).

A compreensão desse descompasso entre o ideário liberal europeu e a sua inserção na realidade brasileira passa pela sua definição, retomada de sua origem, de seus fundamentos e da sua relação com o desenvolvimento do capitalismo.

O liberalismo pode ser compreendido como a expressão do capitalismo, tendo como princípios fundamentais: liberdade, tolerância, defesa da propriedade privada, limitação do poder e individualismo (SANTANA, 1996). Isso indica que a ideologia liberal levanta a bandeira da liberdade e da igualdade, defendendo ideias como propriedade privada, direitos civis, liberdade de expressão, de comércio, de credo. Seu discurso é tão convincente que se não nos munirmos de um contraponto teórico-prático para desvelarmos as artimanhas dessa ideologia, tornamo-nos defensores de algo que nos oprime e nos escraviza. Nessa perspectiva de contraposição ao discurso liberal, é necessário que tenhamos clareza de que:

[...] A força de trabalho em ação, o trabalho mesmo, é, portanto, a atividade vital peculiar ao operário, seu modo peculiar de manifestar a vida. E é esta atividade vital que ele vende a um terceiro para assegurar-se dos meios de subsistência necessários. Sua atividade vital não lhe é, pois, senão um meio de poder existir. Trabalha para viver (MARX; ENGELS, 2011, p. 30).

A visão marxiana da materialidade econômica põe por terra os argumentos liberais de naturalização de toda e qualquer desigualdade. Além disso, evidencia que a presença de um Estado liberal interventor tem como objetivo principal a atenção às demandas da classe burguesa.

Para compreendermos melhor como as ideias liberais funcionam como base do capitalismo, é necessário novamente recorrer-mos ao movimento da história, transitando pelas fases do liberalismo, a começar pelo liberalismo clássico⁴³, que teve início no século XVIII e se estendeu até meados do século XIX.

As primeiras noções sobre o liberalismo surgiram na Europa, fruto das lutas da classe burguesa “[...] contra os abusos da autoridade real, os privilégios do clero e da nobreza, os monopólios que inibiam a produção, a circulação, o comércio e o trabalho livre” (COSTA, 1999, p. 133). Essas noções, já de início, agradaram e agregaram grupos sociais que se sentiam oprimidos por instituições do Antigo Regime. Assim sendo, as ideias liberais serviram a esses grupos em diversos momentos. Porém, o maior desafio desse ideário sempre foi colocar em prática a sua teoria (COSTA, 1999).

As ideias liberais que se auto definiam como revolucionárias⁴⁴ para aquele momento histórico, foram se revelando defenso-

43. Há que considerarmos que o liberalismo clássico tem como principais defensores: o inglês John Locke (1632- 1704), considerado o “pai do liberalismo”, e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo suíço que foi influenciado pelas ideias de Locke. Ambos são considerados contratualistas. Para complementar a tríade, temos o economista e filósofo Adam Smith (1723-1790), de origem escocesa, conhecido como o “pai da economia moderna”, sendo o mais importante teórico do liberalismo econômico. Para esses teóricos liberais, a defesa da propriedade privada é um pressuposto fundamental, pois é um meio de preservar as relações capitalistas de produção (LIMA; WIHBY; FAVARO, 2018). Para saber mais a respeito, ler as obras de: Smith (1996), “A riqueza das nações” (5 livros); Locke (1998), “Dois tratados sobre o governo”, e Rousseau (2002), “Do contrato social”.

44. A primeira fase do liberalismo brasileiro ocorreu sob influência das ideias oriundas do Ilumi-

ras de uma classe social, a classe burguesa, caracterizando assim a segunda fase do liberalismo, denominada de fase de transição, que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Assim, seus preceitos básicos (liberdade, tolerância, defesa da propriedade privada, limitação do poder e individualismo) passaram a ser empregados em defesa dos interesses de uma minoria da sociedade. Contudo, “[...] A produção dessa universalidade imaginária não pode ser compreendida como a simples ignorância ou mentira fabricada, uma vontade de enganar dada por uma classe, escapando ela própria da deformação que a ideologia produz e reproduz” (ZANLORENZI, 2014, p. 33). Essa seria uma forma simplista de olhar para uma ideologia que está diluída nas inter-relações entre os homens e nas relações entre os homens e a sociedade.

Muito embora Locke e Rousseau, defensores do liberalismo, tenham o mesmo ponto de partida, a defesa de que no estado de natureza os homens eram felizes, pois havia igualdade entre eles, traçam caminhos diferentes⁴⁵, que originam campos conceituais distintos (BARROS, 2013).

Essa distinção é, sobremaneira, perceptível na visão que os dois pensadores liberais têm sobre a propriedade privada. Locke defendia que ela se originava de um movimento natural, isto é, de um movimento concebido por Deus. Sendo assim, a manutenção da propriedade privada era importante, necessária e desejável.

[...] Embora a Terra e todos os seus frutos sejam propriedade comum a todos os homens, cada homem tem uma propriedade particular em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seus braços e a obra de suas mãos pode-se afirmar, são

nismo, das Revoluções Francesa e Americana e do positivismo defendido por Augusto Comte. Sua principal bandeira foi a abolição da escravatura e o federalismo, influenciando assim as ideias republicanas.

45. O fato de Rousseau usar a palavra Contrato, ao invés de Pacto, como usada por Locke, já enuncia distinções: segundo o Miniaurélio Século XXI, contrato significa acordo de duas ou mais pessoas, empresas, etc., que entre si transferem direito ou se sujeitam a uma obrigação (FERREIRA, 2001, p.194). Já pacto tem o seguinte significado: ajuste, acordo entre Estados ou particulares. É possível apreender que o termo e a proposta de Rousseau prenunciavam um envolvimento muito maior por parte dos contratantes (MACHADO NETO, 2005).

propriamente dele. Seja o que for que ele retire da natureza no estado em que lho forneceu e no qual o deixou, mistura-se e se superpõe ao próprio trabalho, acrescentando-lhe algo que pertence ao homem e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele (LOCKE, 2002, p. 38).

Locke articula sua concepção de propriedade privada ao trabalho, enfatizando que Deus criou o homem livre, dono de sua pessoa e de seu trabalho. Nesse estado natural, todos os homens receberam de Deus a terra e aqueles que não foram preguiçosos, que se empenharam em lapidar a terra bruta, mereceram torná-la sua propriedade privada.

A igualdade e a liberdade apregoadas por Locke naturalizam as desigualdades sociais, econômicas, educacionais, enfim, de toda ordem, pois elas resultam da forma como cada homem utiliza sua força de trabalho, gerando assim o seu respectivo merecimento. Numa perspectiva não liberal, percebemos que essa suposta igualdade e liberdade são caracterizadas “[...] pela exploração; isto é, pela apropriação da força de trabalho” (MARX; ENGELS, 2004, p.14), definindo assim quem são os dominadores e quem são os dominados, ambos pertencentes a classes antagônicas.

Por outro lado, para Rousseau, não havia nada de natural na instituição da propriedade privada, pois era fruto de atos abusivos. Logo, a sua manutenção exigia dos homens um esforço para que a desigualdade social não assumisse proporções alarmantes.

[...] o primeiro homem que, ao cercar um terreno, afirmou, ‘isto é meu’, encontrando pessoas suficientemente estúpidas para acreditarem nisso, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. [...] Quantos crimes, quantas guerras, quantos assassinatos, quantas misérias e horrores teriam sido poupados à humanidade se alguém arrancasse os marcos, ou nivelasse os fossos, gritando aos seus semelhantes: ‘não ouçam este impostor, vocês estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e a terra não pertence a ninguém’ (ROUSSEAU, 1973, p. 265, grifos do autor).

Para Rousseau, todos têm os mesmos direitos em relação à terra e a usufruir dos seus frutos. Se isso fosse respeitado, haveria paz entre os homens, no entanto, ao instituir a propriedade privada, fundando assim a sociedade civil, isso despertou a cobiça, a rivalidade e a violência entre os homens, ocasionando as mais terríveis atrocidades.

Um outro aspecto importante e que mostra a distinção entre o pensamento de Rousseau e Locke são as concepções de igualdade e liberdade. Para o primeiro, não há liberdade onde não existe igualdade. E ele externa de forma enfática a sua inquietação sobre a perda desses atributos na convivência social, afirmando que “[...] os homens nascem livres e iguais, mas em todo lugar estão acorrentados” (ROUSSEAU, 1973, p. 28) porque se equivocam quando acham que deve prevalecer a vontade da maioria em detrimento do bem comum para todos, pois esse deveria ser o objetivo primeiro das relações em sociedade.

Já para Locke, “[...] existe liberdade na medida em que se leve em consideração a desigualdade entre proprietários e não-proprietários, sendo que a igualdade *stricto sensu* mataria a liberdade” (BARROS, 2013, p. 180). Locke defende que a base da liberdade dos seres humanos é o direito à propriedade e que esse direito precisa ser protegido pelo Estado que, por meio da criação e instituição de leis, deve garantir os direitos naturais dos homens.

Quando comparamos as ideias dos pensadores Locke e Rousseau, percebemos que o primeiro se adéqua mais à defesa do ideário liberal por meio do que ele denomina de “pacto social”. Já o segundo, defende o “contrato social”, voltando-se com mais ênfase à democracia. Locke é considerado mais individualista que Rousseau e isso faz com que Rousseau seja classificado por alguns como “antiliberal”.

Os pensadores jusnaturalistas⁴⁶ foram a base das ideias liberais, no entanto não foram os únicos. Uma outra vertente de pen-

46. Jusnaturalistas: “Aqueles que defendiam os direitos naturais (direitos que pertencem aos indivíduos independentemente do status que ocupam na sociedade em que vivem). John Locke considerava esses direitos inalienáveis. Entre os que são direitos inalienáveis, Locke considerava o direito à propriedade, que incluía não só os bens materiais dos indivíduos mas também sua vida e sua liberdade” (JUSNATURALISTAS, 2019).

sadores, a exemplo de Adam Smith (1723 - 1790), David Ricardo (1772 - 1823), Pierre-Joseph Proudhon (1809 - 1865), entre outros, dedicaram-se ao estudo da economia e foram muito importantes no delineamento das ideias liberais.

Adam Smith, de sua parte, deslocaria este mesmo combinado de igualdade de oportunidades e liberdade de ação para outra variável focal - o trabalho, que se expressaria como um trabalho livre, sem intervenções, guiado espontaneamente pela natureza. Eis aí a 'matriz Locke', adaptando-se aos novos padrões do liberalismo e à constante reatualização das necessidades capitalistas (BARROS, 2013, p.183, grifo do autor).

Na obra *A riqueza das nações*, Smith (1980) esclarece, na perspectiva do liberalismo econômico, como a riqueza é distribuída entre as classes sociais. E vai além, destacando que a desigualdade sócio-econômica é de ordem individual e isso se aplica às pessoas bem como às nações.

Todo homem é rico ou pobre de acordo com o grau em que possa suportar ou desfrutar das necessidades, conveniências e dissabores da vida humana. Mas após a implantação definitiva da divisão do trabalho, é de fato pequena a quantidade de coisas que um homem sozinho pode produzir para si próprio. A grande maioria dessas necessidades é suprida pelo trabalho de outras pessoas e será rico ou pobre de acordo com a capacidade de comando de trabalho que poderá ter, ou comprar. O valor de cada mercadoria para a pessoa que a possui e não vai consumi-la ou usá-la, mas sim trocá-la por outra mercadoria é conseqüentemente, igual à quantidade de trabalho que o capacita a comprar ou a comandar (SMITH, 1980, p. 32).

Nessa linha de raciocínio liberal, os seres humanos nascem iguais, todavia a educação que receberão, aliada ao interesse e dedi-

cação, serão decisivos para o desenvolvimento das aptidões individuais. Isso evidencia que a individualidade de cada sujeito é a causa das desigualdades socioeconômicas. E essa mesma individualidade é que será responsável pelo seu aperfeiçoamento, pela lapidação dos talentos que a educação lhe oportunizou. O resultado do bom ou mau emprego da sua individualidade poderá produzir mais ou menos, melhores ou piores produtos para troca, resultando em riqueza ou pobreza (CARDOSO, 2009).

Em se tratando do Brasil, havia uma nítida e constante tensão, em especial ao longo do século XIX, entre o discurso respaldado por Locke, Rousseau e Smith e a prática do ideário liberal provocada pelas elites que defendiam a permanência da estrutura social já cristalizada no país, de clientela⁴⁷ e patronagem⁴⁸, contrariando assim os preceitos do liberalismo europeu (COSTA, 1999).

Essa tensão evidenciava que

[...] O povo brasileiro, como nação ou nas camadas mais politizadas, não conheceu, nunca, o governo autônomo. [...] O *self-government* não estava nos hábitos e nos costumes, mas nas doutrinas e nas teorias. A tradição fizera-se no regime centralizador, com a herança da monarquia portuguesa, muitas vezes secular. A ordem liberal, com o autonomismo, aparecia como um corpo estranho, trazido pela revolução, importado (FAORO, 1958, p. 193).

Portanto, o discurso liberal europeu não espelhava a singularidade do pensamento e das ações da classe burguesa brasileira. Além disso, não coadunava com aspectos bastante contundentes que permeavam o país, tais como: a posição ocupada pelo Brasil no mercado internacional, que era muito aquém do desejado; o regime escravocrata, que ainda se mantinha forte em terras brasileiras, e o

47. Clientela: “Um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1997, p.5).

48. Patronagem: “[...] pressupondo um cliente e um patrão, não pode ser apenas considerada de benefício mútuo e recíproco. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, ela é desigual e assimétrica porque implica a subordinação do cliente ao patrão. [...]. Existem dois tipos genéricos de patronagem possível: um onde há o controle direto de recursos escassos e outro onde o acesso a quem controla estes recursos é o objeto do clientelismo” (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 3).

atraso da tão necessária revolução industrial. Muito embora houvesse essas tensões, “[...] para a maioria dos burgueses, [...] as idéias [sic] liberais eram armas ideológicas com que pretendiam alcançar metas políticas e econômicas específicas” (COSTA, 1999, p.134).

O fim da escravidão no Brasil era condição *sine qua non*⁴⁹ para que houvesse coerência na implantação do liberalismo em terras brasileiras. Não havia como manter essa submissão humana, tão desumana a olhos vistos, sob os preceitos de liberdade e igualdade amplamente difundidos pelo liberalismo. Além disso, a ideologia liberal “[...] não fazia sentido numa sociedade em que o trabalho era feito por escravos, e as relações humanas se definiam em termos de troca de favores e a mobilidade social dependia da patronagem da elite (COSTA, 1999, p. 11).

Havia, portanto, um descontentamento europeu claramente percebido pelas sanções impostas ao Brasil pela Inglaterra, que criticava a aplicação unilateral da ideologia liberal no país.

[...] É nesse ambiente de dificuldades que a Inglaterra pretende impor a eliminação da importação de escravos africanos. Assim, entre as dificuldades que encontravam para vender os seus produtos e o temor de uma forte elevação de custos provocada pela suspensão da importação de escravos, a classe de grandes agricultores se defendeu tenazmente, provocando e enfrentando a ira dos ingleses (FURTADO, 1967, p. 103- 104).

A abolição da escravatura enfim se concretizou sob o discurso de que, a partir da assinatura da Lei Áurea (1888), todos eram livres e gozavam dos mesmos direitos. As condições de produção foram alteradas e lançados no mercado de trabalho um grande contingente de escravos libertos, livres das correntes, porém acorrentados ao despreparo, isto é, analfabetos, sem habilidades específicas para o mercado de trabalho e sob o dogma do preconceito da cor que resiste até os dias de hoje. “[...] A pátria sem escravos ainda não é a

49. *Sine qua non*: locução adjetiva do latim cuja tradução literal é: “sem a qual não”. Essa expressão é usada como indicativo de condição indispensável, imprescindível ou essencial para a realização de alguma coisa.

pátria livre. Agora começa o trabalho de libertar os brancos, assentando a constituição política sobre as bases mais largas e seguras para a felicidade do povo e glória nacional” (SODRÉ, 1977, p. 276-277).

Nessa sucessão de contradições, vemos novamente que os preceitos de liberdade e igualdade eram seletivos, ou seja, não se aplicavam aos negros e seus descendentes, historicamente marcados em terras brasileiras pela segregação e violência, e nem aos brancos explorados pelos burgueses, que eram os únicos a gozarem integralmente desses preceitos liberais.

A visão de Estado liberal que garante a liberdade e igualdade de direitos a todos os homens, “[...] não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses” (MARX; ENGELS, 2007, p. 75).

Se os sujeitos são frutos de suas condições materiais e o modo de produção capitalista é mantido pela exploração de classe, o ideário liberal se manifesta de uma forma nada ingênua, naturalizando a opressão, as desigualdades, a violência moral e física, pois a competitividade e o individualismo são amplamente incentivados.

Muito embora estudiosos como Schwarz (1992), Scantimburgo (1996), Paim (1998), Costa (1999), Carvalho (2003) e outros falem das especificidades de um liberalismo brasileiro, seus princípios básicos sempre serão os mesmos, bem como seu objetivo maior que é o de consolidar o capitalismo.

Nas seções seguintes, estudaremos mais a fundo o ideário liberal no período de transição entre os regimes monárquico e republicano, mais especificamente no estado do Paraná, e a fundação da agremiação Clube Curitibano, em 1881, sem perder de vista que “[...] os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades” (COSTA, 1999, p. 123), criando um liberalismo à brasileira.

1.2 **Burguesia x burguesia: um espetáculo para os bestializados**⁵⁰

O combate à Monarquia que culminou com a Proclamação da República, em 1889, fora iniciado em anos anteriores, já aos primeiros sinais da crise que assolou o poder imperial no Brasil, fazendo emergir tensões de toda ordem, sobretudo relacionadas à escravidão, que era condenada por muitos intelectuais e militares. A indefinição sobre a abolição dos escravos fez com que muitos defensores dessa ação se colocassem contra a Monarquia, dando espaço para que as ideias republicanas se tornassem fortes, apoiadas por vários setores da sociedade. Mesmo com a assinatura da Lei Áurea, o descrédito da Monarquia só se acentuava. Dom Pedro II não tinha o apoio irrestrito dos militares, que se aproximaram do Partido Republicano⁵¹. Tratava-se de um cenário ideal para a organização de um golpe contra o regime monárquico, que se concretizou quando José do Patrocínio oficializou o novo regime no país (SILVA, 2011).

Esse “[...] golpe [...] foi militar, em sua organização e execução; políticos republicanos civis tiveram um papel importante apenas na organização do novo regime, não antes” (CASTRO, 2000, pp. 61-62). Além disso, contrariou o que geralmente ocorre em golpes militares, culminando em pacífica Proclamação da República.

O historiador Prado Júnior reforça as afirmações de Silva (2011) e Castro (2000) quando salienta que “[...] a mudança de regime não passou efetivamente de um golpe militar, com o concurso apenas de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 155), contrariando o discurso dos defensores do republicanismo que garantiam que o novo regime era desejo da maioria dos brasileiros.

50. O termo “bestializados”, utilizado no título desta seção, é um empréstimo do título do livro *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1987).

51. No Brasil, após o término da Guerra do Paraguai, “[...] ocorreu uma profunda mudança no Estado, com a emergência ulterior do Exército como força organizada e ideologicamente marcada por idéias republicanas. Nascia então um novo tipo de oficial militar caracterizado por um autoritarismo progressista, defensor da abolição da escravidão” (MOTA, 1995, p. 253).

Carvalho (2017) corrobora com Prado Júnior ao destacar a forma como tudo foi arquitetado pelos militares, com o intuito de defender os interesses de uma minoria, deixando o povo à margem, assistindo a tudo bestializado.

[...] o 15 de novembro foi ação decidida e levada a efeito pelos militares. Os republicanos civis foram colocados a par da conspiração apenas quatro dias antes de seu desfecho. Mesmo assim [...] contra a vontade de Deodoro. Para a legitimidade do movimento, no entanto, era importante que ele não aparecesse como simples ação militar. Era fundamental que a presença dos históricos constasse do próprio evento, a fim de evitar a ironia de uma proclamação alheia ao esforço que desenvolviam havia tantos anos (CARVALHO, 2017, p. 51).

O caráter de legalidade do suposto “golpe” de mudança de regime fez com que esse substantivo perdesse a sua força revolucionária e passasse a representar uma estratégia política, uma queda de braços, entre grupos burgueses que visavam beneficiar-se. Tivemos, portanto, um confronto pacífico entre minorias burguesas mascarado pelo discurso liberal republicano.

Era chegada a hora, segundo Silva Jardim⁵² e Lopes Trovão⁵³, defensores ferrenhos do republicanismo, de envolver o povo nas decisões políticas do país, sair da estagnação e trazer o progresso, o desenvolvimento para os brasileiros (CARVALHO, 1987). Porém, apesar da ilusória participação do povo na proclamação do novo regime, a imprensa fazia seu papel, disseminando a ideia de que iniciava uma nova era para os brasileiros, sobremaneira para o proletariado⁵⁴. Um bom exemplo disso encontramos no jornal carioca Voz

52. **Antônio da Silva Jardim**, carioca, advogado, defensor da campanha republicana. Realizava comícios entre os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Após a Proclamação da República, mudou-se para a Europa. (ANTONIO DA SILVA JARDIM, 2018).

53. **José Lopes da Silva Trovão**, carioca, médico, filho de diplomata. Adepto do movimento republicano, assinou o Manifesto Republicano de 1870. Realizava comícios em praças e jardins da corte. (JOSÉ LOPES DA SILVA TROVÃO, 2018).

54. “A palavra proletário teve origem entre os romanos para descrever o cidadão pobre que só era útil à República para gerar “prole” (filho), que no futuro iria servir à Pátria. No século XIX, a palavra proletariado passou a ser usada para identificar a classe sem propriedade, a classe que não possuía

do Povo (1890), que se referia “[...] a uma nova era para o operário brasileiro trazida pelo novo regime, comparável à que foi aberta pela Revolução de 1789” (CARVALHO, 1987, p. 12). Esse jornal asseverava que os operários, até então, só tinham deveres a cumprir e nenhum direito respeitado. Contudo, no novo regime teriam enfim a liberdade merecida e a igualdade reconhecida, portanto, seriam soberanos (CARVALHO, 1987). Os princípios do ideário liberal, de uma forma sutil, impregnavam os discursos republicanos que circulavam na imprensa brasileira.

Esse discurso redentor liberal estava presente em um outro periódico carioca, o *Jornal Revolução* (1881), antes mesmo da Proclamação da República, conclamando o povo oprimido pelo regime monárquico a defender “[...] o estandarte da liberdade – a bandeira da República – no meio da praça pública, ao som da Marselhesa, proclamando a soberania popular” (CARVALHO, 1987, p. 11).

Apesar dos apelos à participação do povo, que se mantinha apático, mas que era reconhecido nos discursos calorosos da imprensa e dos defensores do republicanismo como oprimidos, desprovidos de direitos e tantos outros adjetivos que descreviam bem a situação da maioria da população brasileira da época, a organização, a proclamação e os benefícios dessa mudança de regime se restringiram à classe dominante que continuou mantenedora do poder e beneficiária do progresso. Assim sendo, “[...] todo sistema de dominação, para sobreviver, terá que desenvolver uma base qualquer de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos” (CARVALHO, 1987, p. 11).

É oportuno observarmos que os discursos, tanto da imprensa, antes e depois da Proclamação da República, quanto do Manifesto

meios de produção capazes de gerar seu sustento, precisando vender sua força de trabalho para aqueles que possuíam os meios de produção. [...] é a classe dos operários, constituída de indivíduos que se caracterizam pela sua condição permanente de assalariados e pelos seus modos de vida e atitudes decorrentes de tal situação. [...] é a classe social mais baixa que se formou dentro das sociedades industrializadas, aquela que menos resistência poderia oferecer à pressão exercida [...]” pelos burgueses (PROLETARIADO, 2019). Neste estudo, estamos utilizando a palavra proletário (proletariado) no sentido atribuído a esse vocábulo a partir do século XIX.

No dicionário marxista (BOTTFOMORE, 2012, p. 448), para a palavra “proletariado” não há uma definição específica, mas a indicação de que devemos nos reportar às expressões: ditadura do proletariado e ou classe operária.

Republicano⁵⁵ de 1870, enfatizavam que o novo regime viria como um salvador da pátria, ou seja, como a possibilidade de minimizar as diferenças sociais, oportunizar o gozo de direitos inerentes aos seres humanos, porém ignorados pelo regime monárquico e, sobretudo, levaria todos à igualdade de direitos e deveres. Todavia, naquele momento e nos anos que se seguiram até a Proclamação da República, era necessário

[...] indagar quais os grupos sociais que se associam para dar o golpe ou fazer uma revolução, contra quem e contra que se dirige o movimento e em favor de quem e de que, e ainda quais as forças que se aglutinam na resistência. É preciso avaliar a extensão do movimento e acompanhar os sucessos posteriores, para verificar se constitui uma revolução que subverte um regime renovando os grupos dirigentes, alterando a ordem social e econômica, ou se não passa de mero golpe de Estado motivado por interesses de minorias que procuram assumir a liderança deslocando outras minorias do poder. É necessário ainda verificar se o movimento atende a aspirações de extensas camadas da sociedade ou se satisfaz apenas à ambição de alguns indivíduos (COSTA, 1999, p. 386).

Essas indagações oportunizaram a análise da materialidade social, política e econômica do Brasil à época, desvelando as contradições que permearam o antes, o durante e o depois da implantação do novo regime.

Apesar da Proclamação da República ter atendido apenas a ambição de alguns indivíduos, não podemos desconsiderar que ela ocasionou uma necessária ruptura do conservadorismo monárquico que, de certa forma, havia ocasionado uma estagnação política e social no país. “[...] No terreno econômico, observaremos a eclosão de um espírito que se não era novo, se mantivera no entanto na sombra

55. Manifesto Republicano: podemos considerá-lo como o marco inicial em defesa da república, organizado por uma agremiação partidária brasileira (PESSOA, 1970, p. 406-407).

e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 155).

Houve uma fácil e rápida adaptação dos partidos políticos ao novo regime, pois “[...] A nação precisava ser corrigida e civilizada para a garantia da estabilidade da ordem liberal republicana” (ZANLORENZI, 2014, p. 111). Isso evidencia o caráter nada revolucionário da implantação da República.

Com a instalação do novo regime, houve o crescimento do número de escolas e, em decorrência disso, “[...], multiplicaram-se os jornais e revistas em circulação. Fundaram-se associações artísticas e musicais em várias cidades” (COSTA, 1999, p. 256). No entanto, isso se tornou mais visível nos grandes centros. O progresso alterou a rotina das cidades que logo se modernizaram, evidenciando as diferenças entre essas cidades e as interioranas (COSTA, 1999).

A imprensa e as agremiações foram importantes instrumentos de disseminação das ideias republicanas nos estados brasileiros, tanto no período que antecedeu quanto no período posterior à Proclamação da República. Um bom exemplo é o Clube Curitibano, fundado em 1881, na capital paranaense, para atender aos anseios da burguesia, criando também, em 1890, a sua Revista, que levava o mesmo nome da agremiação.

Muito embora a diretoria da instituição e o corpo editorial do periódico afirmassem que estavam isentos das questões partidárias, encontramos em um dos números da Revista do Clube, de 1890, alusão enfática à Proclamação da República:

*[...] O período da ditadura passou pois, sem nos trazer o mais leve constrangimento – Um hurrah pois, não só ao bravo e heroico generalíssimo Marechal Deodoro da Fonseca como também a todos os seus infatigáveis companheiros que arriscaram as suas cabeças pela libertação da nossa pátria – Ingentes foram pois os seus esforços [...]*⁵⁶ (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 21, p. 1).

56. Excerto retirado de um artigo intitulado “Quinze de novembro”, publicado em 1890, no exemplar n. 21 da Revista Clube Curitibano, em comemoração ao primeiro aniversário da República.

O excerto mostra-nos que existia nessa instituição, bem como em seu periódico, a intenção de enaltecer o novo regime, pois o discurso propagado pelos intelectuais republicanos, sócios do Clube Curitibano, em especial do seu primeiro presidente, Comendador Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, iam ao encontro da postura assumida pela agremiação de levar o progresso e a civilização aos seus associados. E quem eram esses associados? Uma minoria detentora do poder econômico, político, cultural e educacional da capital paranaense.

Uma outra questão observada é que a nota publicada na revista vai na contramão do que os historiadores relatam sobre a Proclamação da República, transformando a transição pacífica e apática em evento heroico, legitimando-o.

Com a Proclamação da República, o “Estado [...] passa a se fundamentar não mais no direito escravista e sim no direito contratual, ou seja, o Estado burguês, fundamentado nos preceitos de igualdade, liberdade, tolerância e individualidade” (ZANLORENZI, 2014, p. 44). Dessa forma, as condições materiais sofrem modificações, gerando novas ideias, compreendidas e interpretadas numa outra perspectiva histórica.

Um outro aspecto importante da República foi a consolidação da indústria no Brasil, indo ao encontro dos interesses políticos e econômicos da classe burguesa. Com isso,

[...] surge a população operária que, [...], faria as primeiras tentativas de desenvolver uma ação política independente e de oposição por meio de algumas greves e agitações que se esboçam no fim do século XIX, só adquirindo importância real no século XX. Sua insignificância (numérica e estrutural) no quadro geral da nação e os obstáculos antepostos à sua organização, bem como a dificuldade em obter apoio de outros setores da população reduziram a expressão dos movimentos operários de raízes essencialmente urbanas. Aos olhos da elite, a questão operária era uma questão de polícia, e não de política (COSTA, 1999, p. 261-262).

A luta da classe operária, no final do século XIX, era solitária, conseqüentemente frágil, sendo aniquilada pelos patrões burgueses que contavam com o apoio irrestrito da polícia para defender seus interesses. Esse apoio era guiado pela ética da patronagem que gerava relações verticais entre indivíduos da classe dominante que cooptavam indivíduos da classe subalterna, num esquema de apadrinhamento. O que valia eram as lealdades pessoais e as trocas de favores, ignorando leis e direitos em detrimento de privilégios (COSTA, 1999).

Portanto, afirmar que todos os homens nascem livres e desfrutam dos mesmos direitos, que são assegurados pelo Estado, é um equívoco, visto que esse Estado advoga em causa própria, ou seja, defende os interesses dominantes. Ele é o “[...] instrumento de uma classe dominante, assim designada em virtude de sua propriedade, dos meios de produção e do controle que sobre estes exerce [...]” (BOTTOMORE, 2012, p. 197).

Quando afirmamos que o livre arbítrio de cada indivíduo é o que determina seu êxito ou fracasso, nos valem de uma forma simplista liberal de justificar a crueldade das condições de produção capitalista que exploram a força de trabalho do proletariado para a manutenção do capital da classe burguesa, fazendo assim que o ponto de chegada de todos seja diferente. Além disso, há um incentivo constante ao conflito e à desarticulação dos trabalhadores, pois os liberais afirmam que “[...] a rivalidade e a emulsão tornam o mérito, mesmo nas profissões mais humildes, objeto de ambição, gerando muitas vezes os mais satisfatórios empenhos” (SMITH, 1996, p. 229).

Há então no ideário liberal o mascaramento das diferenças produzidas pelas condições de produção capitalista que beneficiam a classe detentora do capital, a burguesia. “[...] O ideal da sociedade liberal burguesa foi sintetizado nesta frase irônica de Anatole France: ‘A lei, em sua majestática igualdade, dá a todos os homens o mesmo direito de jantar no Ritz e de dormir debaixo da ponte’” (HOBBSAWN, 2006, p. 11).

O período que se sucedeu no Brasil após a Proclamação da República foi turbulento devido à

[...] abolição da escravidão e a conseqüente transformação do regime de trabalho (com a imigração estrangeira por corolário); o rompimento dos quadros conservadores da monarquia e a eclosão de um novo espírito de negócios e especulação mercantil; a acentuação e consolidação do domínio da finança internacional na vida econômica do país (e são estes, em suma, os fatores que direta ou indiretamente interferem na vida brasileira desde os últimos anos do século passado e vão provocar a crise de transformação por que passou), estes fatores não são senão passos preliminares e preparatórios que farão do Brasil uma nação ajustada ao equilíbrio mundial moderno, e engrenada, se bem que no lugar próprio de semicolônia para que a preparou a evolução anterior, no círculo internacional do imperialismo financeiro. Da súbita irrupção destes fatores na vida brasileira decorrerão as perturbações sofridas. Mas aos poucos o país se afeiçoará à nova situação. Ajustará a ela as suas relações internacionais (econômicas, financeiras e políticas); e recomporá internamente, em função dela, seus quadros econômicos e políticos (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 168).

Essa fase de transição e de adaptação vivenciada pelo Brasil impulsionou o país para a consolidação do ideário liberal capitalista, inserido num outro momento histórico em âmbito nacional e internacional.

O cenário ora delineado no período de transição entre os regimes monárquico e republicano, bem como as origens e a consolidação do pensamento liberal brasileiro, foram o pano de fundo para o desenvolvimento das agremiações e da imprensa no Brasil.

Na próxima seção deste capítulo, estudaremos a fundação do Clube Curitibano, em 1881, na capital paranaense, à luz do ideário liberal capitalista brasileiro.

1.3 O ideário burguês na fundação do Clube Curitibano

No início da década de 1880, a jovem Curitiba, com seus 39 anos de elevação à categoria de Cidade, a mais importante da Província do Paraná, pois era a capital, desenvolvia-se a olhos vistos, especialmente com a comercialização da erva-mate e da madeira e a chegada dos imigrantes europeus. Um outro fato importante ocorrido nesse período foi a construção da Estrada da Graciosa. Esse movimento de prosperidade motivou a classe burguesa, que à época eram os barões do mate, em ter uma província independente e uma capital que acompanhasse o movimento econômico do Paraná, isto é, que oferecesse aos curitibanos opções culturais e esportivas condizentes com o novo perfil de cidade que estava se delineando (DAMRAT, 2017a).

Os barões do mate fixavam residência em Curitiba e, em decorrência disso, impulsionavam o desenvolvimento urbano da cidade. “A partir de meados do século XIX essa população agiu no sentido de reordenar os espaços urbanos paranaenses. Passou a exigir do Estado ruas pavimentadas, iluminação noturna, saneamento e lugares para passeio [...]” (PEREIRA, 1996, p. 11).

Se por um lado se intensificava o desenvolvimento do centro urbano de Curitiba, com significativas mudanças na arquitetura das casas, que copiavam mais e mais o estilo europeu, os bairros da cidade desvelavam as contradições do novo regime com a proliferação dos cortiços (COSTA, 1999). Já se podia visualizar a divisão da sociedade em classes. O ideal republicano nada mais era do que o ideal liberal capitalista.

Em contrapartida, vivíamos o déficit da mão de obra, pois o tão desejado progresso alterava as relações de trabalho. Um bom exemplo disso foi a abolição da escravatura que levou a burguesia a substituir o trabalho escravo não remunerado pelo trabalho remunerado. Os barões do mate, em busca de mais lucratividade, exigiam a melhoria dos artefatos de produção. Já não era mais possível e nem interessante para eles um trabalho artesanal como o exercido pelos escravos, pois era incompatível com os anseios capitalistas dos senhores de engenho. Era necessário investir em tecnologia,

aumentando a mão de obra livre, remunerada e melhor preparada para o desempenho de funções na indústria ervateira.

Essa necessidade, não só paranaense, mas do Brasil como um todo, levou o país a abrir suas portas para a imigração dos europeus, resolvendo assim o problema da falta de mão de obra na lavoura e na indústria e o povoamento de grandes extensões de terra (WASCHOWICZ, 1977).

O Paraná iniciava o período republicano com a mesma base econômica proporcionada pela soberania da produção da erva-mate, que iniciara no período monárquico. O plantio de café em terras paranaenses começava a dar sinais de que traria benefícios ao Estado, mas se mostrava modesto, muito embora em nível nacional já fosse considerado o esteio da economia brasileira. O mesmo ocorria com a indústria manufatureira. Tínhamos, na época, em destaque, as fábricas de fósforo, de sabão e velas, massas alimentícias e cerâmica (WASCHOWICZ, 1977).

Nesse período, havia um consenso de que o Paraná não poderia ficar à margem do desenvolvimento, do progresso que aos poucos se instalava nos demais estados brasileiros. A realização desse anseio, na concepção da classe dominante, ocorreria sobremaneira pela educação formal nas escolas paranaenses e pela educação informal que deveria ser ofertada por agremiações que primassem pela formação do gosto pela literatura e demais artes, pelo desenvolvimento de habilidades físicas, isto é, a prática constante de esportes aquáticos e de campo, e pelo desenvolvimento intelectual incentivado na participação em jogos de tabuleiro. Espaços de ócio produtivo e educativo, que complementariam o ensino das escolas pautadas por uma organização disciplinar.

Já a educação formal da classe proletária, sobretudo dos imigrantes e dos trabalhadores brasileiros, oportunizaria a compreensão e assimilação da cultura brasileira e paranaense, além de auxiliar na preparação de mão de obra mais qualificada. O discurso liberal de valorização e importância da educação para todos, especialmente para a classe trabalhadora, era constante, tornando-se forte quando apregoava que os problemas sociais enfrentados pela

maioria da população poderiam, ainda que de forma parcial, serem solucionados pela educação (MELO; MACHADO, 2010).

Mas que educação era essa? Quais eram as condições materiais dessa educação? Espaços, acessos, qualidade, oportunidades? A educação da classe trabalhadora seria a mesma ofertada à classe burguesa? As respostas a esses questionamentos nos mostram, no movimento da história e nas contradições que emergem, o abismo que sempre existiu entre o discurso liberal educacional e a sua efetivação.

[...] o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1961, p. 137).

Essa exploração do trabalho assalariado tem na desigualdade da educação ofertada à classe burguesa e à classe proletária, dentre outros aspectos, a sua raiz. O discurso liberal, quando confrontado com a materialidade da sociedade, torna-se um engodo, pois ele caminha de forma contrária à realidade quando afirma que “[...] seres criados da mesma espécie e da mesma condição, que, desde seu nascimento, desfrutam juntos de todas as vantagens comuns da natureza do uso das mesmas faculdades, devem ainda ser iguais entre si, sem subordinação ou sujeição” (LOCKE, 2006, p. 83). Somos seres da mesma espécie, no entanto, sob condições materiais distintas, definidas pelas condições de produção que nos dividem em duas classes antagônicas: a burguesa e o proletariado, isto é, opressores e detentores do poder, oprimidos e subjugados pelo poder.

Essa suposta igualdade defendida por Locke camufla as desigualdades de toda ordem, fruto das bases de produção que dividem a sociedade em classes que se opõem. Todos os homens nascem igualmente livres, no entanto com oportunidades distintas que não serão eliminadas apenas com a garantia de educação

para todos, em especial, quando essa educação visa apenas tornar a classe trabalhadora mais qualificada para atender as demandas da classe burguesa. Essa mão de obra mais qualificada não será melhor remunerada e ou mais valorizada, apenas trará mais lucro para o burguês, pois “[...] o capitalista será o dono do produto” (MARX, 1996, p. 304). O período que sucedeu a Proclamação da República manteve um ritmo acelerado de mudanças de toda ordem. “[...] Em Curitiba, inicia-se a formação de uma ‘nova’ cidade urbanizada e também de um ‘novo’ morador, este, reflexo de novas relações sociais” (PASTRE, 2009, p.13, grifo do autor). As opções de lazer, frente ao crescimento acelerado da cidade e o conseqüente aumento da população, eram escassas. Havia o Museu Paranaense, cuja fundação foi em 1876, e os clubes sociais dos imigrantes⁵⁷.

A modernização da cidade deu-se tanto pela nova disposição dos espaços privados quanto [...] dos ambientes públicos. [...] parques de diversão, praças, cafés ou salões, ou assistindo às apresentações de bandas militares, a nova população urbana divertia-se publicamente (PASTRE, 2009, p. 62).

A educação, ainda precária, era privilégio de uma minoria. Isso, de certa forma, auxiliou e muito na disseminação e consolidação do ideário liberal capitalista brasileiro, pois o discurso ferrenho de seus defensores despertava o imaginário de um povo, cuja maioria era analfabeta, e que almejava viver plenamente esse novo e promissor momento histórico. Essa “[...] manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 2017, p.11), pois impede que o povo veja além das aparências, permanecendo alienado.

57. Entre os clubes alemães da época havia o Thalia, O Deutscher Sägerbund (atual Concórdia), o Teuto Brasileiro (atual Duque de Caxias), o Handwerker (atual Rio Branco) e outros. Havia o clube polonês, a Sociedade de Educação Física Juventus, os italianos, a Sociedade Dante Alighieri e a Sociedade Garibaldi, o ucraniano, a Sociedade dos Amigos da Cultura Ucrânia, o francês, a Sociedade Gauloise, o Cassino Curitiba, os grêmios femininos como a das Violetas e o Bouquet [...] (PASTRE, 2009, p. 65).

Um outro aspecto característico desse período de transição era a crescente influência dos costumes da burguesia europeia sobre a classe dominante paranaense que se constituía. Tratava-se de um modelo a ser seguido em todos os setores, da arquitetura dos caseiros às agremiações, permeado pelo discurso liberal para beneficiar a classe burguesa. Esse discurso defendia que “[...] os elementos culturais precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que se tornem humanos e, de outro lado e concomitante, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo” (SAVIANI, 2008a, p. 13).

Portanto faltava algo mais requintado em Curitiba, que reunisse cultura educação, esporte⁵⁸ e lazer. Um espaço nobre, em que a classe burguesa pudesse se consolidar como tal, participando assim de um projeto de civilização, ou seja, de modernidade, que os colocasse à frente do seu tempo.

Outras agremiações já se faziam presentes na capital paranaense, em especial, clubes de imigrantes que não eram vistos com bons olhos pela burguesia curitibana por pertencerem aos trabalhadores, pessoas de hábitos simples que buscavam nessas agremiações diversão e cultivo de suas tradições. Isso evidenciava a proposição de um modelo de comportamento instituído pela classe dominante como “[...] a expressão ideal das relações” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47) sociais.

Ao contrário da burguesia que procurava comportar-se à moda europeia, os frequentadores dos clubes de imigrantes dançavam de forma livre, entusiasta, percebida na expressão dos seus corpos (TRINDADE, 1996), fugindo, nesses momentos de lazer, dos padrões comportamentais da sociedade curitibana. Isso indica que as “[...] ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47) na ótica dos detentores do capital que, com frequência, nada tem a ver com o ponto de vista da classe trabalhadora.

58. O esporte não se enquadrava na categoria de lazer, como os bailes, jantares ou outros eventos similares. Ele era visto como uma forma de desenvolvimento físico e intelectual e como uma boa estratégia para dar visibilidade ao Clube, colocando-o em evidência na imprensa local e quiçá nacional por meio de atletas que se destacavam como medalhistas e ou ganhadores de troféus.

A partir desse cenário e das insistentes solicitações da burguesia da capital paranaense, o Coronel Romão Rodrigues de Oliveira Branco liderou um grupo de 60 cavalheiros da burguesia curitibana que, imbuídos do mesmo desejo e já associados à nova instituição, fundaram⁵⁹ a Sociedade Recreativa Club Curitybano, em 25 de setembro de 1881⁶⁰. O tão esperado evento foi notícia no Jornal O Dezenove de Dezembro do dia 1º de outubro de 1881, que assim se manifestou:

*A convite do Sr. Romão Branco, principal promotor de tão feliz idéia, e com unanime aprovação dos socios presentes, coube a palavra ao Sr. Dr. Lagos, que encarregou-se de dirigir os trabalhos preliminares. Em uma locução clara, rápida, incisiva, demonstrou ele a grande lacuna, por todos reconhecida, de não existir no próprio centro da esperançosa capital um ponto de reunião, no qual pudessem seus habitantes tornar efetiva a permuta, sempre fecunda, de idéas e sentimentos (JORNAL O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1881a, p. 3)*⁶¹.

Ao afirmar que no centro da capital paranaense não havia nenhuma agremiação que oportunizasse a reunião entre seus habitantes para salutar troca de ideias e sentimentos, o editor do jornal eleva o Clube Curitibano à categoria de modelo para a sociedade. Mas que sociedade? A burguesa, a única que teria acesso ao ócio educativo oferecido pelo Clube. E vai além, enfatizando que a instituição ora

59. Há relatos orais não comprovados que a fundação do Clube foi uma forma de apaziguar as desavenças entre dois blocos carnavalescos: Bohemia Carnavalesca e Titeres do Diabo (REVISTA CLUBE CURITIBANO, Edição Especial, 1932).

60. **Membros Fundadores Beneméritos do Clube Curitibano:** Ildefonso Pereira Correia, Eduardo Augusto Vasconcellos Chaves, José Carvalho de Oliveira, José Inocêncio de França, José Fernandes Loureiro, José Pereira dos Santos Andrade, Jezuino da Silva Lopes, Manoel Luiz de Matos, Manoel Ascensão Fernandes, Manoel Martins de Abreu, Romão Rodrigues de Oliveira Branco. **Membros Fundadores:** Agostinho Ermelino de Leão, Alfredo Tramujas, Artur Martins Lopes, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, Edmundo Requião, Francisco de Camargo Pinto, Iphigênio Ventura de Jesus, João Ferreira Leite, Joaquim Antonio Coelho, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Manoel de Macedo, Narciso Pereira de Azevedo, Nivaldo Teixeira Braga, Pedro da Silva Arouca, Pedro Luís de Souza Rocha e Theolindo de Andrade. (DAMRAT, 2017b). Carolina Damrat, historiadora responsável pelo Projeto Memória do Clube Curitibano, informou que uma empresa foi contratada para reformular o *site* do Clube, no entanto, foi ela quem realizou boa parte da pesquisa, usando como principal fonte o acervo das revistas Clube Curitibano de 1890 até o momento.

61. Citações do jornal O Dezenove de Dezembro serão transcritas em itálico, respeitando a grafia original.

fundada preencherá uma lacuna e ao mesmo tempo será um espaço em que “seus habitantes” (nesse caso, todos os curitibanos?) poderão frequentar, o que era uma inverdade.

O Clube foi fundado por uma minoria burguesa a pedido de seus pares, então não estava aberto aos trabalhadores curitibanos, imigrantes, negros alforriados, enfim, à classe proletária. Tratava-se de um discurso liberal que procurava mostrar algo que não existia: a igualdade de oportunidades de acesso ao corpo de associados do Clube e aos salões da agremiação. Na “[...] tradição liberal, a igualdade das pessoas refere-se ao relacionamento entre elas na oposição entre liberdade e poder. À medida que se amplia o poder de uma pessoa, diminui a liberdade da outra e vice-versa” (CARDOSO, 2009, p. 2) e é nesse constante jogo de contradições que os detentores do capital se mantem no poder.

A notícia divulgada nos jornais soou como um elogio ao discurso proferido, reconhecendo serem as “[...] palavras cheias de um sincero patriotismo”, indo além ao reverenciar o “alto grão de preponderância que tão generosa empresa deve imprimir aos costumes e aspirações da jovem sociedade curitybana” (JORNAL O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1881a, p. 3). As palavras denotam um duplo sentido, o amor e a devoção atribuída à pátria, ao Brasil, em linhas gerais, e a devoção aos usos e costumes da classe social da qual o orador era um legítimo representante.

Durante a cerimônia, os fundadores fizeram as primeiras deliberações: confirmação do nome da sociedade; instituição de uma diretoria provisória; definição do valor da joia que os sócios fundadores beneméritos deveriam pagar, bem como o valor das mensalidades para todos os associados. Esses valores seriam empregados na locação do imóvel para funcionamento do Clube e para a aquisição de utensílios e mobília (JORNAL O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1881a).

A partir das deliberações, a primeira diretoria provisória assim foi constituída:

Presidente - Comendador Ildefonso P. Correia.

Vice presidente: Dr. João Pereira Lagos.

1º secretario - Romão Branco.

2º secretario – Eduardo Augusto de Vasconcellos Chaves.

Procurador – Moreira do Couto

Thesoureiro – Antonio José Rodrigues.

Comissão de estatutos – A directoria provisória

(JORNAL O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1881a, p. 3).

Definiu-se que a joia, para os sócios fundadores, seria no valor de 10\$ (dez mil réis) e as mensalidades no valor de 2\$ (dois mil réis). Além disso, a diretoria provisória foi autorizada a fazer as devidas cobranças para que, na sequência, fosse feita a locação do imóvel e a compra dos móveis e utensílios.

Ao final da notícia sobre a fundação do Clube, o editor chefe, Jesuíno da Silva Lopes, ponderou sobre o descompasso entre os valores acordados e a proposta ora apresentada para essa nova instituição, salientando que a empolgação inicial pode ter ofuscado a percepção de seus fundadores, temendo assim que as verbas arrecadadas não fossem suficientes para a envergadura da nova agremiação. Finaliza suas elucubrações almejando que a diretoria provisória reflita a respeito (JORNAL O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1881a).

As ponderações do editor chefe desconsideram que os valores da joia e da mensalidade eram apenas simbólicos naquele momento, pois o que imperava era a decisão dos representantes da classe burguesa curitibana, unidos em prol da fundação de uma agremiação que seria um reduto burguês. Então, independente da proposição de joia e mensalidade modestas para aqueles que possuem grande poder aquisitivo, de todos os possíveis reveses que poderiam dificultar ou impossibilitar o funcionamento do Clube Curitibano, a questão financeira seria a mais fácil de ser resolvida, visto que a fundação do Clube despertou o imaginário coletivo de uma classe que não mediria esforços em busca da sua consolidação.

A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social, político) também domina no plano espiritual (das ideias) (CHAUÍ, 1997, p. 93).

Com o intuito de compreendermos o valor do poder aquisitivo e o valor ideológico da joia e da mensalidade, em 1881, dez mil réis e dois mil réis, respectivamente, e o valor do imóvel (trinta e seis mil réis) em que foi instalada a primeira sede própria do Clube Curitibano, em 1891, dez anos após a fundação da agremiação, o Quadro 2 irá nos mostrar esses valores comparados a valores de outras mercadorias.

QUADRO 2 – Comparação entre os valores da joia, mensalidade e compra da primeira sede do Clube Curitibano e outras mercadorias.

MERCADORIA	ANO	VALOR EM RÉIS
Joa do Clube Curitibano	1881	10\$000 (dez mil réis)
Mensalidade do Clube	1881	2\$000 (dois mil réis)
Homem negro (21 anos)	1881	1.100\$000 (um milhão e cem mil réis)
Mulher negra (13 anos)	1883	800\$000 (oitocentos mil réis)
Um cavalo	1880/1881	10\$000 a 50\$000 (dez a cinquenta mil réis)
Primeira sede do Clube	1891	36\$000 (trinta e seis mil réis)

Fonte: SANTOS (1974).

Nota: Dados organizados pela autora.

Para uma melhor compreensão, o Quadro 3 nos apresenta a atualização dos valores em réis convertidos em reais, nossa moeda atual.

QUADRO 3 – Conversão dos valores de réis para real

Joa do Clube Curitibano	1881	R\$1230,00
Mensalidade do Clube	1881	R\$246,00
Homem negro (21 anos)	1881	R\$135000,00
Mulher negra (13 anos)	1883	R\$98400
Um cavalo	1880/81	R\$1230,00 a R\$6150,00
Primeira sede do Clube	1891	R\$4428,00

Fonte: Conversão hipotética... (2019).

Nota: Dados organizados pela autora. Para os cálculos de conversão e atualização dos valores de réis para real, foram considerados os anos em que as mercadorias estavam disponíveis e o valor de referência da época, isto é, 1\$000 (um réis) = R\$0,123.

Os quadros apresentados são bastante elucidativos pois suscitam algumas questões. O valor da joia, quando comparado à aquisição de uma mulher negra adolescente ou de um homem negro jovem, parece irrisório. Antes da abolição da escravatura, em 1888, ter um negro ou uma negra saudáveis, jovens, aptos para o trabalho braçal e ou doméstico era o desejo de todos os fazendeiros e senhores de engenho. Além da garantia da mão de obra, havia um certo *status* no número de negros que cada senhor possuía, já que isso indicava a condição financeira do proprietário. Como o Clube Curitibano foi fundado em 1881 e somente sete anos depois é que houve a abolição dos escravos, o valor acessível da joia, nessa esteira de comparação, poderia ser um chamariz para futuros associados e uma forma de dar visibilidade a uma nova perspectiva de *status* social à elite econômica curitibana.

Outro aspecto observável é que a diferença de preço entre o homem negro e a mulher negra denota a desvalorização da mulher, nesse caso agravada pela cor da pele, além de ser considerada mais fraca e sujeita à procriação, o que a impediria de trabalhar com mais afinco.

O valor pago na aquisição da primeira sede do Clube (36\$000 mil réis), quase dez anos após a cotação do valor do animal (de 10\$000 a 50\$000 mil réis), mostra que, naquele momento histórico, os bens para fins culturais eram menos valorizados que os bens utilitários pelos detentores do capital, pois a diferença de valores entre o imóvel e o animal é gritante. Um cavalo de raça em ótimas condições físicas poderia valer mais que um imóvel comercial no centro da capital paranaense.

As comparações oportunizadas pelos dados expostos nos Quadros 2 e 3 foram realizadas sob a perspectiva da burguesia curitibana, considerando que, embora os valores em reais, atualmente, pareçam irrisórios, na época pesquisada, eram considerados elevados e inacessíveis à classe trabalhadora. Em contrapartida, se olharmos sob o viés da maioria da população da capital, no final do século XIX, tornar-se um sócio do Clube Curitibano era algo totalmente inviável, não apenas pelos altos valores da joia e da mensalidade, mas

também pelo não preenchimento do principal requisito, pertencer à elite econômica, política e cultural paranaense.

Em atenção a esses requisitos, em 8 de dezembro, houve então a escolha da diretoria definitiva que continuou a ser comandada pelo Comendador Ildefonso Pereira Corrêa, um importante industrial e também comerciante dos ramos madeireiro e ervateiro, um dos pioneiros nos setores bancário e de transporte, sendo oficialmente o primeiro presidente do clube. Nesse dia, já constava de seu quadro associativo “[...] cento e trinta e cinco homens de tradicionais famílias da capital paranaense.[...]” (REVISTA CLUBE CURITIBANO, Edição Especial, 1996, p. 4).

O jornal O Dezenove de Dezembro publicou a seguinte notícia:

No dia 8 do corrente teve lugar, em casa do senhor Comendador Ildefonso Corrêa, a 1ª sessão desta associação, sendo aprovados os respectivos estatutos, procedendo-se em seguida a eleição da directoria que ficou assim composta: Presidente – Comendador Ildefonso Pereira Corrêa. 1.º secretario – Romão R. de Oliveira Branco. 2.º Dito – Nilvaldo Teixeira Braga. Thesoureiro – Antonio José Rodrigues. Procurador – Eduardo de Vasconcellos Chaves. Orador - Dr. Manoel Eufrazio Corrêa. (JORNAL O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1881b, p. 2).

A formação acadêmica, a profissão exercida e as atividades desenvolvidas em Curitiba e região pelos membros das diretorias provisória e definitiva da nova agremiação, já nos dão indícios da missão do Clube recém fundado. Isso nos reporta a Marx, quando afirma que é a realidade material a responsável pela determinação da consciência dos indivíduos, não o inverso como ingenuamente concebemos (MARX, 2003).

QUADRO 4 – Sócios fundadores e membros das diretorias provisória e definitiva do Clube Curitibano (Continua)

SÓCIOS FUNDADORES	PROFISSÃO/FORMAÇÃO	ATIVIDADES EXERCIDAS	DIRETORIA DO CLUBE
Comendador Ildefonso Pereira Correia	Estudou Humanidades, no Rio de Janeiro e São Paulo. Industrial, comerciante, político (vereador, presidente da Câmara Municipal de Curitiba; deputado provincial e vice-presidente da Província).	Maior produtor de erva-mate do mundo e maior exportador de erva-mate do Paraná. Fundador da Associação Comercial do Paraná e seu 1º presidente. Fundador do Banco Industrial do Paraná. Fundador da Impressora Paranaense. Comendador da Ordem da Rosa. Barão do Serro Azul	1º presidente (diretoria provisória e definitiva)
João Pereira Lagos	Professor	Chefe da Superintendência do Ensino Obrigatório de Curitiba	Vice-presidente (diretoria provisória)
Romão Rodrigues de Oliveira Branco	Administrador dos Correios do Paraná. Cartorário da Delegacia Fiscal do Paraná. Escrevente juramentado do Cartório de Órfãos da Capital.	Presidente do Clube Curitibano em 1906 e 1907.	1º Secretário (diretoria provisória e diretoria definitiva)
Eduardo Augusto de Vasconcellos Chaves	?	Presidente do Clube Curitibano em 1887 e 1888	2º Secretário (diretoria provisória). Procurador (diretoria definitiva)
Moreira do Couto	?	?	Procurador
Antonio José Rodrigues	?	?	Tesoureiro (diretoria provisória e diretoria definitiva)

Fontes: Site do Clube Curitibano e jornais O Dezenove de Dezembro (1881b).

Nota: Dados organizado pela autora. Não foi possível completar o quadro 4, pois não encontramos todas as informações nas fontes pesquisadas. Os pontos de interrogação indicam as lacunas.

QUADRO 4 – Sócios fundadores e membros das diretorias provisória e definitiva do Clube Curitibano (Conclusão)

SÓCIOS FUNDADORES	PROFISSÃO/FORMAÇÃO	ATIVIDADES EXERCIDAS	DIRETORIA DO CLUBE
Nivaldo Teixeira Braga	Professor. Diretor de escolas em Curitiba, Morretes e na freguesia de Votuverava (hoje município de Rio Branco do Sul). Biógrafo. Secretário do Museu Paranaense.	Um dos fundadores de uma escola no interior da província paulista. Fundador do Collegio Curitybano. Colaborador dos periódicos: “Jornal do Comércio”, “Gazeta Paranaense”, entre outros. Autor do primeiro Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná.	2º Dito (diretoria definitiva)
Manoel Eufrázio Corrêa	Formado em Direito. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.	Exerceu os cargos de advogado, delegado de Polícia, promotor público, inspetor, deputado provincial e presidente da Assembleia. Foi presidente da Província de Pernambuco de 1887 a 1888.	Orador (diretoria definitiva)

Fontes: Site do Clube Curitibano e jornais O Dezenove de Dezembro (1881b).

Nota: Dados organizado pela autora. Não foi possível completar o quadro 4, pois não encontramos todas as informações nas fontes pesquisadas. Os pontos de interrogação indicam as lacunas.

O momento mais esperado pelos seus sócios ocorreu em 06 de janeiro de 1882, quando houve a instalação oficial do Clube Curitibano, na sede (Figura 1) situada à esquina das Ruas São Francisco e Graciosa, hoje conhecida como Rua Barão do Serro Azul. Tratava-se de um sobrado ocupado no térreo pela Defesa Fiscal e, no andar superior, pelo Clube.

FIGURA 1 - Primeira sede do Clube Curitibano (1881)



Fonte: Acervo iconográfico do Clube Curitibano (2017). Fotografias de sua autoria.

Nesse dia, as portas da agremiação se abriram para receber os associados, em um grandioso baile comemorativo (DAMRAT, 2017a, p. 2). O evento já fora amplamente divulgado pelo jornal *O Dezenove de Dezembro*, na edição do dia 31 de dezembro de 1881c, à página 3: *“No dia 6 do mez entrante terá logar a sessão solemne da instalação desta sociedade. Finda a sessão haverá um ‘soirée’ dançante”*.

O Clube recém instalado tinha por objetivo oferecer aos seus associados, que deveriam ter mais de 18 anos, estar trabalhando e ter um bom comportamento, lazer útil, recreativo e instrutivo, por meio da prática de esportes, jogos lícitos e tertúlias⁶² (REVISTA CLUBE CURITIBANO, Edição Especial, 1996). Um espaço para o encontro da burguesia numa espécie de ócio produtivo, isto é, que oportunizasse a realização de atividades que a aproximasse da civilização, do progresso e da modernidade. A fundação do Clube ia, portanto, ao encontro dos anseios de uma capital promissora,

[...] que se mostrava como uma cidade onde se concretizava um projeto de civilização das classes dominantes. Experimentava progresso, prosperidade e modificações

62. As tertúlias possuem uma conotação artística e didática, como um espaço para criação e discussão filosófica. Agremiações literárias ou espaços para discussões sobre livros poéticos, fictícios ou não-fictícios, também podem ser considerados tertúlias. (TERTÚLIA SIGNIFICADOS, 2018).

concretas, com uma nova disposição dos espaços e com o aprimoramento dos ambientes públicos, que se refletiam no comportamento da sociedade (PASTRE, 2009, p. 9).

O Clube tinha um espaço próprio alugado, que necessitava de mobiliários, utensílios e materiais esportivos para o atendimento dos sócios. Como as mensalidades não eram pagas regularmente por todos os associados, coube à diretoria os primeiros investimentos. O Comendador Ildefonso (Figura 2), que já havia se tornado Barão do Serro Azul⁶³, passou a ser o representante do Clube na Corte Imperial, empenhando-se para que as dificuldades financeiras iniciais não atrapalhassem a consolidação da nova agremiação na capital paranaense.

FIGURA 2 - Comendador Ildefonso Pereira Correia (Barão do Serro Azul)



Fonte: Acervo iconográfico do Clube Curitibano (2017). Fotografias de sua autoria.

O empenho em concretizar um sonho burguês não se restringia à diretoria do Clube Curitibano, mas se estendia a diretorias de

63. Fundador da Imprensa Paranaense, da Companhia Ferrocarril de Curitiba, do Banco Mercantil e Industrial do Paraná. Trouxe o primeiro telégrafo para o Estado, bancou a construção do Grupo Escolar Tiradentes e fundou o Clube Curitibano. Foi eleito várias vezes como vereador e deputado estadual. Foi secretário de Educação e vice-governador. Primeiro presidente da Associação Comercial e Industrial do Paraná (ACP). Em 1888, recebeu o título de Barão do Serro Azul do imperador Dom Pedro II. Em 1890, o barão arrecadou dinheiro para oferecer aos 'maragatos' que queriam o restabelecimento da monarquia parlamentarista, evitando que a capital fosse saqueada pelos revoltosos. Confundido como simpatizante dos revolucionários, ficou algum tempo preso, sendo fuzilado no km 65 da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. (BARÃO DO SERRO AZUL, 2017; QUEM FOI BARÃO DO SERRO AZUL, 2018).

outras agremiações que proliferavam na capital. Essas instituições se diziam abertas a todos que desejassem fazer parte de seu quadro associativo, no entanto, o valor das joias e das mensalidades já eram decisivas, separando a população curitibana em duas grandes classes: burgueses e proletários. Na sociedade liberal capitalista, o que é “[...] benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um elemento de opressão para outra” (ENGELS, 1961, p. 141).

Marx faz importante discussão sobre emancipação política e emancipação humana⁶⁴, mostrando suas diferenças.

[...] A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais [...] (MARX, 2010a, p. 54).

Essa distinção nos mostra que, na sociedade capitalista, a única emancipação possível é a política, visto que a emancipação humana só é viável no socialismo. Ou seja, a emancipação humana não está ligada à classe proletária, mas a uma sociedade sem classes.

É mister que somente a revolução política não será capaz de promover mudanças nas condições materiais da classe trabalhadora. Assim sendo, a luta do proletariado não pode objetivar unicamente a conquista do poder político, mas sobremaneira a extinção do Estado, que promove a manutenção da propriedade privada e a exploração do homem pelo próprio homem. Assim sendo, a tão necessária revolução social, que promoverá a emancipação humana, a plena humanidade e a tão necessária e verdadeira liberdade (MARX, 2010a) só poderá se efetivar quando a divisão de classes não mais existir.

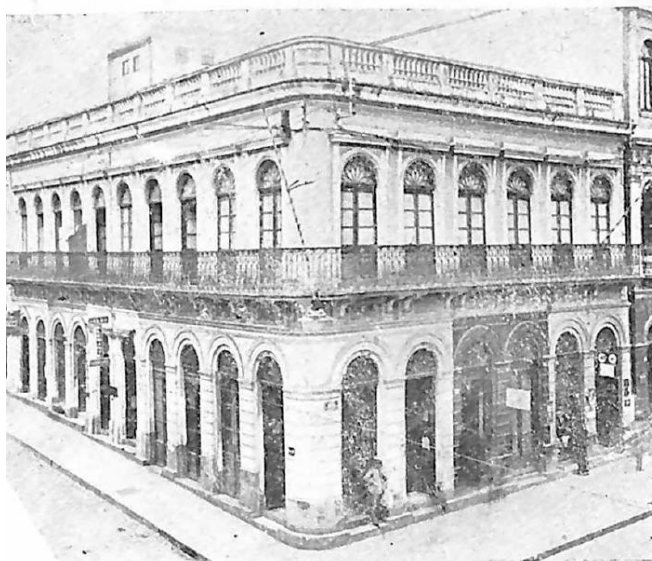
64. Para saber mais a respeito, ver os textos de Karl Marx: Sobre a Questão Judaica, de 1843, e Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um prussiano, de 1844. Como não tivemos acesso às obras originais, na referência, usamos edições mais recentes.

No final do século XIX, os clubes criados para servir à burguesia “[...] eram destinados principalmente aos bailes, ao teatro, ao cultivo da literatura, às declamações de poesias e versos, sessões lítero-musicais e encontros para discussões políticas e reuniões sociais” (PASTRE, 2009, p. 61). O Clube Curitibano seguiu essa mesma linha de atuação, mas com um diferencial, o incentivo ao esporte.

O espaço logo se tornara pequeno, pois a proposta do Clube para a capital curitibana já havia agradado à burguesia que aumentava rapidamente o quadro de associados. Houve então a necessidade de transferir a sede da agremiação para um espaço mais amplo. A segunda sede (Figura 3), alugada, era um sobrado de esquina localizado na Travessa da Matriz, conhecida como Rua 1º de Março, hoje denominada de Rua Monsenhor Celso, esquina com a Rua das Flores, atual XV de Novembro. Somente em 1891 é que esse imóvel foi adquirido por 36\$000 (trinta e seis mil réis), tornando-se assim a primeira sede própria do Clube Curitibano.

Em toda trajetória da agremiação, desde sua fundação até a compra da primeira sede própria, mesmo ocupando imóveis alugados, a diretoria nunca abriu mão do requinte em suas instalações: mobiliário de qualidade inquestionável, decoração sempre de muito bom gosto e oferta de atividades educacionais, culturais e de lazer diversificadas.

A fundação e manutenção do Clube nos mostra que “[...] a classe dominante, visando assegurar uma unidade ideológica dentro do sistema social, impede à classe dominada a tomada de consciência reveladora das contradições” (CURY, 1984, p. 4). Na visão dos proletários, o Clube era o resultado natural do progresso, da modernidade da capital, ignorando que a classe dominante empregava ali esforços de toda ordem para oferecer aos seus pares ócio produtivo, de qualidade, a fim de se auto qualificarem para o exercício da exploração do trabalhador, assegurando a manutenção do poder e do capital.

FIGURA 3 - Segunda sede do Clube Curitybano (1891-1ª sede própria)

Fonte: Acervo iconográfico do Clube Curitibano (2017). Fotografias de sua autoria.

O Clube almejado pela burguesia, no início, devido ao descompasso entre joias, mensalidades e ousadia do projeto, parecia que não iria vingar, no entanto ele crescia a olhos vistos, com todo o glamour que fora idealizado, reforçando a cada ano de existência o antagonismo da divisão de classes na capital paranaense⁶⁵. De um lado, desfrutando das benesses do progresso, que os inseria numa perspectiva civilizatória, à moda europeia, tanto na arquitetura das mansões como nas benfeitorias da cidade, além do ócio produtivo oferecido pelo Clube Curitibano, em permanente contraste com o outro lado da materialidade curitibana, do analfabeto, do escravo, do imigrante, do trabalhador assalariado, do caboclo, que apenas tinham acesso ao mínimo que sua força de trabalho permitia que adquirissem e àquilo que a terra lhes oferecia como recompensa do trabalho braçal desempenhado a fim de alimentar seu corpo.

Nessa esteira de antagonismos, a Tabela 1 apresenta dados do recenseamento realizado no início do século XX e que ilustra bem o

65. Em 1922, o Clube adquiriu sua segunda sede própria (ANEXO B), situada à Rua XV de Novembro, esquina com a Rua da Liberdade (atual Rua Barão do Rio Branco), num belíssimo e luxuoso prédio projetado pelo famoso arquiteto da época, Guilhermino Baeta de Faria, responsável também pelos projetos da Universidade Federal do Paraná, Castelo do Batel e Palácio Avenida. O diferencial foi a instalação de um elevador e a criação dos famosos e luxuosos salões Mourisco, Renascença e Paraná (DAMRAT, 2017b).

analfabetismo excludente, que não se restringia ao estado do Paraná, mas se estendia, de forma homogênea, a todo território nacional.

TABELA 1 - Analfabetismo em diversos estados do Brasil - Recenseamento de 1906

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	DE 1.000 HABITANTES			
	SABIAM LER	%	ERAM ANALFABETOS	%
ALAGOAS	200	20	800	80
AMAZONAS	321	32,1	679	67,9
BAHIA	228	22,8	772	77,2
CEARÁ	218	21,8	782	78,2
DISTRITO FEDERAL ⁶⁶	519	51,9	481	48,9
ESPÍRITO SANTO	269	26,9	731	73,1
GOIÁS	218	21,8	782	78,2
MARANHÃO	254	25,4	746	74,6
MATO GROSSO	270	27	730	73
MINAS GERAIS	256	25,6	744	74,4
PARÁ	300	30	700	70
PARAIBA	168	16,8	832	83,2
PARANÁ	239	23,9	761	76,1
PERNAMBUCO	193	19,3	807	80,7
PIAUI	173	17,3	827	82,7
RIO DE JANEIRO	231	23,1	769	76,9
RIO GRANDE DO NORTE	204	20,4	796	79,6
RIO GRANDE DO SUL	326	32,6	674	67,4
SANTA CATARINA	257	25,7	743	74,3
SÃO PAULO	247	24,7	753	75,3
SERGIPE	247	24,7	753	75,3
TOTAL – BRASIL	254	25,4	746	74,6

Fonte: BRASIL (1916)

Nota: Para uma melhor compreensão dos dados expostos na Tabela 1, acrescentamos duas colunas com percentuais.

66. A título de exceção, no Distrito Federal, que hoje é a cidade do Rio de Janeiro e que na época do recenseamento era a sede do governo federal, o índice de analfabetismo era de 48,1%. Já nos outros estados brasileiros, verificamos um índice próximo dos 74,6% da média nacional. “O coeficiente de analfabetismo no Distrito Federal é o encontrado no recenseamento municipal de 1906: a população é a que consta da Sinopse do recenseamento de 31 de Dezembro de 1900” (BOMENY, 2003, p. 2).

Os dados apresentados no quadro anterior mostram que, no início da Primeira República, a precariedade da educação básica no Brasil e o alto índice de analfabetismo da população não eram problemas que preocupavam ou questões que sensibilizavam os detentores do capital. Para eles, em se tratando de educação, o importante era que seus filhos tivessem acesso a uma formação de qualidade ofertada em educandários da rede privada de ensino, em grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, e ou na Europa, o que corrobora com o que Marx e Engels (2008, p.11) afirmavam, que as contradições que permeiam a

[...] história de todas as sociedades até ao momento presente é a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado, em resumo, opressor e oprimido estiveram com frequência em oposição um ao outro [...].

Portanto, a educação da elite, que para a época já era de ponta, fora incrementada pela proposta de ócio cultural educativo da agremiação Clube Curitibano, reforçando ainda mais a divisão e o distanciamento entre as classes burguesa e proletária.

Por outro lado, é prudente observarmos que muito embora a diretoria do Clube procurasse manter a agremiação isenta de posicionamentos políticos, não tendo como pré-requisito, de forma explícita, o conhecimento da filiação partidária ou da preferência política de seus candidatos a sócios, no período de transição da Monarquia à República, “[...] a instituição teve marcadamente uma posição política a favor do abolicionismo e dos ideais liberais, tendo cedido seus salões para celebrações do Clube Abolicionista e do Clube Republicano de Curitiba” (MARACH, 2013, p. 30). Além disso, à revelia dessa suposta neutralidade, alguns barões do mate, tais como o Barão do Serro Azul, Vicente Machado e Vítor Ferreira do Amaral, depois da Proclamação da República, ingressaram no Partido Republicano Federal e passaram a exercer maior influência no Clube (MARACH, 2013).

Mesmo assim, a agremiação procurava manter-se isenta de filiações partidárias, alegando que sua função social era proporcionar

um novo “[...] *período intelectual e social para a família coritibana* [...]. *Fóra do Club ruge a impetuosa tempestade das paixões* [...]; *dentro do Club reina a serenidade dos ânimos, [...] todos possuem uma mesma bandeira de combate!* [...]” (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1893, n. 1, p. 4). No entanto, isso não se aplicava às diferenças raciais, pois mesmo apoiando a causa abolicionista, não encontramos nenhum registro sobre a presença de negros entre os associados do Clube nas suas duas primeiras décadas de existência. Isso evidencia que os “[...] homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, [...], tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

O Clube Curitibano, com frequência, era notícia na imprensa paranaense, sobremaneira na curitibana, que sempre destacava a função educativa da agremiação e a preocupação constante em oferecer uma instituição de qualidade, tanto no que tange às instalações, quanto à diversidade de atividades esportivas, culturais, filantrópicas e de lazer aos seus associados. “A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes pra exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados [...]” (CHAUÍ, 1980, p. 33). Nessa perspectiva, a imprensa é, portanto, um meio efetivo de disseminação e de consolidação dessa ideologia sutilmente produzida.

A agremiação era conhecida pelo seu brasão⁶⁷. No entanto, não há nenhuma referência à época de sua criação e nem à sua autoria. Acreditamos que ele foi criado logo após a fundação do Clube.

Na era medieval, os brasões eram desenhos criados especificamente para identificar pessoas, famílias, clãs, corporações, cidades e nações, a partir das leis da heráldica. Os brasões, quando usados em suportes como roupas, documentos, móveis, imóveis, dentre outros, eram indicadores de nobreza.

O brasão (Figura 4) criado para o Clube era uma forma de identificação, uma marca registrada de uma classe social reunida em uma agremiação, que desfrutava dos mesmos benefícios, por-

67. 1 - Escudo de armas (de família nobre); 2 - Heráldica; 3 - Honra; glória. (DICIONÁRIO ONLINE DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2018).

que era a detentora do poder e compartilhava das mesmas ideias⁶⁸ liberais capitalistas.

FIGURA 4 - Brasão do Clube Curitibano



Fonte: História do Clube (2017)

Além da identificação da classe social que o Clube acolhia, o brasão tinha a intenção de atrair bons fluídos para os associados, que formavam uma grande e tradicional família curitibana. Naquele espaço, não se admitia que os laços fraternos que uniam a classe social ali concentrada fossem rompidos ou maculados. Esse princípio de bem estar e proteção está presente no lema do brasão, escrito em latim: "*Malum non Admitte*", que significa: "Não se admite o mal".

No sentido denotativo, brasão pode ser tomado como sinônimo de escudo, uma arma de defesa utilizada desde os tempos mais remotos. Essencial para a proteção individual dos guerreiros que quando decidiam unir-se no ataque aos inimigos, juntavam seus escudos, que eram levados nas mãos, numa grande muralha em movimento. Quando usado para proteção individual, o guerreiro o segurava com a mão esquerda e com a mão direita empunhava uma espada para revidar os golpes do adversário. Já no sentido conotativo, trata-se de um objeto empregado de forma simbólica para representar a superioridade de um coletivo, ou seja, uma corporação, uma agremiação, uma família que se une "[...] em uma sociedade política, no que consiste todo pacto que existe ou deve existir entre os indivíduos que entram em uma comunidade ou a constituem" (LOCKE, 1963, p. 62).

68. Brasão do Clube Curitibano (2019).

O brasão do Clube Curitibano foi cuidadosamente arquitetado. Cada parte tem um significado próprio que, quando agregado às demais partes e significados, evidenciam a grandiosidade, a força e a nobreza da classe social que representa.

No Quadro 5, podemos visualizar, por meio do significado atribuído a cada parte do brasão do Clube Curitibano, a representatividade dessa agremiação e de seus associados na capital paranaense no final do século XIX.

QUADRO 5 – Significado de cada elemento que compõe o brasão do Clube Curitibano
(Continua)

PARTES QUE COMPÕEM O BRASÃO	SIGNIFICADO
<p>O Brasão do Clube Curitibano é descrito como um Escudo moderno de gules, esquartelado em cruz, sendo o primeiro e o quarto com pinheiro de prata e o segundo e terceiro com cruz de ouro cantonada de quatro flores-de-lis. O timbre é composto por um elmo de sable com coroa mural de ouro e colar de prata. O lambrequim é de ouro e gules.</p>	<p>A intenção de trazer sempre bons momentos e memórias felizes está expressa também no brasão do clube, cujo lema, estampado em uma faixa de ouro, traz as palavras “Malum non Admitte”, que significam “Não se admite o mal”.</p>
<p>Escudo moderno</p>	<p>Peça de defesa dos cavaleiros medievais, o escudo era usado pelos heraldistas espanhóis modernos desde o século XVIII. Possui forma quadrilonga com ângulos inferiores curvados e a ponta no meio da base.</p>
<p>Sable</p>	<p>Em heráldica, significa o esmalte de cor preta. Em gravuras, é representado por linhas verticais e horizontais cruzadas. O nome deriva do pelo negro da Zibelina, um felino da Europa.</p>
<p>Esquartelado em cruz</p>	<p>Dividido em quatro partes, na combinação de partido e cortado. O primeiro e o quarto quartel, isto é, o pinheiro de prata, são a representação do Brasão oficial de Curitiba, de acordo com a Lei Municipal n.º 2993, de 11/05/1967. O segundo e o quarto, isto é, a cruz de ouro cantonada de quatro flores-de-lis de ouro, representam o Brasão da família Correia, senhores de Belas, e presume-se poderia constar no Brasão do Barão do Serro Azul (Ildefonso Pereira Correia), caso tivesse tido tempo para registrá-lo junto ao Rei de Armas. Concedido em 8 de agosto de 1888, nas vésperas da Proclamação da República e a consequente eliminação dos títulos nobiliárquicos do Império.</p>

Fonte: História do Clube Curitibano (2017).

Nota: Dados organizados pela autora.

QUADRO 5 – Significado de cada elemento que compõe o brasão do Clube Curitibano
(Conclusão)

PARTES QUE COMPÕEM O BRASÃO	SIGNIFICADO
Ouro ou amarelo	Representa-se em armaria preenchendo-se o espaço com pontos. Significa das virtudes: a justiça, a clemência, a benignidade; das qualidades mundanas: a riqueza, a generosidade, o esplendor, a alegria e a prosperidade.
Timbre	É o ornamento exterior do escudo. O elmo de sable (preto) com coroa mural de ouro, indicativa de cidade de Estado (capital) e adornado com colar de prata tendo pendente o monograma “CC” do mesmo metal. O timbre é a peça das armas de um brasão que fica colocada sobre o virol do elmo. Na sua origem, o timbre era mais um elemento que servia para distinguir um cavaleiro no meio de muitos outros, distinguindo graus de nobreza. Em termos heráldicos, o timbre pode assumir várias figuras, como uma flor, um animal, uma cruz ou outro qualquer objeto.
Lambrequim ou paquife	Ornamento também externo, constituído de folhas de ouro e gules, que pendem formando voltas e giros de ambos os lados do escudo. As cores do lambrequim correspondem obrigatoriamente às cores principais do Brasão. O lambrequim é uma representação de um manto, uma capa, folhagens ou plumagens, desenhadas acima e ao redor do elmo de um brasão. Cada um dos ramos do lambrequim heráldico é chamado paquife. Os lambrequins heráldicos pretendem representar os mantos de linho, que eram usados para proteger o elmo dos cavaleiros, do calor, do frio e dos golpes de espada. Com o tempo, depois de serem várias vezes atingidos por golpes de espada, os mantos ficavam recortados, com pedaços de tecido pendentes, semelhantes a folhagens.
Lema ou divisa	O lema adorna o escudo, com características históricas ou de incentivo. É formado por uma faixa curva de ouro com os dizeres “Malum non Admitte” em sable (preto), que significam “Não se admite o mal”.

Fonte: História do Clube Curitibano (2017).

Nota: Dados organizados pela autora.

Um outro elemento que caracteriza a agremiação é o seu hino, disponível no site do Clube (ANEXO A). Não encontramos ne-

nhuma informação a respeito nas fontes consultadas. No entanto, em uma das nossas idas a Curitiba, soubemos por meio de relato oral da historiadora responsável pelo Projeto Memória do Clube Curitibano que, em 1897, Alberto Monteiro, maestro, membro do Grêmio Musical Carlos Gomes, fundado em 1893, entregou algumas partituras com um hino-marcha⁶⁹ para o presidente do Clube Curitibano, Eduardo Augusto de Vasconcellos Chaves (ANEXO A).⁷⁰ Mas somente em 1994, o associado Manoel Dória Guimarães Filho fez a letra e a música do atual hino.

A história do Clube Curitibano, ainda que apresente algumas lacunas por falta de registro documental, “[...] é um capítulo de relevo, como crônica viva e documental da sociedade e de seus costumes [...]” (CLUBE CURITIBANO, Edição Especial, 1950, n. 6, p. 16) e evidencia o apogeu da burguesia paranaense no período de transição entre a Monarquia e a República. Podemos afirmar que o Clube, muito mais do que uma instituição de lazer, constituiu-se como um educandário a serviço da burguesia curitibana, isto é, um espaço complementar de formação de lideranças de vários setores, intelectuais e atletas de ponta. Essa agremiação contribuiu para acentuar e dar visibilidade aos antagonismos sociais, econômicos, culturais e educacionais que permearam a divisão de classes numa sociedade movida pelo ideário liberal capitalista.

O quadro a seguir mostra, de forma sucinta, a trajetória dessa instituição que se funde à história da classe burguesa paranaense, mais especificamente da sua capital⁷¹.

69. Encontramos a primeira versão da letra do hino do Clube Curitibano na tese de doutorado em Educação de Marcelo Pastre (2009), à página 101.

70. Manoel Dória Guimarães Filho formou-se na Academia de Comércio de Santa Catarina, em Florianópolis/SC. Mudou-se para Curitiba/PR, onde, em 1954, frequentou a Escolinha de Artes do Guido Viaro, recebendo aulas de desenho. Apesar de interessar-se pelas artes plásticas desde muito jovem, somente aos 30 anos de idade que expõe seus trabalhos. Cria o espaço cultural TOCA dentro do Clube Curitibano, tornando-se conhecido como *O artista da TOCA*. É de sua autoria logotipos para o Curitibano Jr, GBA e TOCA. Publicitário, músico e compositor. Entre suas realizações, estão o hino do Clube Curitibano e um hino à TOCA. Membro da Sala do Poeta e da Academia de Letras José Alencar. (MANOEL DÓRIA GUIMARÃES FILHO, 2018).

71. Quadro 15 com todos os principais acontecimentos do Clube Curitibano, de 1881 a 2018 (APÊNDICE E).

QUADRO 6 – Principais acontecimentos da história do Clube Curitibano (1881 – 1897)

ANO	ACONTECIMENTOS	ACONTECIMENTOS	ACONTECIMENTOS
1881	Membros fundadores beneficentes	Diretoria provisória	Sob o comando do Comendador Ildefonso Correia
1881	Diretoria Provisória	Eleição da diretoria definitiva	Ildefonso Correia eleito como 1º presidente
1882	Instalação do Club Curitybano	Rua São Francisco esquina com a Rua da Graciosa	Baile comemorativo na 1ª sede social
1890	Criação da Revista Club Curitybano	Em 16 de janeiro de 1890 foi lançado o primeiro número da revista	A princípio, ela deveria ter circulação quinzenal
1891	Primeira Sede	Comprada por 36 mil contos de réis	1ª sede própria 2ª sede social
1893-1894	Revolução Federalista	Morre o Comendador Ildefonso Correia	Sócio benemérito 1º presidente do Club Curitybano
1897	O Clube debuta	Lançamento de publicação especial	Comemoração dos 15 anos do Clube

Fonte: DAMRAT (2017b).

Nota: Dados organizados pela autora.

A fundação do Clube Curitibano, dentre outros objetivos, visava atender aos anseios da classe dominante da capital paranaense de se inserir no processo de civilização que se iniciou no Brasil, mais especificamente no estado do Paraná, na segunda metade do século XIX. Isso se torna evidente com a criação da revista que leva o mesmo nome da agremiação, em 1890, e em cujo editorial de seu primeiro número, explicita que o periódico tem o

[...] objetivo de pôr os sócios a par de seu movimento litterario e diverso e concorrer para educar-lhes e elevar-lhes o espírito e o coração, a inteligência e o sentimento. Apontando acima das lutas dos partidos, [...] nobre auspicioso labor de identificar os nossos consócios na mais solida, estável e fraternal unidade social [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 1, p. 1).

Parece-nos que o Clube Curitibano⁷² nasceu com a missão de estabelecer os limites entre a classe dominante e a classe dominada, agregando na instituição recém fundada os fazendeiros que haviam se estabelecido em Curitiba, bem como políticos,⁷³ literatos, educadores, profissionais liberais e funcionários públicos⁷³ que, atraídos pelo desenvolvimento do Paraná, fixaram residência na capital. Nesse fluxo demográfico, os novos curitibanos, desejosos de se inserirem em um grupo socialmente respeitado, buscando não apenas o progresso material, mas também um projeto civilizatório que os tornasse representantes legítimos da burguesia, se associaram à nova agremiação. O Clube Curitibano, por sua vez, procurava atender aos anseios dos seus sócios com uma educação complementar calcada no incentivo à leitura, aprofundamento dos conteúdos escolares por intermédio de sócios voluntários, oferta de conferências literárias e de atividades esportivas e de lazer. Segundo o relatório de 1889⁷⁴, foram adquiridos para o acervo da biblioteca

[...]983 volumes de diversas obras. Contem ella hoje 131 volumes [...]. Alem desses[...]existem muitas brochuras de obras importantes. Recebeu a Bibliotheca [...], por assignatura, [...] jornaes do Rio de Janeiro, e por oferta alguns de S. Paulo e todos que se publicão nesta cidade. [...]. Em Março forão installadas aulas de Francez Arithimetica, Escripção Mercantil e istoria, sob a direcção dos muitos prestírnosos socios [...]. Ao principio forão as aulas frequentadas, e depois deminiuio a frequência sendo por ultimo interrompidas por falta de comparecimento dos frequentadores. [...]. Durante o anno realisaram se onze conferencias litterarias,

72. A ascensão vertiginosa dessa agremiação culminou com a aquisição de uma quarta sede, Palácio Encantado, construída entre os anos de 1935 e 1950, à Rua XV de Novembro, esquina com a Rua Barão do Rio Branco. Seus amplos e luxuosos salões lembram os antigos palácios. Nessa época, o Clube já contava com um grande patrimônio, pois caminhava para a aquisição da sua quinta sede que ocorreu em 1968 (ANEXO B).

73. Na época em estudo, esses profissionais e suas respectivas famílias eram os associados do Clube Curitibano.

74. Esse relatório relativo às atividades desenvolvidas no Clube Curitibano, em 1889, foi apresentado em Assembleia Geral da agremiação e publicado no primeiro exemplar da Revista Clube Curitibano, em 16 de janeiro de 1890.

[...]. Realisaram-se 3 torneios de bilhar, sete bailes e 31 saráos dançantes e musicas, tendo sido um saráo promovido por alguns sócios [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 1, p. 6).

No próximo capítulo, estudaremos a materialidade da imprensa paranaense, no final do século XIX, enquanto instrumento de consolidação do liberalismo, destacando a criação da Revista Clube Curitibano, em 1890, e a relevância do Movimento Simbolista para o projeto liberal paranaense de civilização.

Capítulo 2

Imprensa paranaense no final do século XIX: instrumento de consolidação do liberalismo republicano

*“A essência da imprensa livre é a essência característica, razoável e ética da liberdade [...]”
(MARX, 2006, p. 51).*

Este capítulo inicia com uma epígrafe que faz menção à essência de uma imprensa distante daquela a que estamos habituados. Guiada pelos princípios liberais, a imprensa periódica desfruta de uma aparente liberdade, pois está sujeita à ideologia dos donos do capital, mantenedores dos veículos de comunicação. Essa suposta liberdade não se afiniza com a ética, nem tampouco com a liberdade de expressão. Numa sociedade capitalista, não há liberdade onde “[...] todos são politicamente iguais, mas socialmente divididos entre burgueses e proletários, a igualdade política e jurídica nada mais é do que a afirmação social, real das desigualdades sociais” (LESSA; TONET, 2008, p. 88) presentes em todas os setores.

Neste capítulo, nossas reflexões têm como objetivo: desvelar o papel da imprensa, sobretudo da revista Clube Curitibano, de seus colaboradores e do Movimento Simbolista na primeira década da República. Para que isso se efetive, organizamos o capítulo em três seções: Imprensa, liberalismo e projeto de civilização; O ideário liberal de civilização e a criação da Revista Clube Curitibano e Estética simbolista na esteira do projeto liberal de civilização. Nas seções, discutiremos a acepção de intelectual, numa perspectiva marxiana, com o intuito de compreendermos qual era o papel dos intelectuais curitibanos, colaboradores de periódicos educacionais e literários, em especial da Revista Clube Curitibano.

É importante salientarmos que nosso objeto de análise não são os intelectuais de um modo geral ou um intelectual especificamente.

Nossas reflexões caminham em direção de uma compreensão, sob o aporte epistemológico marxiano, da relevância desses indivíduos para o estado do Paraná, sobremaneira para sua capital, no final do século XIX. Sabemos que se tratava de um grupo seletivo de jovens burgueses, respeitados pela bagagem educacional e cultural de que dispunham, colaboradores da imprensa, proponentes e disseminadores de ideias de civilização, de educação, isto é, de modernidade e progresso, respaldadas pelo liberalismo. Contudo, não podemos perder de vista que “[...] não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio [...]; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material [...]” (MARX, 1983, p. 25), pois são essas contradições que desvelam a essência do ser social, evidenciando as ideologias que o constituem.

2.1 Imprensa, liberalismo e projeto de civilização

Com o advento da Proclamação da República, em 1889, emerge o desejo e a necessidade de dar uma nova roupagem ao país. Era chegada a hora, na ótica dos republicanos, de modernizar a nação brasileira. Mas isso não se efetivaria de forma natural, era necessário organizar e preparar a sociedade para a chegada do progresso material e intelectual. E como fazer isso num país em que a maioria da população era analfabeta e que pouco ou nada havia compreendido sobre as vantagens e desvantagens da mudança de regime? Que recém havia abolido oficialmente a escravidão, mas que mantinha seus negros acorrentados ao preconceito da cor, do analfabetismo e da pobreza, à margem da elite republicana que ansiava pelas benesses da civilização, da modernidade? A quem caberia a incumbência de preparar os brasileiros para essa nova era? Como isso poderia ser feito?

A responsabilidade de disseminar o projeto liberal republicano de civilização só poderia ser atribuída àqueles que dominavam as habilidades da oratória, da leitura e da escrita, ou seja, à elite letrada⁷⁵, que defendia a implantação do regime republicano como um di-

75. Advogados, médicos, engenheiros, professores, literatos, enfim, grupo seletivo de defensores das ideias liberais republicanas. No entanto, com a efetivação do novo regime, esses republicanos foram

visor de águas entre a estagnação e o progresso. Essa disseminação deveria ocorrer em espaços estratégicos, tais como: educandários, agremiações e, sobretudo, pela imprensa⁷⁶, o veículo mais eficiente de disseminação de ideias que, naquele momento histórico, “[...] teve um papel fundamental na formação de opiniões, expressando os projetos políticos-ideológicos, procurando assim sedimentar tais modelos dentro da sociedade, transformando seus interesses em interesses gerais” (ZANLORENZI, 2010, p. 65).

O Paraná, a exemplo de outros estados brasileiros, teve que se adequar a essa nova realidade, realizando, inicialmente, uma reorganização político-partidária (VARGAS, 1970).

O Partido Republicano Federal aliou-se ao Clube Republicano de Curitiba, que propôs a união entre todos que comungavam do mesmo anseio, a reorganização do Brasil. Essa proposta oportunizou a formação de um forte grupo de políticos republicanos paranaenses que assumiram o poder e que tinham como veículo de disseminação de suas ideias o jornal “A República”. No entanto, os ex-liberais e alguns republicanos que não foram incluídos no grupo político que assumiu o comando, fundaram o partido A União Republicana do Paraná, em oposição ao Partido Republicano. Esses opositores se utilizavam do jornal Diário do Paraná para manifestarem-se. Os dois periódicos, embora representassem partidos diferentes, defendiam o mesmo ideário, o republicano. Portanto a oposição política era mais perceptível entre os filiados dos partidos, pois disputavam o poder, do que entre as ideias que veiculavam por meio dos dois periódicos, ou seja, ambos defendiam o federalismo⁷⁷ e o positivismo⁷⁸ (CORRÊA, 2009).

percebendo que a tão defendida liberdade, igualdade e fraternidade não passava de discurso demagógico (BASBAUM, 1968).

76. Para saber mais sobre a história da imprensa no Brasil, consultar Sodré (1999) e Martins e Luca (2008).

77. Federalismo: “[...] união de Estados para a formação de um Estado único, onde as unidades federadas preservam parte da sua autonomia política, enquanto a soberania é transferida para o Estado Federal. [...] O federalismo [...] possibilita a coexistência de diversas coletividades públicas, havendo variadas esferas políticas dentro de um único Estado, com atribuições fixadas pela própria Constituição. Assim, ressalta-se que a principal característica do federalismo é a sua descentralização” (PRESTES, 2013, pp. 1878-1879).

78. Corrente de pensamento que surgiu no século XIX, defendida pelo francês Augusto Comte e

A reverência aos militares, que unidos aos republicanos articularam a queda da Monarquia e a implantação da República no Brasil, aumentara. O exército era considerado o salvador da pátria, defensor da ordem e do progresso. E, em nome dessa suposta “missão desinteressada” de salvaguardar a integridade material do país, física e moral dos brasileiros, os militares, desde então, cometeram atrocidades⁷⁹.

Os republicanos, guiados pelas ideias liberais e pelo cientificismo positivista, viam a imprensa como o *locus* da legitimação e disseminação de ideologias. Defendiam ardorosamente a construção do Estado Nacional, pois queriam que o sentimento de pertencimento a uma nação fosse cultuado por todos os brasileiros (SOUSA, 2013). Além disso, viam na educação o melhor caminho para a formação de mão de obra a fim de servir aos capitalistas brasileiros e para a formação do cidadão com direitos e deveres a serem cumpridos porém, supostamente, respeitados. “A escola burguesa é um molde que prepara para a fábrica e os escritórios, um instituto de treino para a prisão assalariada [...]” (MARX; ENGELS, 1978, p. 37).

Essa elite letrada, que utilizava a imprensa como instrumento de legitimação da ideologia liberal republicana, encampava a bandeira da educação. Eram literatos, jornalistas, advogados, dentre outros profissionais, que se autointitulavam “educadores” “[...] num tempo em que os assuntos educacionais não constituíam, ainda, uma atividade suficientemente profissionalizada. Apenas na década final da Primeira República a situação vai ser alterada, com o aparecimento do “técnico” em escolarização [...]” (NAGLE, 2009, p. 117). Esses intelectuais tinham, portanto,

[...] a função de unificar os conceitos para criação de uma “nova cultura”, que não se reduzia apenas à formação de uma vontade coletiva, capaz de adquirir o poder do Estado,

outros simpatizantes. A expressão ordem e progresso, que aparece na bandeira do Brasil, é o lema político do **positivismo**. Uma forma abreviada do lema criado por Comte: “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”. Há no positivismo ideais **republicanos** como: a busca de condições sociais básicas, por meio do respeito aos seres humanos, e o melhoramento do país em termos materiais, intelectuais e morais (O QUE É ORDEM E PROGRESSO, 2018).

79. Alguns exemplos dessas atrocidades: apoio ao “golpe” da Proclamação da República, o Estado Novo, o “golpe” de 1964 e a ditadura militar.

mas a difusão de uma “nova” concepção de mundo e de comportamento. Torna-se fundamental o papel das instituições privadas da sociedade civil como a igreja, escolas, sindicatos, jornais, família e outros, como entidades consolidadoras de uma nova vontade e moral social (SOUSA, 2013a, p. 111).

À medida que esses intelectuais se aproximavam da imprensa, tornando-a extensão e ao mesmo tempo instrumento do discurso liberal republicano, ela se expandia e se fortalecia no Paraná. Por outro lado, eles “[...] falavam em nome do povo, mas não pelo povo” (SOUSA, 2013a, p. 116) e para o povo. Embora a imprensa, materializada nos jornais, revistas e boletins, fosse um veículo eficiente de divulgação de ideias e informações, só era acessada por uma minoria alfabetizada.

Esses intelectuais que se sentiam autorizados pelo seu diferencial cultural- educacional, ao falarem em nome do povo, pelo povo e para o povo sobre coisas que a maioria da população não entendia e não se beneficiava, produziam o discurso da classe dominante, do capitalista liberal republicano, delineando assim “[...] as relações de produção que constituíram a estrutura econômica da sociedade e as formas determinadas de consciência” (SOUSA, 2013a, p. 116).

Sob esse clima de reorganização liberal republicana da sociedade paranaense, em especial a curitibana, tendo a imprensa como principal instrumento de convencimento, os discursos calorosos em prol da cultura e da educação respaldaram a criação de inúmeros periódicos. “A produção editorial da capital paranaense passou a contar com cerca de cinquenta jornais e revistas de enfoques diversos [...]” (MARACH, 2007, p. 11).

É importante ressaltarmos que, nesse período, qualquer pessoa alfabetizada que desejasse expor suas ideias sobre assuntos diversos, podia criar um periódico. “Muitos arrecadavam recursos financeiros apenas para a primeira edição e, se o periódico tivesse uma boa repercussão, poderiam angariar fundos para as edições posteriores [...]” (OLIVEIRA, 2002, p.109). Isso explica o porquê de muitos jornais e revistas terem tido vida tão curta.

Se por um lado os simpatizantes das ideias republicanas defendiam a liberdade de expressão, por outro lado, a censura imposta à imprensa pelo Decreto nº 85 A, de 23 de dezembro de 1889, mostrava a concepção liberal de liberdade que permeava o novo regime, isto é, uma liberdade cerceada pelo governo, limitante e excludente. Um bom exemplo disso foi a desativação do jornal O Dezenove de Dezembro, fundado em primeiro de abril de 1854, dando assim início à história da imprensa na província do Paraná. Considerado como um jornal a serviço da Monarquia, não havia mais espaço para ele no novo regime.

[...] “No dia 9 de abril apresentou as suas despedidas em exemplar com a primeira página ocupada com o longo teor do decreto nº 85, de 23 de dezembro de 1889, limitando-lhe assim a liberdade”. “Abaixo vinha uma nota explicativa: “A vista deste decreto, o “Dezenove de Dezembro” suspende temporariamente a sua publicação, até que se restabeleça a plena liberdade de imprensa”. “As outras três páginas do periódico mantinham-se em branco”. “Foi assim que nessa data deixou de existir. [...] (PILOTTO, 1976, p. 21. Grifos do autor).

São as contradições aparentes que escondem as verdadeiras contradições da sociedade capitalista. A manifestação de indignação do corpo editorial do jornal O Dezenove de Dezembro, quando seu último número veio a público, não esclarece que o referido periódico foi criado para atender as demandas do regime monárquico e que, portanto, gozava de ilusória liberdade de expressão. Sendo assim, já era de se esperar que ele desaparecesse junto com o regime que o legitimou e que a censura velada da Monarquia se transformasse em censura oficial no início da República (CASTRO, 2014).

A ilusória liberdade de expressão da imprensa, seja da época em estudo ou dos dias atuais, estava e ainda continua muito distante daquilo que Marx ansiava, “[...] o homem liberto da ilusão, independente, e não objeto de manipulação através da lavagem do cérebro. [...]” (MARX, 1993, p. 16).

A primeira década republicana foi, sem dúvida, de intensa movimentação política, cultural e educacional permeada, em grande parte, por jornais e revistas, tais como: “[...] Vinte e Cinco de Março, O Paranaense, a Gazeta Paranaense e a Província do Paraná [...]. Revista Paranaense (1880), e a Club Curitibano (1890), O Cenáculo, Esphyngue, Pallium, Victix e O Sapo, onde destacavam-se os escritores do movimento simbolista” (CASTRO, 2014, p. 2).

Se por um lado a imprensa paranaense desenvolvia-se a todo vapor, por outro lado, testemunhava a intensa movimentação ocasionada pelo novo regime e, ao mesmo tempo, as profundas contradições produzidas no seio da sociedade liberal republicana.

[...] Hoje em dia, tudo parece levar em seu seio sua própria contradição. Observamos que as máquinas, dotadas de maravilhosas propriedades de reduzir e tornar mais frutíferos o trabalho humano provoca a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém descobertas se convertem, por obra de uma estranha magia, em fonte de privações. Os triunfos da técnica parecem ter sido adquiridos a custa das qualidades morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; porém, ao mesmo tempo, o homem se converte em escravo de outros homens ou de sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece não poder brilhar mais que sobre o fundo tenebroso da ignorância. Todos nossos inventos e nosso progresso (*progress*) parecem dotar de vida intelectual as forças materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta. Este antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, por um lado, e a miséria e a decadência, por outro; este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de nossa época é um fato palpável, irresistível e incontroverso. [...] (MARX; ENGELS, 1980, p. 514).

A implantação do regime republicano em terras brasileiras foi permeada por antagonismos. As ideias liberais incorporadas pelos apoiadores do novo regime subsidiaram os discursos calorosos em prol da civilização, exaltando a República e denegrindo o regime monárquico. Em contrapartida, “[...] as mudanças ocorridas

nas cidades em nome do progresso forçaram as camadas mais humildes da sociedade a se deslocarem para locais mais distantes; assim, a burguesia poderia viver seu sonho parisiense de civilização⁸⁰ (SILVA, 2010, p. 68). Com base no modelo europeu de usos e costumes, de arquitetura, de cultura e educação, alimentavam o imaginário e defendiam seus próprios interesses. No entanto, essa mesma burguesia afirmava que todos⁸¹ teriam acesso a esse projeto republicano liberal de civilização, como se não houvesse antagonismos entre classes sociais.

Progresso, modernidade e civilização eram termos comumente utilizados no Brasil do final do século XIX, indistintamente. No entanto, é importante salientarmos que há uma distinção semântica entre esses vocábulos que convergem para um mesmo fim: diferenciar o Brasil republicano do Brasil monárquico.

[...] No Brasil, a modernidade, freqüentemente, é vista como algo que vem de fora e que deve ou ser admirado e adotado, ou, ao contrário, considerado com cautela tanto pelas elites como pelo povo. A importação se dá por meio dos intelectuais que vão ao centro buscar as idéias e modelos lá vigentes, aclimatando-os num novo solo, que é a sociedade brasileira. A modernidade também se confunde com a idéia de contemporaneidade, uma vez que aderir a tudo que está em voga nos lugares adiantados é, muitas vezes, entendido como moderno [...] (OLIVEN, 2001, p. 3).

Essa acepção de modernidade era perceptível principalmente nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro e em centros menores como Curitiba. A arquitetura dos casarões, o vestuário da elite e as manifestações artísticas eram importações do modelo europeu. O acesso a essa modernidade, de certa forma, colocava em

80. Sonho parisiense de civilização: “[...] formas mais elevadas da vida de um povo, isto é, a religião, a arte, a ciência, etc., consideradas como indicadores do grau de formação humana ou espiritual alcançada pelo povo” (ABBAGNANO, 2007, p. 168).

81. O pronome indefinido “todos”, ao referir-se ao acesso à modernidade, ao progresso e à civilização, no ideário liberal, tem sentido conotativo, isto é, ideológico, excludente, restritivo, indicando que se refere a “todos os brasileiros que detêm o poder, o capital”.

destaque a elite, que habitava a região central da capital paranaense, juntamente com seus pares.

O modelo importado de modernidade estava presente na criação de agremiações destinadas a agrupar a elite política, econômica e intelectual curitibana, oferecendo-lhes ócio educativo, cultural e esportivo. Um bom exemplo foi a fundação do Clube Curitibano, em 1889, e a sua permanência até os dias atuais.

Mas essa modernidade não sobreviveria isolada do progresso. Para “[...] os filósofos iluministas, a chave do progresso era o avanço da razão e da ciência; a busca dos fundamentos racionais da moralidade, em lugar de fundamentos tradicionais ou religiosos; é o progresso da ciência e da sociedade” (PEREIRA, 2014, p. 36). Para os republicanos do final do século XIX, era o desenvolvimento material do país, isto é, técnico e econômico.

Portanto, modernidade e progresso são componentes do processo de civilização de uma nação e ou da auto civilização de cada indivíduo, conforme as oportunidades de acesso às benesses da modernidade e do progresso. Esse processo é movido pelo “[...] conjunto das características próprias da vida intelectual, social, cultural, tecnológica etc., que são capazes de compor e definir o desenvolvimento de uma sociedade ou de um país. [...]” (CIVILIZAÇÃO, 2019).

Na esteira da modernidade, do progresso e da civilização⁸², tão bem defendidos pelo discurso liberal, emerge a contradição. “[...] Revela-se, de um lado progresso histórico (*historischer Fortschritt*) e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade, e, de outro, meio civilizado e refinado de exploração” (MARX, 1968, 417), portanto ansiamos por aquilo que nos oprime, nos escraviza e nos desumaniza.

Temas como democracia, industrialização e educação passaram a ser constantes entre os intelectuais da época. O analfabe-

82. Durante a Monarquia, “[...] a noção de progresso esteve relacionada a um campo de significados relativos à ideia de civilização, valor maior cultivado pela elite política desse regime, empenhada que fora no processo de construção da ideia de nação no Brasil, uma tarefa evocada por essa elite no período, onde contava com grande homogeneidade de formação e valores. Na República, em especial no período de maior culto à ideia de progresso, essa noção alcançaria nova dimensão, [...] inscrever no espaço urbano da cidade o que entendia como sendo os signos do progresso” (AZEVEDO, 2016, p. 70).

tismo gritante da maioria dos brasileiros era incompatível com os anseios de civilização e progresso da nação (SILVA, 2010). Era necessário democratizar a educação que até então era privilégio da elite e propagar as ideologias nacionalistas. Logo, naquele período, a educação “[...] pode ser vista tanto pelo viés democrático, quanto pelo viés homogeneizador” (SILVA, 2010, p. 24), isto é, por meio de um discurso que se dizia democrático porque propunha educação para todos, haveria a homogeneização da classe trabalhadora. Essa democratização homogeneizadora, aplicada à classe proletária, era uma forma de atender às necessidades da falta de mão de obra especializada no país, além de melhorar os dados estatísticos, prática muito presente nos dias de hoje.

A Tabela 2 nos mostrará os índices de analfabetismo da população brasileira como um todo, no final do século XIX. Os números reforçam a ideia de que, na primeira década do novo regime, os discursos eram mais convincentes do que a prática, visto que pouco se conseguiu fazer para diminuir o índice de analfabetos que se mantiveram excluídos do progresso, da civilização.

Tabela 2 - Índice de analfabetismo da população brasileira na primeira década da Primeira República

Anos	1890		1900	
População	14.333.915	100%	17.388.434	100%
Sabiam ler e escrever	2.120.559	14,79%	4.448.681	25,58%
Não sabiam ler e escrever	12.213.356	85,19%	12.939.753	74,42%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1937)

Nota: Para melhor compreensão, inserimos na Tabela 2 duas colunas com percentuais

Ao considerarmos os dez anos de regime republicano, os números nos mostram que houve, no Brasil, um crescimento de quase três mil habitantes nesse período, no entanto, o aumento do número de pessoas que sabiam ler e escrever foi inferior ao número dos novos habitantes (2.328). O mais surpreendente é que o número de brasileiros que não sabiam ler e nem escrever, em dez anos, praticamente se manteve o mesmo. Esses números evidenciam que a

classe burguesa da época não havia se sensibilizado com o contingente de brasileiros analfabetos e que o discurso liberal que defendia a igualdade de direitos, de oportunidades era apenas mais uma contradição.

No estado do Paraná, assim como em outros estados brasileiros, a contradição entre discurso liberal e analfabetismo acentua-se quando educadores e literatos da capital paranaense, considerados e respeitados como intelectuais⁸³, passam a transitar entre as esferas cultural e educacional com o objetivo de deflagrar o projeto liberal de civilização. É importante ressaltarmos que muitos desses intelectuais, a exemplo de Dario Persiano de Castro Vellozo, eram autodidatas, isto é, não tinham formação em nível superior (CORRÊA, 2006). No entanto, isso não ocorria com os intelectuais que eram profissionais liberais (advogados, médicos e engenheiros). Para eles, “[...] a escola exercia uma função vital: era dela que seus elementos tinham acesso a funções não maculadas pelo trabalho físico, às profissões liberais e aos empregos públicos” (XAVIER, 1992, p.126).

Um outro aspecto importante é que a leva de intelectuais paranaenses, em especial da capital, no final do século XIX, nem sempre era nascida no estado do Paraná. O rápido crescimento e urbanização de Curitiba atraiu muitos jovens idealistas que viam nesse centro urbano possibilidades de prosperidade econômica, participação na política e disseminação de suas ideias liberais republicanas por meio dos jornais e revistas que proliferavam num país em que imperava o analfabetismo.

Esses jovens

[...] geralmente eram egressos ou possuíam relações com a classe dominante. A própria seleção e a educação superior já revelavam uma distinção e parte de uma estratégia da divisão social e política do trabalho própria das classes dominantes. A educação destes agentes no aparelho de Estado, quer na burocracia civil e militar, garantiam a espe-

83. Nesta seção, utilizamos trechos do artigo “Concepção de intelectual paranaense nas primeiras décadas da Primeira República brasileira (1890-1910): uma análise sob a perspectiva de Marx e Gramsci”, de autoria própria, publicado no livro História e Educação: pesquisas e reflexões (LEAL, 2017).

cificidade desse segmento no conjunto da classe dominante (OLIVEIRA, 2000, p. 101).

Os jovens intelectuais foram peças centrais na mudança de mentalidade do povo paranaense, sobremaneira dos curitibanos alfabetizados, para que desejassem e acolhessem o regime republicano, o progresso, num grande projeto liberal de civilização.

Portanto, essa elite letrada, composta por alguns autodidatas, outros com formação em terras europeias e ainda aqueles formados em nível superior em terras brasileiras, em grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, encontrava na política, no jornalismo, no magistério e nas artes, essencialmente a literária, campos profícuos de disseminação de ideias de modernidade, de proposição de modelos políticos e econômicos, de metodologias educacionais e de movimentos artísticos.

A existência de indivíduos considerados intelectuais é tão antiga quanto a discussão sobre a função que eles assumem na sociedade e como podem ser definidos. Discussões como essas, numa perspectiva marxiana, fazem emergir duas categorias importantes que se entrecruzam: ideologia e classes sociais, que nos direcionam à compreensão das razões que levam os intelectuais, colaboradores da imprensa paranaense, em especial da Revista Clube Curitibano, a serem, por excelência, disseminadores do ideário liberal.

Marx faz menção aos chamados intelectuais sem, necessariamente, utilizar com frequência essa nomenclatura, destacando aquilo que os indivíduos realizam em detrimento da sua classificação. Nessa perspectiva, segundo Bottomore (2012), para Marx e Engels, os intelectuais se dividem, claramente, em progressistas, pensadores que se expressam livremente, mostrando, esclarecendo e explicando novas e progressistas correntes ou classes sociais, e conservadores, que são em maior número, unidos sob o fio condutor de uma ideologia que defende e beneficia a classe dominante⁸⁴.

84. Para saber mais a respeito, consultar as obras de Karl Marx e Friedrich Engels: *A ideologia alemã*, v. I, 1A e 1B (ver carta de Engels a F. Mehring, 14 de julho de 1893); *O manifesto comunista* (3ª parte – socialismo alemão como manipulador) e *A sagrada família*, cap. VI, 3d (porta vozes aliados à burguesia que preparavam terreno contra a monarquia e aristocracia). Consultar também as obras de Friedrich Engels: *Anti-Dübring* (pseudointelectualismo – ver carta de Marx e Engels a Bebel, setembro de 1879) e *A dialética da natureza* (Introdução), quando presta tributo aos homens do Renascimento (BOTTO-

Essas considerações demonstram que na produção bibliográfica de Marx a discussão sobre a acepção de intelectual não é central, mas está diluída ao longo de outras reflexões.

Para que haja uma melhor compreensão das categorias ideologia e classes sociais, numa perspectiva de totalidade, é importante lembrar que o homem passa a se diferenciar dos animais assim que começa a produzir sua vida material, real, concreta, ainda que de forma indireta (MARX; ENGELS, 1989). Essa ênfase na consciência, nas condições de vida material do homem mostram a forma como Marx e Engels pensavam a sociedade. A ruptura com a filosofia hegeliana, criticada por eles por ficar apenas no plano das ideias, sem uma ação concreta, os levou à constatação de que é necessário compreender os seres humanos a partir das suas condições materiais de vida e nas relações que eles estabelecem com a natureza. Os homens serão aquilo que lhes é possível ser e isso implica sobre as ideias que são produzidas por esses indivíduos, pois a consciência está ligada às suas atividades materiais (MARX; ENGELS, 1989).

Há que considerarmos a subjetividade constitutiva de cada indivíduo. Sem dúvida, há uma grande influência do meio em que os seres humanos vivem, mas há também as manifestações da sua subjetividade decorrentes dos seus sonhos, gostos, frustrações e anseios e da interpretação que cada indivíduo faz da sua realidade. “[...] A forma como cada pessoa sente o universo que a cerca é um campo aberto de possibilidades. Ninguém, mesmo aqueles que passam pelas mesmas experiências, sentem da mesma forma os reflexos do que viveu” (SOUZA, 2010, p. 4).

O homem enquanto ser social, ser de relações, estará sujeito às ideologias oriundas do meio social, histórico e econômico em que vive. Não há como compreender as ideologias presentes na sociedade descoladas do seu contexto, isto é, do seu tempo e espaço, bem como dos seus criadores e fomentadores.

A ideologia, numa perspectiva marxiana, nada mais é do que um sistema de pensamento ilusório, uma falsa consciência. A sua

MORE, 2012). Não podemos deixar de mencionar os estudos marxistas de Antonio Gramsci sobre os intelectuais, em que os divide em: tradicionais e orgânicos (ver a obra *Os intelectuais e a organização da cultura*, 1968).

produção é fundamentalmente realizada por aqueles que estão livres do trabalho manual, os burgueses, os detentores do poder, das forças produtivas (VIANA, 2013). Isso indica que numa sociedade capitalista, a classe dominante é que determina a ideologia vigente e a faz parecer única e verdadeira. Eis aqui um importante espaço de atuação da elite pensante, dos chamados intelectuais, que podem perpetuar a ideologia em voga ou criar uma contraideologia⁸⁵.

Em uma sociedade capitalista, não há como desconsiderarmos o antagonismo entre burgueses e proletários, isto é, entre os detentores do poder, do capital, que promovem a mais-valia pela exploração dos trabalhadores e que possuem o domínio intelectual, e aqueles que, não sendo os detentores dos meios de produção, só têm para vender a sua força de trabalho. Em decorrência disso, são explorados, pois recebem em troca apenas um salário para manter suas necessidades básicas. Nessa perspectiva, “[...] fica dada a possibilidade, mais ainda, a realidade, de que a atividade espiritual e a material – a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes” (MARX; ENGELS, 1993, p. 45).

O que torna essa relação tão desigual, tão contraditória, em algo natural, é a ideologia vigente que mascara as verdadeiras intenções da classe dominante, dando a falsa ideia de que tudo é realizado para o bem de todos. Portanto, quem constrói, alimenta e dissemina essa ideologia, segundo Marx (1988), são os ideólogos⁸⁶.

É oportuno destacarmos que Marx compreende que pensamento e ação são indissociáveis. Essa ideia de unidade passa a sua acepção de intelectual, pois para ele, não há como dissociar prática e crítica quando se objetiva a transformação social, a práxis revolucionária⁸⁷ (MARX, 1988).

85. A ideologia mascara a realidade, mostra apenas “um lado da moeda”, o que interessa àqueles que a implantam em benefício próprio. Propor uma contraideologia seria fazer o caminho inverso, desvelando o “outro lado da moeda”, mostrando a realidade a partir da materialidade da sociedade e não apenas no plano das ideias.

86. É possível inferir na obra de Marx que ideólogos são os intelectuais (VIANA, 2013).

87. No Materialismo Histórico, [...] a teoria é uma práxis revolucionária, pois ela visa a transformação radical da sociedade e não é meramente contemplativa, como no materialismo vulgar (VIANA, 2013, p. 11).

A contribuição dos intelectuais colaboradores da Revista Clube Curitibano, aparentemente, é mais teórica, mas não há teoria sem prática e nem prática sem teoria, são indissociáveis. Somente por meio dessa unicidade que a tão desejada crítica à sociedade burguesa e superação poderão ocorrer.

Assim, é possível estabelecer uma analogia com os comunistas que, nessa linha de pensamento, seriam os intelectuais proletários, teórico-práticos, conhecedores da sua realidade, aptos a produzirem teorias que visam conscientizar a sua classe, constantemente oprimida pela burguesia. Os intelectuais deveriam agir como os comunistas que “[...] não têm interesses distintos dos interesses do conjunto do proletariado [...]” (MARX, ENGELS, 1989, p. 79).

Os intelectuais deveriam ter como bandeira a responsabilidade de realizar a crítica às desigualdades vigentes. Não se trata da crítica pela crítica, mas de uma crítica dialética, partindo de uma tese, ou seja, da materialidade resultante da divisão e desigualdade entre duas classes sociais: burgueses e proletários, confrontando essa materialidade com alternativas viáveis de superação (antítese) buscando uma síntese, isto é, o início do processo de formulação de uma contraideologia, numa constante práxis revolucionária frente à ideologia liberal e ao capitalismo.

A contradição que se instala na sociedade capitalista é que os intelectuais que deveriam denunciar e criticar as desigualdades, as explorações proporcionadas pela elite, classe social que deveriam combater, não o fazem porque são burgueses, geralmente de origem. E quando não são legitimamente burgueses, estão sujeitos ao poder econômico da classe dominante, utilizado para manipular e cooptar esses intelectuais, garantindo a legitimação dos interesses liberais capitalistas em detrimento dos direitos e necessidades dos trabalhadores. Para a classe dominante, “[...] trata-se de perpetuar o próprio domínio técnico e sociopolítico mediante a formação de figuras profissionais capazes e impregnadas de “espírito burguês”, de desejo de ordem e de espírito produtivo [...]” (CAMBI, 1999, p. 408-409). Marx, à sua época, já criticava essa postura, antecipando algo que se tornaria comum nos dias de hoje.

De uma forma mais camuflada, a contradição se instala entre os intelectuais burgueses que defendem a ideologia excludente da classe a que pertencem sob as artimanhas de um discurso liberal convincente. Defendem que a liberdade e a igualdade são inerentes aos seres humanos, mas professam, no campo social, econômico e político, o corporativismo, silenciando sobre a constante “desumanização” do homem por meio do que o deveria diferenciar dos animais irracionais: o trabalho.

A postura corruptível dos intelectuais de ambas as classes sociais (burguesia e proletariado) agrava-se à medida que esses passam a ser colaboradores da imprensa, utilizada desde os seus primórdios como um instrumento de comunicação/doutrinação dos detentores do capital.

[...] A imprensa nasce, no mundo moderno, com a burguesia. O jornalismo no século XIX era a expressão dos confrontos da burguesia contra o Estado absolutista, pela luta do novo contra o velho, pela mudança de realidade, constituindo-se como veículo ‘realizador de política’. Quando a imprensa se firma como empresa capitalista e para manter essa posição precisa da venda de anúncios, passa a ligar-se visceralmente às grandes forças econômicas e sociais. Passa então a ser porta-voz de grupos políticos e econômicos que precisam dar objetividade às suas opiniões particularistas. É nesse sentido que a ‘liberdade de imprensa’ impõe-se para a burguesia no seu conjunto, mesmo depois de realizada sua tarefa revolucionária, como bandeira do jornalismo. A fórmula liberal da ‘liberdade de imprensa’ é precisamente dar foro de objetividade aos interesses dos diversos segmentos da burguesia que eventualmente não estejam integrados diretamente ao poder político e de Estado. Sem a ‘liberdade de imprensa’ não há aparência de diversidade de opiniões (NOGUEIRA, 1999, p. 7, grifos do autor).

No primeiro decênio da República, a proliferação de jornais, revistas e boletins e a ilusória “liberdade de imprensa” atraiu muitos jovens intelectuais que passaram a colaborar em um ou mais periódicos, defendendo ideias liberais republicanas, sobretudo na

área educacional⁸⁸, pois consideravam a educação imprescindível para que o progresso, a modernidade e a tão almejada civilização se concretizassem em terras brasileiras.

Os intelectuais paranaenses faziam parte da burguesia da capital, eram educadores, literatos, advogados, médicos, funcionários públicos, disseminadores de ideias novas, mas incapazes de preparar os menos esclarecidos para a proposição de uma nova ideologia, a das classes dominadas. Defendiam um projeto de sociedade que se aproximava dos padrões de vida europeia e isso já demonstrava o distanciamento entre eles, o seletivo grupo letrado, detentor dos meios de produção e do capital, e a maioria da população, composta por um grande contingente de analfabetos, escravos libertos, imigrantes, enfim, trabalhadores. Isso evidencia a quem era direcionado e quem seriam os beneficiados com o projeto de civilização, de modernidade e de progresso que defendiam. Portanto, o discurso desses intelectuais, endossado pelas ideias liberais, foi legitimado pela imprensa.

A elite letrada de Curitiba deixou um legado cultural e educacional importante, contudo, não mudou as bases liberais da sociedade em que vivia. Ao considerarem a imprensa como principal aliada, os letrados mostraram os caminhos da civilização, da modernidade, do progresso material e intelectual, mas não conseguiram propor uma contraideologia, anseio da classe trabalhadora que estava e está a espera de intelectuais que fizessem/façam esse movimento.

Na próxima seção, trataremos da criação da Revista Clube Curitibano em consonância com o ideário liberal. Esse periódico circulava somente entre os associados do Clube, dando uma falsa ideia de limitação, no entanto possuía uma abrangência e uma força ilimitadas. Isso ocorria pelo fato de que seus colaboradores eram intelectuais respeitados que exerciam funções de destaque na sociedade curitibana, o que favorecia a disseminação das ideias liberais publicadas nos exemplares revista.

88. A educação aqui entendida como instrução e não como preparação para o pleno exercício da cidadania.

2.2 O ideário liberal de civilização e a criação do Clube Curitibano

A capital paranaense, no final do século XIX, após a abolição dos escravos e Proclamação da República, já apresentava, por um lado, indícios de que estava a caminho da modernização, do progresso, da tão desejada civilização, por outro lado, evidenciava as mesmas desigualdades sociais e econômicas latentes do Antigo Regime.

Os defensores da República enfatizavam em seus discursos que ela traria liberdade, igualdade, inovação, progresso e civilização ao povo brasileiro. No entanto, isso exigiria um “novo” projeto de sociedade, isto é, um projeto de civilização abrangente, capaz de disseminar com rapidez as concepções de progresso. Esse “novo” projeto parecia trazer na sua essência uma conotação diferente daquela que era propagandeada, e é essa conotação que está sendo analisada.

O cenário urbano se ampliava e modernizava a olhos vistos, a população aumentara em função dos imigrantes que misturavam a cultura estrangeira à cultura local, o lazer já era mais diversificado, entre espaços públicos e abertos, como as praças e parques, já existiam o teatro e os primeiros cinemas. Enfim, o ideário de civilização não era mais um sonho (REVISTA DO CURITIBANO, 1995, Edição Especial) para a burguesia da capital paranaense, cujo olhar era seletivo, ou seja, voltado para o seu bem estar, o sonho havia se concretizado.

Para a classe trabalhadora, cujo poder aquisitivo permanecia aquém do necessário para sua subsistência, quanto mais para as novas propostas de lazer, mesmo aquelas que ocorriam em áreas públicas, pois exigiam o deslocamento das famílias para o centro da cidade, o sonho do ideário de civilização se resumia a uma materialidade excludente. Além disso, a maioria da população enfrentava precariedades de toda ordem na periferia de Curitiba, tais como: falta de saneamento básico, ruas sem calçamento, áreas de lazer inexistentes, dentre outras, que se contrapunham às facilidades e bem feitorias da região central, acrescidas de propostas diversificadas de

lazer, o que evidenciava que o sonho de modernidade para a classe trabalhadora não passava de um engodo.

O perfil promissor da cidade de Curitiba atraía jovens intelectuais⁸⁹ de perspectivas filosóficas distintas, desejosos de se expressarem. Eram “[...] livre-pensadores e por esse motivo tinham como opositora a Igreja Católica, representante do conservadorismo. [...] As opções maçônicas da maioria dos intelectuais incendiava ainda mais o confronto com o catolicismo” (REVISTA CLUBE CURITIBANO. Edição Especial, 1996, p. 11). Esse confronto ficava ainda mais acirrado com uma outra oposição, a doutrina espírita.

Esses constantes conflitos com a Igreja Católica não diminuam o euforismo desses intelectuais, que envolvidos pela ilusão da modernização e do progresso material, desejavam ter acesso a ideias progressistas, a projetos de civilização, aos novos signos da modernidade. Havia portanto uma diversidade de vozes que se entrecruzavam (GONÇALVES JUNIOR, 2012).

Os anarquistas propagandeavam o seu mundo, construído pela classe operária a partir da intervenção na esfera da economia política. Os espiritualistas propunham outra revolução, só que esta nascida de uma mudança radical nos valores morais de cada indivíduo. Os simbolistas enfrentavam o mundo pela negação, a rarefação do cotidiano era assumida como alternativa de existência. Os positivistas fizeram da crença no progresso a certeza de chegada do melhor dos mundos. Quantas imagens mais não se perderam? Quantos projetos deixaram de ser implantados? Quantas possibilidades não vingaram? (CORDIOLLI, 2006, p. 19).

Os anarquistas italianos da Colônia Cecília, por exemplo, fundada em 1890, por Giovanni Rossi⁹⁰, na cidade de Palmeira no

89. Na perspectiva marxista, “[...] quanto ao papel desempenhado pelos intelectuais na história, Marx e Engels consideravam os intelectuais como nitidamente divididos em conservadores e progressistas. Estabeleciam um vínculo entre os intelectuais conservadores, mais numerosos, e sua concepção de IDEOLOGIA, que viam como um casulo protetor de convicções tecido em torno de si mesma por qualquer sociedade, em benefício principalmente das classes nela dominantes [...]” (BOTTMORE, 2012, p. 285, grifo do autor).

90. “Italiano de Pisa, Giovanni Rossi (1856- 1943) era membro de uma família tradicional burguesa,

Paraná, foram a “[...] primeira representação [...] do experimentalismo social. [...] ligado à imigração de classes proletárias da Itália, [...] com a promessa de melhores condições de vida em uma nação recém liberta do escravismo e posteriormente de uma monarquia” (BARBOSA, 2014, p. 8). Porém, esse projeto pioneiro não teve uma vida longa, pois a situação de miséria e os constantes conflitos no interior da Colônia, gerados pela inexistência de regras relacionadas à divisão do trabalho e aos relacionamentos amorosos, aliado à proximidade entre anarquistas e maragatos no período da Revolução Federalista, fez com que esse projeto morresse à mingua (BARBOSA, 2014).

Já os espiritualistas, ao contrário dos anarquistas, impunham outra bandeira, um projeto de transformação do homem que até então era extremamente materialista. Havia portanto a necessidade “[...] de contrabalançar a poderosa influência advinda desses novos sistemas sobre o pensamento humano e sobre os fenômenos mentais, espirituais, sociais, educacionais, morais e éticos, de interesse de todos os homens” (SOUZA, 2010).

Essa visão, até certo ponto ingênua da transformação moral do homem, foi combatida pelos positivistas que se preocupavam com o imediatismo da vida e depositavam toda a sua crença no progresso que garantiria a melhoria da sociedade da época. Nesse embate, surge o Espiritismo, que superava a fé cega, substituindo-a por uma crença pensada, explicada pela ciência (SOUZA, 2010), portanto aceita e apoiada pelos positivistas.

Ainda nessa efervescência de projetos e de contradições que buscavam dar um novo delineamento ao Brasil República, surgem os simbolistas⁹¹, sobretudo no estado do Paraná. Como imaginar o progresso sem a arte, sem a expressão literária? Não era suficiente educar o corpo e a mente, era necessário também educar o gosto, o

engenheiro agrônomo e médico veterinário, foi contemporâneo às mudanças ideológicas e sociais ocorridas na Europa no final do século XIX, ocasionadas pelo avanço perverso do capitalismo decorrente da Revolução Industrial” (BARBOSA, 2014, p. 8).

91. Uma das grandes características do Simbolismo foi prezar pelo culto às outras artes. Não são raras as vezes em que nos deparamos com homenagens a Chopin, Debussy, aos Impressionistas, Pré-Rafaelistas, aos próprios pintores do Simbolismo, com um grande destaque ao francês Gustave Moreau, o grande mestre do símbolo (TARDELLI, 2013).

ouvido, a sensibilidade. Mas essa formação literária educativa seria ofertada a quem? Se a maioria da população paranaense era analfabeta, pensar numa educação literária antes de se pensar num amplo projeto de alfabetização civilizadora se torna uma grande incoerência que reforça o que já temos defendido ao longo desse livro, que o projeto de civilização do Estado do Paraná era liberal e direcionado à burguesia.

Não havia, em Curitiba, antes do surgimento do Movimento Simbolista, uma organização intelectual clara, nem tampouco uma cultura literária definida. O enriquecimento da capital paranaense, por intermédio do ciclo da erva-mate, favoreceu a organização desse grupo de jovens pensadores, formado por uma elite intelectual (TARDELLI, 2013).

A nova burguesia brasileira, em especial a curitibana, procurava seguir os padrões europeus, mas desejava ter um modelo genuinamente nacional. Um bom exemplo dessa ânsia em criar um perfil burguês próprio foi a fundação do Clube Curitibano, em 1881, que surgiu a partir da solicitação da classe dominante da capital que desejava ter uma agremiação que reunisse a elite paranaense, não só para aproximá-la do progresso e da civilização, mas também para prepará-la, quiçá educá-la para esses novos tempos, pois sentiam necessidade de

[...] um novo meio social, de caráter urbano; uma nova ordem econômica, na qual o poder econômico passa progressivamente dos nobres e da Igreja para a burguesia das cidades; uma racionalidade, que se caracteriza pelo naturalismo e pelo cálculo e que concebe a sociedade de modo natural antes que sobrenatural, de modo individualista e concreto antes que coletivo e metafísico; uma nova axiologia, que contém em si mesma sua justificação e se mede pela qualidade de seus resultados, como o valor técnico se julga pela sua eficácia na conquista e na transformação do mundo; uma nova ética, [...] possibilitando assim o desenvolvimento de atitudes mentais e

éticas propícias ao triunfo do liberalismo (HORTA, 1991, p. 198).

Havia portanto uma nova ordem econômica que exigia um projeto educacional liberal não formal que estava sendo gestado e cuidadosamente executado pelo Clube Curitibano. No entanto, era preciso ir além dos salões do Clube, atingir todos os associados, dos mais participativos aos mais arredios, e também criar ressonâncias, atingindo pessoas que pertenciam à burguesia curitibana mas que ainda não haviam se rendido ao novo *status*, ser sócio de uma agremiação cuja missão era ser reduto cultural educativo da elite econômica, política e intelectual da capital paranaense, pois “[...] O curitibano, ainda de feição roceira, procurava ilustrar-se, lustrar-se e aprumar-se à moda, usos e costumes civilizados” (SANTOS FILHO, 1979, p. 98-99).

Na esteira de um projeto liberal educacional de civilização, nove anos após a fundação da agremiação, dois anos após a abolição da escravatura e no ano seguinte à Proclamação da República, em comemoração ao oitavo aniversário do Clube, o presidente da época, Cyro Velloso, cria uma Revista literária educativa e a batiza com o mesmo nome da agremiação, Club Curitybano⁹², num

[...] movimento orientado para um objetivo: o da educação da sociedade local por meio da vivência social e cultural, ficando a cargo da escola a educação do indivíduo. Curitiba neste momento precisava educar a sociedade para a nova cidade que se constituía como democrática, liberal, moderna, civilizada e urbanizada (PASTRE, 2009, p. 78).

A Revista recém criada, com circulação quinzenal e restrita aos associados do Clube, nasceu com pretensões maiores, contribuir, por meio dos intelectuais colaboradores do novo periódico, com o projeto educacional civilizatório gestado e desenvolvido pelo Clube Curitibano.

92. Vale ressaltar que a principal fonte de pesquisa sobre o Clube e sobre a sua revista é o acervo de revistas que a biblioteca da agremiação possui, sobremaneira as edições especiais comemorativas dos anos de 1932, 1950, 1962, 1985 e 1996.

Seria um gesto nobre se a agremiação, aliada a sua revista, tivessem por objetivo educar toda a sociedade curitibana, entendendo sociedade num sentido amplo, desprovido de preconceitos, segregações e separação de classes. No entanto, a educação proposta, que “[...] refaz o homem; amolda-lhe a natureza, inspira-lhe as idéas, depura-lhe os sentimentos, anortea-lhe as aspirações. [...] que lhe imprime a direcção para a verdade ou para o erro, para o bem ou para o mal, para a civilização ou para a barbaria [...]” (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 3, p. 1-2), era destinada aos seus pares, ou seja, à classe dominante. Uma educação não formal complementar à educação formal recebida em educandários de renome no Brasil e ou na Europa.

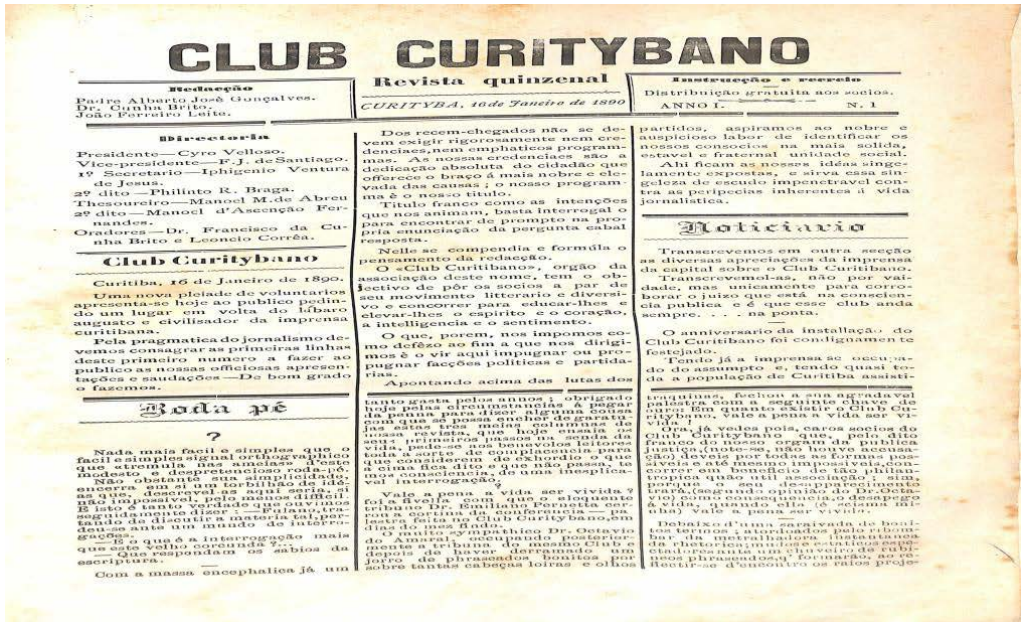
A criação da revista foi apoiada, principalmente, pelos jovens associados.

[...] Muitos desses moços eram representantes da intelectualidade curitibana, e mesmo nacional, no início do século XX: Dario Vellozo, Silveira Neto, Leôncio Correia, Sebastião Paraná, Euclides Bandeira, Emiliano Perneta, Romário Martins, entre outros (REVISTA CLUBE CURITIBANO, 1996, Edição Especial, p. 10).

Esses jovens se apresentaram como voluntários, desejosos de ocupar “[...] um lugar em volta do lábaro augusto e civilizador da imprensa curitibana REVISTA CUB CURITYBANO, 1890, n. 1, p. 1), pois já eram colaboradores em outras revistas e jornais.

Dario Vellozo, a exemplo de outros jovens voluntários, além de colaborador, foi fundador das revistas O Cenáculo (1895), Galáxia (1897), entre outras. Eram as ressonâncias que circundavam os espaços, mostrando que, por mais que a revista Clube Curitibano fosse direcionada a um grupo seletivo, estes tangenciavam-se em outros espaços.

FIGURA 5 – Primeira página do primeiro exemplar da Revista Clube Curitibano (16/01/1890)



Fonte: Acervo iconográfico do Clube Curitibano (2017). Fotografias de sua autoria.

Naquele momento histórico, “[...] É certo que a imprensa era um foro privilegiado para as discussões e embates partidários, e que o jornalismo foi um dos veículos fundamentais da formação dos intelectuais e instrumento de publicização da política [...]” (CORRÊA, 2006, p. 26), no entanto, a diretoria da agremiação, bem como o corpo editorial da revista afirmavam tratar-se de um periódico literário educacional que não tinha a pretensão de envolver-se em questões político-partidárias. Uma aparente neutralidade que pressupõe liberdade política e igualdade entre todos os associados. Princípios liberais amplamente propagandeados, mas raramente colocados em prática, porque só existia liberdade pessoal para aqueles indivíduos desenvolvidos nas condições da classe dominante e na medida em que eram pertencentes a essa classe (MARX; ENGELS, 2007).

A revista⁹³ se fez presente na agremiação, num mesmo formato, até 1898. Nos cinco primeiros anos de sua existência, a circulação

93. Em se tratando da apresentação gráfica da revista, os primeiros números tinham o “[...] formato de 23/33cm [...], conservou tratamento gráfico homogêneo em suas & páginas distribuídas equitativamente, 4 para matéria de “instrução e recreio” e as restantes para “expediente” do clube. Na medida em que a matéria cultural ganhou mais espaço, foram reduzidos os informes e balanços do clube. O número inicial de cada ano, por sua vez, dava destaque

era quinzenal. A partir do ano de 1896, ela deixa de ser quinzenal e passa a ter uma circulação mensal.

Primeiramente concebida para instrução e recreio (termo que figurava no subtítulo da revista, juntamente com a inscrição “Órgão da Associação”) acompanhou todos os movimentos políticos e literários acontecidos no Brasil e no Paraná, respectivamente. Foi marcada por três épocas distintas, até o ano de 1913; [...]. Curiosamente, foi mudando de formato à medida que se adequava às matérias e artigos publicados (REVISTA DO CURITIBANO, 1985, Edição Especial, n. 1, p. 8, grifos do autor).

Por se tratar de um periódico que nasceu em uma agremiação criada para atender aos anseios da burguesia curitibana, e também por ter acompanhado as primeiras décadas do novo regime que se instalara no país, a República, tomá-lo como fonte primária para a identificação e análise do projeto de civilização delineado pela classe dominante, possibilita-nos visualizar as contradições do novo regime, bem como a materialidade da sociedade da época. No entanto, é importante não perdermos de vista que

[...] O confronto ‘boa-má’ imprensa traduz uma luta político-ideológica na qual se envolvem os defensores da ordem estabelecida e os que a criticam. Entre esses dois extremos há muitas nuances; as críticas e defesas são diversificadas, cabendo ao historiador captar todos os matizes (CAPELATO, 1988, p.33).

Em 1893, três anos após a criação da Revista Clube Curitibano, a exemplo do suposto golpe da Proclamação da República, novamente tivemos uma disputa de poder entre grupos burgueses. O grande diferencial é que essa disputa, conhecida como Revolução Federalista⁹⁴, foi sangrenta, levando a óbito muitos brasileiros.

ao aniversário e ao relatório da diretoria” (REVISTA DO CURITIBANO, 1985, n. 1, p. 8, grifos do autor).

94. Revolução Federalista: guerra civil ocorrida nos anos de 1893 a 1895, envolvendo os três estados da região Sul do país. Desencadeada pelos federalistas contrários ao governo de Júlio de Castilho e desejosos de descentralizar o poder do recente regime republicano. A revolução foi vencida pelos legalistas. (ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL, 2018).

De um lado, os legalistas ou pica-paus, como eram conhecidos, defensores ferrenhos do presidente e do novo regime, de outro, os deflagradores da revolução, os chamados federalistas ou maragatos. Um conflito que inicialmente parecia apenas como um descontentamento político, assumiu grandes proporções. Foram três anos sangrentos (1893, 1894 e 1895) que mancharam a história dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O conflito assumiu proporções inimagináveis em nível nacional com a adesão da armada sob o comando do Almirante Custódio de Melo. Ao final desse período de ódio e sangue, em que os legalistas saíram vitoriosos, a violência permaneceu em terras paranaenses motivada pela vingança daqueles que se sentiram traídos e desrespeitados no período da revolução com “[...] fuzilamentos no cemitério da cidade e o bárbaro assassinato no km 65, da estrada de ferro Curitiba- Paranaguá, onde perdeu a vida o Barão do Sêrro Azul⁹⁵, com vários de seus companheiros” (WASCHOWICZ, 1977, p. 131).

É inegável o impacto desse episódio histórico na produção da Revista do Clube, especialmente em razão de parte de seus escritores e colaboradores terem participado diretamente das campanhas militares, quando a revolução chegou ao Paraná [...] (MARACH, 2013, p. 103).

Essa participação maciça de colaboradores, tais como: Sebastião Paraná, Dario Vellozo, Leôncio Correia e Júlio Pernetta, no campo de batalha, ao lado dos legalistas, evidencia o forte posicionamento político desses intelectuais, ou seja, defenderam com suas próprias vidas a implantação da República em terras brasileiras.

Em 1899, a revista passou a apresentar um novo formato, isto é, com 16/21 cm, em paginação contínua, com índice anual, nos moldes da revista O Cenáculo⁹⁶. Nos primeiros anos, a impressão da revista ficou sob a responsabilidade da impressora do jornal O

95. Mais informações sobre o Comendador Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul, sócio fundador e primeiro presidente do Clube Curitibano (BARÃO DO SERRO AZUL, 2017).

96. Revista literária curitibana criada em 1897. “O Cenáculo teria como um de seus objetivos “revolucionar o estilo e a métrica parnasianos”, bem como, contribuir na construção de um espaço e uma literatura regional paranaense sem perder os vínculos com o nacional” (DJUBATIE, 2016, p. 196).

Dezenove de Dezembro, passando mais tarde a ser impressa pela impressora Paranaense.

[...] O tratamento gráfico da revista caracterizou-se, sempre, pela sobriedade e esmero. Profundamente discreta na exploração de expedientes visuais, estes só ocorriam nas capas relativas e comemorações: aniversário do clube, número dedicado a Cruz e Sousa com ilustração a bico de pena, inclusão de duas fotos na terceira época, nas páginas em homenagem a Cyro Veloso e ao Barão do Serro Azul (REVISTA DO CURITIBANO⁹⁷, 1985, Edição Especial, p. 8).

Tanto a revista quanto o Clube não se mantinham apáticos aos acontecimentos em nível nacional. *“As páginas comemorativas das datas da abolição e Proclamação da República sempre mereceram especial destaque [...]”* (REVISTA DO CURITIBANO, 1985, Edição Especial, p. 8), em especial porque seus colaboradores eram abolicionistas e republicanos. Aos poucos, a revista foi *“[...] ganhando caráter de certa tonalidade ideológica, especialmente após 1894 [...]”* (REVISTA DO CURITIBANO, Edição Especial, 1985, p. 8), o que indica que havia um posicionamento político da agremiação e, conseqüentemente, da revista. Os ideais republicanos eram defendidos pelos intelectuais da época, sócios do Clube e colaboradores da revista. Tratava-se de um grupo de jovens curitibanos reunidos em um espaço de formação complementar que tinha como instrumento de disseminação de ideias uma revista literária educacional.

O corpo redacional da revista era composto por um grupo seleto de intelectuais de diversas áreas do conhecimento. Alguns eram nascidos em Curitiba ou em cidades do interior do Paraná, outros eram naturais de outros estados.

O Quadro 7, a título de melhor visualização e compreensão do perfil dos colaboradores da revista, apresentará esses intelectuais, bem como sua formação, procedência e período de participação no corpo redacional da revista do Clube.

97. Importante lembrar que estamos respeitando a grafia usada em cada exemplar da revista utilizado nesta tese (Club Curitybano; Club Coritibano; Revista do Curitibano e Revista Clube Curitibano).

Quadro 7 – Corpo redacional da Revista Clube Curitibano

Intelectual/ Colaborador	Formação/Profissão	Cidade natal	Ano/anos de atuação no corpo redacional
Pe. Alberto José Gonçalves	Religioso – Padre	Palmeira	1890 – 1896
Dario Persiano de Almeida Vellozo	Tipógrafo - Poeta	Rio de Janeiro	1894 – 1900
Manuel Azevedo da Silveira Neto	Artista plástico – Poeta	Morretes	1890 - ?
Julio David Pernetá	Jornalista – Literato	Curitiba	1890 - ?
Leôncio Correia	Ciências jurídicas e sociais – Deputado – Professor	Paranaguá	1890 - ?
Sebastião Paraná de Sá Soltomaior	Advogado - Professor e autor de obras nas áreas de História e Geografia	Curitiba	Substituiu Silveira Neto
Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo	Advogado - Professor – Literato	Campo Largo	?
Emiliano David Pernetá	Direito – Poeta – Jornalista	Curitiba	1897 – 1910
Alfredo Romário Martins	Tipógrafo – Jornalista – Literato	Curitiba	1897 - ?
Ismael Alves Pereira Martins	Poeta – Jornalista	Campo Largo	?
João Ferreira Leite Júnior	Funcionário público – Jornalista – Poeta	Curitiba	?

Fonte: Revista do Curitibano, Edição Especial, 1985, p. 8-10.

Nota: Dados organizados pela Autora. Não foi possível completar o Quadro 7, pois não encontramos nas fontes pesquisadas todos os dados. Os pontos de interrogação (?) indicam as lacunas.

Os colaboradores da Revista do Clube se intitulavam abolicionistas, republicanos e anticlericais, ou seja, se afinizavam estética e ideologicamente, disseminando assim suas ideologias nas páginas do periódico que circulava entre os associados do Clube, o que limitava o campo de atuação. Apesar disso, essa limitação era compensada, pois também eram colaboradores de outros periódicos, especialmente os educacionais, acessados pela população alfabetizada. Esses jovens colaboradores faziam parte da burguesia curitibana e representavam, portanto, o seu ideário.

Muitos desses intelectuais, a exemplo de Dario Vellozo, eram literatos e educadores. Portanto não ficavam à margem das calorosas discussões educacionais da época, principalmente relacionadas ao ensino público. Essas discussões, aliadas aos debates literários, povoavam as páginas da revista Clube Curitibano fazendo jus à sua natureza literária educativa. Havia, na época, uma grande movimentação entre os governadores dos Estados que resultou na criação de

[...] leis, decretos e regulamentos decisivos para a organização e o desenvolvimento do ensino público. [...] procuravam disseminar a escola nos diferentes estados, antigas províncias, em especial, no Estado do Paraná, apoiando-se na Constituição de 1891, fundamentada no regime de federação (MACHADO; MELO, 2012, p. 209).

A partir dessas ações legais, foram criadas inúmeras escolas públicas primárias no Paraná e em outros estados brasileiros.

A educação, pensada pelo viés liberal, visa formar a classe proletária e está voltada à preparação para o mundo do trabalho. Entretanto, essa educação é de qualidade questionável, limitada à alfabetização, no sentido restrito de codificação e decodificação. Conseqüentemente, a “[...] educação popular a cargo do Estado” é uma forma de manter a classe trabalhadora num limite cultural educacional. “[...] Longe disto, o que deve ser feito é subtrair a escola de toda influência por parte do governo e da igreja” (MARX, 1999, p. 46).

A educação formal, que se efetiva nas escolas públicas brasileiras desde a Proclamação da República, é disseminadora da ideologia liberal. Utiliza seus princípios (igualdade, liberdade, tolerância, individualismo) como atrativos para naturalizar aquilo que não é natural. Os indivíduos passam a achar que a escola pode promover a tão desejada ascensão social e que se isso não ocorre é porque não estão preparados para tal elevação, não se esforçaram o suficiente, não são capazes. Dessa forma, ignoram a amplitude da desigualdade em que estão inseridos, mantendo-se alienados, ou seja, passivos e reprodutores da ideologia vigente.

O modelo liberal articulado ao modo de produção capitalista desempenhou, no decorrer de seus quase três séculos de existência, a função ideológica de influenciar modos de pensar e conduzir politicamente nações do mundo todo. Tomou para si o domínio quase que completo dos meios de comunicação internacionais e disseminou a ideologia filosófica e política do Liberalismo. Impregnou nas mais variadas ramificações da sociedade seus princípios, e não poderia deixar de incorrer também sobre a educação (MEDEIROS, 2013, p. 72).

Essa disseminação do ideário liberal, para o bem ou para o mal, não ocorre apenas na educação formal das escolas públicas e privadas, mas também em outros espaços de formação complementar, tais como nas agremiações e na imprensa. Esses espaços são verdadeiras escolas de legitimação das diferenças sociais expressas em divisão de classes antagônicas. Portanto “[...] a educação passa a ser enfatizada como responsável pelo combate à ignorância e, sobretudo, pelo treinamento da mão de obra e disciplinarização para o trabalho” (SCHELBAUER, 1998, p.38).

O grupo de colaboradores da Revista Clube Curitibano tinha como objetivo dar um outro direcionamento ao processo cultural educativo oportunizado pelo periódico, delineando para isso um projeto liberal de civilização para a capital paranaense, pois a mesma precisava se inserir no processo de inovação que se instalara em centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Com esse intuito e levan-

do em consideração a relevância e permanência dessa revista, ela se constituiu em um veículo poderoso de organização e disseminação de ideias ditas civilizatórias. Por outro lado, é necessário considerarmos que os “[...] discursos estão sempre submetidos a pressões particulares da parte de interesses das classes sociais (CURY, 1984, p.3).

A sujeição pode se tornar uma arma de doutrinação e alienação mas pode também ser um alvo a ser combatido, uma ideologia a ser questionada, pois o “[...] escravo, o liberto, o artesão, o trabalhador urbano, o pequeno funcionário, [...] todos não haviam encontrado ainda o instrumento adequado à luta, a finalidade segura de seus impulsos, nem mesmo os caminhos e a forma de preservá-los ou de conquistá-los” (SODRÉ, 1977, p. 181).

O projeto de civilização seria o instrumento adequado à luta? O que os intelectuais entendiam e ou defendiam como um projeto de civilização? A quem esse projeto era direcionado? Era um projeto fundamentado unicamente em ideias liberais capitalistas ou apresentava outra perspectiva ideológica? Essas questões serão analisadas no próximo capítulo, levando em consideração que

[...] não é possível referir-se às representações e discursos que os homens fazem de sua situação concreta sem levarmos em conta que os lugares sociais ocupados pelos homens são lugares conflituosos e que, portanto, também seus discursos o serão (CURY, 1984, p.3).

Não podemos desconsiderar que esses homens, reconhecidos como intelectuais, constituíram-se como tal no seio de uma classe social. Fazem parte de uma agremiação que reforça os preceitos da classe a que pertencem, utilizam a imprensa periódica dessa agremiação para se comunicarem com seus pares, pois o periódico é de circulação interna. Essas evidências reforçam o que temos afirmado desde a introdução deste estudo, que o projeto paranaense de civilização, disseminado nas páginas da Revista Clube Curitibano era efetivamente liberal.

Na próxima seção, estudaremos o surgimento da estética simbolista no Paraná e a sua importância no projeto liberal de civilização.

2.3 Estética simbolista na esteira do projeto liberal de civilização

A promissora capital paranaense, no final do século XIX, já dava “[...] sinais do progresso e modernização característicos da *belle-époque*⁹⁸” (CAMARGO, 2007, p. 68).

A elite intelectual encontrara na imprensa espaço estratégico de disseminação de ideias republicanas, debates e introdução de novas tendências educacionais e culturais importadas da Europa. Não havia mais espaço para a fé cega⁹⁹ que paralisava. Era necessário superar o atraso proporcionado pelo regime monárquico por meio da ciência. Isso explica o porquê de toda produção literária paranaense do início da Primeira República ser marcada pelo anticlericalismo (PEREIRA, 1996).

Era necessário investir no imaginário individual e coletivo dos paranaenses, em especial da capital, criando um sentimento de pertencimento a essa nova realidade. Uma boa estratégia de sensibilização foi a produção de imagens, criação de datas comemorativas que referendassem mitos e heróis nacionais republicanos. A arte foi colocada a serviço da ideologia liberal republicana, pois “[...] a idealização da realidade, a exaltação do lado altruísta e afetivo do ser humano, deve promover o culto cívico da família, da pátria e da humanidade [...]. Sustentado moralmente pela Família e impulsionado

98. “[...] A Belle Époque (“bela época”, em português) deve ser compreendida como um **estado de espírito do povo francês**, que começou em meados do século XIX e terminou com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. [...] A Belle Époque brasileira teve início a partir da Proclamação da República, em 1889, e durou até a eclosão do Movimento Modernista, em 1922, marcado pela icônica Semana da Arte Moderna, em São Paulo. [...] as relações entre o Brasil e a França se estreitaram bastante durante a Belle Époque. Era comum que os aristocratas e intelectuais brasileiros fossem pelo menos uma vez ao ano a Paris observar as novidades artísticas, culturais e estéticas do país” (BÉLLE ÉPOQUE, 2019).

99. “[...] Na Constituição Civil Imperial (1824), o catolicismo foi declarado como religião de Estado, tendo assim um caráter oficial e quase exclusivista. Afirma o artigo número 5: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”. É de suma importância frisar que este dispositivo da Carta de 1824 é continuidade do processo histórico iniciado no século XVI com a conquista e catequização do Brasil. Toda a vida social é profundamente marcada pela religião católica. As festas e comemorações, mesmo as cívicas, assumiam feições religiosas. Não se entendia a realidade sem uma explícita referência ao transcendente e à Igreja católica, esta última vista como representação visível da divindade” (SOUZA, 2013, p. 129).

pela Pátria, no serviço à Humanidade” (COMTE *apud* CARVALHO, 1990, p. 45).

A construção desse imaginário popular somado à crença de que o Paraná enfim estava sob as luzes de um projeto de civilização essencialmente liberal, positivista e cientificista, culminou em esforços da elite intelectual e política do estado em delinear uma identidade regional paranaense¹⁰⁰. Mas foi com a virada do século que esses esforços se materializaram em movimento organizado, liderado por Romário Martins¹⁰¹, denominado de “Paranismo”¹⁰².

Agregadas ao desenvolvimento econômico, essas iniciativas colocavam o estado do Paraná em destaque no cenário nacional, que já se tornara um espaço cosmopolita. A capital, em pleno desenvolvimento urbano, estava imersa em “[...] um momento de total afirmação do novo, do moderno’ [...]” (SANTOS, 1998, p. 81).

O acesso às inovações tecnológicas, as melhorias do espaço urbano, a diversidade de espaços culturais e de lazer e a educação proporcionada pelo Estado inebriavam os habitantes de Curitiba que, ignorando os problemas das cidades interioranas do estado, veneravam o progresso que maquiava as ideias liberais positivistas da classe dominante. Em contrapartida, a burguesia curitibana via seus anseios de conforto, ostentação, ócio cultural educativo sendo realizados. O progresso, a modernidade, a civilização prometidos pelos republicanos para todos os brasileiros, caracterizava-se nitidamente como um divisor de águas entre ricos e po-

100. “[...] A *Revista do Clube Curitibano*, seguida da *Ilustração Paranaense* e as idéias propagadas em torno do IHGPR, também fundado dentro do próprio Clube, vão desempenhar papel fundamental na institucionalização do movimento pela construção da identidade paranaense, tornada urgente após a emancipação política. [...]” (CAMARGO, 2007, p. 69. Grifos do autor). IHGPR – Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

101. Romário Martins, autodidata, historiador, escritor e jornalista. Foi redator na *Revista Clube Curitibano*, função que fez com que mantivesse contato com a elite intelectual do Paraná, em especial, de Curitiba (CAMARGO, 2007).

102. “[...] resultado do ambiente formado desde as últimas décadas do século XIX para a edificação de uma identidade no Paraná. Foi definido oficialmente em termos estético-ideológicos por Romário Martins em 1927 e tem uma curta mas ativa presença institucional até o encerramento da circulação da revista *Ilustração Paranaense*, em 1931. Seus efeitos, porém, foram a tal ponto naturalizados no imaginário paranaense que podem ser notados ainda hoje em muitas formulações oficiais ou individuais” (CAMARGO, 2007, p. 14).

bres, detentores dos meios de produção e trabalhadores, intelectuais e analfabetos.

Essa postura evidenciava o poder da imagem que fora criada sobre a capital paranaense. Curitiba era uma cidade em crescimento, mas com problemas de toda ordem. A estratégia dos detentores do poder político, econômico e cultural, sob a orientação do ideário liberal positivista, era “[...] de eleger a cidade como local de “virtude”, espaço em que se afirmavam os processos de civilização das sociedades” (SCHORSKE, 2000, p. 47), ignorando o outro lado do progresso, a crítica à cidade como local do “vício” (SCHORSKE, 2000), da degradação moral, da exploração da mão de obra, da mais valia, das condições subumanas de vida, da violência, do analfabetismo, das doenças, dentre outros problemas. A superação desses “vícios” deveria ser a base do projeto paranaense de civilização, no entanto ficaram à margem das críticas e, até os dias de hoje, das soluções.

Para os paranaenses, no final do século XIX,

[...] El progreso fu ela voz de orden. La instauración de una legislación laica y liberal y, sobre todo, el desarrollo de la instrucción primaria para alfabetizar a las masas ignorantes, se constituyeron em objetivos fundamentales. Eran los dictados del progreso y de la razón [...] (ROMERO, 1986, p. 36)¹⁰³.

Esse clima de progresso, de modernidade, de civilização que envolveu a capital paranaense, na primeira década da República, propiciou um solo fértil para o surgimento de movimentos culturais educativos. Um bom exemplo disso foi o Simbolismo, um movimento estético que se originou na França e

[...] vigorou nas duas últimas décadas do século passado, na fase da *belle époque*, época da boemia de Montmartre, chamados de ‘poetas decadentes’, to-

103. “[...] O progresso foi a voz de ordem. A instauração de uma legislação laica e liberal, e sobretudo, o desenvolvimento da instrução primária para alfabetizar as massas ignorantes, se constituíram em objetivos fundamentais. Eram os ditados do progresso e da razão [...]” (ROMERO, 1986, p. 36). [tradução nossa].

cados pela sensação do *fin du siècle*, acusa a crise dos ideais do complexo cultural positivista e apresenta uma nova proposta estética, fundamentada em valores espirituais. [...] Voltando, de um certo modo, à estética romântica, o Simbolismo aperfeiçoa o gosto pelo mistério das coisas, na tentativa de captar a realidade secreta do Universo, neste encontrando uma Alma e descobrindo a correspondência entre os diversos elementos da natureza, expressa artisticamente através da metáfora sinestésica: idéias aromáticas, flor canora, luz falante, cheiro das cores etc. (D'ONOFRIO, 2002, p. 405).

O Simbolismo, motivado pela leitura das obras de Baudelaire e Mallarmé, a partir de 1890, ultrapassou os limites da França e foi disseminado, oficialmente, em diversos países. Intelectuais¹⁰⁴ de nacionalidades diferentes apropriaram-se das principais características dessa estética, adaptando-as à realidade de seu país (NEUNDORF, 2009).

As primeiras notícias sobre o Simbolismo¹⁰⁵ chegaram ao Brasil na década de 1880, com algumas tentativas esparsas de produção literária dessa nova estética. No entanto, foi a partir de 1890 que, oficialmente, adentrou as terras brasileiras com formação de grupos de simbolistas no Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais e Paraná (BELTRAMI, 2002).

A Revista Clube Curitibano, nesse mesmo ano, traz à tona a discussão sobre a falta de uma literatura autenticamente brasileira, com estilo e temáticas modernas.

104. “[...] Todos foram a Paris: Arthur Symons, Yeats e George Morre, da Inglaterra; Stefan George, Hofsmannsthal e Hauptmann do mundo de língua alemã; Azorin e os irmãos Machado da Espanha; D’Annunzio da Itália; Maeterlinck e Verhaeren da Bélgica; Moréas da Grécia; Viélé-Griffin e Stuart Merrill dos Estados Unidos. Paris serviu de neutralizador de diferentes formações culturais e foi, ao mesmo tempo, o solo fértil em que germinou uma filosofia da arte aceita por todos, ainda que sujeita às variações individuais” (BALAKIAN, 1985, p. 16).

105. A inserção oficial do Simbolismo no universo literário brasileiro ocorreu em 1893, com a publicação das obras poéticas Missal e Broqueis, de Cruz e Souza, considerado o maior poeta Simbolista brasileiro. Cruz e Souza era negro e sofreu inúmeros preconceitos, expressando as atrocidades da escravidão nos poemas “Crianças negras” e “Na senzala”. Críticos literários salientam a “obsessão” pela cor branca em seus versos, repletos de brumas, pratas, marfins, linhos, luares, e de adjetivos como alva, branca, clara. (SIMBOLISMO, 2019).

[...]Terminem de vez tão nefandas tolices! Basta de esphacellar nossa litteratura, pobre e estrangeira, ha tanto! Esqueçam-se imitações e modernismos! Um povo que não tem litteratura propria (sic) não é povo; é... não sei o que... [...] As imitações são prejudiciaes; não só corrompem o gosto litterario do povo ledor, (sic) como estiolam a litteratura patria. Modernismo é vã palavra. Sylvio Romero tem razão: 'não ha novos nem velhos; ha bons e ruins' [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 22, p. 5).

De certa forma, o Simbolismo veio ao encontro dessa necessidade de esquecer as imitações ao romper com a tradição clássica e racional. Num momento histórico em que o positivismo era latente, uma estética subjetivista ganhou um grande contingente de adeptos, sobretudo no Paraná.

Emiliano Pernetta foi um dos maiores divulgadores da estética simbolista no Brasil. Morou em São Paulo, Rio de Janeiro e no interior de Minas Gerais. Por onde passou, deixou um legado literário simbolista. Em 1896, retorna ao estado do Paraná “[...] para recuperar-se no sítio da família em Pinhais, por insistência de seu irmão Júlio [...]. Por conta disso, passa a publicar, a partir de 1897, na Revista do Clube Curitibano, da qual acabaria tornando-se um dos redatores no ano seguinte [...]” (BELTRAMI, 2002).

No Brasil, a estética simbolista foi bem recebida pelos intelectuais dos centros de referência, São Paulo e Rio de Janeiro, mas foi no estado do Paraná que houve maior ressonância, assumindo o *status* de Movimento Simbolista¹⁰⁶ que, inicialmente, conviveu pacificamente com a estética parnasiana.

Esse movimento eclodiu em Curitiba, apoiado por Dario Vellozo, Emiliano Pernetta, Rocha Pombo, Julio Pernetta, Romário Martins, Nestor Vítor, Silveira Neto, Nestor de Castro, dentre outros intelectuais curitibanos (GONÇALVES JUNIOR, 2011).

106. O Simbolismo foi a primeira estética literária que no Paraná atingiu um grau tão elevado de adeptos, de seguidores, a ponto de assumir o status de Movimento Simbolista.

FIGURA 6 – Alguns literatos simbolistas paranaenses: Dario Vellozo, Antônio Braga, Silveira Neto e Júlio Pernetá



Fonte: Acervo iconográfico da Biblioteca Pública do Paraná (2019)

No quadro a seguir, elencamos as características dessa nova estética e das que já faziam parte do universo literário brasileiro no primeiro decênio da República.

QUADRO 8 – Estéticas literárias no Brasil no século XIX – Era nacional

Romantismo (1836–1881)	Realismo/Naturalismo (1881-1893)	Parnasianismo (1881-1893)	Simbolismo (1893-1910)
<p>Contexto histórico: Surgimento da Imprensa no Brasil. Crise do 2º Reinado. Abolição da escravidão.</p> <p>Características: Predomínio da emoção, do sentimento (subjetivismo); evasão ou escapismo (fuga à realidade). Nacionalismo, religiosidade, ilogismo, idealização da mulher, amor platônico. Liberdade de criação e despreocupação com a forma; predomínio da metáfora.</p> <p>Fases/gerações: 1ª - Nacionalista e indianista; 2ª - “Mal do século” ou Ultrarromântica; 3ª - Condoreira.</p>	<p>Contexto histórico: Após a efervescência literária romântica, houve retorno ao pensamento científico do Renascimento.</p> <p>Características: Defesa da objetividade, da moderação do sentimentalismo e da visão científica, opondo-se ao Romantismo. Gosto pelo progresso da ciência em reação ao convencionalismo amoroso dos românticos. Um olhar mais positivista para a literatura.</p> <p>Prosa realista/ naturalista.</p>	<p>Contemporâneo ao Realismo e ao Naturalismo.</p> <p>Trata-se de uma estética em reação ao sentimentalismo idealizante do Romantismo.</p> <p>Características: Tendência de observar o mundo objetivamente. Rigor formal; vocabulário raro e preciso. Gosto pelo ideal positivista e pela objetividade da ciência. Poesia descritiva e narrativa. “Arte pela arte”. Gosto pelo soneto. Poucas figuras de linguagem.</p> <p>Poesia parnasiana.</p>	<p>Teve pouco espaço devido ao avanço do Modernismo, opondo-se ao progresso da ciência e das tecnologias e ao modo de pensamento mais racional do final do século XIX. O Simbolismo buscou o que até então estava em segundo plano: a vida espiritual, o mistério, o subjetivismo, o inexplicável e o individualismo. Enfatizou que as emoções eram mais importantes que a razão. O artista deveria criar segundo sua percepção, entendimento e imaginação, deixando de lado a observação e a descrição do mundo físico.</p>

Fonte: Nascimento (2017).

Nota: As estéticas literárias: Romantismo, Realismo/Naturalismo, Parnasianismo e Simbolismo pertencem à chamada “Era Nacional” que caracteriza a autonomia do Brasil em relação a Portugal, pois o país já se tornara independente. No entanto, ainda são estéticas importadas da Europa, adaptadas à realidade brasileira por meio da exploração de temáticas nacionais.

O quadro 8 apresenta datas que delimitam as estéticas, no entanto, elas têm um valor mais didático do que prático. Geralmente, uma escola literária surge em oposição a anterior, o que não impede que duas ou mais estéticas continuem a guiar a produção literária de escritores distintos ou que adeptos de uma escola passem a ser conduzidos por uma outra escola. Machado de Assis, por exemplo, iniciou sua vida literária seguindo os preceitos do Romantismo, mas ficou eternizado na história da literatura brasileira pelas suas obras realistas.

Os literatos brasileiros que aderiram à nova estética foram defensores do republicanismo e do abolicionismo. Lutaram pelos seus ideais usando as palavras como armas.

No Paraná, durante a Revolução Federalista (1893-1895), muitos intelectuais republicanos abdicaram da palavra e partiram para o fronte para defender seus ideais. No entanto, esses mesmos intelectuais “[...] se desencantaram com o rumo tomado por esses movimentos. A república recém-proclamada, autoritária e positivista, significava o sonho da geração de 70, que lutara por reformas liberais – a abolição, a república e a democracia –, dentro de um pensamento evolucionista. [...]” (LINS, 2007, p. 114).

Dario Vellozo, um dos mais expressivos intelectuais da época, em texto publicado na Revista Clube Curitibano, externa o sofrimento emocional vivido pelos artistas que se engajaram na Revolução, descrevendo sensações e impressões que jamais serão esquecidas:

[...] aquellas pavorosas scenas que todos assistimos ou soubemos, impressionariam fatalmente a alma dos Artistas, baombando-lhes no coração o responso da Tortura e da Agonia; e se viriam projectar – fatalmente – na Obra dos Sensitivos e dos Intellectuaes. A revolução terminara. Mas, a Dor ficara vibrando na alma nacional; e a Dor faria evocar no coração do Artista os sinistros espectros do Desespero e da Morte. [...] A Hora foi funesta ao Artista; a Fatalidade cerceou-lhe as azas de archanjo...[...]. Tinhamos todos, porem, a abantesma de pezar profundo a penurnbrar-nos a Idea; eramos todos muezzins da Angustia e da Saudade. E a nossa hyra se afinava ao diapason do Requiem [...] (VELLOZO, 1897, n. 9, p. 5-6).

Os dissabores da Revolução impulsionaram o tom desse periódico que, a princípio, era apenas para entreter os associados do Clube Curitibano. O conflito armado primeiro trouxe o silêncio, pois o corpo editorial não queria assumir uma postura política. No entanto, com as experiências traumáticas e sensibilizadoras dos artistas engajados na luta armada, a partir de 1894, a Revista assume o compromisso de veicular novos discursos, literários e melancólicos, direcionados sobremaneira aos intelectuais que estavam percebendo os silenciamentos e angústias oportunizados pela República (MARACH, 2014).

Esse isolamento, no universo literário, sugere uma aparente alienação da elite pensante curitibana, no entanto, há que observarmos que a literatura é a recriação da realidade, espaço de liberdade, de expressão e crítica. A linguagem poética, quando bem empregada e sabiamente compreendida, é espaço de resistência, de luta, de revolução de ideias. Os literatos da época visavam construir um Estado cujo progresso não fosse apenas tecnológico, mas também intelectual e cultural.

Em meio à turbulência da Revolução Federalista e ao desencanto da elite intelectual e dos ideais republicanos, no Paraná, circulava a estética simbolista¹⁰⁷.

Dario Vellozo e Julio Pernetta, em 1893, lançam a primeira revista simbolista em Curitiba, denominada Revista Azul. No entanto, o periódico teve curta duração, apenas três números, pois muitos dos seus colaboradores foram para o campo de batalha na sangrenta Revolução Federalista que deixou marcas indeléveis nos jovens literatos.

Em março de 1894, Vellozo publica na Revista Clube Curitibano, reduto dos poetas simbolistas, um artigo composto por três partes assim intituladas: “O Trabalho da Minoria”; “A Minoria e o Meio” e “Lucta pelo Ideal”. Inicia destacando a importância daqueles que se dedicam à educação dos indivíduos, visando ao seu aperfeiçoamento moral. Afirma que

107. No final do século XIX, não havia uma tradição artístico-literária no Brasil, pois importávamos e adaptávamos os modelos europeus. No Paraná, a estética simbolista conviveu harmoniosamente com a estética parnasiana em decorrência do atraso da chegada do Romantismo ao Brasil.

*[...] o esforçado trabalho da laboriosa **minoría** dos Theogonos e Poetas, dos Moralistas e Pensadores teve sempre por alvo, — consciente ou não consciente, — o aperfeiçoamento moral do homem e o seu bem estar na sociedade. [...] As influencias mesológicas agem directamente sobre o individuo. O individuo convenientemente educado purifica as condições mesológicas. D’ahi dous systemas de propaganda e ensinamento, que se auxiliam e se completam [...]* (VELLOZO, 1894, n. 2, p. 1-2, grifo do autor).

O excerto vai ao encontro do que era defendido pelos liberais republicanos, que é por meio da educação que o homem se torna civilizado, instrumentalizado para uma melhor convivência em sociedade. Nessa perspectiva, percebemos que havia a preocupação de uma minoria, a dos intelectuais burgueses, com outra minoria, a da elite alfabetizada que fazia parte do quadro de sócios do Clube Curitibano e, em decorrência disso, leitora do periódico dessa agremiação.

O compromisso assumido pelos simbolistas colaboradores da Revista Clube Curitibano ensina a educação da sensibilidade de uma minoria leitora, respeitando a individualidade de cada um que, “[...] unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes (ROUSSEAU, 1999, p. 70). No entanto, esse princípio liberal só era aplicado à elite letrada. As idiosincrasias de cada indivíduo analfabeto eram desconsideradas, ou seja, ele era apenas mais um número que compunha os dados estatísticos do grande contingente de analfabetos brasileiros. Todas as ações voltadas a esse exército de iletrados ignoravam os interesses de cada indivíduo em nome do “bem comum”.

Vellozo, nesse mesmo artigo, faz uma crítica velada à chegada do primeiro bispo¹⁰⁸ da Diocese do Paraná e de Santa Catarina, cuja sede era em Curitiba, marcando assim a sua incansável militância anticlerical na capital paranaense (BELTRAMI, 2002).

A **minoría** é a fracção pensante da sociedade. Cabe-lhe, portanto, doutrinar os povos, ou preparando-os para o

108. O bispo tinha por missão reorganizar a estrutura da Igreja, criando seminários e escolas católicas na região (BELTRAMI, 2002).

conhecimento da VERDADE PHILOSOPHICA, para a verdadeira compreensão da grandiosa incognita que se chama Deos; ou demonstrando-lhes a inefficacia *de taes pesquisas pela insuficiencia do intellecto do homem, diffinitivamente banindo-lhes esse almejar natural do espirito pelo conhecimento da mesma VERDADE. Só pelo aperfeiçoamento moral, que implica necessariamente acurado estudo, pode chegar o ser pensante á compreensão mais ou menos lucida do phenomeno da Creação [...]* (VELLOZO, 1894, n. 2, p.1-2, grifos do autor).

O artigo em questão enfatiza a diferença entre a Minoria e a Maioria que, segundo o autor, têm funções distintas na sociedade. Cabe à Minoria trabalhar em prol do aperfeiçoamento moral dos indivíduos. No entanto, a

[...] maioria é geralmente commodista e retrogada. A má vontade é o patrimonio da ignorancia pretenciosa. O ignorante é vaidoso por natureza. São prejuízos estes que affectam de maneira damnificadora as innovações e reformas apresentadas e discutidas pelos que visam o aperfeiçoamento moral do homem. Nenhum prejuízo, porem, age tão fortemente como a fé immoderada dos fanaticos. O fanatismo cega e violenta [...] (VELLOZO, 1894, n. 2, p. 1-2, grifos do autor).

Para o autor, todo o empenho da Minoria, da elite pensante, será em vão se a Maioria, que é a classe trabalhadora, revestir-se de má vontade, preferindo manter-se na ignorância que leva ao fanatismo. A única solução para combater a Maioria, de acordo com Dario Vellozo, seria a educação cívica, moral e secular¹⁰⁹ (BELTRAMI, 2002).

Na rota da divulgação e da valorização da literatura do e no Paraná, tendo como espaço de discussão os salões do Clube Curitibano e como veículo de disseminação a Revista do Clube, em 1895, sob o comando de Dario Vellozo, um grupo de intelectuais simbolistas cria a revista literária O Cenáculo que representou um

109. Educação secular é aquela direcionada ao século atual.

avanço qualitativo da produção literária paranaense. A revista circulou nos anos de 1895, 1896 e 1897, com as mais “[...] novas propostas estéticas, científicas e literárias do final do século XIX sob o dogma “O Sentimento pelo Sentimento e a Verdade pela Verdade”, e sob a divisa “A Moral - por princípio; A Sinceridade - por Norma; e o Aperfeiçoamento por fim. [...]” (BELTRAMI, 2002, p. 72).

A partir da criação da revista *O Cenáculo*, surgiram outras revistas simbolistas em Curitiba: *A Arte*; *Galáxia*; *A Penna*; *Pallium*; *O sapo* e, no final do século, *Breviário* e *Turris Ebúrnea*, resultado da fusão das revistas *Breviário* e *Pallium* (BELTRAMI, 2002). Os poetas simbolistas, sócios do Clube Curitibano e colaboradores da revista da agremiação, transitaram por todas essas revistas literárias. Foram intelectuais literatos nefelibatas,¹¹⁰

[...] mas agiram como personalidades que dominavam o ‘sentido do jogo’, quer no campo literário estrito, quer no campo cultural de maneira geral. [...] Quando a frente era literária, produziram obras de alta espiritualidade e sugestão. Quando sua condição de livres-pensadores era ameaçada, exercitaram a escrita de militância, em prosa ou em verso, nas pequenas revistas, em sociedades secretas e outras nem tanto, como as redações dos jornais da época. Ocuparam cadeiras da Assembléia Legislativa, postos de direção no executivo, dominaram o cenário educacional, como professores do Ginásio Paranaense e da Escola Normal [...] (BEGA, 2001, p. 365).

Esses literatos foram personagens importantes na construção de um novo imaginário paranaense. Não desconsideravam os anseios de modernidade e progresso que haviam envolvido o estado do Paraná, mas acreditavam que esses processos deveriam ocorrer no interior de cada indivíduo, respeitando assim a sua individualidade, a sua subjetividade. Sendo assim, a literatura, naquele momento histórico, era o melhor caminho para isso. Era necessá-

110. “Pessoa que busca se esquivar da realidade; quem vive nas nuvens. Escritor que não cumpre regras literárias” (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2018).

rio civilizar-se, humanizar-se, isto é, educar os sentidos, para então sentir-se parte constitutiva do progresso e da modernidade.

O Movimento Simbolista no Paraná foi inovador se comparado às demais estéticas importadas da Europa (Romantismo, Realismo/Naturalismo e Parnasianismo). Ele proporcionou um retorno ao universo interior de cada indivíduo, aos aspectos irracionais da vida, valorizando o sonho, o misticismo e o transcendentalismo. Os simbolistas retomaram o subjetivismo e o individualismo do Romantismo, mas sob um novo enfoque.

Não podemos desconsiderar que cada estética importada teve seu valor, oportunizando o acesso, ainda que de um grupo seletivo de brasileiros alfabetizados pertencentes à classe dominante, à arte literária e a outras formas de manifestação artística, na tentativa de criar uma identidade literária e cultural no Brasil só concretizada com o advento da Semana de Arte Moderna, em 1922.

O projeto de civilização no Paraná, na ótica dos literatos simbolistas, deveria primar pela educação, não apenas aquela promovida pelas escolas formais, muito menos pelos dogmas religiosos, mas em especial pelo acesso à cultura e à arte literária, uma vez que o “[...] talento é cosmopolita. As obras dos homens de genio pertencem à Humanidade. [...] são patrimonio dos sabios e dos estudiosos; e os sábios e os estudiosos existem em todos os tempos, em todas as epochas o entre todos os povos civilizados [...]” (REVISTA CLUB CURITIBANO, 1896, n. 1, p. 1). Um discurso colocado em prática na última década do século XIX, porém restrito à burguesia cujo poder econômico oportunizava ócio produtivo em agremiações da capital, acesso a obras em prosa e verso de autores brasileiros, europeus e de outros continentes, além de viagens à Europa para aprofundar e ampliar a educação formal e, sobretudo, a educação não formal já recebida. Esse projeto liberal educacional de civilização, além de ser um marco divisório entre burgueses e proletários, escancara os antagonismos entre as classes.

Por ocasião do aniversário do Clube Curitibano, em 1898, em um número especial da Revista, Romario Martins felicita a agremiação, destacando a sua missão civilizadora junto à burguesia curitibana.

[...]São por todos reconhecidas as vantagens das associações. O facto por si só representa o commercio de esforços e de ideas, de praseres e de conhecimentos. E dessa permuta nobilissima, desse trabalhar para um fim, nascem as relações amistosas cujo termo, por vezes inapercebido, é a affirmação do progresso social de um povo. E hoje que o Club Coritibano commemora o seo 16.º aniversario é fácil avaliar-se quanto tem elle contribuido para a nossa civilização [...] (MARTINS, 1898, Número Especial, p. 3).

No próximo capítulo, analisaremos exemplares da Revista Clube Curitibano, procurando identificar os princípios liberais presentes nas páginas desse periódico, bem como o projeto de civilização gestado e disseminado pelos intelectuais sócios e colaboradores da agremiação Clube Curitibano e da sua revista.

Capítulo 3

Projeto parananense de civilização nas páginas da revista clube curitibano

[...] A única maneira pela qual uma pessoa qualquer pode abdicar de sua liberdade natural e revestir-se dos elos da sociedade civil, é concordando com outros homens em juntar-se e unir-se em uma comunidade, para viverem confortável, segura e pacificamente uns com outros, num gozo seguro de suas propriedades e com maior segurança contra aqueles que dela não fazem parte (LOCKE, 1998, p. 468).

Em se tratando deste estudo, em que utilizamos como fonte primária a Revista Clube Curitibano, à medida em que vamos avançando nas abstrações e assim nos aproximando do concreto pensado, torna-se perceptível a essencialidade da imprensa como fonte de pesquisa e objeto de estudo, principalmente para a história da educação brasileira.

Trata-se de um importante meio para se formar e ressignificar os fatos e opiniões de uma sociedade e, ao mesmo tempo, caracteriza-se como um espaço de legitimação do exercício de dominação da classe burguesa.

Embora a imprensa veicule um discurso aparentemente revolucionário, não podemos desconsiderar as raízes liberais desse discurso que mostram a sua essência doutrinária. Há que considerarmos que é por meio da imprensa que “[...] se formam as opiniões e as decisões políticas e onde se legitima o exercício do poder” (SOUSA, 2003, 51).

Ao estudarmos a imprensa no início da Primeira República, temos acesso à trajetória da educação em terras brasileiras marcada pelo desalinhamento entre a necessidade de educar um grande contingen-

te de brasileiros analfabetos e a qualidade da educação ofertada, o que demonstra que

[...] As ideias e as ciências são sempre ditadas pela determinação de classe. São, ou reprimidas, ou então passam para o serviço dominante que as molda para seu uso, a fim de as monopolizar e explorar, tornando-se para as massas um meio de opressão, de mistificação e de justificação das classes dominantes (MARX; ENGELS, 1978, p. 23- 25).

Isso denota que os interesses do capital sempre se sobrepuseram aos interesses humanos e a educação, nessa perspectiva capitalista, funcionou e ainda funciona como instrumento de dominação e de manutenção da ideologia liberal burguesa.

Neste capítulo, temos como objetivo analisar¹¹¹ os textos extraídos da Revista Clube Curitibano (1890 – 1898), a partir das principais acepções de análise deste estudo: liberalismo, educação, civilização, progresso e modernidade. As ideias voltadas a essas acepções, presentes nas páginas da Revista Clube Curitibano, serão analisadas a partir de sua base material. Dessa forma, será possível nos apropriarmos “[...] da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno” (MARX, 2013, p. 128-129).

A epígrafe de Locke sintetiza e ao mesmo tempo coloca em evidência duas categorias: ideologia e classe social que, ao longo do primeiro e segundo capítulos deste livro, ao lado das categorias totalidade, contradição, mediação e alienação, respaldaram nossas discussões.

Quando Locke (1998) afirma que o único caminho plausível para uma pessoa abrir mão de sua liberdade natural é revestindo-se “[...] dos elos da sociedade civil, é concordando com outros homens em juntar-se e unir-se em uma comunidade [...]” (LOCKE, 1998, p.

111. Essa análise de conteúdo contou com a colaboração do *software* NVivo. Selecionamos três gráficos, que estão nos APÊNDICES F; G e H, para exemplificar as etapas do programa. Outros gráficos foram gerados ao longo do processo de análise, porém não foram anexados durante a pesquisa..

468) que pensa e age da mesma forma, tendo como objetivo primeiro a defesa dos seus próprios interesses, admite que há uma ideologia comum entre esses homens que, juntos e unidos, formam uma classe social forte e coesa, a burguesa, em constante oposição a uma outra classe, a proletária.

A epígrafe também evidencia a alienação¹¹² que permeia as relações sociais entre aqueles que compactuam dessa suposta segurança e felicidade ao abdicarem da sua liberdade individual. Isso pressupõe aquilo que é comum entre os integrantes da classe burguesa, a troca de favores.

É importante destacarmos que as acepções, evidenciadas nos estudos que estamos realizando até o momento, apontam para um projeto liberal paranaense de civilização respaldado pela educação não formal da classe burguesa curitibana, associada ao Clube Curitibano e leitora da Revista dessa agremiação.

Para atingirmos o objetivo proposto neste capítulo, validarmos a tese¹¹³ que temos defendido nos capítulos anteriores e respondermos nossa pergunta¹¹⁴ de pesquisa, organizamos este capítulo em três seções, a saber: Educação no início da Primeira República: expectativas e reformas; A força da educação não formal em um espaço burguês e Projeto liberal paranaense de civilização.

112. Alienação: para Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e – além de, e através de, também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “autoalienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação) (BOTTO-MORE, 2012, pp. 6- 12).

113. Tese já explicitada na introdução deste estudo: “O projeto de civilização, no estado do Paraná, era liberal e foi encampado por educadores e escritores simbolistas que o disseminaram nas páginas da Revista Clube Curitibano (1890 – 1898)”.

114. A pergunta de pesquisa também se encontra na introdução deste estudo: “Que princípios do liberalismo se faziam presentes nas publicações da Revista Clube Curitibano e como esses princípios influenciaram o projeto de civilização construído e disseminado pelos colaboradores desse periódico?”

3.1 Educação no início da Primeira República: expectativas e reformas

Os defensores do republicanismo teciam críticas à educação oferecida à população no período monárquico, afirmando que

[...] À ella é que devemos todos os nossos males – a centralização que nos atrophia, os desperdícios que nos arruinam, a ignorancia que nos deprime, a politica de oppressão que nos esmaga, a corrupção, de que ella e seu governo precisam para sustentar-se. Consequentemente nada de esperanças na corôa: nada de reformas com ella. Ou a morte com ella ou a salvação com a república (OLIVEIRA, 1874, p.19).

A visão redentora da República, organizadora e curativa de todos os problemas que assolavam o país no período monárquico, era uma boa justificativa para a mudança emergencial de regime.

A implantação da República também era vista como mola propulsora do progresso. Um colaborador da Revista Clube Curitibano, em um número dedicado às comemorações pelo primeiro ano da República, reforça essa ideia afirmando que foi “[...] esse faustoso commettimento que nos abriu na vanguarda do progresso um caminho verdadeiramente amplo e que nos conduzirá ao pincaro de todas as grandezas patrias” (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 21, p. 3). A ideia de que o Brasil sairia do atraso causado pela monarquia para o tão esperado progresso sempre foi defendida pelo periódico que, em todos os anos, dedicava, no mês de novembro, um número para comemorar o advento da República e reforçar a promessa de progresso. Raul Pompeia, abre o número comemorativo de 1898, afirmando que o ocorrido em 15 de novembro foi um “<<[...] incalculável passo de progresso: synthetiza todos os impetos de vitalidade histórica do nosso passado; resume [...] todas as dispersas auras de esperança que um dia respiraram os mais dilectos filhos desta terra>>” (POMPEIA, 1898, n.11, p. 1, grifos do autor).

Em se tratando de educação, a defesa acirrada dos republicanos em prol da sua melhoria, justificava-se pelo grande número de analfabetos no país, o que seria um empecilho para a participação

do povo na “nova” sociedade que se instalara com a mudança de regime. Um bom exemplo disso era a impossibilidade desses brasileiros analfabetos terem direito ao voto.

Na perspectiva dos republicanos, a educação, além de propiciar a participação ativa do povo nas decisões do país, também oportunizaria a compreensão do que representava ser parte integrante, ser um cidadão no regime republicano.

Com base em nossos estudos, entendemos que ser um cidadão republicano, na época pesquisada, era o mesmo que ser um cidadão civilizado, isto é, desprovido de seus instintos e comportamentos selvagens, condição *sine qua non* para trabalhar em prol do progresso da nação e usufruir da modernidade que se instalara no Brasil, em especial, no estado do Paraná.

Em 1888, no ano anterior à Proclamação da República, havia no Brasil uma população de 14 milhões de habitantes e a frequência nas escolas primárias era apenas de 250.000 alunos. Para agravar a situação, não havia investimentos na criação de novas escolas e nem incentivo para o aumento de matrículas, portanto o analfabetismo imperava. A situação do ensino primário era caótica no final da Monarquia. Contudo, nas primeiras décadas da Primeira República, pouco se fez para melhorar esse quadro. Houve uma ligeira preocupação com os ensinos secundário e superior e uma preocupação mais acentuada com os ensinos pedagógico, técnico e profissional (PAIVA, 1987). Isso nos mostra que o discurso fora meramente político e não se efetivou da forma como era amplamente propagandeado¹¹⁵.

A situação da educação no país, que já não era das melhores, tornava-se alarmante pelo número reduzido de escolas e pela escassez de professores que não se sentiam atraídos pelo magistério, pois os salários eram muito baixos. Além disso, o que se ensinava nas escolas primárias não tinha a preocupação de inserir a criança no contexto de um país em transição, envolto num universo de relações políticas, econômicas e sociais, ou seja,

115. Para saber mais a respeito, recomendamos a leitura da obra “O ensino público”, de A. de A. Oliveira, publicada em 1874, com o objetivo de evidenciar o estado em que se encontrava a educação pública brasileira e as reformas que se faziam necessárias.

[...] Em vez de aprenderem a ter medo de almas do outro mundo, de sortilégios, de demonios e mysterios, os meninos seriam iniciados nos principios da verdadeira religião, que consiste simplesmente amar a Deus e aos homens. Em vez de se entreterem com façanhas bellicosas e practicas methaphysicas, theologicas ou idolotras seriam educados segundo as vistas das civilizações modernas ou afeitos desde a eschola a pensar nas instituições e nos costumes de que mais precisa o seu paiz (OLIVEIRA, 1874, p.17).

Se a instrução pública destinada à classe trabalhadora, no final do século XIX, mostrava-se frágil, sem a preocupação do Estado em atender a demanda da grande massa de analfabetos¹¹⁶, condição para inserir o Brasil na era da modernidade, do progresso e da civilização; a educação dos filhos da elite caminhava a passos largos, pois recebiam instrução de qualidade em educandários privados.

O poder aquisitivo da burguesia facultava-lhe o privilégio de estudar nos melhores educandários e ou valer-se de preceptoras¹¹⁷, geralmente estrangeiras. Além disso, recebiam estímulos de toda ordem, a começar no seio familiar até a participação ativa em espaços culturais educacionais complementares, tais como clubes, museus, teatros, cinemas e outros, e o livre acesso à imprensa periódica, isto é, jornais, revistas e boletins.

Ao finalizarem o ensino secundário, eram incentivados pelos pais a darem continuidade à educação formal. “[...] Para seus estudos superiores, os jovens da elite econômica [...] recorriam às faculdades europeias ou de São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, iniciativa somente acessível a quem tinha recursos para tal” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 249).

116. O censo de 1890 informava da existência de 85,21% de iletrados na população total (82,63%, excluídos os menores de 5 anos); o de 1900 encontrou 75,78% para os 20 Estados, baixando para 74,59% com a inclusão do Distrito Federal (69,63%, excluindo-se os menores de 5 anos) (PAIVA, 1973, p. 84).

117. No Brasil, o século XIX foi o período em que muitas mulheres europeias, principalmente alemãs, francesas e inglesas, aportaram no país para exercerem o ofício de preceptoras nas casas da Corte Imperial, anunciando seus préstimos pelos jornais de grande circulação na época. A educação oferecida em ambiente doméstico era equivalente à educação oferecida nas escolas, colégios, liceus, etc. da época, portanto não era considerada uma educação não formal. Era reconhecida pela legislação e dava direito à documentação oficial comprobatória (VASCONCELOS, 2018).

Para amenizar os contrastes e contradições de uma sociedade liberal capitalista que, com o advento da República, buscava sair da estagnação provocada pelo regime anterior, durante a Primeira República, os governos federal e estaduais propuseram algumas reformas na esfera educacional, em especial, voltadas ao ensino secundário e superior.

Líderes republicanos como: Benjamin Constant (1836-1891), Marechal Cândido Rondon (1865-1958), Deodoro da Fonseca (1827-1892), Floriano Peixoto (1839-1895) e Getúlio Vargas (1882-1954), coadunavam com a filosofia de Augusto Comte, exaltando o conhecimento científico como uma verdade incontestável. Acreditavam que era necessário, para retirar o Brasil do atraso educacional, promovendo “[...] o seu desenvolvimento e progresso industrial, [...] exaltar o progresso das ciências experimentais e propor uma reforma conservadora e autoritária, ao mesmo tempo que inovadora” (CLARK, 2006, p. 5).

Havia um consenso entre eles de que era necessário ensinar a obediência e o respeito à hierarquia para que a tão necessária ordem e progresso se efetivassem. Todavia, esses aprendizados, para a classe proletária, não seriam de responsabilidade das famílias, mas sim das escolas, da educação formal que precisava ser homogeneizada para a concretização dos ideais liberais republicanos (BERLOFFA; MACHADO, 2012).

A primeira ação republicana, no campo da educação, foi a Reforma Benjamin Constant¹¹⁸, em 1890, que tinha como princípios “[...] liberdade e laicidade do ensino e gratuidade da escola primária” (PALMA FILHO, 2005, p. 2), o que assegurava uma instrução desvinculada de conteúdos religiosos¹¹⁹.

À luz das ideias positivistas de Comte, Benjamin Constant propôs um currículo para o ensino secundário, a ser desenvolvido em sete anos, em que priorizava as disciplinas científicas em detrimen-

118. Benjamin Constant Botelho de Guimarães (1833-1891): militar, político, professor de matemática e adepto das ideias positivistas. Esteve à frente do Ministério da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos, sendo também responsável pela Educação (PALMA FILHO, 2005).

119. A Reforma de Benjamin Constant, de 1890, baseada nos fatos e na demonstração científica, foi uma das principais consequências do positivismo no Brasil (SANTOS; SANTOS, 2012).

to às disciplinas da área de humanas. No entanto, o grau elevado de complexidade, de intelectualismo da estrutura curricular proposta não atraiu e nem agradou os estudantes da época. Dessa forma, já no primeiro ano de sua implantação, houve muitas manifestações¹²⁰ por parte da elite e de representantes da Igreja Católica, exigindo a revogação imediata do novo currículo (SILVA, 1969).

É importante lembrar que em termos pedagógicos, no início da República, não houve transformações no sistema de ensino formal capazes de renovar intelectualmente a burguesia brasileira (PASTRE, 2009). A elite que assumiu o governo representava

[...] oligarquias cafeeiras e as oligarquias rurais, atuantes politicamente no velho regime. Logo, a educação que reivindicavam era aquela a que tinham se submetido anteriormente. O comando político, econômico e cultural se manteve com a elite que havia recebido uma educação literária e humanista, típica do Brasil colonial e imperial. A estrutura social e econômica se colocava como entrave à renovação pedagógica (AZEVEDO, 1996, p. 618).

O insucesso dessa reforma não inviabilizou e nem desqualificou outras ações de Benjamim Constant, como a publicação das obras: “A liberdade dos antigos comparada a dos modernos”; “Princípios de política aplicáveis a todos os governos” e “Princípios políticos constitucionais”. No entanto, a mais exitosa de suas ações na área educacional foi executada, inicialmente, em São Paulo (1892 -1896) e depois estendida à maioria dos estados brasileiros. O cerne dessa reforma foi a criação dos grupos escolares¹²¹, em 1893, que reuniam

120. Essas manifestações contrárias ao novo currículo podem ser compreendidas pelo fato de que, no século XIX, a principal característica do ensino secundário era preparar os alunos para o ingresso na escola superior. Isso ocorria em decorrência da pressão exercida pela classe dominante que desejava que seus filhos fossem reconhecidos rapidamente como “os homens cultos do país”. Consideravam a arte de falar mais importante do que o desenvolvimento do pensamento lógico e da criatividade do indivíduo (RIBEIRO, 1993).

121. Os grupos escolares surgiram na Europa e nos Estados Unidos, depois em São Paulo como inovação no ensino primário, produzindo uma nova cultura escolar urbana e também como estratégia da elite republicana paulista, constituindo-se em modelo de escola para os outros estados brasileiros. Essa concepção de escola primária estava ligada ao Projeto Educacional Republicano que entendia a educação como instrumento de desenvolvimento intelectual e moral, importantes para o progresso nacional. Ainda em 1920, vários grupos escolares foram inaugurados no interior paulista e na capital.

num mesmo local as antigas escolas primárias. O ensino passou a ser seriado e os alunos agrupados por idade (SAVIANI, 2008c).

A reforma paulista pautou-se em alguns princípios: simplicidade, progressividade, memorização, autoridade do professor e em prêmios e castigos aos alunos, além disso, “[...] gerou novas relações de poder dentro das escolas e, a partir de 1894, surge o cargo de diretor escolar” (CLARK, 2006, p. 5). Um outro aspecto curioso é que o quadro de docentes da educação primária era composto basicamente por mulheres que aceitavam os baixos salários, nada atrativos para os docentes do sexo masculino, situação que ainda é perceptível nos dias de hoje.

Em se tratando do estado do Paraná, havia o entendimento de que escolas deveriam ser mantidas e que as já existentes não eram suficientes para atender a demanda. Tinha-se clareza de que era necessário o estabelecimento de regulamentos¹²² para que os educandários funcionassem bem, porém, da compreensão à ação, houve um distanciamento. Isso também se evidenciava nas discussões que envolviam alguns temas relacionados à educação, como a “[...] laicidade e obrigatoriedade que provocavam polêmica e não chegaram a fazer parte da legislação deste estado de fato (MACHADO, 2011, p. 2).

O Decreto n. 31, de 29 de janeiro de 1890, foi o primeiro regulamento da educação pública no Paraná, determinando que a prática do magistério seria livre. No Artigo 50, explicitava que o modo de ensino adotado “[...] nas aulas de instrução primária elementar será o misto ou simultâneo mútuo¹²³” (PARANÁ, 1890a), e ia além,

Contudo, as escolas criadas não foram suficientes para atender a demanda e o projeto republicano para a educação transformou-se, com o tempo, em uma escolarização rápida e para todos (BERLOFFA; MACHADO, 2012).

122. Inicialmente, contava-se com o Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná (PARANÁ, 1890), aprovado pelo Decreto número 31, de 29 de janeiro de 1890. Após a Constituição Estadual, elaborou-se o novo regulamento aprovado pelo Decreto número 2, de 24 de agosto de 1892. Este estabelece a Reforma do Ensino Popular no Estado. A este se seguiu o Regulamento do Gymnasio Paranaense e de determinações para o funcionamento da Escola Normal (MACHADO, 2011, p. 7).

123. O modo simultâneo mútuo de ensino caracterizava-se pela organização e oferta de uma educação direcionada, simultaneamente, a todos os alunos em sala de aula, buscando aliar as vantagens do método individual às do método mútuo (MELO; MACHADO, 2010, p. 250). O modo “[...] misto eram as aulas ministradas para todos os alunos indistintamente e, ao mesmo tempo, com explicações

afirmando que o método de ensino praticado nas escolas seria o intuitivo¹²⁴.

Noventa dias após a publicação desse primeiro Decreto, ele foi revogado por não atender as necessidades da educação paranaense e também devido à precariedade financeira dos cofres públicos para a manutenção da proposta de ensino, sendo substituído pelo Decreto 64 (PARANÁ, 1890b).

É possível afirmar que a educação primária, no final do século XIX, torna-se relevante quando “[...] a escola passa a ser vista como a instituição responsável pela formação do sentimento de cidadania necessário para colocar o País rumo ao progresso e à consolidação da democracia, nos moldes dos países civilizados” (SCHELBAUER, 1998, p. 64).

Ao longo da Primeira República, foram várias as reformas¹²⁵ que deram delineamentos diferentes à educação pública brasileira, no entanto, a ideia de que a educação deveria ser para todos, ganhou força apenas na década de 1920 quando os pioneiros da Escola Nova: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros, passaram a defender a escola pública, laica, igualitária e sem privilégios (SAVIANI, 2008b).

Há que considerarmos que, durante a Primeira República, “[...] assistimos ao crescimento da demanda por educação popular, e seu precário atendimento, apenas nas cidades maiores” (PAIVA, 1973, p. 79), desconsiderando que a maioria da população do Brasil, à época, morava na zona rural e ignorava a necessidade e importância imediata do acesso à instrução. Em decorrência disso, não exigia

individuais para os que não tivessem compreendido o assunto” (OLIVEIRA, 1994, p. 203).

124. Método de Ensino Intuitivo surgiu na Alemanha no final do século XVIII e foi divulgado pelos discípulos de Pestalozzi no decorrer do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, fez parte das propostas de reformulação da instrução pública no final do Império. Rui Barbosa foi um dos principais defensores, sendo responsável por sistematizar os princípios do método intuitivo em seus famosos *Pareceres* e por traduzir as *Lições de Coisas*, de Calkins. (MÉTODO DE ENSINO INTUITIVO, 2019).

125. De 1889 a 1930, durante a Primeira República, ocorreram várias reformas educacionais: 1) Reforma Benjamin Constant (1890); Código Eptácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915); Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (1925), todas, de algum modo, preocupadas em organizar o ensino secundário. O ensino primário, desde o Ato Adicional de 1834, encontrava-se sobre a influência dos governos regionais, provinciais durante o Império (1822-1889) e estaduais, a partir de 1889, com a instalação da República (PALMA FILHO, 2005).

e muito menos pressionava os governantes que, por sua vez, mantinham-se apáticos a essa realidade (PAIVA, 1973).

A educação formal da elite, no final do século XIX, que já era de qualidade, recebia um reforço qualitativo por meio da educação não formal, preocupada em complementar, ampliar e aprofundar os conhecimentos já adquiridos, lapidando o gosto, melhorando o físico e oportunizando o lazer e o convívio com seus pares em ambiente requintado. *“O destino de qualquer paiz está intimamente ligado à educação que se der á mocidade. [...] O futuro sorrirá sempre alegre a qualquer nação, quando as gerações novas bem educadas compreenderem que o seu principal dever é caminhar pela estrada da honra e do trabalho [...]”* (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1893, n. 3, p. 1).

Isso nos mostra que a desigualdade entre a educação da burguesia e a educação do trabalhador foi e ainda continua sendo um grande divisor de águas, que assegura à elite esclarecida o poder de ditar as normas e à massa bruta o dever de segui-las sem discussão (MARX; ENGELS, 1978).

Esse poder é assegurado, por exemplo, no próprio federalismo¹²⁶ que garantiu o domínio nos estados das oligarquias rurais que em nada colaboravam com a expansão do ensino no Brasil. Mas isso não se restringia à zona rural, pois nas zonas urbanas as características rurais foram mantidas, já que eram administradas pelos grandes latifundiários. No entanto, o governo, em momento algum, menosprezou a formação dos detentores do poder, imprimindo qualidade e ampliando as oportunidades educacionais para essa classe nos ensinos primário, secundário e superior (PAIVA, 1973, p. 79).

Na próxima seção, trataremos da educação não formal da elite da capital paranaense, enquanto espaço complementar da educação formal, por meio do Clube Curitibano (1881) e de seu periódico, a Revista Clube Curitibano (1890).

126. O regime de federação “[...] determinava que o Governo Central, por meio do Congresso Nacional, tinha como responsabilidade a difusão do ensino secundário e superior em toda a federação e do primário apenas no Distrito Federal. Assim, cada estado responsabilizava-se pela criação e manutenção da escola primária. As ações estaduais aconteceram em tempos e espaços diferenciados (MACHADO, 2011, p. 1).

3.2 A força da educação não formal em um espaço burguês

Se “[...] a desigualdade dos conhecimentos é um meio de manter todas as desigualdades sociais [...]” (MARX, ENGELS, 1979, p. 38, NT), então a educação e a cultura são poderosas armas da burguesia de controle e de manipulação da classe trabalhadora, pois legitimam a superioridade de uma classe sobre a outra.

Ao partirmos do princípio de que “[...] nenhuma escola pode proporcionar ao indivíduo habilidades que não possua” (PAIM, 1995, p. 213), instala-se aí a grande contradição da escola pública, onde as habilidades individuais são ignoradas em nome de um ensino gratuito e de grande abrangência, que prima por conteúdos pré-estabelecidos que atendem aos interesses dos detentores do capital e não aos interesses daqueles que estão nos bancos escolares. Há a alienação da classe proletária, que busca na educação uma forma de ascensão social, mas não percebe que só encontra uma forma de estar mais apta para ser explorada.

Já as escolas particulares, destinadas às minorias burguesas, tendem a desenvolver habilidades com o intuito de formar lideranças. Além da instrução oferecida pelo currículo, contam com a ajuda da educação não formal, que oportuniza uma constante atualização, aprofundamento e ampliação dos conhecimentos e uma participação mais ativa do indivíduo educando. Isso se evidencia por meio da educação proporcionada pela imprensa (jornais e revistas) que, no final do século XIX, “[...] inicia, mesmo que em bases precárias, o processo da moderna comunicação de massa” (VELLOSO, 2006, p. 313). Além dos periódicos, há as agremiações, o teatro, o cinema, as artes em geral, enfim, uma gama de possibilidades mais atrativas e dinâmicas de aprendizado do que a tradicional e homogeneizadora escola.

Nessa perspectiva, o educando da educação formal das últimas décadas do século XIX, que tem acesso à educação não formal, passa a ser o leitor de periódicos, o associado das agremiações, o público das peças teatrais e das sessões de cinema¹²⁷, o leitor

127. Em 8 de junho de 1896, era realizada a 1ª sessão de cinema do Brasil, na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Em 28 de fevereiro de 1900, era fundado o Cinematógrafo Paris, em São Paulo. Em 1907,

e declamador de poemas¹²⁸, interpretador de poesias e apreciador de telas e de música clássica. No entanto, para que esse educando possa aproveitar integralmente todas as oportunidades educativas que lhe são oferecidas, é necessário considerarmos que há em cada criança uma gama

[...] de qualidades intellectuaes e moraes [...]. Tudo isto esta em germen em seu ser e pode cultivar-se e aperfeiçoar-se; mas é preciso que essas bellas qualidades sejam lançadas no cadinho; agitadas por mão hábil e discreta, e a resultante desta fusão de elementos harmonizados e combinados com sabedoria é o mais bello successo da educação (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 3, p. 3).

Essas qualidades estão presentes em todas as classes sociais, são reconhecidas nos discursos em prol da educação, no entanto, na prática, são consideradas apenas na educação da classe dominante.

A educação oportunizada fora dos muros escolares, sobretudo na época pesquisada, demanda muito mais do que o desejo do educando em ter acesso a ela. Demanda, inicialmente, ser alfabetizado, ter um bom poder aquisitivo pois periódicos e livros precisavam ser comprados, teatros, cinemas, museus, exposições e concertos, quando passaram a fazer parte do lazer oferecido aos curitibanos, cobravam ingressos, e associar-se a uma agremiação exigia verbas para joia e mensalidades. A educação não formal, por si só, já se eletizava, tornando-se restrita à classe burguesa.

GOHN (2006) classifica a educação em três¹²⁹ modalidades: formal, informal e não-formal. A primeira é a que ocorre no am-

foram inauguradas 18 salas de cinema no Rio de Janeiro, entre 10 de agosto e 24 de dezembro. A partir de então, centenas de salas de cinema foram construídas pelo Brasil e salões foram improvisados para a projeção dos filmes. Em Curitiba, em 25 de agosto de 1897, aconteceu a primeira exibição de imagens em movimento do estado do Paraná. O local escolhido foi o Theatro Hauer, posteriormente Cine Marabá. (SESSÕES DE CINEMA, 2019).

128. Poema: gênero textual escrito em versos, com ou sem rima. O conjunto de versos forma uma estrofe. Poesia: sentimento, emoção, que recheiam os poemas ou qualquer outro gênero textual. Podemos ter um poema sem poesia ou poesia presente em qualquer gênero textual.

129. Em nosso estudo, entendemos que havia, na época, duas modalidades de ensino: a formal e a não formal. A primeira vai ao encontro da descrição de Gohn (2006) e a segunda modalidade engloba

biente escolar, a segunda é aquela que é aprendida na família, bairro, clube, igreja, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados, e a terceira é a adquirida “no mundo da vida”, por meio dos processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Para analisarmos a educação não formal da elite curitibana no primeiro decênio da República, tomamos por fonte primária exemplares da Revista Clube Curitibano, sem perder de vista que há uma simbiose ideológica entre ela e o Clube Curitibano, onde foi gestada e mantida de 1890 até os dias de hoje. Do formato atribuído à Revista quando criada, houve alterações significativas ao longo dos anos, bem como algumas interrupções. De revista literária educacional passou a ser instrumento de divulgação das atividades esportivas, culturais e de lazer para os associados, bem como veículo de prestação de contas. Atualmente, há um *site*¹³⁰ à disposição com a síntese da história do Clube e da sua revista e com a apresentação de tudo que o Clube oferece aos seus associados.

Nesta seção, nossa ênfase será a análise da educação não formal proporcionada pelo Clube Curitibano e pela Revista dessa agremiação à elite da capital paranaense no início da Primeira República.

Ressalte-se que, primeiramente, durante o período investigado, o papel da educação informal e da educação sistemática na cidade estava sendo muito discutido e implementado. As relações e a complementaridade no papel formativo que as várias instituições educacionais, culturais e de lazer da época desenvolveram, atuando como intelectualidade dirigente, era um fator bastante difundido pela cidade. Esta importância, de complementaridade, no caso do Clube Curitibano, concretizou-se substancialmente pelo papel que o mesmo precisou exercer na balança de poder entre

as duas modalidades: educação informal e educação não formal. Portanto, em nosso estudo, para facilitar a compreensão, temos feito menção somente a essas duas modalidades de ensino: educação formal e educação não formal.

130. Para saber mais a respeito, navegue no *site* do Clube Curitibano: <https://www.clubecuritibano.com.br/>.

o grupo dos estabelecidos que o constituíam e o grupo de *outsiders*¹³¹ que o observavam (PASTRE, 2009, p. 97).

Para contextualizarmos a criação da Revista como uma extensão da agremiação, vamos nos valer de alguns artigos do periódico (1890-1898)¹³² e de edições especiais comemorativas que externam a grandiosidade do Clube e a sua função formativa para a burguesia curitibana que se sentia carente de ócio educativo, na década de 1880, pois Curitiba era

[...] Pobre ainda de diversões intellectuaes, artísticas, moraes e affectivas, sem um theatro em actividade, sem uma livraria, apenas com dous pequenos jornaes [...]. Curitiba seria o triste empório da monotonia e da insipidez si os nossos Clubs não lhe prestassem alguma vida, um agradável centro de reunião todas as noites e durante os feriados inteiros. [...] (REVISTA CLUB CURITIBANO, 1895, Número Especial, p. 4-5).

Para preencher esse vazio cultural educacional, tão bem lembrado na primeira edição da Revista de 1895, o Clube se propôs a agregar a elite num espaço nobre e assim promover “[...] toda espécie de passatempo útil, recreativo e instrutivo - jogos lícitos, dança, leitura e conferências [...]” (CLUBE CURITIBANO, 1996, Edição Especial, p. 4), dando início a um projeto educacional de civilização da burguesia paranaense no primeiro decênio da República. Entendemos que a criação da revista, em 1890, foi uma estratégia de ação educativa dentro desse projeto maior criado e desenvolvido pela e na agremiação. Na época, o Clube era presidido por Cyro Velloso¹³³. A

131. *Outsiders*: estranho; indivíduo que não pertence a um grupo determinado (OUTSIDERS, 2019). *Outsiders* e estabelecidos, em nosso estudo, são empréstimos dos conceitos de Elias (1993, p. 208-213), usado por Pastre (2009), em sua tese de doutorado, cujo aporte epistemológico são as Representações Sociais. Muito embora a linha teórica não seja a mesma que utilizamos neste estudo, os conceitos se aplicam à nossa realidade. Estabelecidos era o grupo luso-brasileiro que reivindicava local de posição superior pela garantia de ocupação anterior do território e por pertencerem à elite econômica e política. *Outsiders* era o grupo de imigrantes, marginalizados.

132. Vale lembrar que nosso recorte temporal está relacionado aos exemplares da revista a que tivemos acesso.

133. Cyro Persiano de Almeida Vellozo nasceu em Caravelas, Bahia, em 1843. Prestou serviços ao Império durante a Guerra do Paraguai. Após o conflito, estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro. Mudou-se para Curitiba, em 1885, viúvo, com dois filhos e o irmão. Trabalhou na Companhia de Loterias. Contribuiu para o desenvolvimento da cultura e das artes gráficas locais (NEGRÃO, 1926-

criação da Revista foi incluída nas ações comemorativas do oitavo aniversário do Clube Curitibano. Esse periódico, firme em sua intenção educativa, se fez presente na agremiação, nesse formato, até 1913 (BEGA, 2001).

Os estudos de Marach (2013) nos informam que é possível dividirmos as publicações da revista “[...] em três fases distintas, considerando o conteúdo veiculado, seus colaboradores e as interrupções das atividades. A primeira fase data de 1890 a 1893; a segunda, de 1894 a 1900; e a terceira, de 1910 a 1912” (MARACH, 2013, p. 35). Essa divisão proposta pela pesquisadora, no que tange à primeira e segunda fase, é perceptível na leitura e análise dos exemplares a que tivemos acesso (1890-1898).

Quando ocorreu o surgimento da Revista, o Clube Curitibano já contava com seus quase dez anos de existência e já havia se tornado um ícone para a burguesia curitibana, um modelo de civilização¹³⁴. Então era compreensível que a Revista¹³⁵ nascesse dentro desse espírito.

Nos quatro primeiros anos, o periódico procurou manter-se à distância das questões políticas, prestando-se mais a transmitir informações sobre a programação social do Clube, notícias sobre a capital paranaense, artigos falando sobre literatura, publicação de poemas, charadinhas e informações sobre ações da diretoria da agremiação, bem como a divulgação dos balancetes financeiros. Há um forte apelo aos preceitos liberais de liberdade e igualdade em artigos da Revista. Um bom exemplo disso é quando afirmam que

1950). Foi o segundo prefeito eleito de Curitiba (1895-1896) e presidente do Clube Curitibano de 1889 a 1893 e de 1894 a 1901 (MARACH, 2013).

134. Civilização, entendida aqui como uma nova forma de se portar na sociedade, isto é, desde a elegância e bom gosto do vestuário, passando pelo refinamento do discurso e das atitudes comedidas em público, até uma bagagem cultural que valorizava a cultura local, mas também se deleitava com a cultura universal.

135. A Revista Clube Curitibano foi quinzenalmente publicada nos primeiros anos, passando a ser publicada mensalmente, no ano de 1896. Constava de oito páginas, que possuíam a seguinte sequência e estrutura: textos e artigos da redação, com muita ênfase à educação e cultura; seção literária, com poemas, versos e estórias; notícias do clube e dos seus eventos; notícias da cidade e do estado. Organizacionalmente constava de três partes principais: primeira parte instrutiva e recreativa, a segunda parte com notícias sobre o movimento do clube e a última parte com as atas das sessões da presidência (PASTRE, 2009, p. 79).

[...] Fóra do Club ruge a impetuosa tempestade das paixões políticas e cada homem está sob o pavilhão de seu partido; dentro do Club reina a serenidade dos ânimos, todos são ligados pela adopção de um mesmo credo, todos abrigam-se debaixo de uma mesma tenda, todos possuem uma mesma bandeira de combate! [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1893, n. 1, p. 4).

O excerto evidencia o poder da agremiação em naturalizar as diferenças, estabelecendo uma igualdade aparente entre os associados que, ao adentrarem as portas do Clube, passam a não pertencer a partidos políticos e nem a professarem credos diferentes, ou seja, abdicam das suas individualidades em prol do bem comum, manter uma classe social unida. Se em um “[...] primeiro momento, a convivência humana teria sido de auxílio e compaixão mútua. Nesse contexto, a liberdade sofre apenas alguns ajustes e passa a ser comunal, ou seja, a liberdade de cada um é protegida pela força do grupo (CARDOSO, 2009, p. 8).

Essa liberdade comunal, que era “[...] uma forma ilusória de colectividade” (MARX; ENGELS, 1979, p. 40), oportunizava aos associados do Clube o aprendizado de como e quando ser indivíduo e de como e quando ser grupo. Um importante exercício de controle social e de autocontrole. Um padrão comportamental necessário para um indivíduo civilizado.

Por outro lado, embora houvesse um enfático discurso de neutralidade política que acompanhou a fundação do Clube e a criação da Revista, isso é contrariado, já na primeira fase do periódico, quando encontramos artigos que enaltecem o regime republicano.

15 DE NOVEMBRO DE 1890

Qual é o brasileiro que no dia de hoje, não sente em seu coração as mais fervorosas alegrias por vêr a sua patria livre da carunchosa monarchia que por espaço de muitos annos trouxe-nos somente o atrazço e o servelismo!! Com immenso júbilo festejamos pois hoje no meio de ruidosos hymnos o primeiro e feliz anniversario da proclamação da Republica em nossa estremecida patria. O periodo da' dictadura passou pois, sem nos trazer o mais leve constrangimento. Um hurrah pois, não só ao bravo e heróico generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca

como também a todos os seus infatigáveis companheiros que arriscaram as suas cabeças pela libertação da nossa pátria.-Ingentes foram pois os seus esforços. [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 21, p. 2).

Essa insistência em afirmar o apartidarismo do Clube e da sua Revista, de certa forma, cerceava a liberdade de expressão de seus colaboradores e isso fica explícito na manifestação bem humorada e ao mesmo tempo irônica do autor de um artigo datado de 1894.

Palestrando

Em obediência á citação que me fez o incansável Presidente do Club Curitybano para colaborar na interessante Revista do Club Curitybano, vou [...] rabiscar estas linhas. Deixo a pena correr a esmo sobre o papel, á semelhança do que faz um médium espirita, sem saber que directrix ella deva tomar. Os assumptos formigam-me no bico da pena. Qual deve ser escolbido? – A política é o primeiro que vem á tona, por nunca sabir da moda entre nós. Esse não serve, vade retro; por que tenho medo da politica como o diabo da cruz e porque iria contra a nossa Constituição, digo contra os Estatutos do Club, que o Sr. Cyro, escrupuloso e severo como é, quer que sejam seguidos á risca.

Comecemos pois pelo assumpto que mais deve agradar ás moças, ás nossas gentis leitoras. Comecemos pelo amor [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1894, n. 4, p. 5, grifos do autor).

É perceptível que o cuidado em não atrelar a agremiação e sua Revista, explicitamente, às questões políticas da época, é uma preocupação educativa, ou seja, está dentro dos preceitos liberais de liberdade e igualdade, defendidos pela agremiação e já explicitados e analisados em outros excertos. Acrescentamos a esses preceitos a tolerância, que remete à postura do “novo” homem que o Clube Curitibano e seu periódico queriam educar. O homem comedido, sensato, ponderado, que abdica das suas origens selvagens para tornar-se civilizado.

Não é a diversidade de opiniões (o que não pode ser evitado), mas a recusa de tolerância para com os que têm opinião diversa, o que se poderia admitir que deu origem à maioria das disputas e guerras que se têm manifestado no mundo [...] (LOCKE, 2007, p. 24).

Há que considerarmos o fato de a Revista não depender de verbas externas para sua publicação e nem da venda dos exemplares, pois era produzida e mantida pela agremiação, além de ser distribuída gratuitamente para os associados. Essa independência financeira, aliada à suposta neutralidade política propagandeada, foram elementos que contribuíram para a ampliação e fortalecimento da agremiação, bem como para a manutenção do periódico no mesmo formato, com os mesmos objetivos educativos, até 1913.

Outra questão importante é o espírito de grupo, de classe, amplamente difundido pelo periódico desde o seu primeiro exemplar, quando os redatores já afirmavam que “[...] *acima das lutas dos partidos, aspiramos ao nobre e auspicioso labor de identificar os nossos conciosos na mais solida, estável e fraternal unidade social [...]*” (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 1, p.1). Dito isso, é possível concordar com Rousseau (1973) quando ele afirma que a embora os homens nasçam livres e iguais, em todos os lugares estarão acorrentados, limitados pelos silenciamentos necessários para a boa convivência social e para a defesa de interesses pessoais.

O excerto do editorial do segundo exemplar da Revista de 1890, também evidencia a presença do ideário liberal:

[...]. O homem é mais ou menos, em sua vida, o que o fizeram nos dias de sua mocidade — Seus hábitos como seus princípios o seguem durante sua carreira para inspirar-lhe o procedimento e determinar-lhe os actos.—Será na vida publica o que foi no seio da familia ou nos bancos escolares, escravo do dever ou impaciente de todo o regulamento, submisso á lei ou rebelde á autoridade [...] A educação é, pois, para a sociedade uma questão vital, um interesse de primeira ordem. É o molde em que a sociedade toma sua forma [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 2. p. 1).

A educação recebida pelas crianças e jovens no ambiente familiar e na escola, segundo os editores da Revista, são os determinantes para sua vida adulta, pois nortearão a forma como irão conduzir suas relações afetivas, sociais e de trabalho.

Antes de entregar-se a criança aos cuidados do mestre, deve ella merecer os cuidados de seus paes. A educação publica está longe de igualar à domestica. Multipliquem-se muito embora as escolas, nada se conseguira se os exemplos, se as lições que nellas se recebem, estiverem em desharmonia com as lições e os exemplos da familia. Quando se desejam aguas saudáveis, primeiro se deve averiguar a pureza da fonte onde ellas nascem. Ora a fonte da boa educação está na casa paterna. E' esta tarefa o primeiro dos direitos e o mais santo dos deveres dos paes. A elles incumbe iniciar na vida intellectual e moral aquelles que lhes devem a vida do corpo. As palavras dos paes serão as primeiras a chegar ao coração dos filhos para nelle despertar o sentimento do bem ou o instincto do mal; e seus exemplos, fallando mais alto do que sua voz, deixarão na memoria delles uma impressão indelevell [...]

(REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 4, p. 1)¹³⁶.

A concepção de educação explicitada nas páginas da Revista Clube Curitibano é essencialmente liberal, baseada na teoria educacional empirista¹³⁷ de Locke (1986), que visa “[...] investigar a natureza do entendimento humano para descobrir, por meio da experiência, as capacidades do homem e também as suas limitações” (TERUYA et al., 2010, p. 8).

No excerto, é reforçada a ideia de que cabia às famílias um papel importante na educação dos filhos, isto é, ensinar valores, respeito aos mais velhos, principalmente aos pais, e os bons modos

136. Atualmente, há um projeto extremamente conservador em pauta no Brasil que visa instituir a Educação Domiciliar. Esse excerto, de 1890, poderia ser utilizado pelos simpatizantes desse projeto para justificar essa forma de educação.

137. Empirismo: doutrina segundo a qual todo conhecimento provém unicamente da experiência, limitando-se ao que pode ser captado do mundo externo, pelos sentidos, ou do mundo subjetivo, pela introspecção, sendo geralmente descartadas as verdades reveladas e transcendentales do misticismo, ou apriorísticas e inatas do racionalismo (EMPIRISMO, 2019).

para convivência em sociedade. Já às escolas era atribuída a função de instruir os indivíduos. Mas isso não era suficiente para a minoria burguesa curitibana que ansiava por uma formação que garantisse que seus filhos se mantivessem no poder e soubessem como aumentar o patrimônio já existente, mas que também fossem comedidos, gentis, cultos, enfim, civilizados.

A perspectiva educacional defendida orienta os pais a criar e educar seus filhos unindo a dureza e a força do pai à ternura e amabilidade da mãe. Condena todo e qualquer castigo físico, entendendo que isso seria a última e mais extrema atitude a ser tomada. O objetivo primeiro da educação no seio familiar é a formação do caráter da criança. Esse é o pilar que sustentará sua vida social e profissional e garantirá o sucesso em todas as empreitadas. Formar e educar o caráter dos filhos é um direito e ao mesmo tempo um dever dos pais. É o primeiro e mais importante passo para que o indivíduo compreenda que o conhecimento é adquirido com o exercício constante da razão (TERUYA et al., 2010).

[...] Outros discursos poderão mais tarde chegar a seus ouvidos, o curso natural das cousas os conduzirá, talvez, em presença de situações bem diversas; mas o que as crianças tiverem visto e ouvido na intimidade da família, nessas horas da vida em que tudo impressiona, em que as impressões são tanto mais vivas quanto mais frescas, o que tiverem então aprendido jámais apagar-se-ha de sua alma. Bons ou mãos, os ensinamentos do lar domestico tem uma força de persuasão sem igual, porque se impõem com a autoridade do primeiro e do mais duradouro dos affectos humanos.

E' a própria natureza que as grava em os nossos corações, onde o respeito e a confiança os conserva para sempre como uma herança sagrada e um patriotismo inalienável [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 4, p. 1).

A educação proposta por Locke (1991) desconsidera as tendências e habilidades inatas de cada indivíduo, suas idiossincrasias¹³⁸.

138. A idiossincrasia “refere-se ao conjunto de características de uma **pessoa** ou **sociedade**. Desta forma, a idiossincrasia não deixa de ser aquilo que diferencia uma pessoa ou o resto do grupo de sua **cultura**, **temperamento** ou costumes” (Grifos do autor). (IDIOSSINCRASIA, 2019).

O homem é uma folha em branco, sem quaisquer ideias, uma tábula rasa. Ele afirma “[...] que todos os homens com os quais encontramos, nove partes de dez, são o que são, bons ou maus, úteis ou inúteis, pela educação que tenham recebido” (LOCKE, 1986, p. 31).

Dentro dessa lógica liberal capitalista republicana, o Clube Curitibano ocuparia um papel estratégico no que tange à educação complementar da elite paranaense de todas as idades. Um reduto burguês que evidenciaria, por meio da educação, a divisão de classes. “[...] Até certo ponto, a Escola seria o espaço educacional do Estado para a sociedade, ficando o Clube como o espaço educacional da sociedade para a sociedade (PASTRE, 2009, p. 98). Assim sendo, caberia ao Estado a única educação de um grande contingente de trabalhadores e ao Clube Curitibano a educação complementar de uma minoria burguesa. A escola instruindo o empregado, o explorado, e o Clube educando o patrão, o explorador.

Paim (1995) nos alerta que, se permanecermos nesse círculo vicioso, “[...] não conseguiremos erigir uma nação próspera e estável, com base num sistema de ensino que atua de modo perverso, contribuindo, precipuamente, para engrossar o contingente de analfabetos” (PAIM, 1995, p. 127), de excluídos.

Encontramos nas páginas da Revista Clube Curitibano a proposição e a defesa de um projeto educacional direcionado às crianças e jovens visando à formação de homens que ocuparão funções de destaque, de poder decisório na sociedade. Para que isso ocorra, não basta que tenham recebido uma boa instrução em escolas formais, pois isso não terá valor se não tiverem virtudes morais reconhecidas e respeitadas por seus pares. “[...] *Ensinem-lhes os elementos das linguas, as regras de syntaxe e de methodo, mas ensinem lhes tambem a sciencia dos deveres e da moral [...]*” (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 6, p. 1-2).

A desigualdade entre a educação destinada às classes proletária e burguesa tem como princípio as bases de produção que determinam o “[...] capital, esse começa por fazer prisioneiro o progresso histórico e coloca-o a serviço da riqueza” (MARX, 1978, p. 158).

O movimento educativo promovido pelo Clube e pela Revista evidenciavam as concepções liberais de classe e de sociedade que

subsidiavam todas as ações desses dois espaços burgueses. Isso é percebido em excertos da Revista, como no editorial do sétimo exemplar de 1891.

Os sectarios do pacto social, que felizmente são mui pouco numerosos, não têm idéa exacta de que seja a sociedade em que vivem e se movem. A sociedade é uma instituição de origem divina, na qual o homem deve passar seus dias; é o complemento da personalidade humana; é a portentosa natureza onde vive, cresce e se desenvolve o rei da criação, a athmosfera mysteriosa e unica em que pode respirar o entendimento humano e em cujas regiões ideaes se eleva grandiosa a arvore da intelligencia. E' esta a verdadeira idéa que se deve formar da sociedade; fóra daqui tudo é degradação e i aquelles que, pretendendo exaltar a personalidade humana, collocam a origem da sociedade no consenso do homem, não percebem que apoucam e amesquinham a idéa real e verdadeira da sociedade; [...] querendo engrandecer o homem, fazendo dele um Deus, convertem-no em triste escravo[...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1891, n. 7, p. 1-2).

No editorial, há menção ao pacto social, uma referência à teoria lockiana que explica o surgimento da sociedade civil. Os editores tecem uma crítica aos defensores desse pacto, afirmando que desconhecem o que seja a sociedade em que vivem. A concepção de sociedade aqui defendida exprime a ideia de classe social, legitimada com a fundação do Clube e criação da Revista.

Um dos fins mais nobres a quem tem servido o Club Curitybano tem sido o desenvolvimento do espírito de associação. [...]. A associação, quer ella se dê no terreno exclusivo da agremiação de esforços materiaes, quer se alimente no ideal da congregação de esforços de outra ordem para a consecução de um fim moral e social, funda a solidariedade dos indivíduos, creando segurança, a abundancia e a força [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 4, p. 3).

Trata-se portanto de um agrupamento não apenas de pessoas, mas também de espíritos, o que demonstra a coesão e a força dessa sociedade, dessa classe e da ideologia que os une. Os indivíduos que compõem essa sociedade comungam das mesmas características, dos mesmos interesses e objetivos. E isso não se restringe ao

espaço físico da agremiação ou às páginas de um periódico de distribuição interna.

Há uma dimensão ideológica imensurável e uma força indescritível que garante a permanência da classe burguesa no poder, em todas as instâncias estratégicas.

“[...] A ligação de individuos isolados, concentrados os esforços nos mesmos meios para a obtenção de um fim, multiplica as forças, que dispersas nunca poderiam atingir uma meta qualquer [...]” (REVISTA DO CLUB CURITIBANO, 1890, n. 4, p. 3). Essa ligação e concentração de esforços dos associados do Clube Curitibano caracterizam um grande diferencial entre a classe burguesa e a classe proletária. Os primeiros, os burgueses, por não estarem escravizados pelo trabalho, têm mais tempo e condições financeiras para se organizarem, receberem educação familiar e instrução escolar. Já os proletários, expropriados da sua humanidade, vivem em função do trabalho, conseqüentemente desorganizados, enfraquecidos enquanto classe e pouco ou nada esclarecidos sobre seus direitos.

Enquanto a Revista reforça a importância do Clube Curitibano para a criação do espírito de associação, de solidariedade, de união entre seus associados, é importante desvelarmos o que pode estar nas entrelinhas desse discurso. Nem sempre aquilo que parece ser o ideal para o bem de todos, o é na prática. Essa afirmação pode estar mascarando o individualismo liberal. Nessa perspectiva, entendemos esse individualismo como *“[...] a crença de que a sociedade é formada não por grupos sociais, mas por um conjunto de indivíduos - ou átomos - autossuficientes e voltados para os próprios interesses”* (HEYWOOD, 2010, p. 41).

No número especial de 1897, em um dos artigos, é feita uma menção de agradecimento aos fundadores do Clube Curitibano. Nesse excerto, o individualismo liberal aparece, ainda que de forma sutil.

“[...] A bõa vontade de alguns homens disinctos e condignos dotou, em 1882, a capital Paranaense de extraordinario centro de civilisação, estreitando as relações familiares da sociedade coritibana, agrupando-a ern torno de principio generalisador, aonde se vão quebrar os preconceitos que estiolam as affinidades secretas da alma humana, aonde

se não extinguir os prejuízos inerentes á diversidade de opiniões, fonte de divergencia e isolamento dos homens [...] (REVISTA CLUB CORITIBANO, Número Especial, 1897, p. 3).

A referência a “alguns homens distintos” nos remete a uma minoria burguesa liderada pelo comendador Ildefonso Pereira Correia. Quando essa elite decidiu fundar uma agremiação destinada aos seus pares com o objetivo de reunir em um espaço nobre a burguesia da época, estariam pensando somente no bem comum ou havia outras motivações, tais como: estreitarem laços com outras minorias burguesas afim de ampliarem seus negócios; ou talvez estivessem buscando a visibilidade e o reconhecimento público pela ousadia do intento; poderiam também ter vislumbrado que a agremiação seria um território neutro, em que as diferenças econômicas, políticas, religiosas e culturais, que poderiam ser empecilhos ou motivo de sérias desavenças nas relações políticas e econômicas, seriam neutralizadas; ou então viram no espírito de associação uma forma de corporativismo¹³⁹ que lhes traria vantagens futuras.

Sejam quais fossem as motivações ocultas desses nobres senhores, é notório que “[...] o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro” (MARX; ENGELS, 1979, p. 49). Não se trata de um individualismo egoísta, mas sim da tomada de posse de nós mesmos, isto é, do exercício consciente da nossa liberdade de expressão e de ação.

Os excertos analisados mostram que tanto a agremiação quanto a Revista eram guiados pelos princípios liberais de liberdade, igualdade, tolerância e individualismo. Havia também uma preocupação constante com a educação não formal da classe burguesa associada ao Clube e leitora do periódico. Defendiam a importância da educação moral das crianças, que deveria ocorrer no ambiente familiar.

Num sentido metafórico, essa primeira educação era considerada a fundação, o alicerce do edifício humano, aquilo que definiria

139. Corporativismo: a analogia feita com a palavra corporativismo, refere-se à ideia de que um corpo só funciona plenamente quando todos os membros atuam em conjunto. Então, para que aconteça o pleno funcionamento da sociedade, todos os “membros” (nesse caso, de uma classe) devem funcionar em conjunto, de forma harmônica. (CORPORATIVISMO, 2020).

as boas e as más tendências do indivíduo e, em decorrência disso, seu sucesso ou fracasso. Em contrapartida, Marx e Engels (2011) nos alertam que “[..]. o burguês entende por educação moral a memorização dos princípios burgueses [...]” (MARX; ENGELS, 2011, p. 114), logo uma educação de si para si.

Há também um outro elemento importante nas páginas da Revista Clube Curitibano, a concepção de sociedade enquanto classe social, onde se aprende a ser indivíduo e a ser grupo, não apenas nos salões da agremiação e nas páginas do periódico, mas na sociedade liberal republicana.

Na próxima seção, analisaremos o projeto liberal paranaense de civilização disseminado pela Revista Clube Curitibano.

3.3 Projeto liberal paranaense de civilização

O processo civilizador paranaense do início da Primeira República, entendido aqui como um projeto educacional liberal, foi gestado por uma minoria burguesa¹⁴⁰ e direcionado à elite curitibana, tendo como *locus* a agremiação Clube Curitibano e a sua Revista. Esse projeto que objetivou preparar, lapidar, educar a burguesia para desempenhar a contento cargos e funções diretivas e decisórias, não apenas no âmbito da capital paranaense, mas em qualquer lugar do Brasil e até mesmo no exterior, trouxe novas configurações às relações sociais do final do século XIX. Esse processo não ocorreu pela ação de indivíduos isolados, mas resultou das relações entre homens que comungavam da mesma ideologia, a liberal, eram os detentores do capital econômico, ocupavam funções estratégicas na sociedade e possuíam educação formal e não formal de qualidade.

Encontramos esse ideal civilizador bastante explícito em um dos artigos da Revista, quando afirma que o Clube Curitibano,

[...] tendo por missão principal o cultivo das letras, o estudo da literatura, das sciencias e artes, tanto quanto possível [...] procura ame-

140. No capítulo I, no Quadro 4, há o nome completo, profissão, formação e as atividades exercidas à época pelos membros da primeira diretoria do Clube Curitibano. Esses senhores fizeram parte do grupo de fundadores da agremiação.

nizar o espirito de seos associados e torna-lo despido dessas asperezas, que são o resultado da falta de leitura e de gosto pelas obras instructivas, e consequentemente concorre directa e eficazmente para o desenvolvimento intelectual de nossa mocidade (REVISTA CLUB CURITIBANO, 1895, n. 1, p. 5).

Em nossas análises, nos artigos da Revista, tem sido recorrente a concepção de civilização enquanto educação moral dos indivíduos para exercerem seus papéis sociais, despindo-os das asperezas oriundas de um insipiente nível de letramento¹⁴¹. Naquele momento histórico, para a elite, não bastava ser alfabetizado e ter acesso aos bens culturais sem que houvesse a compreensão da essência das manifestações artísticas e das inovações propostas pela ciência por meio de suas teorias.

A educação de cunho civilizatório, no

[...] interior do Clube era caracterizado pelo processo de aprendizagem social, das relações sociais, do refinamento das condutas e do crescente autocontrole nas relações sociais e pessoais. Também era caracterizado pela evidente regulação do comportamento dos seus associados e pelo seu status de pertença do grupo, que estavam diretamente vinculado ao estágio do seu desenvolvimento na sociedade. Ao Clube Curitibano coube a função de cunhar um código comum de conduta e sentimento para as classes superiores, sendo um diferencial de mais valia. O Clube, em um processo civilizador junto à sociedade local e principalmente aos estabelecidos, solidificou-se como um espaço de intervenção normativa, educacional (PASTRE, 2009, p.101).

Além da educação ser um aprendizado social civilizador, era imprescindível para o Brasil, em especial para o estado do Paraná, em franco desenvolvimento. Progresso e modernidade exigiam um homem civilizado e o Clube Curitibano, em sintonia com esses ideais liberais republicanos, investia na consolidação de uma classe

141. Alfabetização e letramento são processos distintos mas que se interpenetram. A alfabetização é o processo em que são desenvolvidas as habilidades de ler e escrever. O letramento é o processo em que se desenvolve o uso da leitura e da escrita nas práticas sociais, de forma competente, isto é, com compreensão e criticidade.

social que deveria ser reconhecida e respeitada, não apenas pelo seu poder econômico e político, mas também pela sua intelectualidade. A educação deveria atender “[...] os anseios de Ordem e Progresso¹⁴² de um grupo que se auto-investia como elite, com autoridade para promovê-los” (CARVALHO, 1989, p. 9).

Diante de um nível elevado de expectativas, a educação da elite curitibana para a nova sociedade, que havia surgido com a Proclamação da República, era algo que exigia mais do que discursos calorosos¹⁴³. Era necessário agir em prol dessa nova sociedade traçando um projeto educacional. Não se tratava de um projeto destinado a ensinar as primeiras noções de moralidade, pois isso era de responsabilidade da família, sobretudo dos pais. Nem se tratava de um projeto voltado aos conteúdos específicos das áreas do conhecimento, já ensinados em escolas, colégios e faculdades. Tratava-se de um projeto de educação complementar à educação moral e à educação escolar. Um projeto subsidiado pelos princípios liberais, sobretudo, de igualdade, liberdade, tolerância e individualidade.

Na edição especial de 1932, há uma boa síntese da função exercida pelo Clube, em especial na sua primeira década de existência.

[...] Foi no amplo e perfumado mundano dos seus salões que os costumes vieram exibindo, aos poucos, as inevitáveis mudanças impostas pela volubidade do gosto. Abi nesse cadinho de bom tom e de elegância, no apuro aristocrático das reuniões joviais, no ruído dos folguedos memoráveis, entre a graça do corpo e a graça do espírito, a sociedade paranaense refletiu, em todas as etapas, a mais fina e apurada galanteria. E soube sempre assimilar, sem retardamento, a marcha acelerada das novas imposições sociais e a evolução vertiginosa do gosto. O Clube, – neste Estado adolescente e nesta cidade pequena, – veio sendo uma escola de civilização, que submeteu a um aprendizado constante e suave as novas gerações, educando-as para a sociabilidade e aprimorando-as em todas as desenvolturas que marcam os ambientes adeantados [...]
(CLUBE CURITIBANO, 1932, Edição Especial, p. 6).

142. Vale lembrar que a expressão ordem e progresso, que aparece na bandeira do Brasil, é a forma abreviada do lema positivista criado pelo filósofo Augusto Comte.

143. Em exemplares da Revista Cub Curitybano de 1890 (n. 9 e 21) e 1891 (n.12), há referências à Revolução Francesa como o marco que deu origem à democracia e à liberdade dos povos do Ocidente.

O papel educativo/civilizatório da agremiação era divulgado e reconhecido não apenas pelos seus associados, mas também pela imprensa local, como o jornal O Dezenove de Dezembro, entre outros periódicos que, com frequência, divulgavam notícias sobre eventos promovidos pelo Clube, enfatizando a sua importância para o progresso da capital paranaense.

Um artigo do nono exemplar da Revista, de 1891, ilustra bem as bases liberais que sustentavam o projeto educacional de civilização do Clube e da sua Revista.

[...] Se a ignorancia hoje, ainda é quase geral, se ainda existem individuos <<que não pensão>>, que vivem sem indagar de cousa alguma, sem nada saber, sem ter idéa alguma, nem da constituição do ar que respirão, nem da natureza da alimentação que ingerem, nem da rasão de ser de sua existencia, nem do universo, nem do planeta que habitão, nem da historia da humanidade: larvas estranhas de uma raça em formação!!!... Entretanto, o progresso é uma verdade. Sciencias, artes, litteratura, gosto, moral: tudo se engrandece apesar dos ineptos. [...]. Cumpre pois estudar o meio de melhorar esses individuos que, semelhantes a certos residuos, apresentam-se á tona da sociedade nas grandes commoções, perturbando a marcha da actividade geral. É forçoso que se limpe o organismo do <<conjunto>> d'essas impurezas e, quando não seja possível, q' ao menos se tente modifica-los, tornando-os uteis e dando-lhes assim o direito á inclusão na familia humana, com a consciencia da missão que têm á desempenhar em relação aos interesses comuns [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1891, n. 9, p. 6-7, grifos do autor).

Ao afirmar, inicialmente, que a ignorância hoje é quase geral, todos os indivíduos são colocados num mesmo patamar, ou seja, em igualdade de condições (ignorância quase geral) e livres de todo e qualquer ônus pela falta de conhecimento da realidade que os cerca. No entanto, não havia mais como manterem-se nesse estado geral de ignorância, pois o progresso batia à porta e cabia a cada um cumprir sua parte para que houvesse o bem comum.

Se entendermos ignorância como falta de conhecimento sobre o mundo que nos cerca, então é preciso diferenciar a ignorância burguesa da ignorância proletária. No primeiro caso, pode ser uma ignorância gerada pelo poder aquisitivo, “se tenho fortuna, não preciso de mais nada, pois o dinheiro abre portas, ganha eleições, mantém o prestígio, enfim, tudo compra, inclusive uma educação de qualidade”. Já a ignorância proletária anda na contramão da ignorância burguesa. Ela advém da falta de poder aquisitivo, “se preciso trabalhar para sobreviver, quanto mais trabalhar, mais receberei e assim aumentarei meu poder aquisitivo, então não há tempo e nem dinheiro para empregar em educação de qualidade, pois a prioridade deve ser a melhoria da minha mão de obra”. Embora haja distinção entre as ignorâncias, entendemos que nas duas situações há alienação.

Percebemos que por trás de um discurso liberal de civilização, preocupado em tornar todos dignos do progresso, visando ao bem comum, há, de fato, a defesa dos interesses de uma classe, a burguesa. Cumpre a essa classe propor um meio de melhorar os indivíduos inaptos para cumprirem seus papéis sociais nessa nova realidade.

Segundo o excerto, é de cada indivíduo a decisão em manter-se nesse estado ou sair das trevas intelectuais para a luz do conhecimento. Essa afirmação liberal desconsidera todos os entraves característicos da desigualdade de classes, à semelhança do que Locke (2002) afirmava sobre o estado de natureza e do merecimento daqueles que se esforçam, que trabalham para fazer jus à propriedade privada.

Além da presença dos princípios liberais, percebemos nas entrelinhas a manifestação de um racionalismo burguês, entendido como um idealismo ou iluminismo que visa esclarecer os espíritos. O princípio da “revelação” está presente na organização curricular das escolas burguesas laicas e confessionais (MARX; ENGELS, 1978), pois “[...] a *Minoria é a fracção pensante da sociedade. Cabe-lhe, portanto, doutrinar os povos [...]*” (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1894, n. 2, p. 1-2, grifo do autor).

A educação, nesse contexto, passa a balizar a desigualdade entre a elite, alfabetizada, apta a desempenhar o seu papel na socie-

dade, e o povo, analfabeto, inapto para ir além do trabalho braçal. Então “[...] *é á classe dirigente que compete a resolução do problema da adaptação ao <<meio social>> da parte inepta, preparando- a, instruindo-a, e aperfeiçoando-a de modo a que se torne util e possa cumprir o seu destino [...]*” (REVISTA DO CLUB CURITYBANO, 1891, n. 9, p. 6-7, grifo do autor). A palavra “adaptação” pressupõe a ação de impor a ideologia da classe dominante, num processo de alienação da classe dominada. Se observarmos a sequência de verbos que designam as ações que competem à elite na condução educacional dos inaptos (preparar, instruir, aperfeiçoar), veremos que indicam ações práticas, voltadas ao universo do trabalho. E se formos além dos verbos, temos como qualidades desejadas: ser útil e cumprir a contento suas obrigações para que o progresso se efetive. Logo, trata-se da instrução dos inaptos e não da sua educação.

É relevante salientarmos essa diferença de vocábulos no tratamento das questões educacionais dos burgueses e dos proletários. É possível inferir que os liberais burgueses assumiam um discurso de modernidade, no entanto, não iam além das ações de manutenção do *status quo* da sociedade capitalista e da exploração da classe proletária.

Entendemos que, no período em estudo, o vocábulo “educação” pressupunha um processo bastante amplo que iniciava no reduto familiar com a educação moral do indivíduo, tinha sua continuidade em educandários, preferencialmente privados, e sua complementação nos mais variados espaços sociais educativos. Nessa perspectiva, as agremiações e os periódicos, em especial, o Clube Curitibano e sua revista, “[...] *passam a atuar na sociedade em que surgem, dando exemplos, guiando e atraindo os homens para seu núcleo, de modo a cada vez mais estender sua influencia e dar eficácia á sua ação social [...]*” (REVISTA CLUBE CURITIBANO, 1932, Edição Especial, p. 7-9).

No que tange ao vocábulo “instrução”, o processo educativo precisava ser mais rápido para acompanhar a dinâmica do mundo do trabalho, principalmente naquele momento histórico de progresso e modernidade. Portanto, era necessário preparar, instruir e aperfeiçoar o povo, transformando os alunos trabalhadores em mãos

de obra aptas e úteis para o universo do trabalho. Nessa linha de pensamento, o sistema de ensino era entendido “[...] como uma concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos no sistema, única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho [...]” (MARX; ENGELS, 2011, p. 15).

No excerto de um artigo de 1890, há uma diferenciação entre “educação” e “instrução”:

[...] Homem sociavel ou social quem o faz e a educação. Repravo que se cure mais da instrucção que da educação das gerações novas. E tanto mais que, a bem dizer a instrucção que se dá á mocidade é incompleta, uma em quanto a educação poderia attingir perfeita realidade (Laurentie). [...]. Pode pois a educação, rigorosamente falando suprir a instrucção; mas a instrucção só por si não supprirá a educação (Donnet) [...] Occupam-se os povos modernos bastantemente da instrucção que alumia o espirito, e pouquíssimo da educação que forma a índole [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1890, n. 22, p. 6-7).

Muito embora o artigo teça uma crítica à instrução e engrandea a educação, a postura educativa da agremiação e do seu periódico acentua aquilo que é criticado. Educação de qualidade à elite, àqueles que ocupam ou ocuparão posições de comando e de decisão na sociedade, condutores do processo educativo direcionado ao povo. Já a instrução será oferecida para o contingente de analfabetos, analfabetos funcionais¹⁴⁴ e negros libertos. Essa é a educação liberal, composta pela “[...] educação para a cidadania; a tradição humanística e a formação profissional” (PAIM, 1995, p. 117). Dito isso em outras palavras: educação civilizatória; tradição voltada à área de humanas e formação de mão de obra para o trabalho.

Além das discussões em torno da educação e da instrução veiculadas na Revista Clube Curitibano, nos primeiros anos do último

144. Analfabetos funcionais são aqueles que sabem escrever seu nome, conseguem utilizar o dinheiro em operações simples de compra e venda, por exemplo, no entanto não conseguem ler ou escrever um texto. São analfabetos porque não foram alfabetizados formalmente, isto é, não sabem ler e nem escrever, e são funcionais porque só conseguem realizar atividades simples e cotidianas.

decênio do século XIX, a Revolução Federalista (1893 – 1895)¹⁴⁵ foi algo impactante para o Clube Curitibano e para sua Revista, pois muitos de seus associados e colaboradores resolveram empunhar armas e lutar no campo de batalha em prol da defesa do regime republicano.

É importante destacarmos que com o fim da Revolução¹⁴⁶, veio a decepção dos jovens escritores que aderiram ao conflito armado. Enfim, perceberam que a Proclamação da República trouxe uma inovação discursiva, ideológica, mas isso não significou transformações efetivas nas relações de dependência política. Para evitar o confronto com as lideranças econômicas e políticas da burguesia, classe a que pertenciam, os jovens intelectuais, que defendiam a liberdade de expressão e que almejavam civilizar por meio da educação literária e das artes em geral, tiveram que se filiar a partidos políticos e ou se subordinar a cargos em órgãos públicos para que seus projetos pudessem ser viabilizados (MARACH, 2013). Isso evidencia que

[...] não são os pensamentos e os desejos dos homens que fazem a vida e as circunstâncias materiais, são as condições econômicas que formam a base de todas as manifestações intelectuais da sociedade humana. [...] As ideias e as ciências são sempre ditadas pela determinação de classe. São, ou reprimidas, ou então passam para o serviço dominante que as molda para seu uso, a fim de as monopolizar e explorar, tornando-se para as massas um meio de opressão, de mistificação e de justificação das classes dominantes (MARX; ENGELS, 1978, p. 23-25).

Entre esses escritores, destacamos, no Quadro 9, nomes importantes para a consolidação da Revista como extensão do proje-

145. Sobre o impacto da Revolução Federalista entre os colaboradores da Revista Clube Curitibano, retomar o capítulo II desta tese, seção 2.3 Projeto liberal, imprensa e estética simbolista no Paraná.

146. Vale lembrar que a Revista Clube Curitibano, no mês de abril de 1893, interrompe suas atividades. O Clube Curitibano, já sentindo as ressonâncias da Revolução, via-se desorganizado. A solicitação formal de Cyro Vellozo de afastamento da presidência da agremiação piorou ainda mais o quadro de desarticulação entre os membros da diretoria. A situação se agravou nos anos de 1893 e 1894, com a evasão em massa dos associados e colaboradores para fora do estado em decorrência dos acontecimentos políticos e também para o campo de batalha (MARACH, 2013).

to educacional liberal de civilização do Clube Curitibano que, logo após o término do conflito, ocuparam cargos públicos.

QUADRO 9 – Colaboradores da Revista Clube Curitibano e cargos públicos ocupados

Colaborador da Revista	Cargo público ocupado
Dario Vellozo	Redator do Congresso Legislativo do Estado
Sebastião Paraná	Secretário da Junta de Comércio
Ermelino de Leão	Membro da Comissão de Organização do Arquivo Público do Estado.
Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo	Procurador Oficial do Estado
Leôncio Correia	Deputado Federal e Diretor Geral da Instrução Pública.

Fonte: Marach (2013, p. 88)

Nota: Dados organizados pela autora.

O idealismo exacerbado desses literatos fez com que se engajassem na Revolução Federalista num estado de alienação que impedia que desvelassem as entrelinhas do discurso liberal republicano. No entanto, ao término do conflito, depois de terem vivido a disputa, não apenas por meio das palavras, dos discursos, mas no campo material de batalha, viram as entrelinhas das questões políticas, dos conchavos, das revanches, da violência, que colocaram por terra todo o idealismo republicano.

Em março de 1894, a Revista voltou a circular entre os associados da agremiação, iniciando a segunda fase do periódico. Apesar de a Revolução Federalista ainda estar em curso, os editores salientaram a força e a independência financeira da agremiação e, por extensão, do seu impresso. É possível apreender desse excerto que o reinício das atividades representou a reorganização e o fortalecimento de uma classe social. A Revista

[...] Club Coritibano, [...] que nesta boa terra, tão prodiga e fidalga para os politiquieiros e para os Calinos importados, tem a excelsa ventura de haver deixado para atraz cinco annos de existencia

e viver ainda robusta e esmerada; mas, é a causa do efeito. Ella vive porque não depende de assignaturas, não depende do publico, o Club sustenta-a [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1894, n. 18, p. 2-3).

Nessa segunda fase da Revista, percebemos uma perspectiva mais literária. Entendemos que isso ocorreu em decorrência de os redatores da Revista: Leôncio Correia, Júlio Pernetta e Silveira Neto, dentre outros, serem simpatizantes da literatura, sobremaneira das inovações propostas pela estética simbolista¹⁴⁷.

Como nossa proposta de análise centra-se nas acepções: liberalismo, educação, civilização, progresso e modernidade, não vamos nos aprofundar, neste capítulo, nas discussões sobre a veia literária da Revista Clube Curitibano, pois já tratamos desse assunto no capítulo II. No entanto, não podemos desconsiderar que a literatura recria a realidade, o que significa que é possível saber muito sobre a sociedade em que estamos inseridos por meio das recriações literárias. Em contrapartida, é possível direcionar o olhar do leitor para a realidade que se quer mostrar, menosprezando todas as manifestações contrárias à ideologia vigente. O excerto a seguir, retirado de um artigo que fala sobre as tendências literárias, ilustra bem essa estratégia.

[...] Devemos querer que as tendencias de nossa epocha sejam bem dirigidas, porque então em lugar desses sobressaltos, que continuamente nos assistem, produzirão milhares de beneficios, que alargarão a vida physica e prepararão a felicidade moral [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1893, n. 5, p. 1).

Se o objetivo primeiro da agremiação e da Revista Clube Curitibano era educar a burguesia, tornando-a civilizada, então a literatura a que ela teria acesso, precisaria estar em sintonia com a concepção de educação defendida pelo Clube e pelo impresso.

As tendências literárias: Romantismo, Realismo/Naturalismo, Parnasianismo e Simbolismo compõem a chamada “era nacional”, período em que embora o Brasil já tivesse conquistado sua autono-

147. A estética simbolista é discutida na terceira seção do segundo capítulo.

mia em relação a Portugal, as estéticas literárias ainda eram importadas da Europa. O diferencial é que essas tendências eram adaptadas pelos nossos literatos à realidade brasileira.

No Quadro 10, destacamos as duas tendências da “era nacional” que causaram polêmica por não serem compreendidas e ou por irem contra os preceitos educativos/civilizatórios defendidos pela agremiação e pela Revista.

QUADRO 10 – Críticas da Revista Clube Curitibano às estéticas literárias do Realismo e do Naturalismo

REALISMO	NATURALISMO
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Confusão entre as características do Realismo e do Naturalismo. ✓ Em decorrência dessa confusão, atribuem ao Realismo uma característica Naturalista: a descrição. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Crítica ao uso de uma linguagem de baixo calão, pois contrariava a proposta de progresso, de homem civilizado. ✓ Crítica às obras de Émile Zola¹⁴⁸, autor de O Germinal (1885), na França; e de Aluísio de Azevedo, autor de O Cortiço (1890), no Brasil.

Fonte: Revista Club Curitybano (1892, n. 23, 24).

Nota: Dados organizados pela autora.

Encontramos no exemplar número 13, de 1891, menção às críticas que agrupamos no Quadro 10. No excerto, critica-se o Realismo literário por ser

[...] uma escola unicamente descritiva e a arte não procura só descrever. [...] esta escola não descreve a humanidade em todas as suas manifestações e sim na sua parte mais vil e mais porca. Ora todos sabemos que a humanidade não tem só vícios, que ella tem alguma cousa de grande e de admiravel. [...]. Como querem despertar no homem os seus bons sentimentos, se esses ficam esquecidos, se só lhe fallam em baixezas?[...] uma linguagem baixa, um estylo de taverna, e esse não é o estylo natural, não é com esse modo de fallar que se procura fazer a sociedade seguir um caminho digno [...]. Além disto, occupando-se unicamente do seu lado nauseabundo, esta escola puramente descrip-

148. Em 1898, os colaboradores da Revista Clube Curitibano reconhecem o valor literário da obra de Émile Zola publicamente em artigo publicado no periódico.

tiva torna-se antes pernicioso do que util, porque, abandonando completamente o lado bom e nem mesmo procurando tirar relações abstractas desses factos concretos que ella simplesmente copia, desenvolve na sociedade os sentimentos baixos em prejuizo dos outros que ficam esquecidos [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1891, n. 13, p. 4-5).

As estéticas que causaram críticas, naquela época, iam em sentido contrário ao espírito de progresso e civilização que pairava sobre o Brasil. Era necessário primar por uma educação que acalmasse os instintos e não os afluasse. As obras naturalistas¹⁴⁹, sobretudo a francesa *O Germinal* (1885), de Émile Zola, e a brasileira, *O cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, descreviam minuciosamente as degradantes condições de vida dos trabalhadores de uma mina de carvão na França e as precárias condições de vida dos moradores de um cortiço no Rio de Janeiro, respectivamente.

Um outro aspecto a ser considerado é que o país estava envolto numa aura de otimismo em relação ao novo regime. As obras citadas faziam o caminho inverso, mostrando a degradação do homem humilhado e explorado pelas péssimas condições de trabalho e moradia. As obras também mostravam a essência animal dos seres humanos com seus instintos sexuais, sua violência, vícios, tudo aquilo que o regime republicano queria apagar da memória do brasileiro.

Já a estética literária realista, por estar muito próxima da estética naturalista, recebeu críticas indevidas em artigo da Revista Clube Curitibano, conforme aponta o Quadro 10, no entanto, quando compreendida, era apreciada pelos leitores. O Realismo se opunha à idealização do amor e procurava representar a realidade de forma impessoal e ou crítica, preservando a língua formal em suas obras. Essa estética, de certa forma, atendia aos anseios do progresso

149. Apesar de ter sido rechaçado pela crítica tradicionalista, o Naturalismo foi um período de intensa produção literária. Vários romances pertencentes a esse modelo estético foram escritos, muitos romancistas adotaram e defenderam o movimento naturalista no Brasil e alguns leitores consumiram e continuam consumindo as obras produzidas por esses escritores. Prova disso é que até hoje romances referentes a esse modelo estético são reeditados, como *O Mulato* (1881), *Casa de Pensão* (1884) e *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo; *A Normalista* (1893) e *Bom-Crioulo* (1895), de Adolfo Caminha; e *O Missionário* (1891), de Inglês de Sousa (FLOR, 2015, p. 11).

e civilização dos brasileiros alfabetizados. Cabia, portanto, aos literatos e filósofos o trabalho de formar a consciência do leitor, “[...] *educando-lhe a razão e o sentimento, aperfeiçoando-o moral e intelectualmente [...]*” (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1894, n. 8, p. 1).

Em nosso percurso analítico, partimos das questões educacionais veiculadas no impresso, resgatamos a sua concepção de civilização para então entendemos a visão de progresso. Essas acepções estão sendo analisadas confrontando os princípios liberais que emergem com a visão materialista histórica e dialética de Marx.

Se o projeto de educação proposto pela agremiação, expresso e defendido pela sua Revista, justificava-se pelo fato de que o Brasil entrara numa era de progresso e modernidade, então é importante analisarmos essas acepções.

Os artigos da Revista que falam em progresso não apresentam uma única concepção. É possível afirmar que a amplitude e as exigências advindas das transformações ocorridas com o movimento da história no Brasil, a começar pela Proclamação da Independência, seguida da Abolição dos Escravos, chegando à Proclamação da República, atribuíram ao progresso vários sentidos.

Encontramos, em um artigo de 1892, o encantamento com o fonógrafo¹⁵⁰, que indica menção ao progresso enquanto avanço tecnológico¹⁵¹.

[...] Já que falo em progresso, é bem que não esqueça-me de trazer á baila a maior maravilha que tenho visto. [...]. – Quero falar de um dos partos mais estupendos do cérebro humano: – o phonographo. [...]. Pelo que havia lido em jornaes, eu fazia idéa do que fosse o phonographo, mas – confesso –, o que eu vi e ouvi estava muito acima de minha expectativa (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1892, n. 17, p. 5).

150. **Fonógrafo**, aparelho inventado em 1877 por Thomas Edison para a gravação e reprodução de sons através de um cilindro. (FONÓGRAFO, 2020).

151. Ainda nessa perspectiva de progresso tecnológico, no ano de 1897, ocorreu a instalação da rede de luz elétrica em Curitiba. A Revista Clube Curitibano utilizou dois números do impresso para descrever minuciosamente o funcionamento do sistema de distribuição de energia, utilizando termos técnico-científicos (MARACH, 2013).

A tecnologia era algo desejado numa cidade que almejava aproximar-se cada vez mais do progresso e da modernidade. No entanto, nem todo o avanço tecnológico era acessível à maioria da população, apenas para as minorias burguesas, que tinham poder aquisitivo para usufruir. Além de trazer conforto e comodidade, o acesso à tecnologia trazia *status*, ou seja, indicava a classe social a que pertencia aquele que dela fazia uso.

Por outro lado, não podemos ignorar que, na ótica do liberalismo, é vantajoso ao sistema produtivo capitalista a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, pois a pobreza da maioria da população torna-se um empecilho ao crescimento da sociedade. Além disso, o acesso às benesses do progresso e da modernidade cria no trabalhador uma espécie de conforto emocional de que seus esforços no mundo do trabalho terão valido a pena, pois poderão ter uma velhice tranquila e sem privações (SMITH, 1996).

Em ambos os casos, o progresso tecnológico reforça as desigualdades sociais e alimenta a alienação já existente.

Acreditava-se, na época pesquisada, que o Brasil estava inserido num processo de civilidade atrelado a um processo natural de evolução social que fora iniciado em 1822, com a Proclamação da Independência do Brasil.

A visão de evolução social é defendida por Augusto Comte (1798 - 1857), o mais proeminente filósofo positivista. É importante destacarmos que a influência do ideário positivista no Brasil ocorreu “[...] na imprensa, no parlamento, nas escolas, na literatura e na academia, produzindo um clima de grande entusiasmo pelo seu conteúdo de modernização das ideias” (SANTOS; SANTOS, 2012, p. 59). Então era de se esperar que os colaboradores da Revista Clube Curitibano estivessem em sintonia com esse ideário e que, a partir dele, externassem a concepção de progresso enquanto evolução.

[...] O princípio da relatividade das cousas é uma das principais bases sobre o que repousa toda a Theoria do grande Comte. [...]. O filosofo francez a quem competio apresentar ao mundo a melhor religião, essa que se chama positivismo, não admite a perfeição absoluta, e, no seu

entender, a humanidade, no estado industrial não será absolutamente perfeita. Comparo a sociedade, em seu caminhar progressivo, em sua aproximação d''esse typo perfeito ideal, a um poligono, cujos lados serão infinitamente pequenos e que comtudo, não attingirá á circunferência [...] (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1891, n. 17, p. 5, grifos do autor).

Para Comte, a humanidade está condicionada a um processo evolutivo, denominado de Lei dos Três Estados, formada pelo estado teológico ou fictício; estado metafísico e estado positivo, que é a espinha dorsal do pensamento desse filósofo positivista (SANTOS; SANTOS, 2012).

*[...] A filosofia comtiana espalhou-se e hoje avassala quasi todo o mundo. [...] A combinação harmônica da **philosophia** e da **historia**, da **idéa** e do **facto**, da **observação** e da **esperimentação**, – tal é o novo **methodo**, unico pelo qual se póde chegar ao conhecimento da verdade. [...]* (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1892, n. 2, p. 4-5, grifos do autor).

O conhecimento da verdade ocorre quando alcançamos o estado positivo, das explicações lógicas e racionais. Isso só ocorrerá quando superarmos o primeiro e segundo estados. No primeiro estado, formulamos explicações dogmáticas e construímos analogias. Evoluímos do fetichismo ao politeísmo, até chegarmos ao monoteísmo. No segundo estado, há uma negação das explicações teológicas fundamentadas nos deuses, que são substituídas, gradualmente, pelas primeiras explicações abstratas sobre os fenômenos da natureza (LACERDA, 2004).

Muito embora Comte não tenha se dedicado à discussão sobre o progresso em seus estudos, no Brasil, no início da Primeira República, sua teoria foi adaptada para respaldar a concepção de progresso como evolução social. Seu método experimental¹⁵² era considerado o melhor caminho para todas as áreas do conhecimento, inclusive para a arte. Então, qual

152. O método experimental de Auguste Comte parte da observação dos fenômenos, subordinando a imaginação à observação (BRANDÃO, 2011).

[...] o caminho que deve a Arte trilhar sinão o que esteja de accordo com a sciencia experimental? A Arte tem de sujeitar-se (note-se que não queremos exprimir com isto o tolhimento da liberdade de pensar; é a propria natureza dos factos quem impõe) ao novo método de observação esthetica que o movimento contemporaneo lhe offerece [...]
(REVISTA CLUB CURITYBANO, 1892, n. 2, p. 4-5).

Além do positivismo, outras teorias se faziam presentes nas páginas da Revista Clube Curitibano, em especial, aquelas que visavam explicar a psique humana. Nessa tentativa, buscava-se, na teoria psicanalítica de Sigmund Freud (1856 – 1939)¹⁵³, explicações para os instintos selvagens do homem e de como isso poderia ser controlado, educado, civilizado, pois o

[...] principio moralizador das associações litterarias e recreativas, acrysoladas nos mais puros deveres sociaes e com a comprehensão nitida de sua força regeneradora e nobilitante, deve-se bella somma de conquistas do pensamento, de ideaes realizados brilhantemente. [...]
(CLUB CORITIBANO, Número Especial, 1897, p. 3).

Pelos excertos analisados, é possível dizer que a Revista Clube Curitibano, na sua primeira década de circulação, sem dúvida, era um veículo liberal republicano de informação e de formação. O impresso assumiu o mesmo compromisso da agremiação quando fundada, educar a burguesia curitibana, civilizá-la para que pudesse exercer sua função de conduzir as massas na marcha do progresso e da modernidade.

Entendemos que a concepção de modernidade esteve presente no discurso republicano, permeando as concepções de civilização e progresso. A modernidade era vista como o antônimo de antiguidade, de estagnação. Modernidade no Brasil, regime republicano; modernidade do novo homem desse regime, o civilizado; modernidade na arquitetura urbana de Curitiba, o modelo europeu; modernidade na educação não formal da burguesia da capital paranaense,

153. Sigmund Freud foi um médico neurologista e importante psicólogo austríaco. Foi considerado o pai da psicanálise, que influiu consideravelmente sobre a Psicologia Social contemporânea. (SIGMUND FREUD, 2020).

Clube Curitibano e sua Revista. Enfim, modernidade era a palavra chave desse novo período.

[...] A existencia do Club Coritibano constitue hoje uma necessidade para as familias coritibanas, que n'elle vêm encontrar o alimento para seo espirito e para seo coração, o emprego util e agradável de seos lazeres [...] (REVISTA CLUB CORITIBANO, Número Especial, 1895, p. 3).

A afirmação, na edição especial de 1895, engrandece o periódico, mas também traduz o sentimento das famílias associadas em relação a sua Revista.

Entregue na residência de cada associado, tinha por objetivo colocá-lo a par de toda a programação social, cultural e esportiva da agremiação, além de funcionar como um veículo de educação não formal dos leitores, pois tratava de assuntos relacionados à República, à educação dos filhos, às estéticas literárias, ao progresso, dentre outros. Enfim, a uma gama diversificada de temas que visavam ampliar e aprofundar os conhecimentos da burguesia.

Para analisar os textos extraídos da Revista Clube Curitibano (1890 - 1898)¹⁵⁴, nossa fonte primária, a partir das principais acepções de análise deste estudo: liberalismo, educação, civilização, progresso e modernidade, optamos por discutir, neste capítulo, inicialmente, a educação no início da Primeira República, partindo das expectativas criadas pelos republicanos e a materialidade das reformas educacionais. Num segundo momento, à luz da ideologia liberal que respaldava os anseios republicanos, analisamos a força da educação não formal em um espaço burguês que, em nosso estudo, é o Clube Curitibano, em sintonia com o impresso que leva o mesmo nome. A somatória dessas reflexões, permeadas pelo contraponto marxiano, subsidiaram a terceira seção deste capítulo que, numa perspectiva de totalidade, delineou o projeto liberal paranaense de civilização, evidenciando o seu caráter educacional.

154. É importante esclarecer que o montante de exemplares de 1890 a 1898 a que tivemos acesso é bastante grande, pois a revista circulava, no início, quinzenalmente, e depois passou a ser editada mensalmente. Em função da amplitude da nossa fonte primária, tivemos que nos fixar nas acepções de análise e ainda selecionar, dentro do universo dessas acepções alguns artigos e excertos para análise neste estudo.

Ao finalizarmos as análises, entendemos que o projeto de civilização proposto pelo Clube Curitibano e executado pela agremiação e pelo seu periódico era educacional. Respalhado pela ideologia liberal, cujos princípios de igualdade, liberdade, tolerância e individualidade, claramente expressos nas páginas da Revista e na postura da diretoria do Clube Curitibano, visavam a consolidar uma classe cujo poder aquisitivo, naquele momento histórico, não era suficiente para o seu reconhecimento.

O regime republicano, instalado em um país cujo analfabetismo imperava, estaria fadado ao fracasso se não investisse em educação. Na perspectiva liberal, era necessário melhorar a educação da burguesia, que já tinha uma boa base moral e educacional, mas que precisava preparar-se ainda mais para exercer funções decisórias e manter-se no poder. Em contrapartida, ao proletariado analfabeto, a instrução era a melhor opção, pois lhe outorgaria alguns direitos e os prepararia para o mundo do trabalho.

Cuidadosamente arquitetado por uma minoria burguesa liberal republicana, o projeto em questão nasceu e se fortaleceu no bojo de uma agremiação e foi disseminado nas páginas de um impresso.

Sob a ótica do materialismo histórico, numa perspectiva de totalidade, guiada pelas mediações que realizamos, entendemos que esse projeto liberal educacional mantinha e reforçava as diferenças sociais e culturais e o antagonismo entre burgueses e proletários, evidenciando as categorias ideologia, classe social, contradição e alienação, fios condutores das reflexões e análises realizadas. No entanto, para finalizarmos este capítulo, fazemos das palavras de Pinto (1960) a expressão de nossos anseios:

[...] quando o processo do desenvolvimento nacional, em todos os setores, dá a indivíduos existentes no seio da massa a oportunidade de superação, ocorre a súbita tomada de consciência da sua situação e, através dela, da realidade brasileira em geral. Esse indivíduo converte-se de ser meramente sensitivo, figurante mudo do drama social, no qual só tinha atuação mecânica, em ser expressivo, em centro de forças vivas, em exigência consciente. Fazendo o descobrimento da própria voz, o homem do povo vai utilizá-la natu-

ralmente para exprimir a miséria da sua condição e reclamar contra ela (PINTO, 1960, p.1).

Esses anseios, tão bem expressos por Pinto (1960), são desafios em uma sociedade capitalista como a nossa. A história da educação brasileira, tão bem registrada pela imprensa, nos mostra neste estudo a eterna disparidade entre a formação do indivíduo que pertence à classe dominante e a formação do indivíduo que pertence à massa. No entanto, a mera constatação nos paralisa e nos leva à aceitação passiva e alienante daquilo que está posto, o que contraria a postura epistemológica que assumimos, não apenas como um viés teórico-metodológico, mas como uma forma de olhar para a materialidade da sociedade, de forma histórica e dialética, refletindo sobre ela e agindo nela.

A arma da classe proletária é a educação, que precisa estar presente em discursos coerentes e em práticas que visam tornar os indivíduos conscientes da sua situação, capazes de desvelar as artimanhas das propostas e práticas liberais articuladas pela classe dominante. A educação, nessa perspectiva, precisa ser o ponto de partida e também o ponto de chegada, pois somente quando houver o descobrimento da própria voz, que o homem do povo, como afirma Pinto (1960), vai sair do seu processo histórico de alienação.

Considerações finais

O estudo em tela, denominado “Projeto liberal paranaense de civilização nas páginas da Revista Clube Curitibano (1890 - 1898)”, vinculou-se à área da História da Educação ao analisar a imprensa literária educacional, materializada na Revista Clube Curitibano, nossa fonte primária. O referido periódico, criado em 1890, bem como a agremiação responsável pela sua manutenção, desempenharam papéis relevantes na proposição de um projeto educacional de civilização para o estado do Paraná, em especial, para Curitiba, atuando como veículos de educação não formal para a burguesia da capital do Estado.

Para a realização deste estudo, à luz do materialismo histórico, tomamos como ponto de partida a categoria totalidade, que oportunizou, no decorrer das discussões, que outras categorias, tais como: contradição, mediação, ideologia, classe social e alienação, emergissem para agirem como fios condutores das análises do nosso objeto de pesquisa: o projeto paranaense de civilização do início da Primeira República (1890 - 1898).

Esta investigação primou pelo estudo do ideário liberal republicano e sua adaptação à realidade brasileira, bem como o papel da agremiação Clube Curitibano e do seu periódico e de como a somatória desses aspectos materiais contribuíram para a construção e disseminação de um projeto de civilização, cujo público-alvo era a classe burguesa da capital paranaense.

A presente pesquisa defendeu a tese de que esse projeto de civilização do final do século XIX, no estado do Paraná, era liberal e foi encampado por educadores e escritores simbolistas que o disseminaram nas páginas da Revista Clube Curitibano (1890 - 1898). Em contrapartida, havia, na época, um discurso bastante convincente de que o advento da República traria o progresso, a modernidade e a civilização para todos os brasileiros. No entanto, esse "todos", na prática, perdeu a sua força discursiva, assumindo caráter meramente ideológico, restringindo-se à classe dominante.

O estudo utilizou como fonte primária exemplares da revista literária educacional Clube Curitibano que, à época (1890 a 1898), foram distribuídos aos associados da agremiação, e de exemplares de edições especiais comemorativas dos anos de 1932, 1950, 1962, 1985 e 1996, visando à compreensão de alguns aspectos relevantes para a identificação e análise do projeto de civilização e a confirmação ou negação da tese, tais como: a presença de princípios liberais nas páginas da revista; relevância do Clube Curitibano e da Revista Clube Curitibano para a classe burguesa da capital paranaense da época em análise; a inseparável relação entre literatura e educação; a função da imprensa, na primeira década da Primeira República, como disseminadora de ideias e suas contradições na sociedade curitibana; e o poder da palavra escrita na formação

doutrinária ou revolucionária dos leitores paranaenses alfabetizados, no final do século XIX.

A análise dos exemplares da Revista contribuiu para a compreensão de ideias educacionais e literárias vigentes naquele momento histórico, evidenciando a presença da ideologia liberal, defendida por seus colaboradores e disseminada pelo periódico. A Revista em questão foi criada por uma agremiação que se destacou e ainda se destaca no cenário curitibano como reduto da burguesia paranaense e, ao mesmo tempo, espaço de educação não formal de lideranças da elite curitibana.

Muito embora a revista analisada só circulasse entre os associados da agremiação, seu alcance ideológico ultrapassava os limites do Clube Curitibano, ou seja, grande parte de seus associados e colaboradores circulavam e atuavam em espaços distintos da sociedade curitibana, tais como: educandários, repartições públicas, lojas maçônicas, museus, bibliotecas, jornais, revistas, dentre outros. Dessa forma, o referido periódico tornou-se um forte e significativo instrumento de formação da minoria letrada da capital paranaense.

As discussões propostas aqui, numa perspectiva de totalidade, reforçam a importância e relevância deste estudo para o campo da História da Educação, pois mostram qual era a concepção liberal republicana de educação, na teoria, e como se efetivava na prática. O uso constante dos substantivos “educação”, para se referir à classe burguesa, e “instrução”, para fazer referência à classe proletária, evidencia as desigualdades entre as classes. A educação era um “privilegio” da elite detentora do poder político, econômico e intelectual. Já a instrução era uma “necessidade” daqueles que só tinham a sua mão-de-obra para oferecer em troca de remuneração injusta.

O presente estudo também mostrou como a classe dominante se consolidou como classe burguesa, no primeiro decênio da República, à luz do ideário liberal republicano. Além disso, trouxe à tona uma discussão bastante pertinente para a História da Educação, o ensino não formal da burguesia por meio de uma agremiação e do seu periódico. Além da educação do intelecto, recebida em educandários brasileiros e europeus, a classe dominante recebia educa-

ção moral dos pais e educação não formal voltada aos cuidados do corpo, por meio dos esportes que visavam à saúde e à agilidade do físico, e da prática de jogos lícitos e de tabuleiro, que treinavam a atenção, o raciocínio lógico e a agilidade do pensamento. Além disso, havia a preocupação em educar os sentidos, a sensibilidade, o gosto. Para isso, investia-se na arte, em suas várias manifestações. Esse ócio educativo agregou conhecimentos e habilidades à burguesia que a escola convencional não havia oportunizado, reforçando as diferenças entre a “educação” que recebiam e a “instrução” oferecida à classe trabalhadora, funcionando como um divisor de águas entre burgueses e proletários.

As reflexões propostas desvelaram as contradições da educação brasileira, as desigualdades entre a classe burguesa e a classe proletária, a alienação que assola tanto o trabalhador explorado quanto o patrão que abdica das suas idiossincrasias, crenças e opções políticas em troca de favores. Há também em evidência a força da ideologia liberal, cujos princípios, principalmente de liberdade, igualdade, tolerância e individualismo, são utilizados em defesa dos direitos da elite, em detrimento dos direitos da classe trabalhadora.

Um outro aspecto a ser considerado é a importância da imprensa para o estudo da História da Educação brasileira, pois ela retrata o cotidiano e as discussões de cada época. Jornais, revistas e boletins, compostos por gêneros textuais distintos (editoriais, artigos, reportagens, notícias, piadas, notas, imagens, dentre outros), registram acontecimentos, denunciam ou constroem ideologias vigentes, mostram concepções, endeusam ou destroem personagens da história, enfim, são veículos de informação histórica que precisam ser analisados, comparados entre si e a outras fontes de pesquisa.

Entendemos que utilizar a imprensa periódica, aqui representada pela Revista Clube Curitibano, como fonte primária, contribuiu com os estudos que focam imprensa e educação. Outro aspecto importante é que acepções como: analfabetismo e analfabetismo funcional; educação não formal em espaços culturais; educação domiciliar; projeto liberal (atualmente denominado de projeto neoliberal) de educação; civilização; progresso; modernidade, dentre outras

aqui tratadas, são atemporais, pois estão presentes nos debates atuais sobre educação.

Procuramos organizar os capítulos, analisando a história em suas várias nuances, ou seja, a história do liberalismo europeu, suas ressonâncias e adaptações na e à história do Brasil, do Paraná e de Curitiba. Essa forma de organização partiu do princípio de que, para compreendermos um fato, uma situação específica, é necessário nos debruçarmos sobre relações maiores que se estabelecem ao redor daquilo que queremos analisar. Para que isso se efetivasse, a categoria mediação esteve sempre presente na tentativa de evitar que este estudo se tornasse descritivo e acrítico.

A partir dessa visão ampla e profunda da sociedade, por meio das mediações que estabelecemos, emergiram as contradições da ideologia liberal e a constante luta de classes. Essas categorias se entrecruzaram no movimento da história e nos auxiliaram a visualizar e a analisar o projeto de civilização paranaense do final do século XIX.

Ao estudarmos a materialidade econômica, política, social e educacional do Brasil e as contradições do liberalismo e do capitalismo na primeira década da República, vimos que os princípios liberais europeus, respaldados pelas ideias dos filósofos Locke, Rousseau e Smith, foram adotados em terras brasileiras. Houve, no entanto, uma adaptação do ideário liberal a nossa realidade, pois ainda enfrentávamos o problema da escravidão e a elite defendia a permanência da estrutura social de clientela e patronagem, que ainda se faz presente nos dias de hoje.

É notório que os detentores dos meios de produção controlam “[...] a produção e a distribuição das ideias de seu tempo [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47), mantendo a soberania da ideologia da classe social a que pertencem. Os princípios do liberalismo, no início da Primeira República, enquanto discurso da classe dominante, eram irretocáveis. Apesar disso, enquanto prática, mostravam-se contraditórios, opressivos, desumanos, reforçando a divisão e o antagonismo entre burgueses e proletários.

As contradições tornaram-se ainda mais evidentes no período de transição entre os regimes monárquico e republicano. Nosso

estudo mostrou que a Proclamação da República foi um golpe pacífico gestado e colocado em prática pelos militares brasileiros sem a compreensão e participação do povo, portanto foi desencadeado por uma minoria burguesa que defendia os interesses de outra minoria burguesa.

Ao analisarmos a materialidade da sociedade curitibana do final do século XIX, vimos que enquanto a elite paranaense ansiava pelas benesses do progresso, da modernidade e da civilização, sob o falacioso discurso de igualdade e liberdade para todos, o povo mantinha sua condição de subjugado, oprimido e explorado. O centro da capital se embelezava, as áreas públicas e restritas de lazer multiplicavam-se, os casarões dos fazendeiros davam ares de riqueza à capital, mostrando que, com a República, havia iniciado uma nova era para todos os brasileiros. A realidade fora maquiada para alegrar os olhos, no entanto, continuava a oprimir a maioria dos brasileiros com suas mazelas: analfabetismo, cortiços que proliferavam, desemprego, miséria, prostituição, exploração, dentre outras chagas que acompanhavam e ainda acompanham o progresso.

Em meio a essas contradições, surgem inúmeras agremiações de imigrantes, que visavam a manter as tradições e os usos e costumes de seus países de origem, e os clubes destinados à burguesia curitibana.

Em nosso estudo, focamos o Clube Curitibano, que nasceu do anseio de um grupo de cavalheiros da elite curitibana, defensores das ideias liberais, da libertação dos escravos, do republicanismo, da modernidade, do progresso e da civilização, e que desejava reunir-se com seus pares em um espaço nobre, não apenas para atividades de lazer, mas para aquilo que denominamos ao longo deste estudo de ócio produtivo. Um espaço em que podiam desfrutar de momentos de lazer, acrescidos de novos conhecimentos, experiências desafiantes e educativas. Um clube recreativo e literário que funcionasse como um educandário não formal, formador de lideranças burguesas. Era chegada a hora de educar a sociedade curitibana, civilizá-la. No entanto, essa educação não seria a mesma para todos. A escola pública instruiria o trabalhador e as escolas privadas e demais instituições educativas educariam os detentores do poder.

O “[...] Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação” (SMITH, 1996, p. 246), porém, não irá além daquilo que a classe dominante achar necessário e conveniente para a educação da classe trabalhadora. Por outro lado, quando se trata do aprendizado, da educação da burguesia, não há limites, ou seja, há um esforço conjunto para que a qualidade do ensino seja a melhor e para que a formação seja capaz de fornecer subsídios para que o burguês possa melhorar suas estratégias de exploração do proletário e, em decorrência disso, obter mais lucro.

O Clube Curitibano, reduto da burguesia paranaense, agregou a elite econômica, política e cultural educacional da capital. Entendemos que sua criação já fazia parte do projeto liberal paranaense de civilização, como um espaço de organização e de preparação para a Proclamação da República, orquestrada por uma minoria burguesa. Isso se evidencia, por exemplo, na contradição entre o que afirmava a diretoria, que a agremiação não se envolvia com questões político-partidárias, e a prática de ceder o salão do Clube para reuniões dos abolicionistas republicanos.

Tudo que ocorre na sociedade está inserido numa teia de relações coordenada pelos detentores do poder. Não há acasos, há discursos inovadores e convincentes que ocultam velhas práticas. “[...] Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia” (CHAUÍ, 1980, p. 8).

É nessa teia de relações que se encontra a imprensa. O seu produto final, que é a notícia, a informação, o conhecimento e até mesmo seções que visam distrair, entreter, estão impregnados da ideologia vigente, que é a da classe dominante. Essa ideologia direciona, controla e utiliza os periódicos para disseminar ideias, tecer críticas, veicular notícias e engrandecer e ou denegrir pessoas e eventos.

Se a ideologia que impera numa sociedade é a ideologia da classe dominante, é notório que a elite brasileira do final do século XIX era afeta à ideologia liberal, ainda que essa fosse uma adaptação do liberalismo europeu. Portanto, foi essa elite que fundou o Clube Curitibano com o intuito de torná-lo um reduto burguês, um educandário não formal da elite. O Clube nascia num período de transi-

ção com o compromisso de inserir a capital paranaense no processo de modernidade, de progresso e de civilização. Compromisso que foi cumprido na íntegra, pois a agremiação tornou-se, nestes 139 anos de existência, uma grande potência econômica, social, desportiva e cultural.

Uma agremiação que resistiu a mais de um século e que hoje é considerada um dos maiores clubes da América latina, retrata e materializa a história da consolidação da burguesia curitibana.

Após nove anos da fundação do Clube, a agremiação cria um periódico, a Revista Clube Curitibano. Um passo importante dentro de um projeto de civilização direcionado à classe burguesa da capital paranaense, que entendemos ser educacional. Uma forma de atingir a totalidade de seus sócios, pois o impresso era entregue nas residências dos associados.

Com o advento da República, a educação tornou-se uma bandeira, pois os republicanos defendiam a ideia de que junto com o novo regime, vinha a modernidade, o progresso e a tão sonhada e necessária civilização. No entanto, para que o país tivesse acesso irrestrito a tudo isso, o único caminho seria a educação. Era necessário silenciar o velho homem para dar espaço e voz ao homem novo, isto é, ao homem civilizado. Aquele que sabe portar-se em sociedade de forma equilibrada, que consegue dominar seus instintos, ou seja, é aquele que tem o verniz social.

Nos artigos da Revista Clube Curitibano, há referências de gratidão à existência da agremiação, pois um “[...] *Um povo, que possui uma associação assim, faz juz ao titulo de povo civilizado. Como paranaense, sinto entusiasmo por tudo aquillo que é prova do engrandecimento do Paraná, e é por isso que venho de todo o coração, saudar o Club Curitibano*” (REVISTA CLUB CURITYBANO, 1893, n. 1, p. 4).

Esse excerto e outros salientam a importância da agremiação e da Revista no processo civilizatório paranaense. Tornar os cidadãos curitibanos civilizados era um objetivo inserido no movimento do progresso em que o país e o estado do Paraná estavam envolvidos. Entendemos que a concepção de progresso veiculada pela Revista, era de avanço tecnológico e de evolução da humanidade. Essa evolução, já iniciada com a Proclamação da Independência, encontrara

seu auge na República. Para bem acolher ao progresso e desempenhar a contento o papel de colaborador dessa nova ordem, era preciso civilizar-se e civilizar o povo.

Entendemos que civilizar era sinônimo de educar e que esse educar tinha conotações diferentes para burgueses e proletários. Além das diferenças educacionais, há que considerarmos que civilizar o burguês era silenciar o homem selvagem para dar lugar ao homem comedido, educado, tolerante e alienado, preparado para guiar a massa proletária. Em contrapartida, civilizar o proletário era torná-lo passivo, dócil e alienado para melhor ser conduzido e explorado. Vale ressaltar que a alienação se faz presente em ambas as classes sociais.

O discurso dos republicanos em prol da educação era impecável sob o manto liberal. Em contrapartida, na perspectiva do materialismo histórico, o discurso seria impecável se abordasse os dois lados da questão, isto é, a educação da elite e a educação do povo, destacando as desigualdades e propondo formas de superação.

Percebemos que as palavras instrução e educação são utilizadas com conotações ideológicas distintas na história da educação. Instrução para a massa trabalhadora pressupõe orientações, direcionamentos, determinações, modelos a serem seguidos em todas as áreas do conhecimento, visando à melhoria da mão de obra, outorgando-lhe alguns direitos, como o do voto, por exemplo. Além disso também sugere silêncio ou monólogo, nunca interatividade, criticidade.

Já a educação nos remete a algo processual, amplo, profundo e em constante movimento, que exige interação e complementariedade da educação não formal. No processo educativo, há a presença dos pais (moral), da escola formal (intelecto) e das outras instituições educativas não formais (complementariedade dos aspectos morais e intelectuais).

Havia, portanto, um discurso liberal republicano em defesa da educação de qualidade para todos e uma prática de exclusão e de manutenção da exploração da classe trabalhadora. Burgueses e proletários alienados em seus universos sociais antagônicos e atemporais.

Um bom exemplo dessa distinção é o projeto liberal educacional de civilização gestado e executado pelo Clube Curitibano e disseminado nas páginas da sua Revista. A análise da história da agremiação e do periódico, bem como do conteúdo dos exemplares, de 1890 a 1898 e das edições especiais, mostraram que os princípios liberais sempre se fizeram presentes, seja nas reuniões que ocorriam nos salões do Clube, seja na postura dos fundadores e colaboradores e nas publicações do periódico.

Esse projeto, iniciado com a fundação do Clube e endossado pela criação do periódico Clube Curitibano, foi construído e disseminado sob bases liberais. A grosso modo, é possível afirmar que se tratou de uma escola burguesa liberal de formação de lideranças. O espírito de associação, experienciado pelos sócios do Clube e leitores do periódico, foi um passo importante para o fortalecimento de uma classe.

É importante lembrar que a Revolução Federalista (1893 - 1895) fez com que os poetas simbolistas, colaboradores da Revista Clube Curitibano, abdicassem, por um período, da militância intelectual para empunhar armas na defesa do ideal republicano. No entanto, a luta armada desencantou os literatos, que perceberam que a República era melhor enquanto discurso do que prática. Se por um lado haviam se libertado da alienação causada pelos ideais republicanos, por outro lado, havia a alienação de classe, ou seja, defendiam a educação para todos, empunhavam a bandeira em prol da arte, principalmente a literária, mas continuavam fieis às determinações da classe a que pertenciam, a burguesa, defendendo os princípios do liberalismo, a causa do anticlericalismo, ocupando cargos públicos estratégicos e participando ativamente do projeto liberal de educação promovido pelo Clube Curitibano e pela Revista dessa agremiação.

Sendo assim, confirmarmos a veracidade da tese defendida: o projeto de civilização, no estado do Paraná, era liberal e foi encampado por educadores e escritores simbolistas que o disseminaram nas páginas da Revista Clube Curitibano. Este estudo revelou que princípios do liberalismo, em especial, liberdade, igualdade, tolerância e individualismo, faziam-se presentes nas publicações da

Revista Clube Curitibano, influenciando e, por que não dizer, direcionando as ideias ali veiculadas.

O estudo que aqui finalizamos, oportunizou o resgate crítico da história da educação burguesa paranaense no início da Primeira República. Mostrou que embora tenha se passado mais de um século, o discurso liberal no campo educacional continua o mesmo, o de valorização da educação. No entanto, não somente o discurso é repetitivo, a prática também se mostra a mesma. Continuamos a oferecer educação de qualidade para uma minoria, visando ao desenvolvimento de habilidades e interesses individuais, e uma educação/instrução para a grande maioria da população, inculcando ideias de submissão, desvalorização e impotência. Discursamos em prol de uma educação revolucionária, ou seja, uma educação comprometida com a superação da sociedade capitalista, mas praticamos a educação doutrinária, calcada na repetição, alienante e excludente.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ACERVO Centro de Memória do Clube Curitibano. Coleção Revista Clube Curitibano 1890 – 1898 Curitiba: Clube Curitibano, 2017.
- ACERVO iconográfico do Clube Curitibano, fotografias de sua autoria. Clube Curitibano. Curitiba: Clube Curitibano, 2017.
- ACERVO iconográfico da Biblioteca Pública do Paraná – BPP. Disponível em: [http://LiteraturaParanaense_Anos1900 - CÂNDIDO - Jornal da Biblioteca Pública do Paraná.html](http://LiteraturaParanaense_Anos1900-CÂNDIDO-JornaldaBibliotecapúblicadoParaná.html). Acesso em: 23 mar. 2019.
- ALEIXO, J. C. B.; KRAMER, P. Os analfabetos e o voto: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. **Senatus: Cadernos da Secretaria de Informação e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 68-79, out. 2010.
- ALVES, D.; FIGUEIREDO FILHO, D.; HENRIQUE, A. O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**, 2. ed., v. 24, p. 119- 134, 2015.
- ARAÚJO, J. C. S.; SCHELBAUER, A. R. (org.). **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- ARRUDA, K. B. **Os anúncios no jornal a união (1904 – 1937): a propagação da modernidade pedagógica na Paraíba**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2015.
- AZEVEDO, A. N. As noções de progresso do império à república: transformações recônditas em uma mesma terminologia. **Revista Outros Tempos**, v. 13, n. 22, p. 69 -88, 2016.
- AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 6. ed. Brasília; Rio de Janeiro: UNB/UFRJ, 1996.
- BALAKIAN, A. **O simbolismo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- BALHANA, A. P. et al. **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.
- BALHANA, C. **Ideias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1990.
- BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba-PR: Grafipar, 1969.
- BARBOSA, E. A. Anarquistas no Brasil: a colônia Cecília de Giovanni Rossi e o socialismo experimental. **Alabastro: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo**. São Paulo, ano 2, v. 1, n. 3, p.7-23, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, J. D' A. Leitura sobre igualdade: considerações sobre as oscilações de um conceito na perspectiva de alguns autores do século XVII ao XX. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.173-192, maio/ago. 2013.

BASBAUM, L. **História sincera da república das origens à 1889**. São Paulo: Alfa Ômega, 1968.

BEGA, M. T. S. **Sonho e invenção no Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional**. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BELTRAMI, R. C. C. **Da poesia na ciência, fundadores do instituto histórico e geográfico do Paraná, uma história de suas idéias Curitiba, 1900**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

BERLOFFA, V. O.; MACHADO, M. C. G. A constituição dos grupos escolares no período republicano: perspectivas de modernização da sociedade brasileira. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE. 2012. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012.

BISERRA, I. K. C.; COSTA, J. C. C. O uso da imprensa nos trabalhos em história da educação do PPGE/ UFPB (2007-2015): um balanço necessário. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.25, n. 2, p. 133-151, jul.-ago. 2016.

BOMENY, H. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. 29f.

BOTTOMORE, T. (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOTTOMORE, T. (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. 2. ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 285-287.

BRANDÃO, A. R. P. A postura do positivismo com relação às ciências humanas. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 03, n. 6, p. 80-105, 2011.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Estatística da instrução. Primeira parte: **Estatística Escolar**, v.1, 4 seção, 1916. (Introdução de Oziel Bordeaux Rego).

CAMARGO, L. V. de. **Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853 – 1953**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2007.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CANCIAN, R. Intelectuais (2): pensadores e classes sociais. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação, set. 2007. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/intelectuais-2-pensadores-e-classes-sociais.htm>. Acesso em: 25 jan. 2017.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, M. C. Liberdade e igualdade nos direitos humanos: fundamentos filosóficos e ideológicos. In: **COLETÂNEA Direitos humanos na formação universitária: textos para seminários**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora (Unesp), 2009.

CARPENTIERI, A. Liberalismo–capitalismo. Jan. 2008. Disponível em: <http://archie57.blogspot.com.br/2008/01/liberalismo-capitalismo.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CARVALHO, M. M. C. **A escola e a república**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p.1-15, 1997.

CASTRO, C. **A proclamação da república**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CASTRO, E. Mais de meio século de história a ser contada.. **Jornal Alcar**, n. 13, p.1- 5, segunda fase, abr./ 2014.

CATANI, D. B. **Educadores à meia luz (um estudo sobre a revista de ensino da associação beneficente do professorado público de São Paulo (1889 - 1910))**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo - USP, 1989.

CAVALCANTI, V. O. M.; MEDEIROS NETA, O. M.; CAVALCANTI, I. S. S.; NASCIMENTO, B. L. C. do. A análise de conteúdo com a utilização do software NVivo: a aplicação no campo da educação profissional. In: ENCONTRO IBÉRICO EDICIC, 8, 2017, Coimbra. **Anais eletrônico...** Coimbra, 2017. Disponível em: <http://sci.uc.pt/eventos/atas/edicic2017.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CHAGAS, F. G. Álbum de meninas, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras: estudo de um impresso de Anália Franco (1898 - 1901).

Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Paulo - UFSP, 2016.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales, Año 1, n. 1, p. 53-76, jun. 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997. CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CLUBE Curitibano. Disponível em: <http://clubecuritibano.coringabiz.com.br/historia.php>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CLARCK, J. U. A primeira república, as escolas graduadas e o ideário do iluminismo republicano: 1889 - 1930. Revista HISTEDBR - Navegando na história da educação brasileira: 1988 - 2006. Campinas: Unicamp, 2006, p. 1-6. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_primeira_republica.html. Acesso em: 20 dez. 2019.

CORDIOLLI, M. **Gênese de um idílio**: a trajetória intelectual de Dario Vellozo (1890- 1909). Curitiba: A Casa de Astérion, 2006.

CORRÊA, A. S. **Imprensa e política no Paraná** : prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2006.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1999.

COSTA, A. M. B. de S. **Civilização, modernidade e educação nas páginas do jornal a razão (1898 – 1923)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe – UFS, 2017.

COSTA, C. A. S. **Breve comentário**: ontologia do ser social, em Contribuciones a las ciencias Sociales, mayo 2010. Disponível em: www.eumed.net/ver/cccss/08/casc2.htm. Acesso em: 18 jan. 2018. 1 p.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1998.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

DAMRAT, C. **História do clube curitibano**: uma pequena narrativa para grandes atletas. Mini Apostila – Clube Curitibano – Quiz da Natação. Curitiba, 2017a.

DAMRAT, C. **Estudo** - linha do tempo resumida da história do clube Curitibano. Curitiba, 2017b. Decreto 85A. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-85-a-23-dezem-bro-1889-543749-publicacaooriginal-54307-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

DENIPOTI, C. Um homem no mundo do livro e da leitura. **Revista de História Regional** (UEPG), Ponta Grossa, 2001, v. 2, ano 6, p. 75-91.

DIAS, C. A. U. **Política dos governadores**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/POLÍTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DJUBATIE, E. O cenáculo: história e literatura na república curitibana. **Revista TEL**, Irati, v. 7, n.1, p. 193-206, jan. /jun. 2016.

D'ONOFRIO, S. **Literatura ocidental**. Autores e obras fundamentais. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

ENGELS, F. Barbárie e civilização. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961, v.3, p. 126-143.

ESPÍNDOLA, A. Karl Marx e a Gazeta Renana in **Delineamentos de reflexões filosóficas e políticas**. Londrina: Ed. da Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2001.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

FERNANDES, A. L. C. **A santa causa da instrução e o progredimento da humanidade: revistas pedagógicas e a construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Puc, 2004.

FERNANDES, F.. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. M. **Jornal o albor e a produção/disseminação da feminilidade na imprensa lagunense: 1901 – 1930**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, 2014.

FERREIRA, A. B. de H. **Do liberalismo ao neoliberalismo**: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FLOR, A. O naturalismo no Brasil sob suspeição. In: ABRALIC – XIV CONGRESSO INTERNACIONAL FLUXOS E CORRENTES: TRÂNSITOS E TRADUÇÕES LITERÁRIAS, 14, 2015. **Anais eletrônicos...** Belém: Universidade Federal do Pará, 2015.

FRANQUI, R. **A presença da revista Fon-Fon! No início do século XX: o processo de modernização no Brasil e a educação feminina**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2016.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

GARZUZE, R. Rosala Garzuze, um século entre musas e poetas. **Jornal Gazeta do Povo**, 06 fev. 2009. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/rosala-garzuze-um-seculo-entre-musas-e-poetas-bewb1bc1v4rvysqys2ecr_p5ji. Acesso em: 8 jan. 2017.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação políticas públicas**. Rio de Janeiro, v. 14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOMIDE, D. C. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 64-78, 2016.

GONÇALVES JUNIOR, E. B. **O impresso como estratégia de intervenção social: educação e história na perspectiva de Dario Vellozo (1885 – 1937)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2011.

GONÇALVES JUNIOR, E. B. Intelectuais e república: educação integral no pensamento de Dario Vellozo. **Temporalidades – Revista Discente da UFMG**. Belo Horizonte, v. 4, n. 1, jan./jul., p. 154-174, 2012.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 4 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.

HISTÓRIA: encilhamento, crise financeira e República. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica – IPEA. Brasília, Ano 8, ed. 65. p.64-67 Brasília, 2011,. Disponível em: www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios065_completa.pdf. Acesso em: 29 jun. 2019.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos impérios (1875-1914)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HORTA, J. S. B. Planejamento Educacional: estado e educação. In: SAVIANI, D. (org.). **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, Tipografia do Departamento de Estatística, ano III, 1937.

JORNAL O Dezenove de Dezembro, 1 out. 1881a. Ano XXVIII, número 2.175. JORNAL O Dezenove de Dezembro, 10 dez. 1881b. Ano XXVIII, número 2.193. JORNAL O Dezenove de Dezembro, 31 dez. 1881c. Ano XXVIII, número 2.198.

JORNAL Folha de Londrina. Quem foi o Barão do Serro Azul. Folha 2. Paraná, 30 jul. 1997. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/quem-foi-o-barao-do-serro-azul-33437.html>. Acesso em: 25 abr. 2018.

KOHAN, N. B. Notas introdutórias. In: **MARX para principiantes**. Buenos Aires: Era Nascente, 2011. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs1/texto3.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

LACERDA, G. B. Elementos estáticos da teoria política de Augusto Comte: as pátrias e o poder temporal. **Revista Sociologia Política**, n. 23, p. 63-78, Curitiba, nov. 2004.

LEAL, S. do R. F. Concepção de intelectual paranaense nas primeiras décadas da Primeira República brasileira (1890 – 1910): uma análise sob a perspectiva de Marx e Gramsci. In: **NASCIMENTO, M. I. M.; ZANLORENZI, C. M. P.; SANTOS, M. L. B. (org.)**.

História e Educação: pesquisas e reflexões. Curitiba, PR: CRV, 2017. p. 195-216.

LEAL, S. do R. F.; **NASCIMENTO, M. I. M.** Imprensa, primeira república e projeto civilizatório em pesquisas sobre a história da educação. **Revista Práxis Educativa**, v. 14, n. 3, p.832-846, set./dez. 2019.

LESSA, S; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, M. F. **Atualidade do pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2013.

LIMA, M. F.; WIHBY, A.; FAVARO, N. A. L. G. **Liberalismo clássico: origens históricas e fundamentos básicos**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/61628138/LIBERALISMO-CLASSICO-ORIGENS-HISTORICAS-E-FUNDAMENTOS>. Acesso em: 24 abr. 2018.

- LINS, V. Os simbolistas: virando o século. **Revista O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, Belo Horizonte, v. 14, p 113-125, 2007.
- LOCKE, J. **Carta sobre a tolerância**. São Paulo: Hedra, 2007.
- LOCKE, J. **Segundo tratado do governo civil e outros escritos**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martins Claret (1998), 2002.
- LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**: segundo tratado sobre o governo. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).
- LOCKE, J. **Pensamientos sobre la educación**. Madri: Akal, 1986. LOCKE, J. **Segundo tratado do governo civil**. São Paulo: IBRASA, 1963.
- LOMBARDI, J. C; SANFELICE, J. L. (org.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas (SP): Autores Associados, HISTEDBR, 2007.
- LOMBARDI, J. C. História e Historiografia da educação: atentando para as fontes. LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas-SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. (Coleção Memória da Educação).
- LOWY, M. **Ideologia e ciência social**. São Paulo: Cortez, 1985.
- MACEDO, F. R. A. Epístolas Pedagógicas. **A Escola**, Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual, n. 6-7, p. 67-71, 1907.
- MACHADO, C. G.; RODRIGUES, E. Conversas sobre fontes. In: GONDRA, J. G.; MACHADO, M. C. G.; SIMÕES, R. H. S. (org.). **História da educação, matrizes interpretativas e internacionalização**. Vitória: EDUFES, 2017. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil).
- MACHADO, M. C. G.; MELO, C. S. O ensino primário e a política educacional do Paraná (1890-1892). **Diálogos** (Maringá. Online), v. 16, supl. Espec., p. 207-227, v. 16 supl. 693, dez. 2012.
- MACHADO, M. C. G. A política educacional paranaense nos anos iniciais da república - 1889 a 1900. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26, 2011. **Anais...** São Paulo, julho 2011.
- MACHADO NETO, F. E. M. Reflexões acerca do liberalismo em Locke e Rousseau. **Revista Urutágua** - revista acadêmica multidisciplinar. Maringá, n. 10, ago./nov. 2005, p. 1-6.

MARACH, C. B. **Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906 - 1910)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2007.

MARACH, C. B. **Discursos e linguagens na Revista do Clube Curitibano (1890 - 1912)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2013.

MARACH, C. B. A literatura como via de reconstrução nacional: o contexto curitibano no período posterior à revolução federalista (1890-1900). **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.3, n.1, p.70-89, 2014.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, R. "Cartão de felicitação". *Revista Club Coritibano*. Curitiba, ano 9, Número Especial, p. 3, jan. 1898.

MARX, K. **O capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v.1

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v.1

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves; revisão Carlos Roberto f. Nogueira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3.ed.São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. Para a crítica da economia política. In: **MANUSCRITOS-econômico- filosóficos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma de social" de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

MARX, K. **A liberdade de imprensa**. Tradução brasileira de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MARX, K. **Liberdade de imprensa**. Tradução de Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. MEW 40. Berlin: Dietz Verlag, 1968.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

- MARX, K. **Para a questão judaica**. Lisboa, Edições Avante, 1997. MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- MARX, K; ENGELS, F. **Crítica da educação e do ensino**. Tradução de Ana Maria Rabaça. Lisboa: Moraes Editores, 1978.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença, 1979.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K; ENGELS, F. **“O Manifesto Comunista”**. Lisboa: Padrões Culturais, 2008.
- MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas em três volumes**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. v.3.
- MARX, K; ENGELS, F. **Obras Escogidas I**. Moscou: Editorial Progresso, 1980.
- MARX, K; ENGELS, F. **Textos sobre a educação e ensino**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.
- MEDEIROS, V. M. **O liberalismo e as proposições de John Dewey para a educação elementar**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel – PR, 2013.
- MELO, C. S.; MACHADO, M. C. G. A organização da instrução pública no estado do Paraná no início da república: o decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 248-260, jun. 2010.
- MELO, R. J. **Dario Vellozo e a criação da revista Pátria e Lar: uma estratégia educacional para uma Curitiba Republicana (1912-1913)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2016.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia**. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. 5.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- MOTA, C. G. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24. p. 243-254, maio/ago.1995.
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. 3. ed. São Paulo: EPU/MEC; EDUSP, 2009.
- NASCIMENTO, M. S. **Escolas literárias**. Publicado em 04/12/2017. Disponível em: <https://escritor958.wordpress.com/2017/12/04/escolas-literarias/>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- NEGRÃO, F. **Genealogia paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926-1950. 8 v.

NEUNDORF, A. O estudo do simbolismo no Brasil: como uma história possível para os lugares de interações culturais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2009. **Anais.** Maringá – PR: Editor, 2009.

NOGUEIRA, H. F. Imprensa e ideologia: o jornal Folha de Londrina e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50. **Revista Mediações,** Londrina, v. 4, n. 2, p. 7-18, jul./dez. 1999.

OLIVEIRA, R. S. R. **Educação, gênero e modernidade:** discursos e práticas educacionais no Brasil entre 1870 e 1910. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2002.

OLIVEIRA, R. C. **O silêncio das genealogias:** classe dominante e estado no Paraná (1853-1930). Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2000.

OLIVEIRA, M. C. M. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a primeira república.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo - USP, 1994.

OLIVEIRA, A. A. **O ensino público.** São Luís: [s.n.],1874.

OLIVEN, R. G. Cultura e modernidade no Brasil. **Revista Perspectiva.** São Paulo. v.15, n.2, p. 03-12, abr./jun. 2001.

PAIM, A. **Liberalismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. PAIM, A. **História do liberalismo brasileiro.** São Paulo: Mandarin, 1998.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos:** contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1987.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos:** contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973. (Temas Brasileiros II/ IBRADES).

PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia cidadã.** 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP; Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60. (Cadernos de Formação – História da Educação).

PARANÁ. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de julho de 1889 pelo Presidente da Província Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.** Curitiba: Typografia Dezenove de dezembro, 1889.

PARANÁ. Decreto nº. 31. Regulamento de Instrução Pública de 29 de Janeiro de 1890. Curitiba, 1890a.

PARANÁ. Decreto n. 64 de 11 de abril de 1890. Curitiba, 1890b.

PASTRE, M. **Clube Curitibano:** representações de lazer na formação da sociedade curitibana. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, 2009.

PEREIRA, L. C. B. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Revista Lua Nova,** São Paulo, n.93, p. 33-60, 2014.

PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PETRY, M. B. **Revistas como exposições: arte do espetáculo e arte nova (Rio de Janeiro, 1895-1904)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2016.

PESSOA, R. C. O primeiro centenário do Manifesto Republicano de 1870. **Revista de História**, Univeridade de São Paulo, v. 41, n. 84, p. 401-437, 1970.

PIERANTI, O. P.; MARTINS, E. M. O estado e a imprensa no Brasil: uma análise da obra de Nelson Werneck Sodré. **Revista Esboços**, n. 15, UFSC, p. 215-229, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/243/282>. Acesso em: 30 mar.2017.

PILOTTO, O. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854 – 1954)**. [Curitiba]: Edição do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976. 74p. (Estante Paranista. Ano 1, n.1).

PINTO, A. A. **A escola publica: (1893 – 1897) um estudo da pedagogia paulista no século XIX**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP campus de Marília, 2001.

PINTO, A. B. V. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

PINTO, A. B. V. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1960. 2v. (Coleção Textos Brasileiros de Filosofia I).

PINTO, A. B. V. **A questão da universidade**. Editora Universitária, 1962.

POMPEIA, R. “Sauda o ‘Club Curitibano’”. *Revista Club Coritibano*. Curitiba, ano 9, n. 11, 1898.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRESTES, L. F. Federalismo e sua aplicabilidade no sistema brasileiro atual. **Revista Eletrônica Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.8, n.3, p. 1877-1907, 3º quadrimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/direitopolitica. Acesso em: 02 out. 2018.

REVISTA Club Curitybano, n. 1, 2, 3, 4, 6, 9, 21, 22. Curitiba, 1890.

REVISTA Club Curitybano, Número Especial. Curitiba,1890. REVISTA Club Curitybano, n. 7, 9, 12, 13, 17. Curitiba, 1891

REVISTA Club Curitybano, n. 2, 12, 17, 23, 24. Curitiba, 1892.

REVISTA Club Curitybano, n. 1, 3, 5. Curitiba, 1893.

REVISTA Club Curitybano, n. 2, 4, 8. Curitiba, 1894.

REVISTA Club Coritibano, n. 15, 18. Curitiba, 1894.

REVISTA Club Coritibano, Número Especial, n.1. Curitiba, 1895. REVISTA Club Coritibano, n.1. Curitiba, 1896.

REVISTA Club Coritibano, Número Especial, n. 9. Curitiba, 1897. REVISTA Club Coritibano, Número Especial, 11. Curitiba, 1898.

REVISTA Clube Curitybano – Cincoentenario do Club Curitybano, Edição Especial. Curitiba, 1932.

REVISTA Club Curitibano, Edição Especial, n. 6. Curitiba, 1950. REVISTA do Curitibano, n. 1. Curitiba, 1985.

REVISTA Clube Curitibano 114 anos de história, Edição Especial. Curitiba, 1996.

REVISTA Clube Curitibano e o projeto liberal em curso. In: SIPERS – 25 anos de PPGE UEPG, 3, Ponta Grossa, 2019. Resumo expandido. Disponível em: https://www.doity.com.br/anais/sipers-/trabalho/91952*. Acesso em: 25 set. 2019.

RIBEIRO, R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Revista Paidéia**. Ribeirão Preto, v. 4, p.15-30, fev./jul. 1993.

ROMERO, J. L. **Latinoamérica**: las ciudades y las ideas. 4. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1986.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**: princípios do direito político. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ROUSSEAU, J.J. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, v. XXIV)

SALOMÃO, I. C. **O desenvolvimento em construção**: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTANA, L. C. **Liberalismo, ensino e privatização**: um estudo a partir dos clássicos da economia política. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp, Faculdade de Educação. Campinas, 1996.

SANTOS, R. M. de S. dos; SANTOS, J. O. O positivismo e sua influência no Brasil. **Revista Brasileira de Filosofia e História**, Pombal-PB, v. 1, n. 1, p. 55-59, jan.- dez., 2012.

SANTOS, A. C. A. Ideário do progresso e cidades: uma Curitiba das primeiras décadas do século XX. **Estudos Íbero-Americanos**. PUCRS, v. XXIV, n. 1, p. 75-94, jun. 1998.

SANTOS, C. R. A. **Preços dos escravos na província do Paraná: 1861-1887** (Estudos sobre as escrituras de compra e venda de escravos). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná, 1974.

SANTOS FILHO, B. N. dos. **Aspectos da história do teatro na cultura paranaense**. Curitiba: Imprensa Universitária, 1979.

SANTOS, S.; CAPPARELLI, S. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTO, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. (Orgs.). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005, v.1, p. 77-101.

SCHORSKE, C. A cidade segundo o pensamento europeu, de Voltaire a Spengler. In: PEN-SANDO com a História. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p.53-72.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008a. (Polêmicas do Nosso Tempo).

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2.ed., 2008b. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2008c. (Coleção Memória da Educação).

SCANTIMBURGO, J. D. **História do liberalismo no Brasil**. São Paulo: Editora LTr, 1996.

SCHELBAUER, A. R. **Idéias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SCHELBAUER, A. L.; ARAÚJO, J. C. **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

SCHWARZ, R.. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992, p.10-31.

SILVA, C. de F. O 15 de novembro na imprensa carioca. **EDOS - Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS**, v.3, n.8, p. 177-198, jan./jun. 2011.

SILVA, G. B. **A educação secundária**: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969 (Atualidades Pedagógicas, v. 94).

SILVA, K. G. **Os nacionalismos nos livros de leitura da primeira república**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, 2010.

SILVA, S. C. da. **Guiando almas femininas**: a educação protestante da mulher em impressos confessionais no Brasil e em Portugal (1890 - 1930). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, 2013.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Livro 1 - 1ª parte. Tradução de Márcio Pugliese Global Editora: São Paulo, 1980. (Coleções Base - Economia 25).

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.2

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1977.

SOUSA, J. P. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2003.

SOUSA, N. L. O pensamento educacional de intelectuais curitibanos na revista "A Escola" (1906). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 52, p. 107-118, set. 2013a.

SOUSA, N. L. **O projeto republicano para a educação no Paraná e o processo de (des) mistificação de Júlia Wanderley**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, 2013b.

SOUZA, A. Panorama da história do liberalismo no Brasil. **Ibérica** – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Íbero-Americanos, Juiz de Fora, Ano I, n. 4, p.1- 20, jun./ago. 2007.

SOUZA, E. F. **Intelectuais, modernidade e discurso educativo no jornal “Diário dos Campos” (1907 – 1928)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2010a.

SOUZA, J. B. **O século das “luzes” e o espiritismo**. Estudando o Espiritismo – Espiritismo Filosófico e Científico, 2010b, p. 1-4. Disponível em: <http://espiriteiro.blogspot.com.br/2010/07/o-seculo-da.s-luzes-e-o-espiritismo.html>. Acesso em: 27 fev. 2018.

SOUZA, N. Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil império. **Revista Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v.46, p. 127-144, jan./abr. 2013.

TARDELLI, C. C. O movimento simbolista em Curitiba. **Mallamargens Revista de poesia e arte contemporânea**. Ensaios. v. 2, n. 8, p.1-12, dez. 2013.

TERUYA, T. K.; CARVALHO, A. M.; LUZ, M. G. E.; GOMES, I. O. As contribuições de

John Locke no pensamento educacional. In: JORNADA DO HISTEDBR, 9, 2010, Belém. Jornada HISTEDBR. **Anais...** Belém: UFPA, 2010. p. 1-18.

TRINDADE, E. **Clotildes ou Marias**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VARGAS, T. **O indomável republicano**. Curitiba: Instituto Assistencial de Autores do Paraná, 1970. (Série O Formigueiro).

VASCONCELOS, M. C. C. Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas do século XIX. **Cadernos de História da Educação**, v. 17, n. 2, p. 285–308, ago. 2018.

VELLOSO, M. P. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, L. M. P. N. et al. (org.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006, p. 312-331.

VELLOZO, D. “O trabalho da minoria”. **Revista Club Curitybano**, ano 5, n. 7, p.1-2, 15 jun. 1894.

VELLOZO, D. “Bronzes”. **Revista Club Coritibano**. Curitiba, ano 8, n. 9, p. 5-6, set. 1897.

VIANA, N. Marx e os intelectuais. CSOnline - **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF**; v. 1, n. 16 (7), p. 76-95, jun./set. 2013.

VILAS, M. C. P. **Pensar e escrever a leitura na escola: Revista de Ensino da associação beneficente do professorado público de São Paulo (1902 – 1918)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo – USP, 2003.

VOITCH, G. Curitiba de musas e símbolos. *Jornal Gazeta do Povo*, 08 ago./2008, p. 1-3. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/curitiba-de-musas-e-simbolos-b49m821rqf6aux9frz1nt5umm> . Acesso em: 05 ago. 2017.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 4. ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1977.

WASSERMAN, C. História intelectual: origem e abordagens. **Revista Tempos Históricos**, v. 19, p. 63-79. 1983-1463 (versão eletrônica). 1º Semestre de 2015

XAVIER, M. E. S. P. **Poder político e educação de elite**. 3. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

ZANLORENZI, C. M. P. **A expressão do liberalismo na revista A Escola (1906- 1910) no Paraná**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2014.

ZANLORENZI, C. M. P.. História da Educação, fontes e imprensa. **Revista HistedBr On-line**, Campinas, n. 40, p. 60-71, dez. 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art04_40.pdf. Acesso em: 26 out. 2017.

ZANLORENZI, C. M. P. A imprensa periódica na pesquisa sobre história da educação: um estado do conhecimento. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 2 [76], p. 385-400, abr./jun. 2018.

ZOMER, L. Centro de Letras do Paraná e a atuação intelectual de Leonor Castellano. **Revista Tel.**, v. 4, n. 02, p. 46-66, maio/ago., 2013.

Sites

ANTONIO da Silva Jardim. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TROV%C3%83O,%20Lopes.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

ATLAS Histórico do Brasil. Convênio de Taubaté. Disponível em: <http://atlas.fgv.br/verbetes/convenio-de-taubate>. Acesso em: 16 abr. 2018.

ATLAS Histórico do Brasil. Revolução Federalista. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/revolucao-federalista>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BARÃO do Serro Azul. Disponível em: <http://curitibaspace.com.br/quem-foi-barao-do-serro-azul/>. Acesso em: 5 dez. 2017.

BELLE-ÉPOQUE. Disponível em: <https://www.significados.com.br/belle-epoque/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASÃO do Clube Curitibano (2019). Disponível em: <https://medievais.commercesuite.com.br/brasão>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Decreto 85A. 1889. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-85-a-23-dezembro-1889-543749-publicacaooriginal-54307-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CAMPO SEMÂNTICO. Disponível em: <https://conceito.de/campo-semantic>. Acesso em: 20 jul.2019.

CIVILIZAÇÃO. Dicionário online. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/civilizacao/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CLUBE Curitibano. Disponível em: <http://clubecuritibano.coringabiz.com.br/historia.php>.

Acesso em: 21 abr. 2018.

CONVERSÃO hipotética dos réis para o atual real. Disponível em: <http://diniznumismatica.blogspot.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.htm>. Acesso em: 30 dez. 2019.

CORPORATIVISMO. Disponível em: <https://www.significados.com.br/corporativismo/>

Acesso em: 12 jan. 2020.

DICIONÁRIO Aurélio de Língua Portuguesa Online. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 2 maio 2018.

DICIONÁRIO on-line Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 2 maio 2018.

Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/nefelibata/>. Acesso em: 2 maio 2018.

EMPIRISMO. Disponível em: Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=significado+de+empirismo&form=EDNTHT&refid=f9adc6631cc94400a6fb38723878e91d&mk-t=pt-br&msnews=1&PC=ACTS&sp=-1&pq=&sc=0-0&qsn=&sk=&cvid=f9adc6631cc94400a6fb38723878e91d>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ENCILHAMENTO. Dicionário online. Disponível em: <http://www.osdicionarios.com/c/significado/encilhamento>. Acesso em: 29 jun. 2019.

FONÓGRAFO. Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fonografo>. Acesso em: 12 jan. 2020.

GOLPE MILITAR. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/golpe%20de%20estado>. Acesso em: 16 abr. 2018.

HISTÓRIA do Clube Curitibano. Disponível em: <http://www.clubecuritibano.com.br/historia.php>. Acesso em: 15 out. 2017.

HISTÓRIA – Encilhamento: crise financeira e República. **Revista desafios do Desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.** Brasília – DF. Ano 8, ed. 65, 05 maio 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2490:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 16 abr. 2018.

IDIOSSINCRASIAS. Disponível em: <https://conceitos.com/idiossincriasia/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

JOSÉ Lopes da Silva Trovão. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TROV%20C3%83O,%20Lopes.pdf>. Acesso em: Acesso em 12 fev. 2018).

JUSNATURALISTAS. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/jusnaturalista/2130/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

MANOEL Dória Guimarães Filho. Disponível em: <http://memoriasparana.com.br/2015-manoel-doria-guimaraes-filho/>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MÉTODO de Ensino Intuitivo. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo.htm. Acesso em: 12 dez. 2019.

O QUE é ordem e progresso: Disponível em: <https://www.significados.com.br/ordem-e-progresso/>. Acesso em: 03 out. 2018.

OUTSIDERS. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/outsider/>. Acesso em: 24 dez. 2019.

PLATAFORMA Sucupira. (CAPES, 2014, n.p.). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>. Acesso em: 20 set. 2017.

PROLETARIADO. Disponível em: <https://www.significados.com.br/proletariado/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

QUEM foi o Barão do Serro Azul. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/fo-lha-2/quem-foi-o-barao-do-serro-azul-33437.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

RODRIGUES, M. B. F. Paradigma Indiciário. Breve definição. 1p. Disponível em: nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/RODRIGUES,%20M.B.F.%20e%20COELHO,%20C.M.%20paradigma%20Indiciário_Breve%20definição.pdf. Acesso em: 12 jan. 2019.

RUI Barbosa. Disponível em: https://www.ebiografia.com/rui_barbosa/. Acesso em: 29. Jun. 2019.

SESSÕES de Cinema. Disponível em: www.cinema.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1113 Acesso em: 25 dez. 2019.

SIGMUND Freud. Disponível em: https://www.ebiografia.com/sigmund_freud/. Acesso em: 10 jan. 2020.

SIMBOLISMO Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo12154/simbolismo.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

TERTÚLIA Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/tertulia/>. Acesso em: 22 abr. 2018.

Apêndice A

Quadro 11 – Dissertações e teses selecionadas que tratam da utilização da imprensa como fonte primária e ou objeto de análise, em pesquisas sobre a História da Educação, na realização do Estado do Conhecimento **(Continua)**

DISSERTAÇÃO/ TESE – ROGRAMA	TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	INSTITUIÇÃO
1) Dissertação Educação	Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906 – 1910)	Caroline Baron Marach	2007	Universidade Federal do Paraná – UFPR
2) Tese Educação	Clube Curitibano: representações de lazer na formação da sociedade curitibana	Marcelo Pastre	2009	Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP
3) Dissertação Educação	Intelectuais, modernidade e discurso educativo no jornal “Diário dos Campos” (1907 – 1928)	Eliezer Felix de Souza	2010	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
4) Dissertação Educação	O impresso como estratégia de intervenção social: educação e história na perspectiva de Dario Vellozo (1885 – 1937)	Ernando Brito Gonçalves Junior	2011	Universidade Federal do Paraná – UFPR
5) Tese Educação	Guiando almas femininas: a educação protestante da mulher em impressos confessionais no Brasil e em Portugal (1890 – 1930)	Sandra Cristina da Silva	2013	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
6) Tese História	Discursos e Linguagem na revista Clube Curitibano (1890 – 1912)	Caroline Baron Marach	2013	Universidade Federal do Paraná – UFPR
7) Dissertação Educação	O projeto republicano para educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley	Nilvan Laurindo Sousa	2013	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
8) Tese Educação	A expressão do liberalismo na revista A Escola (1906 – 1910) no Paraná	Claudia Maria Petchak Zanlorenzi	2014	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
9) Dissertação Educação	Jornal O Albor e a produção/disseminação da feminilidade na imprensa lagunense: 1901 – 1930	Fabírcia Machado Fernandes	2014	Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
10) Dissertação Educação	Os anúncios no jornal A União (1904 – 1937): a propagação da modernidade pedagógica na Paraíba	Kalyne Barbosa Arruda	2015	Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Fonte: Plataforma Sucupira (2014). Organização da autora.

Quadro 11 – Dissertações e teses selecionadas que tratam da utilização da imprensa como fonte primária e ou objeto de análise, em pesquisas sobre a História da Educação, na realização do Estado do Conhecimento **(Conclusão)**

DISSERTAÇÃO/ TESE – PROGRAMA	TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	INSTITUIÇÃO
11)Tese Educação	Revistas como exposições: arte do espetáculo e arte nova (Rio de Janeiro, 1895- 1904)	Michele Bete Petry	2016	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
12)Dissertação Educação	A presença da revista Fon-Fon! No início do século XX: o processo de modernização no Brasil e a educação feminina	Renata Franqui	2016	Universidade Estadual de Maringá – UEM
13)Dissertação Educação	Dario Vellozo e a criação da revista Pátria e Lar: uma estratégia educacional para Curitiba republicana (1912 – 1913)	Rosany Joicy Melo	2016	Universidade Estadual de Maringá – UEM
14)Dissertação Educação	Álbum de Meninas, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras: estudo de um impresso de Anália Franco (1898 – 1901)	Floriza Garcia Chagas	2016	Universidade Federal de São Paulo – UFSP
15)Tese Educação	Civilização, modernidade e educação nas páginas do jornal A Razão (1898 – 1923)	Ana Maria Barbosa de Santana Costa	2017	Universidade Federal de Sergipe – UFS

Fonte: Plataforma Sucupira (2014). Organização da autora.

Apêndice B

Quadro 12 – Síntese do artigo “A imprensa periódica na pesquisa sobre História da Educação”

A pesquisadora delimitou a busca nos anos de 1970 a 2011. Dos 50 trabalhos encontrados, Zanlorenzi selecionou 2 teses e 3 dissertações para análise. Desses estudos, nós já havíamos selecionado a dissertação que se encontra no número 5.

TESE/ DISSERTAÇÃO- PROGRAMA	TÍTULO	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO
1) Tese Educação	Educadores à meia luz (um estudo sobre a revista de ensino da associação beneficente do professorado público de São Paulo (1889–1910))	Denice Bárbara Catani	1989	Universidade de São Paulo – USP
2) Dissertação Educação	A escola publica: (1893 – 1897) um estudo da pedagogia paulista no século XIX	Adriana Aparecida Pinto	2001	Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP campus de Marília
3) Dissertação Educação	Pensar e escrever a leitura na escola: Revista de Ensino da associação beneficente do professorado público de São Paulo (1902–1918)	Maria Cristina Perez Vilas	2003	Universidade de São Paulo – USP
4) Tese Educação	A santa causa da instrução e o progredimento da humanidade: revistas pedagógicas e a construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Poertugal no final do século XIX.	Ana Lucia Cunha Fernandes	2004	Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro – PUC
5) Dissertação Educação	Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906–1910).	Caroline Baron Marach	2007	Universidade Federal do Paraná – UFPR

Fonte: ZANLORENZI, C. M. P. A imprensa periódica na pesquisa sobre história da educação: um estado do conhecimento. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 2 [76], p. 385-400, abr./jun. 2018. Organização da autora.

Apêndice C

Quadro 13 – Dissertações e teses analisadas no artigo “Imprensa, Primeira República e projeto civilizatório em pesquisas sobre a história da educação”

DISSERTAÇÃO TESE	TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	INSTITUIÇÃO
1-Dissertação	Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico <i>A Escola</i> (1906 – 1910).	Caroline Baron Marach	2007	Universidade Federal do Paraná – UFPR
2-Dissertação	Intelectuais, modernidade e discurso educativo no jornal “Diário dos Campos” (1907-1928)	Eliezer Felix de Souza	2010	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
3-Dissertação	O impresso como estratégia de intervenção social: educação e história na perspectiva de Dario Vellozo (1885 – 1937)	Ernando Brito Gonçalves Junior	2011	Universidade Federal do Paraná – UFPR
4-Dissertação	O projeto republicano para a educação no Paraná e o processo de (des) mistificação de Júlia Wanderley	Nilvan Laurindo Sousa	2013	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
5-Dissertação	Jornal <i>O Albor</i> e a produção/disseminação de feminilidades na imprensa lagunense – 1901-1930	Fabírcia Machado Fernandes	2014	Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
6-Dissertação	Os anúncios no jornal <i>A União</i> (1904-1937): a propagação da modernidade pedagógica na Paraíba	Kalyne Barbosa Arruda	2015	Universidade Federal da Paraíba – UFPB
7-Dissertação	Álbum das meninas, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras: estudo de um impresso de Anália Franco (1898-1901)	Floriza Garcia Chagas	2016	Universidade Federal de São Paulo – USP
8- Tese	Clube Curitibano: representações de lazer na formação da sociedade curitibana	Marcelo Pastre	2009	Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP
9-Tese	A expressão do liberalismo na revista <i>A escola</i> (1906 – 1910) no Paraná	Claudia Maria Petchak Zanlorenzi	2014	Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
10-Tese	Civilização, modernidade e educação nas páginas do jornal <i>A Razão</i> (1898 – 1923)	Ana Marcia Barbosa de Santana Costa	2017	Universidade Federal de Sergipe – UFS
11-Tese <i>Programa de pós-graduação em História</i>	Discursos e linguagem na revista do Clube Curitibano (1890 – 1912)	Caroline Baron Marach	2013	Universidade Federal do Paraná – UFPR

Fonte: Plataforma Sucupira (2014). Organização da autora.

Apêndice D

Quadro 14 - Referências das dissertações, teses e artigos analisados em estudos sobre a História da Educação nas pesquisas sobre o Estado do Conhecimento

1) ARRUDA, K. B. Os anúncios no jornal A União (1904 – 1937): a propagação da modernidade pedagógica na Paraíba. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2015.
2) COSTA, Ana M. B. S. Civilização, modernidade e educação nas páginas do jornal A Razão (1898 – 1923). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, 2017.
3) FERNANDES, F. M. Jornal O Albor e a produção/disseminação de feminilidade na imprensa lagunense: 1901 – 1930. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade do Sul de Santa Catarina, 2014.
4) FRANQUI, R. A presença da revista Fon-Fon! No início do século XX: o processo de modernização no Brasil e a educação feminina. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2016.
5) CHAGAS, F. G. Álbum das Meninas, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras: estudo de um impresso de Anália Franco (1898 – 1901). Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Paulo, 2016.
6) GONÇALVES JUNIOR, E. B. O impresso como estratégia de intervenção social: educação e história na perspectiva de Dario Vellozo (1885 – 1937). Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2011.
7) MARACH, C. B. Inquietações modernas: discurso educacional civilizacional no periódico A Escola (1906 – 1910). Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2007.
8) MARACH, C. B. Discursos e linguagem na revista Clube Curitibano (1890 – 1912). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2013.
9) MELO, R. J. Dario Vellozo e a criação da revista Pátria e Lar: uma estratégia educacional para Curitiba republicana (1912 – 1913). Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, 2016.
10) PASTRE, M. Clube Curitibano: representações de lazer na formação da sociedade curitibana. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, 2009.
11) PETRY, M. B. Revistas como exposições: arte do espetáculo e arte nova (Rio de Janeiro, 1895-1904). Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.
12) SILVA, S. C. da. Guiando almas femininas: a educação protestante da mulher em impressos confessionais no Brasil e em Portugal (1890 – 1930). Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.
13) SOUSA, N. L. O projeto republicano para educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.
14) SOUZA, E. F. de. Intelectuais, modernidade e discurso educativo no jornal “Diário dos Campos” (1907 – 1928). Dissertação. (Mestrado em Educação).

15) ZANLORENZI, C. M. P. A expressão do liberalismo na revista A Escola (1906 – 1910) no Paraná. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014.

ZANLORENZI, C. M. P; NASCIMENTO, M. I. M. **Estado do conhecimento: a imprensa periódica na pesquisa em história da educação.** 2011. Artigo submetido à Revista HISTEDBR, aprovado, mas ainda não publicado.

Teses e dissertações analisadas por Zanlorenzi (2011):

1) CATANI, D. B. **A imprensa periódica educacional: revistas de ensino e o estudo do campo educacional**”, publicado na Revista Educação e Filosofia, 10(20), 115-130, jul/dez.1996.

2) FERNANDES, A. L. C. **A santa causa da instrução e o progredimento da humanidade: Revistas Pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX.** Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

3) MARACH, C.B. **Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2007.

4) PINTO, A. A. **A Eschola Publica: (1893-1897) um estudo da pedagogia paulista no século XIX.** Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - Marília, 2001.

5) VILAS, M.C.P. **Pensar e escrever a leitura na escola: Revista de Ensino da associação beneficente do professorado público de SP (1902 – 1918).** Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, 2003.

Referência do artigo que também consultamos para a realização da pesquisa sobre a produção acadêmica sobre imprensa e história da educação:

BISSERA, I. K. C.; COSTA, J. C. C. O uso da imprensa nos trabalhos de história da educação no PPGE/UFPB (2007 – 2015): um balanço necessário. **Revista Temas em Educação.** João Pessoa, v.25, n. 2, p. 133-151, jul.-ago. 2016.

Referência do artigo que publicamos sobre o estado do conhecimento a partir das teses e dissertações elencadas neste quadro:

LEAL, S. do R. F.; NASCIMENTO, M. I. M.. Imprensa, primeira república e projeto civilizatório em pesquisas sobre a história da educação. **Revista Práxis Educativa**, v. 14, n. 3, set./dez., 2019, pp. 832-846.

Plataforma Sucupira. Cursos avaliados e reconhecidos por região. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>

Fonte: Plataforma Sucupira (2014). Organizado pela autora.

Apêndice E

QUADRO 15– Principais acontecimentos da história do Clube Curitibano (1881 – 2018).

ANOS	ACONTECIMENTOS	ACONTECIMENTOS	ACONTECIMENTOS
1881	Membros fundadores beneméritos	Diretoria provisória	Sob o comando do Comendador Ildefonso Correia
1881	Diretoria Provisória	Eleição da diretoria definitiva	Ildefonso Correia eleito como 1º presidente
1882	Instalação do Club Curitybano	Rua São Francisco esquina com a Rua da Graciosa	Baile comemorativo na 1ª sede social
1890	Criação da Revista Club Curitybano	Em 16 de janeiro de 1890 foi lançado o primeiro número da revista	A princípio, ela deveria ter circulação quinzenal
1891	Primeira Sede	Comprada por 36 contos de réis	1ª sede própria 2ª sede social
1893-1894	Revolução Federalista	Morre o Comendador Ildefonso Correia	Sócio benemérito 1º presidente do Club Curitybano
1897	O Clube debuta	Lançamento de publicação especial	Comemoração dos 15 anos do Clube
1922	Mudança para 3ª sede social	Rua XV de Novembro esquina com Rua da Liberdade (atual Barão do Rio Branco)	Inovações: Salões Mourisco, Renascença e Paraná Serviço de elevador
1924-1927	Aquisição do terreno da sede campestre	Bairro Água Verde	Mais tarde a sede foi denominada de Barão do Serro Azul
1949	Sede campestre	Inauguração do pavilhão central da sede campestre Barão do Serro Azul	Inauguração da Boite Encantada
1935-1950	Construção e inauguração da mais nova sede social urbana	O palácio	4ª sede social que oferecia imponentes salões e um elevador próprio
1951	Início de uma tradição	1º Baile da primavera	48 jovens debutaram
1955	Fundação do Curitibano Júnior	Órgão interno composto e voltado para a ala jovem do Clube	Alguns jovens que participaram ocuparam cargos na diretoria do Clube

1962	“Gigante prateado” na sede campestre	Término da construção do ginásio de esportes	Término da construção da 1ª piscina do Clube
1964	Início da construção da nova sede social urbana	Nas dependências da sede campestre Barão do Serro Azul	Primeira edição do Festival de Maio promovido pelo Curitiba Junior
1968	Inauguração da Sede Social - 5ª sede do Clube	Barão do Serro Azul	Mais de 4.500 m ³ de área construída
1972	Inauguração do pavilhão de piscinas	Discurso do 2º orador do clube	Cleverson Marinho Teixeira
1974	Término das obras da piscina olímpica	Na sede social urbana	Paraná Golf Clube foi anexado ao patrimônio do Clube Curitibaano
1980	Inauguração da nova Casa do Golfe	Denominada Aluysio Nunes Pimentel	Sede campestre
1981-1982	Centenário do Clube	Programação especial	Abertura do calendário de eventos especiais comemorativos
1985	Exposição de obras de Cândido Portinari	Comemoração dos 104 anos do Clube	Primeira edição da Colônia de Férias
1986	Primeira edição do Baile do Chopp	Banda “Turek” de Santa Catarina, e “Liebstraunn” de São Paulo	Presença da rainha (1985) da Oktoberfest de Blumenau – SC
1988	Incêndio na sede do Golf Destruição de cerca de 60% das instalações	Uma equipe de golfistas, com o dinheiro do seguro, se responsabilizou em reconstruir a sede	Participação de atletas do Clube nas Olimpíadas de Seul.
1990	Primeira edição do Salão Curitibaano de Artes Visuais		
1992	Uma marca da identidade do Clube Instalação do lustre de cristal no Salão Azul	40.000 peças de cristal alemão, pesando 750 kg, medindo 3,5 m de altura e 3 m de diâmetro	Aquisição da Academia Tennis Ace Mais tarde passou a ser a sede de tênis do Clube
1999	Inauguração oficial da sede da Academia de Tênis	Isso ocorreu 7anos após a sua aquisição	Antiga Academia Ace
2000	Inauguração do Edifício Garagem na Sede Barão do Serro Azul	Com 6 pavimentos e 360 vagas	Criação do site Clube Curitibaano

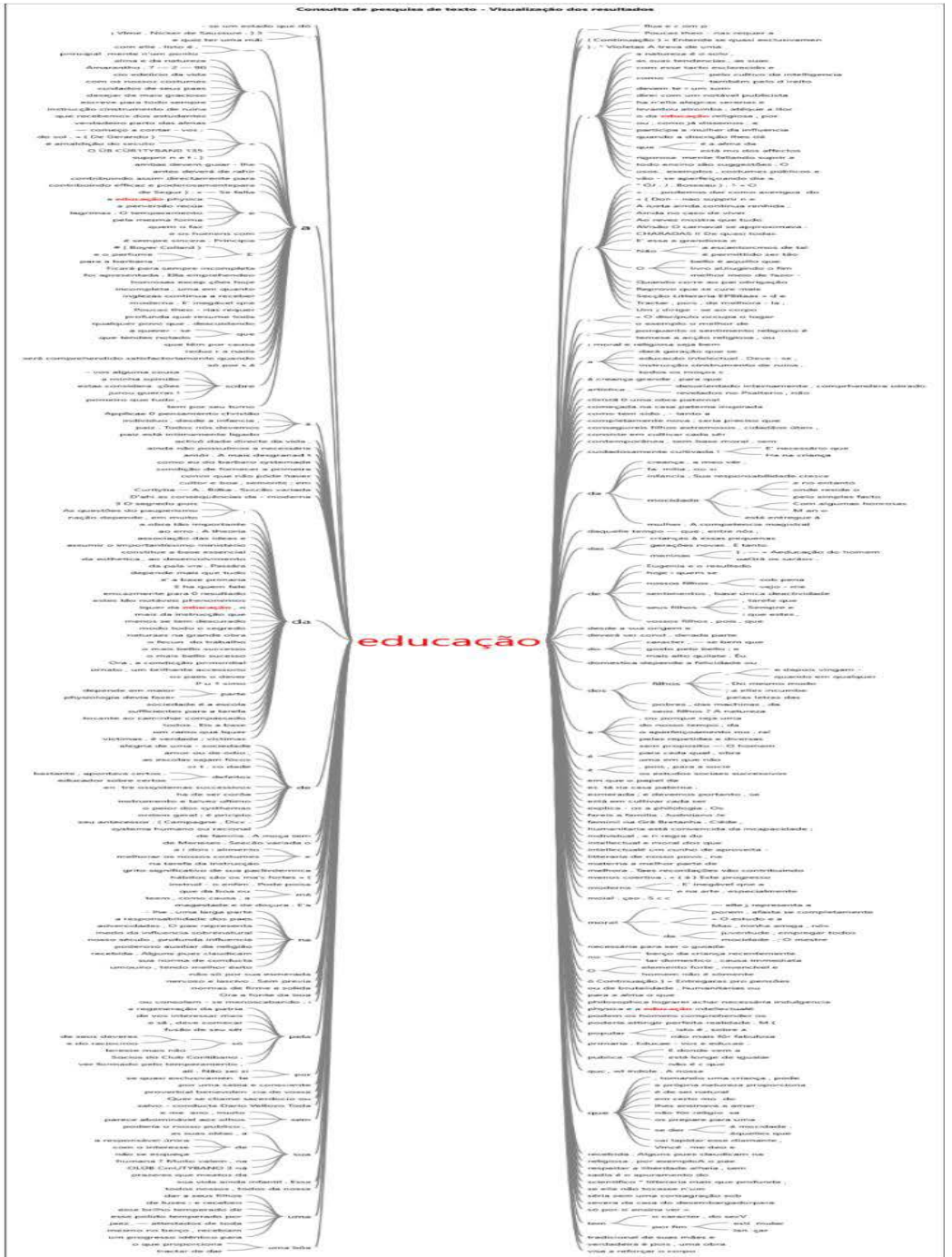
2001	Habemus coral	Instalação do Coral Clube Curitibano	Maestro Sérgio Deslandes
2003	Projeto Memória	Idealizado por Domingos Prata Barbosa	Preservação da história do Clube e seus registros
2004	Primeiro Clube na América Latina a obter o certificado ISSO 9001		
2005	Teatro Clube Curitibano	Instalação do curso de teatro	Nova denominação para Academia de Tênis: Lucius Smythe
2007	Centro de integração	Projeto e construção da mais nova área de socialização	Centro de integração na sede Barão do Serro Azul
2010	Top of Mind	Prêmio Top of Mind 15 anos	Clube Curitibano entre as 6 marcas mais lembradas nos últimos 15 anos em todo Paraná
2011	Inauguração da TV Curitibano	Com o programa “Viva o Clube”	Criação de uma página oficial do Clube nas redes sociais: “facebook” e “twitter”
2012	Clube Concórdia	Inclusão das sedes social e esportiva do Clube Concórdia ao patrimônio do Clube Curitibano e de seus 350 sócios	Assim compôs as novas sedes: Concórdia e Mecês
2015	Centro de Memória e recursos para esportes. Equipes de: natação, tênis, badminton, voleibol, judô e esgrima	Recebimento de recursos da Confederação Brasileira de Clubes para aquisição de materiais, equipamentos e uniformes	Instalação do Centro de Memória do Clube Curitibano na Sede Concórdia
2017	Sucesso no esporte	Vice-campeão da Super Liga B de Vôlei e Campeão geral do Campeonato Brasileiro Infantil de Verão de Natação	Troféu Maurício Benkenn
2018	Clube Curitibano 137 anos		

Fonte: DAMRAT, (2017b).. Organizado pela autora.

Apêndice F

Ligações com a palavra “educação”

Consulta de pesquisa de texto - Visualização dos resultados

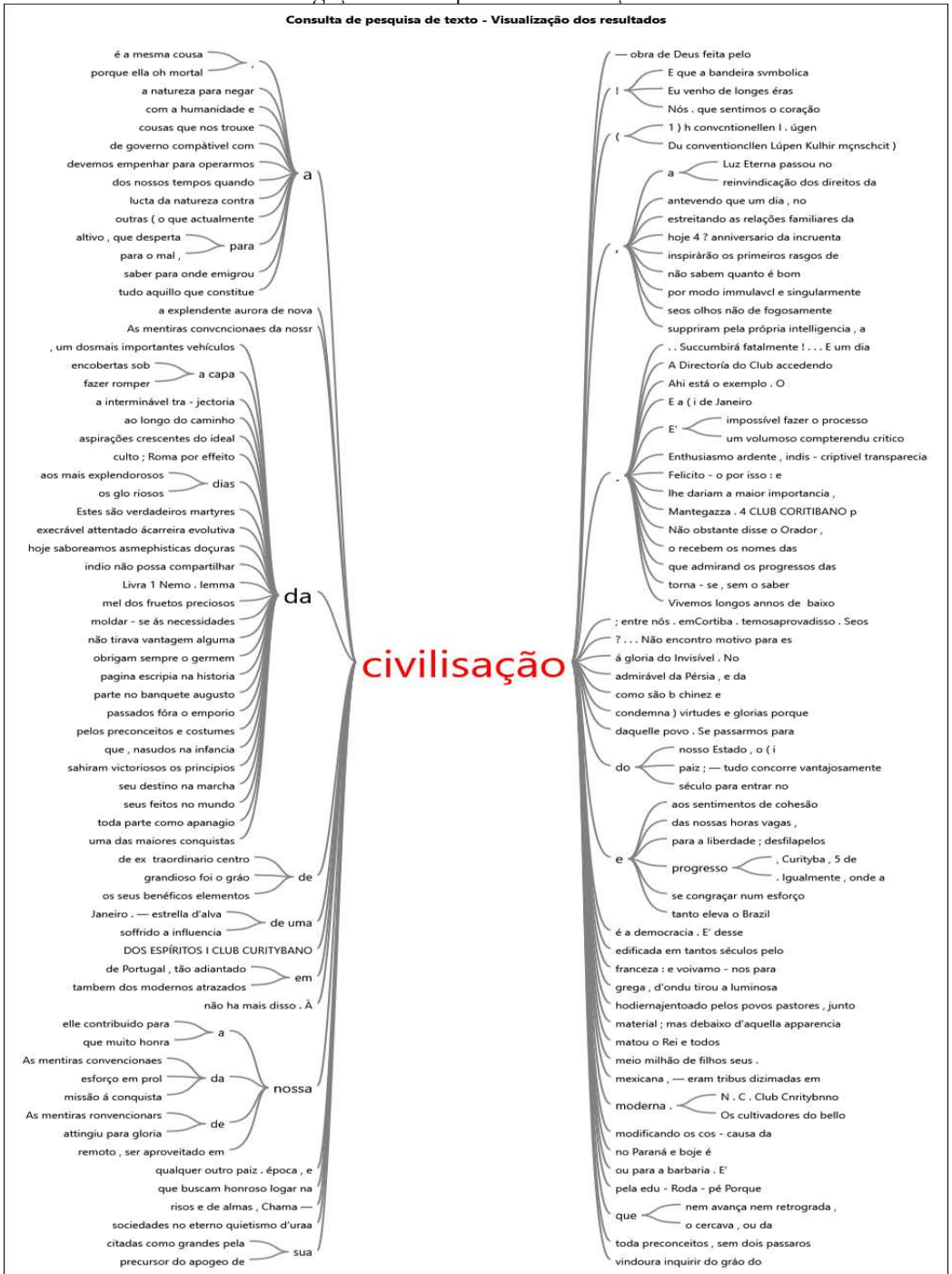


Fonte: Software NVivo

Apêndice G

Ligações com a palavra “civilização”

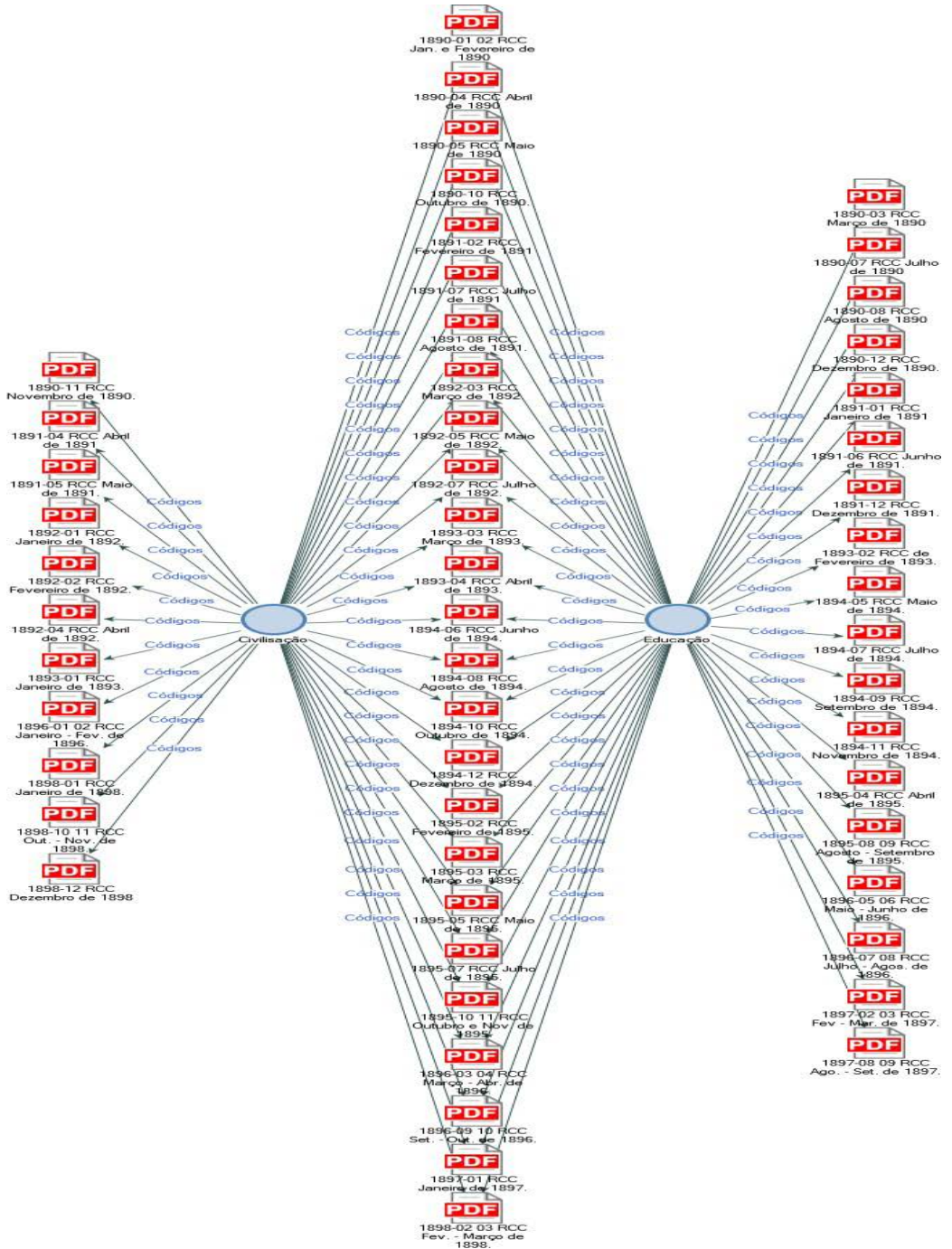
Consulta de pesquisa de texto - Visualização dos resultados



Fonte: Software NVivo

Apêndice H

Gráfico indicando exemplares onde aparecem as palavras “educação e “civilização”



Fonte: Software NVivo

Anexo A

Hinos do Clube Curitibano (1ª e 2ª versões)

1ª versão

Hino do Clube Curitibano

Entre os Clubes de elite, és o pioneiro augusto,
Curitibano, e vibre em cada pedra e em cada
Laje, o poema imortal desse esforço vetusto
que, entre ouros, te trouxe à realidade ansiada...

Semente alva e louçã, foste depois, o arbusto
e és hoje, afinal, uma árvore copada...
Do Futuro, marcando ao triunfo certo e justo,
levas, como penhor, a tua glória passada...

E em teus vivos lauréis e em teus salões e em
tua própria expressão moral, se humilha e se
prosternado tempo que passou, a hirsuta face nua...
Engenho de Titãs, és a graça infinita

Onde se esconde, a rir, volutuosa e terna,
A alma do Paraná que sonha e que palpita...

Francisco Pereira da Silva
(Do Centro de Letras do Paraná)

(PASTRE, 2009, p. 101)

2ª versão

Hino oficial do Clube Curitibano

Formado à sombra do pinheiro
Tens na violeta a mais linda flor
És um sonho lindo e verdadeiro
Fascínio de beleza e cor

Ideia...ideal que permanece
Chama viva a continuar
A poesia de vestido branco
No imenso azul a flutuar

O brasão da tua bandeira
Carrega uma força que traz
A cultura o esporte
Num verde branco de paz

E ainda és sorriso de criança
A sonhar a cantar
Na estrela que brilha toda noite
Na esperança do sol encontrar

Clube Curitibano
Quanta emoção
Clube Curitibano
És meu coração

Marcelo Dória Guimarães Filho

(Disponível em: <https://www.clubecuritibano.com.br/clube/historia/>).

Anexo B

Fotos das sedes do Clube Curitibano (3ª, 4ª e 5ª sedes)

Foto 1 – Terceira sede do Clube – 1922



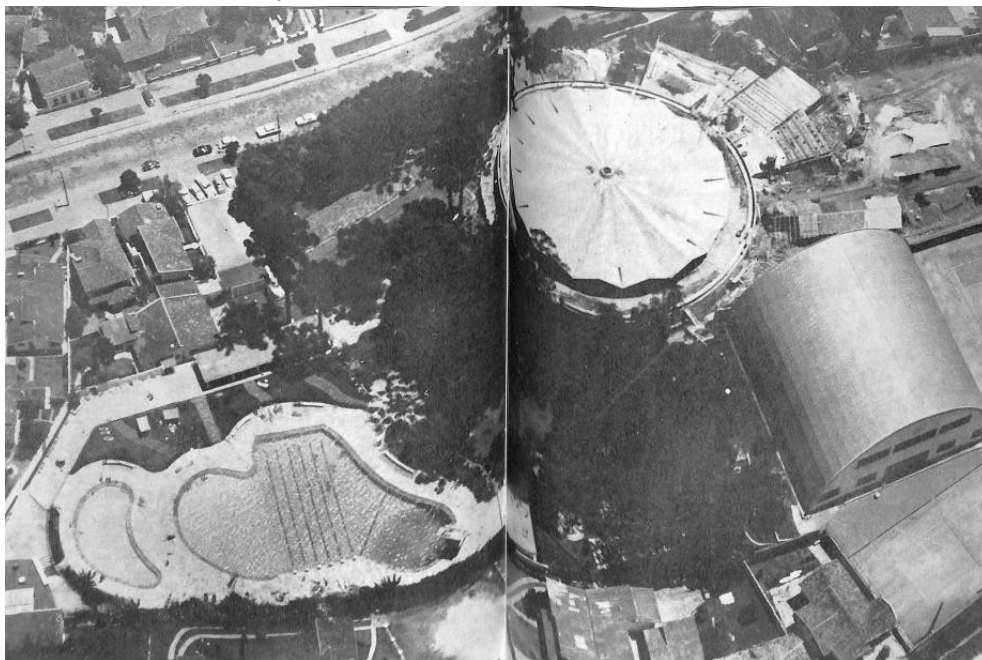
Fonte: Acervo iconográfico do Clube Curitibano (2017). Fotografia de sua autoria.

Foto 2 – Quarta sede do Clube – 1950



Fonte: Acervo iconográfico do Clube Curitibano (2017). Fotografia de sua autoria.

Foto 3 – Quinta sede do Clube – Barão do Serro Azul - 1968



Fonte: Acervo iconográfico do Clube Curitibano (2017). Fotografia de sua autoria.

Sobre as autoras

Sandra do Rocio Ferreira Leal - graduada em Letras Português/ Inglês. Atuei como docente nas disciplinas de Português e Inglês nos ensinos Fundamental II e Médio. Professora Assistente do Departamento de Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa durante 29 anos. Especialista em Língua Portuguesa e Mestre em Educação, na linha de Metodologia do Ensino. Portanto, uma vida acadêmica e profissional voltada às questões do ensino. Nesta fase da minha trajetória acadêmica, senti necessidade de um olhar inverso, isto é, sair da minha zona de conforto, que é o ensino, e me reinventar e redescobrir na desafiante e apaixonante história da educação por meio da imprensa, à luz de um aporte epistemológico que até então conhecia superficialmente. Esse mergulho no novo me fez rever conceitos já cristalizados, oportunizando uma compreensão mais ampla e profunda, por meio da história da educação sob o viés marxiano, da educação liberal no Brasil.

E-mail: sandra_rfl@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-1572-0329>

Maria Isabel Moura Nascimento - pedagoga, doutorado em História da Educação -Universidade Estadual da Unicamp, Profa. Produtividade CNPq, Integrate do Programa de Pós graduação em Educação UEP G e prof. Convidada do programa de pós graduação Unirovuma Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa "História, Sociedade e Educação" dos Campos Gerais - PR: HISTEDBR/UEPG bem como, participo do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular e Cotidiano Escolar na UniRovuma (GEPECE).

E-mail: misabelnasc@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6243-9973>

